

HISTORIA Revista da FLUP

IV Série, Volume 5, 2015

HISTORIA

A

HISTORIA Revista da FLUP

IV Série, Volume 5, 2015

HISTÓRIA

Revista da FLUP

IV Série, Volume 5, 2015

Título História - Revista da FLUP (IV Série, vol. 5, 2015)

Editor Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

Diretora Inês Amorim

Presidente do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais

Conselho Consultivo Ana Raquel Portugal (U. Estadual Paulista), António de Oliveira (U. Coimbra), António Manuel Hespanha (U. Nova de Lisboa), António Nóvoa (U. Lisboa), Charles Esdaile (U. Liverpool), Fernando Catroga (U. Coimbra), Fernando Rosas (U. Nova de Lisboa), Francisco O. Ramirez (U. Stanford), Gérard Le Bouedec (U. Bretagne Sud), Hartmut Kaelble (U. Humboldt), Jean-Pierre Dedieu (CNRS), José Varela Ortega (U. Rey Juan Carlos), Maria Helena da Cruz Coelho (U. Coimbra), Miguel Angel Ladero Quesada (U. Complutense de Madrid), Mónica Ribeiro de Oliveira (U. Federal de Juiz de Fora), Pieter Emmer (U. Leiden), Richard Unger (U. British Columbia), Sérgio Campos Matos (U. Lisboa), Silvy April (U. Lille 3)

Coordenação Editorial Geral Luís Grosso Correia

Coordenação do Dossiê Temático Jorge Martins Ribeiro

Painel de Avaliadores da Revista Em secção própria no interior da Revista

Secretariado Ana Paula Soares e Ana Gonzalez

Contactos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Via Panorâmica, s/n

4150-564 Porto

Portugal

Telefone: 22 607 71 00

Telefax: 22 600 38 25

E-mail: revista.historia@letras.up.pt

Webpage: <http://ler.letras.up.pt/revistasdaflup/historia>

Execução Gráfica: Clássica, Artes Gráficas · Porto

Capa: Pedro Lima | pedrolima.com

Tiragem: 150 exemplares

ISSN: 0871-164X

D.L.: 19791/88

Dezembro | 2015

Revista com arbitragem científica.

A expressão escrita dos artigos é da exclusiva responsabilidade dos autores.

I. Artigos

1. As propostas de publicação de artigos devem ser enviadas por correio electrónico para o seguinte endereço: *revista.historia@letras.up.pt*.
 - 1.1. Os autores devem preparar e anexar à mensagem electrónica duas versões do seu artigo: uma conterá o texto completo; a segunda deverá eliminar qualquer informação que identifique o autor, de forma a permitir o anonimato exigido pelo processo de arbitragem científica.
 2. O documento electrónico com a versão completa do artigo (não anónima) deve ser identificado pelo nome do autor(a) e pelo título do trabalho.
 - 2.1. O documento electrónico com a versão anónima do artigo deve ser identificado pelo seu título e pela menção explícita de "Texto para Avaliação".
 3. O artigo deve ter uma extensão não superior a 7500, incluindo anexos e ilustrações, e deve ser acompanhado por dois resumos, em língua portuguesa e inglesa (com um máximo de 150 palavras por cada resumo), e um conjunto de até quatro palavras-chave.
 4. É necessário identificar na mensagem electrónica a informação relativa ao endereço postal, endereço electrónico e telefone do autor(a).
 5. Os artigos submetidos devem ser redigidos em aplicação informática de processamento de texto compatível com o MS Office Word, com espaço e meio entre linhas, tipo Arial e corpo a 12 pontos.
 - 5.1. Os parágrafos devem ser indicados de forma clara e as páginas devem estar todas numeradas.
 - 5.2. Os quadros/tabelas, figuras/gráficos, mapas e/ou imagens devem ser enviadas em formato TIF (*Tagged Image File Format*) ou JPEG (*Joint Photographic Experts Group*). Os respectivos ficheiros devem ser anexados à mensagem electrónica, como ficheiros separados e com designações curtas e objectivas (exemplos: "Quadro 1", "Figura 3", etc.). O texto do artigo deve conter a indicação clara quanto ao local da inserção das imagens no texto.
 - 5.3. Imagens a preto e branco ou cópias de fotografias são autorizadas desde que o autor do artigo declare explicitamente que obteve previamente a necessária autorização para a sua reprodução e utilização junto da entidade competente.
 6. As notas de rodapé devem ser identificadas por ordem numérica.
 7. Um outro documento anexo deve conter informação biográfica e profissional do autor, para integrar a secção da Revista referente às «Notas sobre os Autores». Essa nota não deve exceder um parágrafo.
 8. Referências documentais e bibliográficas
- Todas as referências documentais e bibliográficas são citadas em nota de rodapé.

8.1. Citações de documentos

As citações documentais deverão integrar, como norma, todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo a abreviaturas ou siglas após a primeira referência completa. A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria D. Afonso V*, lv. 15, fl. 89.

8.2. Citações bibliográficas - monografias

Em texto, qualquer citação bibliográfica (de monografia, artigo de publicação periódica, contribuição em obra colectiva, dissertações académicas, material áudio-visual ou publicações magnéticas – em suporte electrónico ou disponibilizada *on-line*) deverá ser referenciada em nota de pé de página, de acordo com os critérios a seguir exemplificados, incluindo o nome do autor, o ano de publicação da obra e a página ou páginas a que a citação se reporta.

Ex.: Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos* (2ª ed., Lisboa: Moraes Editores, 1982), 72.

8.2.1. Citação de dissertações académicas

Ex.: Luís Carlos Amaral, "Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)" (Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2007), 142.

Ex.: Gaspar Martins Pereira, "Estruturas familiares na cidade do Porto em meados do século XIX: a freguesia de Cedofeita" (Diss. Mestrado, Universidade do Porto, 1986), 85.

8.3. Citações de estudos insertos em obras colectivas

8.3.1. Congressos

Ex.: José Mattoso, "A mulher e a família" in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do colóquio, Coimbra, 20 a 22 Março 1985* (Coimbra: Faculdade de Letras - Instituto de História Económica e Social, vol. I, 1986), 35-49.

8.3.2. Capítulos ou partes de obras colectivas

Ex.: Joaquim Romero de Magalhães, "O enquadramento do espaço nacional" in *História de Portugal*. III Vol., *No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, dir. José Mattoso (Lisboa: Editorial Estampa, 1993), 13-60.

8.4. Citações de publicações periódicas

Ex.: António Rosas; Ramón Maiz, "Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas", *Revista da Faculdade de Letras – História* (III série, vol. 9, 2008), 337-356.

8.5. Bibliografia disponível em linha (*on-line*)

Devem ser seguidas as normas previstas nos *itens* precedentes, quando aplicáveis, seguidas dos elementos relativos à sua disponibilidade *on-line* e data da respectiva consulta.

Ex.: Luís Carlos Amaral, *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)* (Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2007), 142 (disponível em <http://www.letras.up.pt/luisamaral.pdf> - consultada em 12/09/2009).

Ex.: Luís Carlos Amaral, "Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)", *Revista da Faculdade de Letras – História* (III série, vol. 9, 2007), 337-356 (disponível em <http://www.letras.up.pt/luisamaral.pdf> - consultada em 12/09/2009).

8.6. *Ibidem* e *Idem*:

Recomenda-se a utilização de *Ibidem*, quando se cita a fonte ou trabalho referido na nota de rodapé imediatamente anterior, e de *Idem*, quando se continua a citar a mesma fonte ou trabalho, depois de *Ibidem*, sem interrupções ou quando se cita o mesmo autor. (Em caso de dúvida, recomenda-se a repetição do nome do autor e a citação curta.)

Ex.: ¹ Luís Filipe R. Thomaz, *De Ceuta a Timor* (Linda-a-Velha: Difel, 1994), 67.

Ex.: ² *Ibidem*, 71.

Ex.: ³ *Idem*, 43.

8.7. Recomenda-se a utilização de uma citação curta sempre que o trabalho tenha sido identificado em nota de rodapé anterior, não imediata.

Ex.: ⁴ Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos* (2ª ed., Lisboa: Moraes Editores, 1982), 72.

Ex.: ⁵ Jorge Borges de Macedo, *A situação económica no tempo de Pombal*, 90.

8.8. As situações omissas nas presentes instruções de citação bibliográfica devem ser reguladas pelas normas definidas pelo *Chicago Manual of Style* (disponível em <http://www.chicagomanualofstyle.org/contents.html>).

II. Recensões críticas

9. As recensões devem ser precedidas da citação completa da obra, incluindo o seu preço de mercado:

Ex.: Patrick O'Flanagan, *Port Cities of Atlantic Iberia, c. 1500-1900*. Burlington: Ashgate, 2008 (xvii + 332 pages, US\$144.95 hardcover)

10. As recensões não devem ultrapassar as 1.500 palavras.

III. Direitos de publicação

11. Os autores dos artigos e recensões críticas publicados cedem à **Revista** o direito de publicação em suporte de papel e on-line, e receberão 2 exemplares do número da Revista e uma cópia em versão PDF (*Portable Document Format*) dos seus artigos.

Para mais informações consulte a nossa webpage: <http://web.letras.up.pt/Revista.Historia>

Detailed publishing rules must be accessed at <http://web.letras.up.pt/Revista.Historia>

Inês Amorim
e Comissão Editorial

5 Apresentação

Dossiê Temático

Jorge Martins Ribeiro

9 Diplomacia e conflitos internacionais

Daniela Martins

11 A diplomacia egípcia no dealbar do «império» (século XV a. C.)

Manuel Ramos

23 O impacto de Alfarrobeira nas relações com o ducado da Borgonha

Nuno Castro Luís

37 O último Marquês de Marialva – um embaixador na Europa de Viena

Mariana Castro

53 A política de Hugh Dalton e o Bloqueio Económico (1940-1942)

Alice Duarte

67 Direito internacional: rumo a uma ética universalizante de Direitos Humanos

Outros Estudos

Ana Clarinda Cardoso

79 A estruturação da Contabilidade da Coroa nos reinados de D. João I e de D. Duarte: Os Regimentos mais antigos da Casa dos Conto

Marco Oliveira Borges

93 A torre defensiva que D. João II mandou construir em Cascais: novos elementos para o seu estudo

Filipe de Salis Amaral

119 João de Almada e Melo, Governador das Armas e das Justiças do Porto – um ensaio sobre a pessoa.

Hugo Silveira Pereira

135 José Beça, um nome nas sombras da linha do Tua

Bruno Henriques

153 A visão histórica de Mendes Corrêa (1919-1940)

Paulo Ferreira da Cunha

167 Dividir a História: da epistemologia à política?

175 **In Memoriam**

197 **Recensões Bibliográficas**

203 **DHEPI - Pós-graduações (2013-2014)**

237 **Notas Biográficas de Autores**

243 **Painel de Avaliadores científicos**

Apresentação

A HISTÓRIA, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, surge, de forma sistemática (periodicidade anual), seguindo o seu percurso, definido, editorialmente, pelo Departamento de História e de Estudos Políticos Internacionais (DHEPI). Neste 5º volume, da já IV Série, concretiza-se o plano traçado há algum tempo e, por isso, a revista apresenta os resultados de uma programação devidamente agendada.

Assim, o presente número mantém uma estrutura semelhante à dos anteriores: um *Dossier Temático*, seguido de *Outros Estudos*, as rubricas habituais de *Recensões* e a apresentação sumária das *Pós-Graduações* defendidas nos anos 2013-2014, no âmbito do DHEPI: mestrados em *Ensino da História e Geografia*, em *Estudos Africanos*, em *Estudos Medievais*, em *História e Património* e em *História, Relações Internacionais e Cooperação*.

Sob o tema *Diplomacia e Conflitos internacionais*, o dossier inclui vários contributos, que responderam ao repto do responsável pelo “call” deste número, Jorge Martins Ribeiro, especialista na área da História e das Relações Internacionais e que, de forma mais alongada, justificará os objetivos desta temática, logo na abertura desta rubrica.

A resposta foi dada por vários autores, de forma a fazer jus à preocupação em debater questões na longa duração, e para as quais a História se posiciona de forma natural, no tempo e no espaço. Por isso mesmo, percorrem-se coordenadas que nos levam do Egípto, no dealbar do «império» (século XV a. C.), por Daniela Martins, à batalha de Alfarrobeira e os seus impactos nas relações com o Ducado da Borgonha e como as relações de família são um meio diplomático incontornável para a estabilidade política, estudado por Manuel Ramos. Por outro lado, como muito bem apresenta Nuno Castro Luís, o estudo de casos concretos, como a vida e a iniciativa diplomática de D. Pedro Vito de Meneses Coutinho, 8º Conde de Cantanhede e 6º Marquês de Marialva, embaixador ao serviço do Príncipe Regente desde 1807, permitem perceber um conjunto de ações que são conduzidas na Europa de Viena, das dificuldades negociais, do protocolo e dos códigos utilizados, contribuindo para uma melhor caracterização sociológica, social, cultural e política dos contextos da época. Já Mariana Castro aborda a política de Hugh Dalton e o Bloqueio Económico (1940-1942), ministro da Economia de Guerra em Inglaterra, no controlo do contrabando que abastecia o inimigo alemão, sublinhando a importância dos jogos diplomáticos nos bastidores da guerra. A fechar este dossier temático, Alice Duarte, antropóloga, coloca a questão da Diplomacia e do Direito como alicerces na construção de uma ética universalizante de direitos humanos, de lenta universalização da ideia de compaixão pelo Outro, da “civilização da guerra” à adoção de uma ideia mais ampla do Outro, como semelhante.

Os restantes estudos, (só) aparentemente sem um fio condutor, são, por um lado, um contributo para a história institucional, seja das finanças nos finais da Idade Média (*A estruturação da Contabilidade da Coroa nos reinados de D. João I e de D. Duarte: Os Regimentos mais antigos da Casa dos Contos*), seja das obras públicas em torno da construção de infra-estruturas fundamentais à circulação e apoio no mar (*A torre defensiva que D. João II mandou construir em Cascais: novos elementos para o seu estudo*), e em terra, com os caminhos de ferro (*José Beça, um nome nas sombras da Linha do Tua*). Por outro lado, apresentam uma reflexão sobre a conceção do tempo e da História, em dois contributos que mereceriam algum debate: *A visão histórica de Mendes Corrêa (1919-1940)* e *Dividir a História: da epistemologia à política*.

Este último, dedicado a João Francisco Marques, associa-se, assim, a um conjunto de depoimentos/reflexões acerca de três historiadores que integraram a Universidade do Porto, a Faculdade de Letras e o Grupo/Departamento de História/DHEPI em particular: Armindo de Sousa, João Francisco Marques e Humberto Baquero Moreno.

Com efeito, a rubrica *In Memoriam* abre com um texto de Maria Helena Cruz Coelho, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que recorda Armindo de Sousa (02.06.1941 - 25.10.1998) apresentando a sua própria leitura, profunda, de uma colectânea de textos daquele saudoso professor (Armindo de Sousa, *O Parlamento Medieval Português e outros estudos*. Porto: Fio da Palavra, 2014), seleccionados por Luís Miguel Duarte, Luís Carlos Amaral e André Evangelista Marques, que lhe quiseram render uma homenagem, quinze anos decorridos sobre a sua morte.

Outros dois colegas faleceram este ano de 2015, num curto espaço de tempo: João Francisco Marques (09.01.1929 - 06.03.2015) e Humberto Baquero Moreno (16.10.1934 - 06.04.2015). Ambos suscitam textos marcados pela memória, saudade e evocação de percursos. Sem dúvida leituras sensíveis e sensibilizadas, como acontece com José Marques e Luís Carlos Amaral, duas gerações que acompanharam de forma muito próxima o Professor Humberto Baquero Moreno. Também Amélia Polónia traça o perfil de João Francisco Marques, como amiga, colega e aluna e, muitos de nós, colegas de departamento, reviveram ao mesmo compasso. Um apontamento muito pessoal, de uma sobrinha e afilhada deste Professor, revela um outro olhar, humano, próximo, que, cruzado com o anterior, revela um homem não apenas sábio, mas simplesmente um homem, como os demais. Que os vejamos, a todos, nas suas múltiplas dimensões, testemunhos de vida, que à História não podem passar indiferentes, entre memórias e lembranças, estes textos, *In Memoriam*, ativam, certamente, o que queremos recordar....

Porto, 12 de novembro de 2015

Inês Amorim

A Comissão Editorial

Cláudia Pinto Ribeiro

Jorge Martins Ribeiro

Luís Grosso Correia

Maria Antonieta Cruz.

Dossiê Temático

Diplomacia e conflitos internacionais

Introdução

A *Diplomacia e os Conflitos Internacionais* constituem o tema genérico deste volume 5, da IV série da História – revista da FLUP, relativo ao ano de 2015. De facto, este ano completam-se 200 anos sobre a assinatura da Ata Final do Congresso de Viena e 70 anos sobre o fim da IIª Guerra Mundial.

Ambos os conflitos tiveram a Europa como palco privilegiado, embora envolvessem outros continentes, facto este mais notório e gravoso no caso da IIª Guerra Mundial, do que nas guerras napoleónicas. No entanto, em ambos os casos, o fim das hostilidades deu origem a uma nova ordem europeia e mundial, provocando transformações políticas, sociais e económicas, em que a Diplomacia teve nos dois casos um papel de primeiro plano.

Em 1815, após pouco mais um ano de negociações, ao mais alto nível, na capital austríaca, sob a batuta do Príncipe de Metternich, chegou-se a um tratado que restabelecia a paz na Europa e se tentava um regresso aos regimes vigentes antes da Revolução Francesa. Refira-se que Portugal contribuíra para a derrota final de Napoleão e fora um dos signatários da Paz de Paris em 1814, pelo que ganhara o direito a estar presente neste Congresso. No entanto, as quatro grandes potências vencedoras (Reino Unido, Prússia, Áustria e Rússia) queriam-no impedir de participar nesta reunião.

A habilidade dos diplomatas portugueses presentes em Viena, nomeadamente do conde de Palmela, conseguiu reverter esta situação, apesar de Portugal nesta altura, já ser tratado como uma “potência de segunda ordem”¹ e da dualidade da diplomacia da corte do Rio de Janeiro, conforme refere Jorge Borges de Macedo, dividida entre os interesses lusos na América e na Europa². Ainda de mencionar que a elevação do Brasil, a reino, com a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a 16 de dezembro de 1815, segundo Ana Leal de Faria, foi também aprovada neste fórum internacional³.

O ano de 1945, por seu lado, marca o fim das ações armadas contra a Alemanha, bem como contra o Japão e o começo de um afã de negociações diplomáticas entre os denominados “Três Grandes” (Estados Unidos, União Soviética e Reino Unido) para reorganizar o mundo.

¹ Österreichisches Staatsarchiv, Haus-, Hof- und Staatsarchiv. Stk, Kongressakten, (Monarchencongresse und Ministerialconferenzen) (1814/15 – 1822), Kart 1, (Fz. 1, 2), Kongressakten 1 (fls. 1-254). Nota do conde Palmela para Lord Castlereagh, datada de Viena, 30 de setembro de 1814.

² Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força* (2ª ed., Lisboa: Tribuna da História), 2006, p. 428-430.

³ Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815* (Lisboa: Tribuna da História), 2008, p.156-157.

Neste conflito, e nas negociações que se lhe seguiram, Portugal desempenhou um papel menor, mantendo-se neutral e oscilando entre as simpatias pró-nazis ou a aliança britânica, por parte das elites políticas e económicas portuguesas. Finalmente os desenvolvimentos e resultados das ações militares levaram Lisboa a decidir-se pelo campo dos aliados, pelo que apesar da natureza antidemocrática do regime, Portugal pode contar-se entre os membros fundadores da OTAN e da ONU.

Nestes dois eventos, a diplomacia e os diplomatas tiveram um papel relevante, nos seus múltiplos aspetos de representação, negociação e proteção. Tudo isto com o fim último de preservar a Paz, na Europa e no mundo, mas também de garantir vantagens para os vencedores.

Assim, tendo como ponto de partida o tema deste dossiê temático, conforme foi referido na apresentação deste número, diversos autores responderam ao repto lançado e apresentaram vários contributos em que refletem sobre os conflitos internacionais e a forma como a diplomacia e os diplomatas, ao longo dos séculos, vêm lidando com eles. Reflexão, sem dúvida importante, nestes meados da segunda década do século XXI, em que conflitos e crises ameaçam a estabilidade mundial, com novos desafios à ordem estabelecida, e onde as negociações diplomáticas devem desempenhar um papel relevante, para evitar o alastrar da violência e acabar com as tragédias humanas que vem assolando a época atual. Agora e mais que nunca o conhecimento da História revela-se imprescindível para compreendermos o nosso tempo e servir de bússola para nos guiar, rumo a um futuro incerto e desconhecido.

Coordenador do dossiê temático

Jorge Martins Ribeiro

Daniela Martins*

A diplomacia egípcia no dealbar do «império» (século XV a. C.)

R E S U M O

Se o tratado de Kadech (século XIII a. C.) é a prova mais evidente da diplomacia egípcia, ele não resume ou esgota o tema dentro da história faraônica. Se no século XV a. C., o Egito é capaz de criar e manter um «império», muito o deve às suas estratégias políticas e às suas manobras diplomáticas. Faremos, por isso, uma análise centrada nos reinados que viram nascer o «império» egípcio, a sua «época dourada», que tem início com Tutmés III.
Palavras-chave: Império Novo; XVIII Dinastia; Estratégia; Diplomacia.

A B S T R A C T

If the treaty of Kadesh (XIII B. C.) is the most evident proof of the Egyptian diplomacy, it does not summarize the subject within the pharaonic history. If on XV B. C., Egypt is able to create and maintain an «empire», much due to their political strategies and their diplomatic maneuvers. We'll do, therefore, an analysis centered in the reigns that saw the «birth» of the Egyptian «empire», it's «golden age», beginning with Thutmose III.
Keywords: New Kingdom; XVIII Dynasty; Strategy; Diplomacy.

No século XIII a. C. assinava-se, entre o Egito e o Hatti, o primeiro tratado diplomático de que a História tem registo. Elaborado em 1259 a. C., na sequência do confronto militar entre estas duas potências do mundo antigo, a famosa batalha de Kadech (1275 a. C.), tornou-se num símbolo da diplomacia, de tal modo que uma cópia sua está exposta no Conselho de Segurança das Nações Unidas em Nova Iorque¹.

Este tratado de paz, negociado entre Hattusili III (sucessor de Muwatalli, com quem se dera o confronto) e Ramsés II, ficou conhecido como o «tratado eterno», onde, de forma genérica, ambos os reinos definiam limites de atuação político-militar, e onde estabeleciam parâmetros de auxílio mútuo em situações de belicosidade². Embora seja um símbolo incontornável da

* Investigadora do Centro de História da Universidade de Lisboa, na linha de investigação de História Militar e das Relações Internacionais.

¹ Trevor Bryce, “The ‘eternal treaty’ from the Hitite perspective”, BMSAES (6, 2006), 1-11 (disponível in <http://www.thebritishmuseum.ac.uk/bmsaes/issue6/bryce.html> - consultado em 6/1/2015).

² O tratado de paz menciona também a obrigação do Egito garantir a sucessão do trono do Hatti, a extradição de refugiados políticos e emigrantes voluntários, bem como invoca a proteção divina dos deuses hititas e egípcios para o cumprimento deste tratado. A este acordo sucedeu-se ainda o casamento da filha do governante hitita com Ramsés II. Cf. Luís Manuel de Araújo, “A batalha de Kadech” in *A Guerra na Antiguidade*, coord. António Ramos dos Santos e José Varandas (Lisboa: Centro de História/Caleidoscópio, 2006), 78. Vide Pierre Grandet, *Les Pharaons du Nouvel Empire: une pensée stratégique (1500-1069 avant J.-C.)* (Paris: Éditions du Rocher, 2008), 337-345.

diplomacia antiga, do *status quo* internacional à época, devemos ter em consideração que ele destoa da mundivisão das sociedades pré-clássicas, onde o conflito político e bélico era «normal», e fundamental até para as próprias ideologias de cada reino. Note-se que, para além deste tratado que evidencia que nem o Hatti nem o Egipto saem vencedores da batalha de Kadech, o relato egípcio anuncia uma estrondosa vitória³.

Não obstante a comunicação diplomática estar recheada de elementos que indiciam um tratamento «horizontal» do faraó com outros grandes reis como, por exemplo, o rei do Hatti, a ideologia faraónica não concebe relações de horizontalidade, pura e simplesmente, porque estas culturas são baseadas em noções de alteridade. O Egipto concebeu a ideia, tal qual outras sociedades pré-clássicas o fizeram, de que a sociedade, a sua cultura e a sua organização política eram os modelos corretos de existência. Desta feita, ainda que desde os seus primórdios históricos tenham convivido com o estrangeiro, nunca deixaram de mostrar a sua suprema convicção na superioridade das Duas Terras (o Egipto) em relação a todo o resto. A *maet*, conceito associado à verdade, justiça, harmonia e ordem, assume-se, assim, como um elemento justificador e potenciador das atividades bélicas, já que a ordem cósmica era conseguida através da guerra⁴.

Embora seja o reinado de Ramsés II (XIX dinastia), pelas razões acima mencionadas, o mais paradigmático no que diz que respeito à diplomacia, devemos (re)pensar este conceito para cronologias anteriores, nomeadamente para o período em que o Egipto inicia uma atividade expansionista do ponto de vista político-militar. Recuando para a XVIII dinastia, as Cartas de Amarna têm especial importância para o estudo diplomático. Mesmo sabendo que essa correspondência não diz unicamente respeito ao reinado de Akhenaton, esquecemos muitas vezes os faraós anteriores no que toca a este assunto. Deste modo, pretendemos demonstrar como a diplomacia foi um elemento-chave para o Egipto na sua construção «imperial», e que tem início na XVIII dinastia, com Tutmés III.

1. Guerra e diplomacia

O Império Novo ficou conhecido na História como um período de triunfos militares na Núbia e na Ásia, e o arranque definitivo dessas campanhas, com intuítos de conquista e dominação, acontece no reinado de Tutmés III. É com este faraó que o Egipto cria o seu «império», alcançando política e militarmente a sua maior extensão de domínio. Esta realidade foi possível através da criação de estruturas e elementos de apoio no terreno – tanto na Núbia como no corredor siro-palestino – e que permitiram o sucesso militar deste faraó⁵. Não obstante, várias foram as dificuldades com que os Egípcios se depararam. A primeira e a mais importante de todas foi, sem dúvida, o grande poder rival, o Mitanni. O Mitanni era um reino de cariz bélico, bem organizado, e que se torna a fronteira norte do avanço egípcio no Levante. Trata-se uma potência claramente influente na Alta Mesopotâmia e o maior poder da Ásia Menor à época de Tutmés III, marcando a limitação militar e política egípcia no Nordeste levantino, assumindo-se como um bloco quase intransponível e que ditará uma incapacidade de avanço

³ A batalha de Kadech encontra-se representada no templo de Abido, em Lucsor, no Ramesseum e em Abu Simbel.

⁴ Sobre este assunto, vide Daniela Martins, «Até aos pilares do céu»: *Estratégias de domínio político-militar na Síria-Palestina no reinado de Tutmés III* (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 2013), 15-28 (disponível in <http://hdl.handle.net/10451/10932> - consultada em 6/1/2015)

⁵ Cf. *Ibidem*, pp. 101-155.

sobre o território⁶. A segunda é a resistência e a hostilidade das cidades levantinas, mais particularmente, das cidades sírias, que estavam claramente na esfera de influência mitânica. Mesmo conquistadas militarmente pelos Egípcios, estas cidades, à mínima oportunidade, rebelavam-se contra o domínio faraónico, sendo leais ao poder rival⁷.

Quando Tutmés III assumiu o poder único (depois da co-regência com a tia/madrastra Hatchepsut), a situação no Levante tinha-se tornado crítica para o Egipto. A cidade de Kadech, com o apoio do Mitanni, crescia rapidamente e aumentava a sua influência sobre Canaã, mas era, sem dúvida, a confluência em Meguido de vários líderes de diferentes reinos, entre os quais da Síria e do Mitanni, que tornava urgente e prioritária uma ação militar do faraó. Neste sentido, Tutmés III levou a cabo dezassete campanhas militares que estabeleceram o domínio efetivo do Egipto sobre o corredor siro-palestino, chegando inclusivamente ao Eufrates, zona onde os Egípcios pretenderam confrontar o mitânicos⁸. Depois desta campanha, os Egípcios tinham atingido militarmente o seu expoente máximo, de modo que, se um «império» pára de crescer, seja quais forem as razões, resta-lhes assegurar aquilo que conquistou, ou seja, passar para uma atitude defensiva. Tutmés III tinha dado conta de que não tinha capacidade para avançar mais no terreno. O seu domínio sobre a Síria Central e do Norte era frágil, dado que o Mitanni detinha grande influência política nessas zonas. Em suma, as últimas campanhas militares deste faraó foram de defesa de um «império» (neutralização de revoltas) que já não tinha mais margem para crescer, e talvez para onde os esforços envolvidos já não valessem a pena, pelos enormes custos associados, pelas grandes dificuldades criadas, ou até porque a zona podia já não interessar economicamente.

Porém, é o fim da guerra que dita o início da diplomacia? Como se estabelecem as zonas de influência? Em que medida é que podemos considerar o conceito da diplomacia quando associado a uma mundivisão baseada em conceções de alteridade?

Se entendermos a diplomacia como a consequência imediata do fim da guerra, em que as partes intervenientes chegam a um acordo, o conceito não se aplica ao reinado de Tutmés III. A guerra termina por uma impossibilidade técnica de poder continuar, dado que o poder rival é forte e as cidades sírias hostis, mas não parece ser, ao contrário do tratado de Kadech, um acordo mútuo das partes. No entanto, José Augusto Ramos parece defender que «O Egipto e o Mitanni negociaram a partilha de influências sobre a Síria (para o Mitanni) e a Palestina (para o Egipto)⁹». Este ponto é importante porque nos leva a reconsiderar dois aspetos: o primeiro é

⁶ A história do Mitanni assenta numa dinâmica muito típica da zona levantina, na correlação entre os princípios de diversidade e unidade, e que são a linha central das políticas dessa zona. Prova disso é a sua formação, já que este reino surge como um fenómeno de unidade, congregando uma série de cidades-estado hurritas nos finais do século XVII a. C. A existência de poucas fronteiras naturais capazes de proteger o seu reino, aliadas à ameaça constante potenciada por forças hostis que circundam o seu espaço político, favoreceram em grande medida a fação guerreira da sociedade mitânico-hurrita, com uma aristocracia militar de origem indo-europeia a dirigir uma população de origem hurrita. O Mitanni tornou-se, assim, o reino mais poderoso da Ásia no século XV a. C.

⁷ O tratamento e o comprometimento que uma cidade podia estabelecer com o Egipto ou com o Mitanni era bastante diferencial. Vide, Daniela Martins, «*Até aos pilares do céu*», 23-28.

⁸ Ao contrário do seu avô, Tutmés I, cujo encontro com o Mitanni terá sido accidental, Tutmés III procurou chegar ao Eufrates, e esse desejo é expresso na Estela de Gebel Barkal, quando se diz que o rei é «quem cruza o Eufrates à frente da sua tropa, perseguindo quem lhe atacou, em busca daquele maldito inimigo do Mitanni». *El Imperio Egipcio: inscripciones, ca. 1550-1300 a. C.*, ed. e trad. José Manuel Galán (Madrid: Trotta, 2002), 120. (Daqui em diante *IEI*).

⁹ José Augusto Ramos, «Alepo» in *Dicionário do Antigo Egipto*, dir. Luís Manuel de Araújo (Lisboa: Caminho, 2001), 45-46.

sobre o tratado em si mesmo, e que poderia ser, ao contrário do que se viria a fazer mais tarde, uma negociação/acordo oral, à semelhança dos tratados de lealdade estabelecidos entre o Egito e os reinos levantinos, *sedjefa terit*.¹⁰ O segundo está relacionado com a sucessão de Tutmés III. Quando Amen-hotep II chega ao trono, o poder do Mitanni não pára de crescer, chegando a Ugarit, onde havia uma guarnição egípcia que estava em vias de ser expulsa. As cidades ao sul de Kadech estavam a cair também sob influência rival, exigindo uma enérgica resposta do novo faraó¹¹. Parece-nos que a teoria de um acordo entre as duas potências não se reveste de grande fundamento porque, se por um lado, Tutmés III não abdicara das suas possessões no sul da Síria, por outro, se assim fosse, não teríamos a enérgica ação de Amen-hotep II logo depois do falecimento do seu pai. Esta noção poderá ser aplicada, por exemplo, ao reinado de Tutmés IV, quando se chega efetivamente a um tratado de paz, ou no seu exemplo mais conhecido, no tratado entre Ramsés II e o Hatti.

Pierre Grandet considera que os faraós preferiam a diplomacia à guerra¹² mas essa situação parece improvável. Por um lado, porque mesmo que encontremos nas Cartas de Amarna, como é frequente, o uso de termos familiares entre o faraó e os chefes de outros grandes reinos, o Egito sempre se viu a si mesmo como superior e como o centro do mundo. Por outro, a diplomacia egípcia é o resultado de uma impossibilidade de um avanço militar, e isso obriga ao estabelecimento de um tratado em que duas potências, teoricamente iguais, definem limites de ação e domínio, ou seja, liminaridades. Se esta realidade é possível de observar na XIX dinastia, e mais concretamente no reinado de Ramsés II, é porque ela resulta de uma inviabilidade militar e é absolutamente necessária pelo «empate técnico», onde os contínuos esforços militares seriam em vão. O mesmo não se aplica, porém, nos reinados de Tutmés III e Amen-hotep II, onde o Egito possui uma grande pujança militar, encontrando, ainda assim, limitações de vária ordem, levando à cessação de esforços, que não é voluntária e muito menos pacífica. Foi, de facto, este equilíbrio de poderes no reinado de Ramsés II que acabou por criar uma ideia errónea, e no entanto frequentemente veiculada na historiografia em relação aos períodos anteriores, nomeadamente ao de Tutmés III e Amen-hotep II, transparecendo

¹⁰ Sobre estes tratados/juramentos, tem sido veiculada a ideia na historiografia que se trataria de um procedimento oral, e não algo escrito, como fizeram os Assírios mais tarde nos conhecidos tratados *adé*. Porém, uma análise atenta das fontes parece indicar que terá havido um documento escrito, onde ficaria estipulado o tributo anual que os chefes asiáticos deviam prestar às Duas Terras, o que aliás é perfeitamente corroborável com as extensas listas de tributos recebidos pelos altos funcionários egípcios, patentes nos Anais e nos seus túmulos. Contudo, se por um lado parece fazer sentido que, numa sociedade profundamente burocratizada a nova situação política tenha ficado registada, por outro, o que as fontes parecem indicar é o registo teria que ver com a tributação anual, existindo, talvez, um novo documento em cada ano. Quem produzia este documento? Um egípcio ou um local? Em acádio ou em egípcio? Estes registos não chegaram até nós, e aquilo que há referente a essa questão provém do lado egípcio, das inscrições ligadas ao poder, e estão impregnadas de uma ideologia tipificada, sendo que, por essa mesma razão continua em aberto a questão se o juramento de lealdade era um ato oral ou escrito.

«As escalas proporcionaram tudo com o seu imposto, (como) indicava o seu documento anual, junto com a contribuição do Líbano, como (indicava) o seu documento anual, junto com os chefes do Líbano»; «O imposto consiste na contribuição de cada ano, como qualquer servo da minha majestade»; «Realizando a inspeção [dos servos do templo de Amon], junto com a mão-de-obra da fundação, que o rei trouxe como cativos, seus súbditos, pagando o imposto com os trabalhos que eles fazem, (a saber) flechas, óleos e telas, como (indica) o seu documento anual». *IEI*, 90, 124, 144.

¹¹ Donald Redford, *Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times*, (New Jersey: Princeton University Press, 1993), 162.

¹² Pierre Grandet, *Les Pharaons du Nouvel Empire: une pensée stratégique (1550-1069 avant J. C.)* (Paris: Éditions du Rocher, 2008), 23.

sistematicamente a ideia de que esta época forte, de vitórias militares no Levante, não tivera uma oposição forte à pujança faraónica. Fica a ideia de que o Egípto não tem problemas nesse espaço, nem quem desafie, concretamente o seu poder. O mesmo acontece em relação ao Levante, ao qual se atribui uma certa apatia, uma subordinação sem qualquer tipo de reação ou de vontade própria, e isto é válido tanto para as cidades-estado palestinas, como para os ricos e aguerridos reinos da Síria, muito ligados ao Mitanni. Porém, o sistema-mundo à época dos tutmésidas era bipolar e não unipolar, porque o Mitanni tinha uma presença forte no plano externo, o que não significa, por outro lado, que o Egípto tenha chegado forçosamente à paz com este reino devido às impossibilidades de avanço militar.

De facto, só com Tutmés IV é que a relação do Egípto com o Mitanni ganha outros contornos. Define-se, na zona da Síria, qual é a fronteira que separa os interesses de ambos os reinos, e passa-se a uma ação diplomática. A razão pela qual isto acontece tem muito que ver com uma potência que agora emergia com preocupante vigor, o Hatti. Portanto, convinha a estes rivais unirem-se em função de um perigo que ameaçava os seus reinos. Por outro lado, estar em paz com o Egípto permitia ao Mitanni centrar os seus esforços na zona da Anatólia, já que o Kizzuadna, que lhes havia pertencido, tinha sido perdido¹³. Embora Tutmés IV tenha conseguido chegar à paz com o Mitanni e que Amen-hotep III tenha casado com uma princesa desse reino, o emergir do Hatti vinha trazer uma nova dinâmica dual no sistema-mundo internacional antigo.

Sendo as Cartas de Amarna a nossa grande fonte para estudar as relações entre o Mitanni e o Egípto (EA 17 – EA 30), são sobretudo as cartas dos reinos «vassalos» da Síria-Palestina que testemunham o novo fulgor hitita, e a ameaça que pairava sobre as possessões mitânicas e egípcias¹⁴. A aliança entre Egípcios e Mitânicos fora, no fundo, a procura de um tratado de defesa mútua contra o inimigo hitita. Em suma, e usando as palavras de Betsy Bryan, a relação do Egípto com o Mitanni passou de um estado de conflito ao da coexistência (de Tutmés III a Amen-hotep II), e depois a uma fase de consolidação e aliança (de Tutmés IV a Amen-hotep III)¹⁵, seguindo-se, já na leitura de Pinhas Artzi, um período de deterioração das relações (com Akhenaton)¹⁶. A diplomacia egípcia é, assim, num primeiro momento, o resultado da inviabilidade militar, tornando-se, *a posteriori*, num conveniente elemento político internacional, com o claro objetivo de manter a sua posição influente no mundo de então. As relações aparentemente horizontais com os grandes reinos e o tratamento de «igual para igual», apelidando os «pares» de «irmão» não são mais do que pura conveniência diplomática. A mundivisão egípcia, da sua superioridade, nunca esteve em causa, até porque não há uma verdadeira bilateralidade entre os dois pólos do discurso diplomático¹⁷. A ideologia e a prática coexistiam no antigo

¹³ Mario Liverani, *El Antiguo Oriente: Historia, sociedad y economía* (trad. Juan Vivanco, Barcelona: Crítica, 1995), 383-384.

¹⁴ «(...) o rei do Hatti apreendeu todos os países que eram vassalos do rei do Mita<nni> (...); «(...) o rei do Hatti [escreveu-me sobre uma aliança]. Meu senhor, [eu rejeitei] (a oferta das) tabuinhas de estipu[lações] de tratado, e [eu sou] (sempre) um servo do rei do Egípto, [meu senhor] (...)». *Les Lettres d'El-Amarna: correspondance diplomatique du pharaon* (trad. William L. Moran, Paris: Éd. du Cerf, 1987), (daqui em diante EA) 75 e 51.

¹⁵ Betsy Bryan, “The Egyptian perspective on Mitanni”, *Amarna Diplomacy: the beginnings of international relations*, ed. Raymond Cohen e Raymond Westbrook (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000), 73-79.

¹⁶ Pinhas Artzi, “The diplomatic service in action: the Mitanni file”, *Amarna Diplomacy: the beginnings of international relations*, ed. Raymond Cohen e Raymond Westbrook (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000), 210.

¹⁷ José das Candeias Sales, “Diplomacia”, *Dicionário do Antigo Egípto*, dir. Luís Manuel de Araújo (Lisboa: Caminho, 2001), 277.

Egipto, havendo um lado absolutamente cooperativo entre a conceção ideológico-política e as realidades externas.

2. Manobras e mecanismos diplomáticos

Se o Império Novo pode ser caracterizado pela sua expansão militar no Levante e na Núbia, deve ser também considerado pela atividade diplomática inerente a estas conquistas e triunfos. De facto, a diplomacia esteve sempre ativa e assumiu um papel determinante na manutenção do «império» egípcio¹⁸.

A época de Tutmés III foi, nesse sentido, determinante para o Império Novo, uma vez que o avanço para a Síria-Palestina deixou de ser esporádico, de avanços e retiradas militares, como acontecera com os seus antecessores, passando-se a um domínio efetivo. Neste reinado, os empreendimentos bélicos dotaram-se de uma estratégia de domínio político e de ocupação do espaço, criando, para isso, uma série de mecanismos e estruturas que o pudessem tornar possível. Muitas das incursões militares realizadas só foram aliás possíveis pela atividade diplomática levada a cabo pelo faraonato¹⁹.

Como refere José das Candeias Sales, a história do II milénio a. C. está repleta de manobras de diplomacia²⁰. E são estas manobras que permitiram, em grande medida, a governação egípcia num espaço tradicionalmente difícil, de sociedades territorializadas, sem unidade política, como o é o corredor siro-palestino:

a) Interferência política

No decurso das sucessivas vitórias alcançadas pelo faraó no Levante, várias cidades foram subjugadas, voluntária ou involuntariamente, ao poder egípcio. De facto, se umas optaram por render-se de livre e espontânea vontade, de modo a evitar problemas de maior, como uma situação de cerco e destruição subsequente, como acontecera com cidades como Ienoam, Nugués e Herenkeru, outras optaram por resistir, como Meguido e Kadech. Esta tomada de posição por parte das diferentes cidades, acabou por ditar, em alguns casos, o futuro dos seus líderes, assim que o exército faraónico se apoderou desses espaços.

As fontes egípcias²¹ permitem-nos verificar os procedimentos políticos que se seguiram. Aqueles que haviam sido hostis poderão ter sido mortos ou deportados para o Egipto como escravos, seguindo-se uma nova nomeação para esse posto, que estava a cargo do faraó²². Por outro lado, aqueles que se haviam submetido de «bom grado» ao poder egípcio, e também os novos chefes designados pelo faraó, deviam, em consequência, jurar fidelidade política ao Egipto²³. Este juramento, note-se, acarretava direitos e deveres, que foram difíceis de gerir, a longo prazo, pelo choque de ideologias entre as sociedades levantinas e a sociedade egípcia.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ José das Candeias Sales, “Diplomacia”, *Dicionário do Antigo Egipto*, 277.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Cf. Anais de Tutmés III, estela de Gebel Barkal, estela de Ermant, Cartas de Amarna.

²² «Sua majestade nomeou de novo os chefes [de cada cidade...]; «Trouxe o chefe de Cabamsumin, chamado Caça, e também a sua mulher, os seus filhos e todos os seus dependentes, e outro chefe foi nomeado para o seu posto». *IEI*, 84,159.

²³ «A minha majestade fez então com que eles tomassem o juramento de lealdade». *IEI*, 121.

Estas incompatibilidades na compreensão do sistema e na mundivisão são altamente visíveis, por exemplo, nas cartas de Amarna²⁴.

Inaugura-se, a partir daqui, a venalidade dos cargos, tradição que vingará. Quando da sua morte, ao chefe de uma terra, sucedia o seu filho, tornando-se, portanto, num cargo hereditário. Porém, isso dependeria sempre da vontade do rei, que o podia depor se ele não lhe fosse fiel. Por outro lado, sempre que um novo faraó ocupasse o trono das Duas Terras, o juramento de lealdade deveria ser novamente feito e o faraó teria que confirmar estes chefes estabelecidos nas terras estrangeiras. Pelo que as fontes nos revelam, o senhor das Duas Terras teria tanto uma atitude punitiva no que respeita aos desordeiros, como beneficente para com os que lhe eram leais²⁵.

A governação deste espaço tornou-se possível porque a estratégia egípcia foi a de manter as estruturas político-administrativas existentes, «jogando» diplomaticamente em seu favor, ao invés de arrasar com a malha político-administrativa existente, o que aliás tornaria impossível e completamente inviável o domínio egípcio na zona. Para além disso, usufruíram das infraestruturas locais, concentrando esforços no avanço militar para Norte.

Com intuito de controlar e vigiar esses domínios, os egípcios estabeleceram, no Império Novo, governadores no Levante²⁶. Estes estavam encarregues, por exemplo, de assegurar os interesses do Egipto na Ásia e obedecer às ordens do faraó, vigiar os chefes locais e assegurar-se da sua lealdade, supervisionar as tarefas de que estavam incumbidos, supervisionar e dirigir as tropas aquarteladas na Ásia, arbitrar os litígios entre os príncipes locais, garantir o abastecimento das tropas egípcias e, ainda, controlar o pagamento dos tributos.

De forma a criar uma geração de futuros príncipes levantinos fiéis ao Egipto, torna-se habitual, a partir do reinado de Tutmés III, que os filhos dos chefes asiáticos fossem levados para o Egipto para serem educados nessa cultura, ou seja, «egipcianizados»²⁷. A instituição responsável pelo acolhimento e educação destes príncipes era o *kap*, uma instituição conhecida desde o Império Médio (XII dinastia), e que educava, grosso modo, as crianças ligadas à realeza e filhos de altos dignatários, com o objetivo fundamental de criar laços entre o futuro soberano e uma classe tradicionalmente importante e poderosa²⁸. «Egipcianizar» os príncipes estrangeiros era fundamental para colocar no poder das cidades dominadas no Levante uma nova geração que compreendia a posição do Egipto no mundo, atuando de forma fiel para com

²⁴ Sobre estas incompatibilidades vide Daniela Martins, «*Até aos pilares do céu*», 15-28. Alguns dos deveres das terras subordinadas ao Egipto, a troco da proteção militar, são, grosso modo: proteção da cidade, fornecimento de trabalhadores para prestar «corveia» (cultivo das terras circundantes), pagamento de um tributo anual, reportar os movimentos e manobras dos exércitos inimigos, obedecer às ordens do governador egípcio instalado nessa área, proibição de contacto com potências inimigas, receber e alimentar as tropas do rei, e ainda, impossibilidade de abandono da cidade sem permissão real. Cf. Graciela Gestoso Singer, *El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior: Desde el reinado de Thutmosis III hasta el de Akhenaton*, Ancient Near East Monographs, Society of Biblical Literature, (vol. 2, Centro de Estudios de Historia del Antiguo Oriente UCA, 2008), 69-95.

²⁵ «E quanto a todos aqueles que morreram entre estes chefes, sua majestade faria então que o seu filho ocupasse o seu trono»; «Sua majestade não tardou em prosseguir para a terra de Djahi, para matar os desobedientes que estavam ali e para dar bens aos que lhe eram fiéis». *IEI*, 88, 115.

²⁶ Sobre a problemática associada a este cargo, vide Daniela Martins, «*Até aos pilares do céu*», 110-114.

²⁷ A integração de núbios nesta instituição é anterior a este reinado.

²⁸ Sobre este assunto vide Bernard Mathieu, L'énigme du recrutement des «enfants du kep»: une solution? in *Gottinger Miszellen*, (177, Göttingen, 2000) 41-48; Silke Roth, «Harem» in *UCLA Encyclopedia of Egyptology* (disponível in <https://escholarship.org/uc/item/1k3663r3> - consultado em 6/1/2015), 1-19.

o faraó. As Cartas de Amarna são também um precioso testemunho deste procedimento. Nem todas as «crianças do *kap*» voltavam, porém, às suas terras de origem: umas faziam carreira no Egípto, na administração, no exército, e no próprio palácio²⁹.

Outra das estratégias diplomáticas e de controlo político foram os casamentos com princesas estrangeiras. Estes casamentos diplomáticos com princesas asiáticas não são conhecidos antes do reinado de Tutmés III, mas tornaram-se bastante comuns ao longo do Império Novo. Enquanto indicador de pactos e alianças políticas, a corte egípcia encheu-se de princesas babilónicas, mitânicas e hititas, sendo que algumas delas chegaram a rainhas. Distribuídas por diversos haréns (Mênfis, Tebas, Gurab, etc.), favoreceram a introdução de sangue novo na corte egípcia³⁰.

b) Os meios da diplomacia

Os reinos pré-clássicos faziam-se representar, nas cortes estrangeiras, por «embaixadores», «emissários» ou «comissários»³¹. Sendo uma prática comum, havia, para esse efeito, um código de conduta internacional para o tratamento destes representantes.

Se as Cartas de Amarna são, por um lado, uma das fontes mais importantes para podermos perceber o papel de certas pessoas que ao serviço do faraó eram vitais para o funcionamento de um sistema em rede, por outro, elas refletem um rico intercâmbio de mensagens não só com os reinos dependentes do soberano egípcio da Síria-Palestina, como também com outros grandes poderes da época. As Cartas de Amarna são também uma evidência da diplomacia – o tratamento pessoal e formal do início das cartas, quando o remetente se dirige ao destinatário, reflete bem um jogo político baseado em equilíbrios e desequilíbrios.

A transferência destas comunicações estava a cargo de mensageiros, os *iputiu*³². Esses mensageiros deviam reunir uma série de qualidades e competências para desempenharem o cargo, nomeadamente serem bons escribas, guias e intérpretes. Estavam encarregues de diversas tarefas, entre as quais trocar correspondência diplomática, comunicar mensagens orais, ler mensagens reais (funcionando muitas vezes como intérpretes das mesmas ou usando um indivíduo específico para o fazer), fazer a troca de presentes entre soberanos, levar para o Egípto as princesas estrangeiras dadas em casamento, recolher tributos para o faraó, e informar a corte egípcia sobre a política estrangeira³³. Graciela Gestoso Singer adianta ainda alguns atributos de carácter militar que estes deviam ter, entre os quais serem bons arqueiros e bons cavaleiros³⁴,

²⁹ Edda Bresciani, “L'étranger” in *L'Homme Égyptien*, dir. Sergio Donadoni (Paris: Éditions du Seuil, 1992).

³⁰ José das Candeias Sales, “Diplomacia”, *Dicionário do Antigo Egípto*, 278.

³¹ Uma das problemáticas transversais aos estudos deste período que diríamos «imperial» tem que ver com uma designação que é comumente usada pela historiografia, o termo «comissário». Esta terminologia, um tanto ou quanto dúbia quando tentamos, ao certo, especificar as suas funções, parece ser incapaz de estabelecer de forma clara uma categoria dentro da complexa burocracia egípcia, nomeadamente nestes contextos cronológico-espaciais. Esta terminologia, frequentemente usada nas Cartas de Amarna, tanto na sua tradução e edição francesa (1987) como inglesa (1992), parece atestar que durante o período da sua redacção (reinados de Amen-hotep III e Akhenaton) a administração egípcia da Síria-Palestina tinha-se desenvolvido, dividindo-se em três centros administrativos: Amurru (que era gerida a partir de Sumur), Upi (cujo centro seria Kumidi) e Canaã (controlada a partir de Gaza).

³² Graciela Gestoso Singer, *El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior: Desde el reinado de Thutmosis III hasta el de Akhenaton*, 71.

³³ *Ibidem*, p. 72. Vide também Donald Redford, *Egypt, Canaan and Israel in Ancient Times*, (New Jersey: Princeton University Press, 1993), 160-169.

³⁴ *Ibidem*.

o que reforça não só a ideia da necessidade de alguma celeridade na troca de correspondência como também que o mensageiro devia saber defender-se³⁵.

Um mensageiro não era pura e simplesmente um indivíduo responsável por fazer circular correspondência. No fundo, ele atuava como um representante do rei e, por isso, as suas missões e a sua designação estavam a cargo do vizir³⁶. Embora não tenhamos grandes referências aos mensageiros do período de Tutmés III, terá certamente existido uma rede operacional, pura e simplesmente porque o domínio de um espaço tão vasto necessitava garantidamente de uma conexão com o Egípto. Conhecemos, no entanto, o caso de um oficial para este reinado que é designado como mensageiro real, Nakht³⁷. Uma vez que a burocracia deste período é pautada, claramente, por um acumular de cargos, e visto que, numa primeira fase, a preponderância da gestão do Levante esteve nas mãos de militares, poderão ter sido estes, também eles, mensageiros? Atendendo ao facto de que a troca de correspondência não era somente com príncipes e reis da Ásia Menor, mas também com os oficiais egípcios destacados no terreno, parece que isto poderá fazer sentido, até porque as próprias guarnições poderiam, quiçá, trocar cartas e informações entre si.

Os mensageiros, enquanto elementos da diplomacia antiga, eram autênticos elementos de comércio, pelas trocas de bens que estavam associadas às suas funções, assim como elementos de vigia das atividades dos reinos onde eram enviados³⁸. Por isso, e pela importância destes, o código de conduta «internacional» das cortes para com os mensageiros, pressupunha que estes seriam bem tratados³⁹, e não deveriam ser retidos. Esse facto está de resto mencionado na estela de Gebel Barkal, datável do reinado de Tutmés III, onde o rei afirma: «[...] coloquei (?) o meu terror nos confins da Palestina e o meu comissário não é retido»⁴⁰. No período de Amarna, os mensageiros estrangeiros chegavam a ficar retidos no Egípto durante largos períodos (de um a seis anos)⁴¹, suscitando o inconformismo dos monarcas estrangeiros⁴². Analisando

³⁵ Na famosa Sátira dos Ofícios, diz-se, a respeito desta função: «The courier goes out to a foreign country, after he has made over his property to his children, being afraid of lions and Asiatics. And what of him, when he is in Egypt? When he arrives thence from the meadows and he reaches his home in the evening, the traveling has cut him down. His house is (only) an apron of brick. He does not return happy of heart.». *Ancient Near Eastern Texts relating to the Old Testament*, trad. John A. Wilson, (New Jersey: Princeton University Press, 1969), 433.

³⁶ Betsy Bryan, “Administration in the reign of Thutmose III” in *Thutmose III: a new biography*, ed. Eric H. Cline e David O’Connor (Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2009), 92.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ «Quer os embaixadores do faraó em terras estrangeiras quer os delegados estrangeiros que chegavam ao Egípto deviam fazer-se acompanhar de adequados presentes. Como mostram várias cenas inscritas e pintadas em túmulos e templos, as cerimónias de recepção de delegados com as suas exóticas e belas oferendas eram momentos de fausto e grande ostentação. Aojeitados ou prostrados no solo, rica e profusamente adornados, com típicas vestes e penteados, os emissários estrangeiros prestavam as suas homenagens ao faraó egípcio. A honra e a veneração que lhe prestavam inseriam-se no protocolo diplomaticamente correcto.» José das Candeias Sales, “Diplomacia”, *Dicionário do Antigo Egípto*, 277-278.

³⁹ «Lorsque j’ai vu tes [m]ess[a]gers, j’ai été très heureux. Certainement tes messagers séjourneront chez moi, et feront l’objet d’une gran[de solli]citude.» EA 16.

⁴⁰ Cf. *IEI*, 124

⁴¹ Graciela Gestoso, “Los mensajeros en la época de El Amarna”, *Revista de Estudios de Egiptología* (vol. 3, 1992), 68.

⁴² «Quant au retard avec lequel tes messagers t’ont rejoint, c’est que les Sutéens les poursuivaient (et) ils étaient en danger de mort. [Je] les ai [re]ten[us] jusqu’à ce que j’aie pu écrire et faire saisir pour moi les Sutéens qui (les) poursuivent. Il ne faut sûrement pas que mes messagers soient empêchés de me rejoindre. Pourquoi des messagers devraient-ils rester constamment au soleil et ainsi mourir au soleil? Si rester au soleil signifie un profit pour le roi,

a correspondência entre os pequenos reinos da Síria-Palestina que estavam sob o domínio faraônico, para além das reclamações constantes típicas do período amarniano, verificamos que estes também enviavam os seus próprios mensageiros à corte egípcia e a outras cidades levantinas próximas, embora não fique claro se se trata de mensageiros egípcios agregados a uma divisão administrativa ou cidade ou mensageiros locais⁴³.

Este grande sistema de troca de correspondência levará à necessidade da corte egípcia criar um departamento exclusivamente dedicado a esse efeito⁴⁴. No Império Novo tardio, a figura do mensageiro tornar-se-á num elemento romântico no âmbito literário⁴⁵.

Um mensageiro era, no fundo, também um «diplomata» e um espião. Porém, a espionagem terá tido, ainda, outros âmbitos, particularmente no que respeita às atividades bélicas, embora não tenhamos documentação sobre o assunto⁴⁶. Mas é de crer que tenha sido uma mais-valia nos tradicionais elos de ligação pró-egípcios, como será o caso de Biblos. Outras figuras que poderão ter tido um grande papel neste sistema de espionagem serão os comerciantes, as redes de intercâmbio de bens, que podiam ser «estatais» ou privadas⁴⁷. Uma vez que eram viajantes, certamente estavam a par de diversas situações, de forma direta ou indireta.

Um documento do reinado de Amen-hotep II deixa-nos conhecer o tipo de tratamento que os mensageiros estrangeiros teriam na corte egípcia no que respeita ao fornecimento de provisões alimentares durante a sua estadia. Genericamente, tinham direito a uma jarra de cerveja e a pouco mais do que um saco de trigo⁴⁸.

Para além dos mensageiros, temos ainda os agentes *rudju*⁴⁹, que eram responsáveis pela supervisão das atividades agrícolas (uma das obrigações dos subordinados levantinos), tendo ainda a supervisão das bases de abastecimento egípcias⁵⁰. Os agentes eram também enviados do rei para a realização de uma tarefa em específico – caso disso é o de Sennefri, que foi enviado ao Líbano para procurar madeira de cedro para o templo de Amon em Karnak⁵¹. Seriam eles pessoal militar ou «civil»?

que'il (le messenger) reste dehors et qu'il meure là au soleil, (mais) il faut que'il y ait un profit pour le roi lui-même. Ou si[n]on, pourquoi [mou]rraient-ils au soleil? Quant aux messagers que nous avons éch[angés] ... gardent-ils [mês] messagers en vie? On les fait mourir au soleil!» EA 16.

⁴³ Note-se que este sistema é também ele hierárquico e tem uma série de regras e procedimentos bem definidos. Por exemplo, um «vassalo» não tinha permissão para enviar «embaixadores» ou mensageiros a um outro reino sem consultar primeiro o seu senhor. No século XIV a. C., o Egito recebe embaixadores assírios, o que despoleta o protesto da Babilónia, que era sua suserana. H. W. F. Saggs, *Civilization before Greece and Rome* (Londres: B. T. Batsford Ltd., 1989). Cf. EA 87, EA 88, EA 92, EA 114, EA 117, EA 147, EA 161, EA 162, EA 171.

⁴⁴ A. K. Mohammad, “The administration of Syro-Palestine during the New Kingdom”, *Annales du Service des Antiquités d'Égypte* (n.º. 56, Cairo: 1959), 123-125.

⁴⁵ Betsy Bryan, “Administration in the reign of Thutmose III” in *Thutmose III: a new biography*, 92.

⁴⁶ Do reinado de Amen-hotep II temos a seguinte referência: «Logo, quando sua majestade viajava até ao Sul pela planície de Sharon, descobriu um comissário do chefe de Naharina levando uma carta selada de argila ao pescoço (...)» IEI, 157.

⁴⁷ Vide Juan Carlos Moreno García, “The ‘other’ administration: patronage system and informal networks of power in ancient Egypt” in *Ancient Egypt Administration*, ed. Juan Carlos Moreno García (Leiden: Brill, 2013), 1029-1065.

⁴⁸ IEI, 168-169.

⁴⁹ Graciela Gestoso Singer, *El intercambio de bienes entre Egipto y Asia Anterior: Desde el reinado de Thutmosis III hasta el de Akhenaton*, 71.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ J. J. Shirley, “What’s in a title? Military and civil officials in the Egyptian 18th dynasty military sphere” in *Egypt, Canaan and Israel*, ed. S. Bar, D. Kahn e J. J. Shirley (Leiden: Brill, 2011), 302. A cena repetir-se-á nos finais da XX

Os cargos no antigo Egipto não podem ser definidos de forma *tout-court* no que respeita às suas funções, até porque há uma série de cargos cumulativos. J. J. Shirley apresenta, no entanto, uma nova abordagem sobre o assunto, chamando a atenção para o seguinte facto: embora muitos oficiais apresentem referências de carácter militar nas suas biografias, isso não significa que tenham sido militares, ou que tenham desempenhado funções desse tipo.⁵² Um dos casos contemporâneos de Tutmés III é o de Tjanuni, o qual embora esteja associado ao exército, as suas funções são mais administrativas do que orientadas propriamente para um envolvimento pessoal no momento das batalhas⁵³. Em suma, estes indivíduos podiam somar uma ou mais funções e funcionavam como elementos fundamentais para a atuação egípcia no terreno, e na manutenção das possessões asiáticas.

Antes de Ramsés II estabelecer com o Hatti um tratado de paz que ficou famoso na História por ser o primeiro a estar documentado (século XIII a. C.), o segundo milénio abundava em manobras e estratégias diplomáticas. Quando Tutmés III avança militarmente para a Síria-Palestina (século XV a. C.), com o intuito claro de dominar esse espaço, mantendo-o sob a sua esfera de influência, a diplomacia afirmava-se como fundamental na sua estratégia política. Esse recurso sempre andou de «mãos dadas» com os avanços militares e a governação dos espaços conquistados. Os dados que anteriormente apresentámos demonstram, claramente, que há uma série de protocolos diplomáticos que, mesmo não sendo exclusivos do antigo Egipto, revelam que a diplomacia é, na essência, uma conceção transversal à história do homem, devendo ser, por essa mesma razão, estudada num âmbito cronológico abrangente e de forma interdisciplinar.

dinastia, quando o funcionário Uenamón vai a Biblos obter madeira de cedro para a barca de Amon em Karnak; vide Alan Gardiner, *Egypt of the Pharaohs. An introduction.* (Oxford: Oxford University Press, 1964), 306-313.

⁵² Cf. J. J. Shirley, “What’s in a title? Military and civil officials in the Egyptian 18th dynasty military sphere” in *Egypt, Canaan and Israel*, 291-318.

⁵³ *Ibidem*, 298.

Manuel Ramos*

O impacto de Alfarrobeira nas relações com o ducado da Borgonha

R E S U M O

As antigas relações entre Portugal e a Borgonha sofreram um novo incremento em 1430 com o casamento de D. Isabel com Filipe, o Bom. No entanto, em 1449, a morte trágica em Alfarrobeira do irmão Pedro, a negação da sepultura e o confisco dos seus bens e dos bens de seus filhos e partidários parecem ameaçar as estreitas e prósperas relações que até aí tinham existido. D. Isabel, protetora da família de Avis, financiou uma pequena embaixada à corte de D. Afonso V, encabeçada por Jean Jouffroy, deão de Vergy, com a finalidade de reverter a política do reino. No essencial pedia-se a revogação dos decretos de traição e confisco de modo a conseguir, para D. Pedro, sepultura cristã e devolução dos bens; para seus filhos, a restituição da herança paterna e dos bens pessoais; para os partidários do Infante, amnistia e recuperação dos bens. Como a corte recusasse todas as petições, D. Isabel acolheu na Borgonha três dos filhos do duque de Coimbra e promoveu-os a cargos internacionais. A perseguição da sua família de Avis, apesar de a ter sobressaltado, não foi motivo para fazer perigar as relações diplomáticas entre os dois estados.

Palavras-chave: Alfarrobeira; D. Isabel de Portugal; D. Pedro; Duque de Coimbra; D. Afonso V.

A B S T R A C T

The ancient relations between Portugal and Burgundy suffered a further development in 1430 with the marriage of Isabel with Philip, the Good. However, in 1449, the tragic death of his brother Pedro in Alfarrobeira, the denial of a burial grave and the confiscation of Pedro's possessions, his children's inheritance and his supporters' seem to threaten the close and prosperous relations that had existed until then. Isabel, protective of the Avis family, funded a small embassy to the court of King Afonso V, headed by Jean Jouffroy, dean of Vergy, in order to reverse the court's policy. The head of this embassy asked to revoke the decrees of treason and confiscation in order to achieve a Christian burial for Pedro; the devolution of the deceased nobleman's possessions to his children; amnesty and recovery of possessions to his former partisans. As the court refused to return the possessions, Isabel welcomed three of the Duke's children in Burgundy and promoted them to international positions. Although the persecution moved to the countess's family in Portugal frightened her and brought her some worries, there was no reason to endanger the relations between the two states.

Keywords: Alfarrobeira; Isabel of Portugal; Pedro; Duke of Coimbra; Afonso V.

* Docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos & Instituto de Filosofia).

1. Depois da batalha de Alfarrobeira, em que D. Pedro, duque de Coimbra, foi morto, mutilado e privado da sepultura cristã, seguiram-se as reações internacionais, quase todas elas de espanto e crítica pela morte do “Infante das sete partidas”. O ducado da Borgonha foi aquele que mais alto fez ouvir a sua voz e que mais lutou pela reabilitação da família ducal de Coimbra e partidários, por aí ser duquesa D. Isabel, irmão do duque de Coimbra e membro distinto da geração de Avis. A sua reação não se limitou ao envio de correspondência diplomática, como algumas cortes europeias, mas implicou o envio de uma embaixada chefiada pelo Deão de Vergy, com o objectivo de pacificar as partes em conflito.

Com este trabalho pretendemos abordar o impacto que o trágico desfecho teve nas relações diplomáticas com o ducado da Borgonha, especialmente a ação de D. Isabel (e não de Filipe, o Bom) para reverter a política portuguesa para com os vencidos e reabilitar o duque falecido; o envio de uma missão diplomática, sua reconstituição e ação junto da corte, em Évora, durante dois meses; a fuga de Portugal de partidários e filhos do falecido Infante e o acolhimento na Borgonha; o ambiente tenso de parte a parte e as ameaças; os fracassos e sucessos da missão diplomática e, por fim, o desanuviamento da tensão. Para isso, teremos em conta não só as ignoradas *orationes* que o deão de Vergy proferiu na corte portuguesa e a resposta da corte – são efetivamente a nossa principal fonte –, como também a restante bibliografia de referência sobre a problemática pós-Alfarrobeira, que é bem conhecida.

2. As relações dinásticas entre o reino de Portugal e o ducado da Borgonha remontam ao séc. XI, altura em que D. Henrique, filho do duque da Borgonha, chegou ao ocidente hispânico a rogo do abade de Cluny que pretendia a reforma da Península meio arabizada. Veio a ser o primeiro conde do condado portugalense (governando-o como delegado de D. Afonso VI, seu sogro) e, por casamento com D. Teresa, foi o pai do primeiro rei de Portugal. Mais tarde, no séc. XII, os cruzados da Flandres (território que fará parte do ducado da Borgonha), e de outros reinos do Norte da Europa viriam a ter papel de relevo na formação do território (e até na abertura dos portos portugueses ao comércio internacional) ao participarem ao lado de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I na conquista de cidades no centro e sul do país: Santarém, Lisboa, Alcácer do Sal e Silves, e no repovoamento desses territórios.

A ascensão da dinastia Valois da Borgonha ao condado da Flandres (1384) e da dinastia de Avis em Portugal (1385) marcará o início de prósperas e duradouras relações comerciais, quer por Filipe o Intrépido, primeiro conde-duque da Flandres-Borgonha, conceder em 1387 uma Carta de Seguro aos muitos comerciantes portugueses e mestres de naus que demandavam o seu Estado, quer pelo tratado de comércio entre Portugal e a Flandres, em 1389, que fomentará o comércio entre os dois reinos. A partir dessa altura, a comunidade portuguesa em Bruges – cidade que se tornará um grande entreposto de mercadores lusos - surge organizada com casa privativa, hospedarias e representantes da comunidade. Pela grande Carta de Seguro de dezembro de 1411 (renovada em 1421 por Filipe, o Bom, e em 1469 por Carlos o Temerário), o duque João Sem Medo renovou a benevolência pró-lusitana do pai e concedeu ancoradouros para as naus e barcas de Portugal.

Tais relações vão sofrer um novo incremento com o casamento, em 1430, de D. Isabel, filha de D. João I, com Filipe, o Bom, duque da Borgonha e conde da Flandres¹, não só pela renovação

¹ É um casamento que se insere na política internacional de D. João I e da legitimação da nova dinastia. (Vd. Aires A. Nascimento *et al.*, *Princesas de Portugal. Contratos matrimoniais dos séculos XV e XVI* (Lisboa: Edições Cosmos, 1992).

e acréscimo das concessões comerciais, como também por muitos portugueses passarem a viver nas cortes da Borgonha (havia de facto duas cortes, a da duquesa e a do duque, bastante maior)², ao serviço do casal ducal, quer como damas de honor e serviçais dos quatro estados (padeiro, escanção, trinchante e estribeiro), quer sobretudo como soldados incorporados no exército de Filipe, primeiro na guerra contra os franceses e depois ingleses. Também havia mestres de navios, carpinteiros e calafetadores de naus e pilotos que as capitaneavam, graças aos quais o duque pôde concretizar o seu programa de construção naval entre 1438-41 e realizar as suas expedições mediterrânicas de cruzada ao Oriente (1441-45). Um dos maiores contributos de Portugal para a economia da Flandres está justamente na facilidade concedida à construção naval.

3. Porém, em maio de 1449, um trágico acontecimento parece ameaçar as prósperas relações que até esse tempo tinham existido entre os dois estados: foi a morte violenta de D. Pedro, duque de Coimbra, e a punição severa que seus filhos e partidários receberam. Efetivamente, o conflito que opunha o antigo regente ao jovem rei D. Afonso V, dominado e instigado por seus cortesãos – D. Afonso, duque de Bragança, e seu filho D. Fernando, conde de Ourém, eram as figuras maiores do conselho régio e os maiores opositores da política do ex-regente –, vinha a agravar-se desde que o infante Pedro, terminada a regência (junho de 1448), abandonou a corte e passou a viver no ducado de Coimbra, e teria o seu epílogo a 20 de maio de 1449 nos campos de Alfarrobeira. A hoste do Infante, bem mais pequena que o exército real, foi completamente desbaratada nas imediações de Alverca, após breve refrega, e nela o comandante, ex-regente e antigo tutor do rei, perdeu a vida. Seus partidários foram presos e, entre eles, foi encontrado D. Jaime, o único dos filhos que acompanhou o pai a Alfarrobeira³.

Depois da refrega, foram postas em prática várias medidas punitivas contra os vencidos, que muito haveriam de comover a corte da Borgonha, principalmente a duquesa Isabel, irmã do duque de Coimbra, que era muito afeita à família de Avis: por ter morrido na condição de traidor, o cadáver de D. Pedro foi, com o consentimento do rei, mutilado e sofrido a pena da *insepultura*; seus bens, os bens dos filhos e partidários foram perdidos a favor do Estado sem a instauração de processo e os filhos do rebelde ficaram infamados, ou seja, inabilitados para a fruição de bens e honras.

Não podia ser aplicada maior punição a um nobre príncipe, filho de D. João I, nem há memória de que na casa real de Portugal fossem tomadas medidas tão duras contra um elemento da família real e ex-regente. A dureza das penas, consentidas pelo rei (que, com 17 anos, tinha idade para compreender o valor da reverência familiar) contra o seu preceptor, tutor, curador e familiar de estreita geração, tiveram ampla repercussão e indignação nacional e internacional, sobretudo na corte da Borgonha.

Pouco depois da peleja (final de maio), o rei D. Afonso V e seus cortesãos, receando que a morte do Infante “das sete partidas” que, nas palavras do embaixador da Borgonha, que a seguir apresentaremos, “havia espalhado por quase todo o mundo excelentes virtudes”⁴ viesse

² A corte de D. Isabel, constituída por ordem de Filipe a 5/2/1430, compreendia um efectivo global de 320 pessoas, entre eles bastantes portugueses, e era cerca de três vezes menor do que a do duque (Monique Sommé, *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne: une femme au pouvoir au XV.^e siècle* (Villeneuve d’Ascq (Nord): Presses Universitaires du Septentrion, 1998, 481, 226 ss.).

³ O primogénito D. Pedro, condestável, andava homiziado em Castela. Por isso, o secundogénito D. Jaime, de 16 anos, foi o único dos filhos a acompanhar o pai a Alfarrobeira.

⁴ III *oratio*, 546. D. Pedro era pessoa viajada, a ponto de Veiga Simões dizer hiperbolicamente que “Partiu um homem medieval e voltou um homem moderno” (*apud* Alfredo P. Marques, *Vida e obra do infante D. Pedro* (Lisboa: Gradiva Publicações, 1996), 37). Viajara de 1425 a 1428, não como o romanceou o livro de Gomes de Santo Estevão, um

a causar-lhes desfavorável impressão na Europa, onde este príncipe gozava de grande estima, acharam necessário justificar a sua violenta morte. Redigiram, então, uma Carta de Crença⁵ “asaz fea e muy defamatoria”⁶, a qual, descrevendo de forma cronológica os acontecimentos políticos antes, durante e após a regência, apresentava a sua morte em combate como um castigo da providência, justo e retardado, motivado pela sua ambição desmedida, rebeldia e traição.

Foi prontamente enviada a algumas cortes europeias, de onde era esperada uma mais viva reação: a Roma (talvez por intermédio de Vasco Fernandes de Lucena)⁷, à corte castelhana de D. João II⁸, mas principalmente ao ducado da Borgonha, que no séc. XV era formado por um aglomerado de territórios de que também fazia parte a Flandres, onde os duques viviam.

A preocupação que os inimigos do infante tiveram em endereçar uma carta credencial à Borgonha deve-se, em primeiro lugar, ao facto de aí ser duquesa D. Isabel (1397-1471), irmã do duque de Coimbra, membro distinto da geração de Avis e protectora e benfeitora da família de Avis; em segundo lugar, ao facto de, após Alfarrobeira, a Flandres se ter convertido num centro de exilados políticos lusos; em terceiro lugar, pelas estreitas e prósperas relações entre a casa real de Portugal e a casa ducal da Borgonha, as quais, sendo antigas - como já referimos -, sofreram um novo incremento com o casamento de D. Isabel com Filipe, o Bom.

4. O habitual modo de reação e protesto das cortes europeias, às quais foi participada a violenta morte do infante, foi o endereço de cartas repreensíveis, contrárias às expectativas da corte e críticas da postura do rei e dos conselheiros, como informa a *Crónica de D. Afonso V*:

... cujas repostas nom vieram conformes a sua (de D. Afonso V) tençam, antes todas sem exceçam, com apontamentos de muytos louvores e grandes merecimentos do Yfante, enviaram acerca da sua morte muyto reprimir ElRey, avisando pryncipalmente as paixões partyculares, e enganos dos de seu conselho, e escusando em alguma maneira sua pouca e nam madura ydade (Rui de Pina, cap. CXXIX, p. 757).

As *orationes* do deão de Vergy⁹ - que, como já dissemos, sendo muito pouco conhecidas, constituem a nossa principal fonte - confirmam as palavras da *Crónica* e o desagrado que as

dos doze que foram na sua companhia (Gómez de Santisteban, *Libro del Infante Don Pedro de Portugal* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962), e Oliveira Martins, *Os filhos de D. João I* (5ª ed., Lisboa, 1926), 77-112: pela Terra Santa e Egipto, mas pelos mais avançados centos culturais, políticos e religiosos da Europa (*as sete partidas da Europa*) (Vd. Francis M. Rogers, *The travels of the infante Dom Pedro of Portugal* Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1961, *passim*).

⁵ António J. Dias Dinis, *Monumenta Henricina*, vol. X (Coimbra: Univ. de Coimbra, 1969), doc. 49, 71-79.

⁶ Rui de Pina, “Cronica do Senhor Rey D. Affonso V”, in *Crónicas*, introd. e revisão de M. Lopes de Almeida (Porto: Lello & Irmãos Editores, 1977), cap. CXXIX, p. 757.

⁷ Jorge Faro, *Receitas e despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (Subsidios documentais)* (Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1965), 79, refere a ida a Roma em 1450 do Doutor Vasco Fernandes de Lucena, numa embaixada enviada por D. Afonso V. Segundo Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico* (Lourenço Marques, 1973), 846, deve ter tido o propósito de justificar junto do Papa a reação do monarca contra o infante D. Pedro.

⁸ À corte de Castela foi enviado a 24 de Maio Afonso Pereira (Jorge Faro, *Receitas e despesas*, 79; cf. Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*; I (Lisboa, 1866), 348).

⁹ Manuel Ramos, “*Orationes* de Jean Jouffroy em favor do infante D. Pedro (1449-1450) – Retórica e Humanismo Cívico” (Diss. Doutoramento, Universidade do Porto, 2007).

cartas credenciais causaram nas cortes aonde foram enviadas: “foram enviadas cartas a poucas individualidades estrangeiras, as quais ficaram desagradadas com o seu conteúdo” (II *oratio*, linhas 104 ss.); “por certo, rei sereníssimo, se houver alguém, insensato, que acuse teu tio de ter cometido um horrendo crime de alta traição, não haverá nenhum estrangeiro que acredite, por mais insensato que seja” (III *oratio* 573 ss.).

Pedro Carrillo de Huete fala da reação do rei de Castela, D. João II¹⁰: “E de aquesta muerte deste Yfante dom Pedro ovo mucho enojo el Rey don Juan de Castilla, por quanto era mucho cosa suya, e avia dado fauor contra sus contrarios, e creya tener por su causa gran parte en el reyno de Portugal.”

A reação censurável do Sumo Pontífice é conhecida por uma carta reproduzida pelos editores de Vespasiano da Bisticci. Nicolau V, informado por D. Isabel acerca da luta familiar e concededor da crueldade atroz com que D. Pedro foi punido, incitava o *tyrannico* rei de Portugal a ler o *De clementia* de Séneca: “ut clementiam tuam in diem augeas ac mitiorem te praebeas erga eos quos tibi natura arctissime coniunxit...” (para que aumentes a tua clemência dia-a-dia e te mostres mais manso frente àqueles a quem a natureza tão intimamente te uniu...).

Se a reação das cortes estrangeiras passou, como foi referido, pelo envio de cartas repreensíveis, o protesto do ducado da Borgonha junto de D. Afonso V foi mais formal e contundente: não se limitou ao despacho de cartas, mas envolveu o envio de uma pequena embaixada, sendo procurador ou mandatário dos duques Jean Jouffroy, deão de Vergy, referendário papal, jurista *in utroque iure*, conselheiro ducal e embaixador experimentado. Como os recentes acontecimentos feriam a sua honra régia e era mácula que apanhava em cheio o orgulho da família de Avis, imediatamente a duquesa Isabel preparou o envio a Portugal de uma delegação. Ainda que o embaixador se apresente como representante do casal ducal e de seu filho Carlos, senhor de *Charolais*, é indubitável que a ação diplomática foi promovida por D. Isabel, que o embaixador foi por ela instruído e que a delegação foi paga a expensas suas, pois possuía abundantes recursos pecuniários. Exercendo funções políticas ao lado de seu marido, como mulher de Estado, não admira que este caso (tal como outros relativos às questões peninsulares) ficasse sob a sua alçada. Pretendia inverter a orientação política da corte portuguesa para com os vencidos de Alfarrobeira, recorrer da sentença de crime de lesa-majestade decretada contra D. Pedro, impugnar os decretos de traição e ainda defender para os seus familiares nobres, tão desonrados, os valores feudais da nobreza tradicional: “honra e proveito” (incluindo neste os bens), estatuto, proibidade e magnanimidade.

Diz Fierville que “c’était là plutôt une députation de famille qu’une ambassade officielle”¹¹. Talvez seja por isso que são ignorados os elementos da delegação encabeçada pelo deão de Vergy, mas é de supor (tal como aconteceu com a embaixada borguinhã de 1428/29, que se deslocou a Portugal para negociar o casamento da infanta Isabel com Filipe, o Bom) que se fizesse acompanhar com algum pessoal técnico e alguns serviços indispensáveis para uma viagem de longo e difícil curso. A embaixada de 1428/29, chefiada por Jean de Ligne, senhor de *Roubaix*, é bem conhecida por contar com a descrição detalhada em língua castelhana e

¹⁰ *Apud* Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira*, 516-17.

¹¹ Charles Fierville, *Le Cardinal Jouffroy et son temps. Étude historique. Thèse pour le doctorat ès lettres* (Coutances, 1874), 153.

francesa de um autor anónimo, o rei de armas *Flandres*¹², e dá-nos uma imagem do que poderá ter sido, ainda que com menor comitativa, a embaixada de 1449/50¹³.

5. A triste notícia da morte do infante ocorrida em Alfaroqueira e a calamidade que se abateu sobre a família ducal de Coimbra devem ter sido comunicadas aos duques, que nessa altura residiam em Bruges, nos meados de julho desse ano, pois no dia 19 desse mês D. Isabel mandou realizar uma cerimónia religiosa em sufrágio da alma do irmão Pedro¹⁴. É provável que o emissário da carta credencial (a referida carta difamatória que, descrevendo a regência de D. Pedro, apresentava a sua morte em combate como um castigo de Deus) e do relato dos últimos acontecimentos da política portuguesa tenha sido o embaixador Rodrigo Leonardes¹⁵, ou João Vaz de Almada¹⁶, que por essa altura visitaram o ducado da Borgonha.

Sabemos por uma carta de quitação¹⁷ que o embaixador Jean Jouffroy partiu com urgência de Bruges, de junto da duquesa, a 11 de agosto de 1449 e que, passados dois dias (dia 13), foi alcançado, talvez no porto da Eclusa, por um correio expresso que lhe levava mais instruções da parte da duquesa: “touchant lesdictes lettres aucunes matieres deppendans de ladictie ambassade; et pour son retour.” Na I *oratio*, o orador fala do momento em que se despediu da sua senhora em Bruges e da forma como a calamidade familiar a abalou profundamente. Lembra ainda que, ante a urgência, nem sequer pôde enviar uma carta ao sobrinho rei: “Embora te venere e ame, ela não pôde enviar-te uma carta, mas gemidos; ela banhou-se em lágrimas quando se despedia de nós, que estávamos de partida, e ante a dor nem se atreveu a falar.” (I *oratio* 146-48).

Ainda que o seu itinerário não seja conhecido, presumimos que (ao contrário do regresso) realizou uma viagem marítima, embarcando no porto da Eclusa, na Flandres, aproveitando talvez as carreiras regulares de navios venezianos, genoveses, florentinos, catalães ou portugueses. Neste tempo, o modo mais fácil de deslocação era a rota marítima. Assim sucedeu com a embaixada de 1428/29 e, poucos meses depois, sucederá, no sentido inverso, com a princesa Isabel e sua numerosa comitativa. No exórdio da II *oratio*, o orador refere-se à dificuldade da

¹² Vd. Joaquim de Vasconcelos, “Voyage de Jehan Van-Eyck, 1428-1430 / Viaje de Juan Van-Eyck, 1428-1430”, *Revista de Guimarães* (vol. 14, n.º 1, 1897), 5-45; e n.º 4, 145-160; Jacques Paviot, *Portugal et Bourgogne au XI^e siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes* (Lisboa-Paris: Centre Culturel Cal. Gulbenkian, 1995), 204-218; A. H. de Oliveira Marques, “O Portugal do tempo de infante D. Pedro visto por estrangeiros (a embaixada borguinhã de 1428-29)”, *Biblos* (vol. 69, 1993), 59-78.

¹³ Embarcaram no porto da Eclusa, perto de Bruges, em dois navios venezianos que faziam parte de um comboio regular. Entre o pessoal técnico contava-se o chefe da missão, dois conselheiros e camareiros, um clérigo doutor em direito canónico (foi ele que apresentou em latim, perante o rei e seus filhos, o assunto da missão), um despenseiro (responsável pelas despesas da embaixada) assistido por um clérigo, o famoso pintor Jean Van Eyck, dois nobres escudeiros e dois reis de armas. Havia ainda muitos servidores. No total seriam algumas dezenas de pessoas. Depois de Van Eyck retratar fielmente a infanta, foram enviados dois reis de armas (um por mar e outro por terra) ao duque para lhe dar conta da missão, levar o retrato ao natural e a proposição do contrato de casamento. Estes emissários demoraram menos de um mês de Bruges (5 de maio de 1429) a Lisboa (2 de junho). Porém, a embaixada borguinhã de 1428-29 demorou na sua viagem marítima (Bruges - Lisboa) dois meses e nove dias; no regresso a princesa Isabel e a numerosa comitativa demoraram dois meses e dezassete dias.

¹⁴ Monique Sommé, *Isabelle de Portugal*, 23 e 332.

¹⁵ Segundo Jacques Paviot, *Portugal et Bourgogne au XI^e siècle (1384-1482)*, 44, 377.

¹⁶ Segundo J. Verissimo Serrão, *Relações históricas entre Portugal e a França (1430-1481)* (Paris, 1975), 30. Cf. Jorge Faro, *Ibidem*, 78.

¹⁷ Jacques Paviot, *Portugal et Bourgogne au XI^e siècle (1384-1482)*, 377, doc. 303.

viagem “através de tão grandes perigos enviados” (17), mas isso tanto pode significar que, de facto, a embaixada correu algum perigo, como pode ser um mero *topos* oratório e mais um argumento do *pathos* arremessado ao coração do rei.

Supomos que, de Bruges a Portugal (porto de Lisboa), deve ter demorado um pouco mais de um mês; e de certeza que, entre os elementos da embaixada, havia portugueses ao serviço da duquesa, que lhe poderiam facilitar a deslocação a/em Portugal e o desempenho diplomático.

Supomos que, quando o embaixador chegou a Portugal, no início de outubro, deva ter pedido permissão régia – nesse tempo a corte estava em Évora -, através dos seus arautos, para se deslocar à região de Coimbra, ao encontro da duquesa viúva, a qual, depois da batalha, se ausentou do paço ducal com as três filhas menores (Beatriz, Filipa e Catarina) e procurou refúgio em casas religiosas, ainda que não tenha perdido a dignidade ducal¹⁸. De uma referência visual da *I oratio* 141-43, é seguro asseverar que, de facto, o encontro ocorreu: “Dá pena ver o semblante miserando da sua cunhada de Coimbra, como também o séquito feminino e as suas três filhas em pranto...”. Deve ter comunicado à duquesa viúva, em nome de D. Isabel, que seus filhos podiam contar com a ajuda da tia da Borgonha caso desejassem protecção e sustento fora do país. Três dos filhos mais crescidos: Jaime, João e Beatriz (recorde-se que o Condestável estava homiziado em Castela), pela falta de sustento, mas sobretudo por não se sentirem seguros, aceitaram a proposta e ausentaram-se do país, se é que algum deles não tinha já partido. A verdade é que os três irmãos passaram por Castela, não se sabendo se algum deles visitou o irmão homiziado. A 24 de novembro, dia previsto da receção da embaixada borguinhã, mas que viria a ser adiada por razões desconhecidas, já os três jovens tinham partido:

Não pedimos que os teus primos regressem ao reino, nem que nele queiram estabelecer-se, nem que possam apresentar-se sem perpétuo e acerbíssimo luto, mas que, espoliados de todos os bens, não mendiguem. Pedimos as rendas dos domínios paternos, os rendimentos do feudo e do mestrado de Avis. (Bibl. de Santa Iglesia Catedral de Burgo de Osma, fol. 116r a).

E na *I oratio* (6 de dezembro), onde é exposta a situação da família de Coimbra, é dito que os filhos de D. Pedro foram esbulhados dos bens e que, por falta de sustento, tiveram de se expatriar, recebendo, dessa forma, protecção dos estranhos e não do rei, que é primo direito:

... tua ilustre família de Coimbra, a grande esperança da tua raça, brio e flor do teu sangue, expatriada, esbulhada do domínio paterno, prófuga e, por nações estrangeiras, despojada de todos os bens ... (*I oratio* 104-06); ... afugentados dos lares paternos ... (*I* 137); estão proscritos deste reino os netos do famoso rei, que vos instruiu nas insígnias da paz ... (*I* 214); ... expulsar algures pelo mundo os três ilustres primos co-irmãos do mesmo rei (*I* 246-47); ... ele (D. Jaime) incorreria em todas as trágicas maldições: ficar sem casa, sem pátria, vivendo o seu dia-a-dia errante, miserável, desprezado e proscrito (*III* 687 ss.).

¹⁸ Quanto à viúva D. Isabel de Urgel, “Não restam dúvidas de que... permanecerá nas terras do seu ducado até à morte, sempre rodeada de alguma conveniente discrição e, ainda, de segurança pessoal... mantendo direito à residência no palácio régio de Coimbra, capital do ducado, e incólumes os seus direitos jurídicos de tutora e curadora”. (Saul A. Gomes, *D. Afonso V* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006), 83, 84).

No dia 10 de janeiro de 1450, D. Jaime chegou a Bruges, depois de ter permanecido algum tempo em Castela, na companhia do irmão João e talvez de D. Beatriz. Segundo Jacques Paviot¹⁹, na linha de Olivier de la Marche²⁰, D. Beatriz e D. João chegaram acompanhados no dia 26 de novembro do mesmo ano. Tal retardamento em relação a D. Jaime deve ter sido motivado, não por terem permanecido junto do Condestável, mas sim do rei de França, pois é certo que D. Jaime enviou o irmão João (e talvez Beatriz) para a Borgonha via corte do rei de França²¹.

Por conseguinte, parece óbvio que a expatriação dos três jovens ocorreu graças à intervenção do embaixador da Borgonha; e que excetuando o Condestável, obrigado a homiziar-se em Castela pouco antes de Alfarrobeira, o exílio de D. Jaime, Beatriz e João não foi imposto pelo rei, mas forçado pela carência material e, mais ainda, pela falta de segurança. De facto, ninguém toma de ânimo leve a decisão de partir para a Borgonha sem previamente haver alguma instrução ou anuência para poder fazê-lo. Desta forma encontramos explicação para o facto de só a 6 de dezembro de 1449 (um pouco mais de quatro meses depois da partida de Bruges) o orador ter sido recebido na primeira audiência pública, na presença do rei Afonso V e do conselho régio, irascíveis com o antigo regente e perturbados com a presença da embaixada da Borgonha.

6. Eis agora em quadro a reconstrução da embaixada da Borgonha:

Ano de 1449	
20 de maio	Batalha de Alfarrobeira
Final de maio	Envio de cartas credenciais, difamatórias para a memória de D. Pedro, a algumas cortes europeias (entre as quais a Borgonha) a justificar a sua morte violenta
Meados de julho	A duquesa D. Isabel teve conhecimento da morte do irmão
19 de julho	D. Isabel mandou celebrar uma missa em sufrágio da alma de D. Pedro
11 de agosto	Partida de Bruges da embaixada borguinhã, chefiada por Jean Jouffroy, Deão de Vergy
13 de agosto	Jouffroy é alcançado por um correio expresso que, da parte da duquesa, lhe levava mais instruções sobre a embaixada a Portugal e sobre o seu regresso por Castela.
Finais de setembro / inícios de outubro	Chegada a Portugal, possivelmente ao porto de Lisboa, da embaixada borguinhã.

¹⁹ Jacques Paviot, "Portugal et Bourgogne au XV.^e siècle, 46.

²⁰ Olivier de la Marche, *Crónica*, t. II., p. 135 ss., *apud* Jacques Paviot, *Ibidem*, 45.

²¹ Diz D. Pedro Condestável a D. Jaime na *Tragédia de la insigne reina Dona Isabel*, 78 e 78v: "Don Johan, tu hermano,... el que salio, muerto el padre, fuyendo de casa de la muy devota e muy virtuosa infante su madre, solo e menguado nifio, assi como Orestes. E despues estovo en Castilla contigo (D. Jaime), e lo embiaste para la corte dei rey de França, donde honorablemente fue rescebido a casa de aquella muy noble princesa su tia, duquesa de Bregona, ado esta."

Logo depois	Deslocação de arautos a Évora, onde se encontrava a corte, para pedirem autorização para que a embaixada pudesse deslocar-se em território nacional
Meados de outubro e parte de novembro	Deslocação do embaixador à região de Coimbra, ao encontro da duquesa viúva (D. Isabel de Urgel) e de seus filhos órfãos, que passaram a morar em casas religiosas. Por essa altura, três dos filhos de D. Pedro abandonam o reino
Meados de novembro	Jean Jouffroy desloca-se à corte, em Évora, para prosseguir o desempenho das suas funções diplomáticas. Passa a morar na corte durante a sua permanência em Portugal
24 de novembro	Foi marcada na corte, em Évora, a receção da embaixada. Jouffroy preparou o discurso de abertura para este dia, mas, por razão desconhecida, a receção foi adiada. Este discurso conserva-se independente do seguinte
6 de dezembro	Receção da embaixada. Prolação da I <i>oratio</i> . Este discurso foi elaborado a partir do anterior
Pouco depois	A campa rasa na igreja de Alverca foi profanada e os restos mortais de D. Pedro levados para lugar ignorado dos familiares e da embaixada. Os inimigos do infante recebiam que o embaixador da Borgonha os levasse
25 a 28 de dezembro	Segundo Baquero Moreno ²² , deslocação do rei a Lisboa para conter e reprimir a rebelião contra a judiaria
26 de dezembro	Em sessão intercalar e sem a presença do rei, a corte deu ao embaixador uma cédula - com ordens de a levar aos duques da Borgonha -, que recusava de forma categórica as petições da embaixada. O embaixador afirma que tinha tanto de belo, pelo estilo floreado (imitando o estilo de Jouffroy), como de trágico, por ser contundente na negação das petições
29 de dezembro	Prolação em Évora da II <i>oratio</i>
Ano de 1450	
10 de janeiro	Chegada de D. Jaime a Bruges na companhia de cavaleiros e gente nobre, igualmente fugitivos do reino de Portugal, encontrando-se com a tia no dia seguinte. Não chegou na companhia dos dois irmãos porque seguiram itinerários diferentes a caminho da Borgonha
12 de janeiro	Prolação em Évora da III <i>oratio</i>
Pouco depois	Nova sessão intercalar que, de forma oral, rejeitava definitivamente as petições da embaixada
16 de janeiro	Apesar da rejeição das petições da embaixada, Jouffroy ainda proferiu uma IV <i>oratio</i> , em jeito de despedida.

²² Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira*, 519.

Pouco depois	Respeitando as instruções de D. Isabel, o regresso da embaixada foi feito pela corte de D. João II de Castela. É possível que o interesse do Deão em visitar a corte castelhana se deva não só ao desempenho de assuntos diplomáticos, mas também ao interesse em encontrar-se com o Condestável, exilado em Castela
Meados de abril	Chegada do embaixador a Bruges. D. Isabel toma conhecimento da resposta da corte portuguesa, da animosidade contra D. Pedro e filhos e da violação da sepultura e ocultação dos restos mortais
Pouco depois	D. Isabel apresenta queixa ao Papa Nicolau V
21 de maio	Pelas letras <i>Querelam dilecte</i> , Nicolau V ordenava que, sob pena de excomunhão, os culpados no transporte e ocultação do corpo do infante o entregassem às pessoas escolhidas pela duquesa no prazo de 30 dias, para lhe ser dada sepultura cristã
26 de dezembro	Chegada a Bruges de D. João e D. Beatriz na companhia de alguns exilados. O retardamento da chegada a Bruges em relação ao irmão Jaime parece dever-se à permanência deles, durante algum tempo, junto do rei de França e não junto do Condestável (vd. nota 21)
Anos de 1451 e 1452	Tendo o pontífice sido informado por D. Afonso V de que havia sido dada sepultura cristã ao corpo de D. Pedro durante o ano de 1451, expediu as letras <i>Romani pontificis</i> (1 de janeiro de 1452) que revogava e anulava a anterior bula e livrava da excomunhão e de outras penas aqueles que nelas incorreram. Caminhava-se, dessa forma, para a pacificação do conflito

7. Depois da deslocação da embaixada borguinã à região de Coimbra, ao encontro da duquesa viúva e de seus filhos; depois da partida para a Borgonha de três dos filhos do duque de Coimbra por intermediação do embaixador, a restante ação diplomática passa a decorrer em Évora, onde se encontrava a corte. Aí se instala, por volta do dia 20 de novembro, a pequena comitiva da Borgonha e aí, na corte, ficará hospedada durante os cerca de dois meses de permanência em Évora (*circa* 20 de novembro – 20 de janeiro).

A ação diplomática ocorreu em cinco sessões públicas e solenes: 6, 26 e 29 de dezembro de 1449 (a sessão de 24 de novembro não chegou a ter lugar); 12 e 16 de janeiro de 1450 e sessões particulares e informais que a oportunidade de o embaixador morar na corte lhe permitia. Nos discursos há ecos desses contactos ocasionais do embaixador com os cortesãos, irascíveis com o antigo regente, que mostram como Jouffroy se esforçou em os demover. Em quatro das cinco sessões públicas, Jouffroy foi o protagonista por ter perorado à corte e apresentado os requerimentos e súplicas dos seus senhores; numa quinta sessão (26 de dezembro), muito possivelmente sem a presença do rei, ausente em Lisboa, foi recebido em audiência para ouvir de um *orator* a contundente resposta da corte às suas pretensões, cujo texto não se conserva, mas há ecos do seu conteúdo nas *orationes*.

Vistas em conjunto, as quatro *orationes* do Deão, teólogo e jurista de formação, formam uma unidade oratória em que a I assume a função de introdução, a II e a III de desenvolvimento e a IV de conclusão. Postas em confronto com a Cédula outorgada pela corte em nome do rei, as *orationes* assumem a função de defesa dos vencidos de Alfarrobeira, especialmente da família ducal e dos interesses de D. Isabel, tal como a resposta da corte assume o papel de acusação, de deformação da pessoa dos vencidos, especialmente do Infante, e a defesa dos interesses dos vencedores de Alfarrobeira²³.

Em termos de conteúdo, os quatro discursos revelam, através do seu embaixador, uma mensagem de cariz político expressa por D. Isabel, “justa, útil e honrosa para o rei e o reino”, a qual é, no geral: conseguir a revogação do decreto de traição e confisco de D. Pedro, filhos e partidários, de modo a conseguir, para D. Pedro, sepultura honrosa, *dignitas* e a devolução dos bens e honras; para seus filhos, netos de D. João I, a restituição da herança paterna e dos bens pessoais (como é o caso do Mestrado de Avis de D. Pedro Condestável) de modo a poderem viver dignamente à custa dos próprios meios e não dependentes da caridade de estranhos; para a nobreza partidária do duque de Coimbra, amnistia e recuperação dos bens; finalmente, pacificar o reino e “sara as feridas que o conflito civil abriu”. No fundo, o grande objectivo da embaixada é conseguir para a família ducal honra e devolução dos bens, até porque a um nobre, como diz Jouffroy, “confiscar os bens é como matar”.

No entanto, quando chegou o momento de o embaixador ser recebido em audiência, a 26 de dezembro, para ouvir o veredicto da corte, foi-lhe dada por escrito uma extensa resposta (cédula), como ordem de a entregar aos duques da Borgonha, em que, de forma contundente e pouco cortês, se negavam todas as petições da embaixada e se insistia, em 13 objeções, no crime de rebeldia do infante Pedro, de suas tropas e do filho Condestável. Desabafou o embaixador, na II *oratio*, que tal cédula tinha tanto de belo, pela natureza retórica do texto, como de perverso, por insistir na traição do antigo regente e colaboradores, causa única da negação das pretensões da embaixada.

Como Jouffroy tem liberdade de gerir o conflito diplomático da forma que entender, com vista à obtenção de sucesso, as suas atenções vão-se fixar na questão da apreciação do carácter do duque de Coimbra, da sua ação política e da participação dos seus colaboradores (tropas e filho Condestável), pois a contundente Cédula e as suas 13 objeções assim exigiam. Não cabe neste artigo, pela sua extensão, apreciar a conduta e o carácter do ex-regente, assunto que se relaciona com outros dois: apreciação de D. Afonso V como rei (até que ponto é um jovem manipulado pela corte) e do comportamento do condestável D. Pedro antes do conflito (recrutamento de soldados para o exército de seu pai). Cabe apenas dizer que o embaixador, jurista *in utroque iure*, no que à pessoa de D. Pedro, partidários e filhos (Condestável e D. Jaime) diz respeito, mostrou de forma bastante convincente os atropelos da corte à justiça, refutou a tese da traição, afastou os fundamentos do confisco dos bens, principalmente do Mestrado de Avis, e criticou as ordenações do reino (Ordenações Afonsinas) e a manipulação do jovem rei. Reconhece, no entanto, na pessoa de D. Pedro, vícios de carácter e o grande erro político de marchar sobre Lisboa. A historiografia posterior reviu-se nas suas apreciações.

²³ Nestes casos de oposição ideológica, a verdade terá de ser encontrada no meio de ambos os discursos, mas sem dúvida mais perto do ponto de vista do Deão do que dos coléricos vencedores de Alfarrobeira, incapazes de avaliar com imparcialidade.

No entanto, apesar das razões que assistem o embaixador, a corte voltou a negar, desta vez de forma oral e definitiva, as suas pretensões, “quer o infante Pedro tenha ou não sido traidor”. Pouco depois, a embaixada da Borgonha abandonou Portugal, desta vez ao encontro de D. João de Castela e do condestável Pedro, homiziado em Valença antes de Alfarrobeira, e levando na bagagem a D. Isabel a cáustica resposta da corte portuguesa.

8. Não tendo as pretensões da duquesa da Borgonha sido atendidas, especialmente no ponto em que o embaixador mais insistiu: a devolução dos bens à família do duque de Coimbra, D. Isabel ofereceu asilo na Flandres a três dos seus filhos: Jaime, João e Beatriz (além de outros exilados políticos), honrou-os com copiosas pensões, graças ao seu poder político e financeiro, proveniente de abundantes recursos fundiários e fiscais, e destinou-os a carreiras internacionais²⁴.

De entre os filhos do duque de Coimbra, é a D. Jaime (c. 1433-59) que o embaixador dedica mais atenção e que a tia Isabel honrará com maior pensão na Borgonha. É provável que essa afeição seja devida ao facto de D. Jaime ter sido o único dos filhos do Infante a participar na batalha ao lado do pai e aí ter ficado prisioneiro, “aparelhado pera o cutello” segundo a *Crónica de D. Afonso V*²⁵. Sabemos pelos discursos (IV *oratio* 32 ss.; 225 ss.) que, após a *terminus* da batalha, alguns cortesãos, qualificados pelo embaixador como “gladiatores”, pediram ao rei a sua morte e a dos principais partidários do ex-regente, coisa que ele não consentiu, mostrando a sua autonomia de rei²⁶.

A sua formação onerosa em Roma, no mosteiro dos Olivetanos vai ser financiada pela duquesa²⁷. Graças às muitas recomendações da tia e aos benefícios que os duques lhe granjearam²⁸, vai subir rapidamente na hierarquia eclesiástica: prebostado de São Pedro em Lille, administrador do bispado de Arras e de Lisboa, cardeal-diácono de Santo Eustáquio, bispado de Pafos, no reino de Chipre, tendo recebido o chapéu cardinalício em Roma a 2 de dezembro de 1457. O duque da Borgonha quis ainda fazê-lo nomear abade da abadia de *Notre-Dame à Chatillon sur Sene*²⁹, cargo que não pôde desempenhar por ter falecido em Florença, em agosto de 1459, com a idade de 25 anos.

D. João (1437-57) não participou na batalha de Alfarrobeira, pois nessa altura era uma criança de 12 anos. Não obstante, foi igualmente privado da herança paterna, acto que indignou o embaixador. A duquesa chegou a pedir a Henrique VI da Inglaterra a sua admissão na corte, mas não viria a concretizar-se por ter enveredado pela carreira militar e política ao serviço do duque. O seu casamento com Carlota da Lusignan (da dinastia francesa dos Lusignan, que reinava em Chipre) insere-se no projecto de cruzada dos duques, que viam com bons olhos a vantagem que poderiam tirar da presença portuguesa e borgoinesa em Chipre. Porém, no verão de 1457, adoeceu e morreu de súbito, o que fez supor a possibilidade de envenenamento. Foi o primeiro dos sobrinhos exilados a falecer prematuramente; dentro em pouco perecerá D. Jaime (1459) e D. Beatriz (1462), sem que nenhum atingisse a idade de 30 anos.

²⁴ Para os domínios de D. Isabel, vd. Monique Sommé, *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne*, 123 ss.; para os filhos de D. Pedro, vd. Saul A. Gomes, *D. Afonso V* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006), 86-90.

²⁵ Rui de Pina, *Crónica*, cap. CXXIV, p. 750.

²⁶ Tal como não seguiu o conselho daqueles que sugeriam divorciar-se da rainha D. Isabel, por ser filha do duque de Coimbra.

²⁷ Monique Sommé, *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne*, 78, 81; Jacques Paviot, *Portugal et Bourgogne au XVI^e siècle (1384-1482)*, 46-47; doc. 309, p. 380; doc. 310, p. 381.

²⁸ Cf. António J. Dias Dinis, *Monumenta Henricina*, vol. XI (Coimbra, Univ. de Coimbra, 1969), 76-79, 87-91.

²⁹ Jacques Paviot, *Ibidem*, doc. 353; Monique Sommé, *Ibidem*, p. 83.

D. Beatriz foi dada em casamento a Adolfo de Clèves, senhor de Ravenstein e sobrinho do duque Filipe, em maio de 1453, tendo os esponsais sido pagos pela duquesa. Após o casamento, Beatriz continuou a viver na companhia da tia, participando em todos os grandes eventos da corte.

9. Em termos de sucesso diplomático, o embaixador não foi afortunado, daí a dúvida em saber se a embaixada de 1449/50 foi ou não um fracasso. Há quem a designe de “missão falhada”, mas só em parte isso é verdade. É certo que J. Jouffroy não viu nenhum dos seus rogos imediatamente satisfeitos, mas foi porque a rebelião civil era recente e os cortesãos, com ou sem razão, estavam muito indignados com o antigo regente. Nestas circunstâncias, é difícil conseguir rapidamente um favor, e o embaixador tem consciência disso, ao qualificar metaforicamente a sua missão de “semente lançada à terra que um dia germinará e dará fruto abundante” (II *oratio* 54).

Todavia, a sua missão teve o mérito de moderar os ânimos de vingança, consciencializar o rei para o valor da família – e Jouffroy insiste muito no valor da reverência familiar –, conseguir a libertação de D. Jaime, além de apontar aos filhos do Infante o caminho da Borgonha como terra de salvação. Ainda que os esforços da reabilitação dos vencidos de Alfarrobeira se devam também ao contributo da rainha D. Isabel, filha do Infante, e ao talento do irmão Condestável – cada um operando a seu modo –, cabe aqui destacar o contributo, muitas vezes esquecido, da duquesa da Borgonha, ela que foi a primeira a lutar pela reabilitação do Infante e de seus filhos, quer através do financiamento de uma embaixada à corte portuguesa, quer através das súplicas feitas ao Papa.

Nos anos seguintes, não só a mensagem do embaixador e de D. Isabel foi ouvida, como também lhe foi dada plena satisfação. Logo no ano de 1450 foram dadas cartas de perdão, individuais ou colectivas, a muitos partidários de D. Pedro e redobradas nos dois anos seguintes³⁰. Em 1451, para o qual muito contribuiu a ação de D. Isabel junto de Nicolau V, foi dada sepultura cristã a D. Pedro e os seus restos inumados no mosteiro de S. Elói em Lisboa. A devolução ao Condestável, em maio de 1453, do Mestrado de Avis³¹ é o resultado da intercessão da rainha D. Isabel, mas também dos argumentos jurídicos que o Deão apresentou na sua III *oratio*³². Por esta altura, a duquesa, através do Deão de Vergy, reivindicou para seus sobrinhos os depósitos de 20 mil florins-ouro (quantia que, acrescida dos juros, avultara) que D. João I investira em 1409 na banca Médicis de Florença e que tinham sido doados em testamento ao infante D. Pedro. A partir de 1454, os seus filhos passam a usufruir do rendimento anual desse crédito³³. Em 1455 foi publicado o diploma régio que revogava a declaração de traição por parte do Infante e partidários, coisa que Jouffroy tinha pedido em 1450³⁴. D. Afonso V, recordado das suas palavras “a escrita compromete mais do que a oralidade”, não só ilibou da infâmia e traição o tio, partidários e descendentes, como também ordenou que fossem destruídos todos os documentos que registavam a infâmia. Nesse mesmo ano, D. Afonso V quis que fosse dada sepultura honrosa a seu sogro no mausoléu familiar do mosteiro da Batalha e foi dada, contra

³⁰ Vd. Humberto Baquero Moreno, *A batalha de Alfarrobeira*, 621-60 (perdões individuais); e 617-18 (perdões colectivos).

³¹ Após a outorga do Mestrado, o Condestável preferiu continuar em Castela, só regressando no final de 1455. Em agradecimento da entrega do Mestrado de Avis, dedicou a D. Afonso V o seu livro *Coplas del menesprecio e contempto de las cosas fermosas del mundo*.

³² Nela mostrou a ilegalidade do confisco do Mestrado de Avis e criticou a intromissão do rei nos assuntos da Igreja, argumentos com os quais o Condestável se fortaleceu para, mais tarde, requerer ao rei a sua devolução.

³³ Monique Sommé, *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne*, 83, 87; *Monumenta Henricina*, XII, doc. 14, 20-21.

³⁴ António J. Dias Dinis, *Monumenta Henricina*, vol. XII (Coimbra, Univ. de Coimbra, 1969), doc. 80, 155-59.

a vontade do duque de Bragança e do conde de Ourém³⁵. Era a reconciliação definitiva entre sobrinho e tio desavindos, à qual assistira a rainha, filha de D. Pedro.

Conclusão

O conflito de Alfarrobeira, que haveria de ter consequências trágicas sobre a família de Avis, não foi suficiente para abalar as estreitas relações que Portugal mantinha com o ducado, nem perturbou os fluxos comerciais entre os dois estados. Também não inquietou o duque Filipe: perante a carta credencial a si enviada, que pintava o duque de Coimbra com as cores mais negras, delegou funções em D. Isabel (pois era uma mulher de Estado) por ser assunto português e familiar.

Podemos dizer que geriu o conflito com sensatez, não obstante a tristeza e dor que lhe terá provocado por ser muito afeita à sua família de Portugal. A gestão desta crise passou pelo envio e financiamento de uma pequena embaixada – a Borgonha foi o único estado a fazê-lo - à corte de D. Afonso V, encabeçada por Jean Jouffrouy, que pretendia reverter a política da corte para com os vencidos de Alfarrobeira, especialmente no que toca ao confisco dos bens do Infante e filhos.

Embora não tivesse sido uma missão inteiramente falhada, a verdade é que D. Isabel não viu imediatamente os seus rogos atendidos (salvo a libertação de D. Jaime), pois a revolta civil era muito recente, os cortesãos e o próprio rei estavam muito indignados com o antigo regente e havia de facto culpa na pessoa de D. Pedro, mas também não era a culpa perversa que a corte alegava. Nestas circunstâncias é difícil conseguir imediatamente um favor.

Por conseguinte, a duquesa da Borgonha foi a primeira a lutar pela reabilitação do irmão, sobrinhos e partidários, quer em Portugal, quer na Cúria Romana, depois do fracasso da embaixada junto de D. Afonso V. Não foi a única, pois também a rainha D. Isabel - esposa de D. Afonso V e filha do duque de Coimbra -, e o condestável D. Pedro lutaram, cada um com suas “armas”, mas D. Isabel de Portugal foi a primeira e talvez a mais persistente, muito devido aos meios financeiros de que dispunha e ao amor pela família de Avis.

Não sendo atendidas imediatamente as suas pretensões, D. Isabel acolheu na Borgonha três dos sobrinhos e promoveu-os a cargos internacionais; acolheu também inúmeros partidários do duque de Coimbra que, após Alfarrobeira, se viram privados dos bens, confiscados sem processo.

Todavia, pouco depois, em 1451, os seus rogos começaram a ser atendidos ao ser dada sepultura ao corpo de D. Pedro; ao serem amnistiados muitos partidários; ao ser devolvido ao Condestável o Mestrado de Avis; ao passarem a usufruir do rendimento anual do crédito bancário os filhos de D. Pedro; ao ser revogada a declaração de traição por parte do Infante e partidários e ao ser dada sepultura honrosa a D. Pedro no mosteiro da Batalha.

³⁵ Rui de Pina, *Crónica*, cap. CXXXVII, pp. 770-71.

Nuno Castro Luís*

O último Marquês de Marialva – um embaixador na Europa de Viena

R E S U M O

O Congresso de Viena procurou uma nova ordem e equilíbrio entre as Nações, por forma a cessar alguns conflitos anteriores e reequilibrar as diversas potências. No caso português, e apesar da distância, o futuro Rei D. João VI procurou que os seus enviados tudo fizessem para não deixar de pertencer ao grupo das nações mais importantes. Para conseguir afirmar-se não bastaria estar representado oficialmente nas mesas do Congresso, sendo fundamental preparar um contexto, através de diligências paralelas, que mantivessem a sua consideração por parte dos restantes países.

A vida de D. Pedro Vito de Meneses Coutinho, 8º Conde de Cantanhede e 6º Marquês de Marialva, embaixador ao serviço do Príncipe Regente desde 1807, permite uma perceção deste conjunto de ações que são conduzidas na Europa de Viena, demonstrativas de que o sucesso num certame internacional não envolvia, tal como hoje, apenas a representação formal durante a sua realização. Numa área como a história da diplomacia e das relações internacionais, o estudo dos casos concretos, dos indivíduos, das dificuldades negociais por si sentidas num tempo de difíceis comunicações, do protocolo e dos códigos utilizados, torna-se indispensável para uma melhor caracterização sociológica, social, cultural e política dos contextos que se pretendem trabalhar. Palavras-chave: Marialva; Congresso de Viena; Negociações; D. João VI.

A B S T R A C T

The Congress of Vienna imposed a new order and balance among Nations to stop previous conflicts and rebalance the powers. In the Portuguese case, and despite the distance, the future King João VI made all the efforts, using the ambassadors, to belong to the group of the most important ones. To be able of that it was not enough to be officially represented at the tables of the Congress; it was also indispensable to prepare a context through parallel actions, in order to maintain the consideration by the other countries.

The life of Pedro Vito de Meneses Coutinho, 8th Count of Cantanhede and 6th Marquis of Marialva, ambassador of the Prince Regent since 1807, allows the perception and the importance of this set of actions that were conducted in Europe. His biography shows that then, as today, the success of an international event did not involve only the formal representation.

In history of diplomacy and international relations, the study of specific cases of individuals, negotiating difficulties, protocols and codes used is essential for better sociological, social, cultural and political characterization of the contexts that we want to work.

Keywords: Marialva; Congress of Vienna; Negotiations; D. João VI

* Investigador do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A Europa resultante do Congresso de Viena assumiu-se como sendo capaz de diminuir os anteriores conflitos que lhe deram origem. Através da imposição de uma nova ordem e equilíbrio entre as Nações, em parte devido às negociações efetuadas durante os trabalhos da magna reunião, procurou obter-se consequências imediatas para a paz mundial e para o posicionamento internacional das diversas potências.

Portugal, com a família real sediada no Rio de Janeiro, fez-se representar na medida do que lhe era possível, mas a historiografia nacional e internacional nem sempre tem dedicado uma especial atenção ao esforço que alguns diplomatas empreenderam, antes e após o Congresso, por vezes através de diligências efetuadas à margem dos trabalhos, na afirmação europeia de um reino cuja corte estava, de forma inédita, permanentemente na América do Sul.

Apesar da distância, D. João e o seu grupo de Ministros e Secretários foram acompanhando a situação política europeia, ao tempo do Congresso. Utilizando os seus enviados diplomáticos, procurou a melhor forma de não deixar de pertencer ao grupo das nações que ainda poderiam ter uma palavra a dizer nestes novos tempos conturbados. Para conseguir afirmar-se não bastaria a Portugal estar representado oficialmente nas mesas do Congresso, sendo fundamental preparar um contexto que mantivesse a sua consideração como potência. Foi essa a função do Marquês de Marialva.

Conhecer a vida de D. Pedro Vito de Meneses Coutinho, 8º Conde de Cantanhede e 6º Marquês de Marialva, embaixador ao serviço do Príncipe Regente desde 1807, poderá contribuir para uma perceção de um conjunto de diligências paralelas que foram conduzidas na Europa, a que poderemos designar por Europa de Viena, imediatamente anteriores e contemporâneas ao Congresso, demonstrativas de que o sucesso num certame internacional não envolvia, tal como hoje não envolve, apenas a representação formal durante a sua realização.

O esboço biográfico que apresentamos insere-se num conjunto de trabalhos de análise histórica das elites que, em Portugal, quer por condicionantes de correntes historiográficas vigentes, quer por contextos políticos existentes, não teve grande acolhimento até há muito pouco tempo.¹ Contudo, numa área como a história da diplomacia e das relações internacionais,

¹ O estudo biográfico de diplomatas, em Portugal, não teve grande desenvolvimento até à última década do século XX. Os vários exemplos que podem ser apontados são esparsos e não obedeceram a um movimento historiográfico sistematizado que procurasse inserir o estudo da vida dos embaixadores numa História Diplomática e das Relações Internacionais, mesmo que alguns tenham sido trabalhos académicos. Assim, Edgar Prestage escreveu biografias de D. Francisco Manuel de Melo (1914), de Frei Domingos do Rosário (1916) e de António de Sousa Macedo (1916); Eduardo Brasão escreveu a biografia do Conde de Tarouca (1936); Virgínia Rau estudou Tristão de Mendonça Furtado (1958); Maria Alcina Ribeiro Correia estudou a vida do embaixador Marquês de Pombal (1965); Maria Rosário Themudo Barata escreveu sobre Rui Fernandes de Almada (1967); Teresa Maria Schedel de Castello Branco debruçou-se sobre a vida do Marquês de Sande (1971); Maria Margarida Garcêz escreveu a biografia de João da Silveira (1974); Joaquim Veríssimo Serrão sobre o Marquês de Pombal (1982). Foi na última década do século XX que, de uma forma mais sistemática, apareceram mais trabalhos de cariz biográfico sobre diplomatas portugueses: Carlos Ary dos Santos escreveu sobre Francisco de Andrade Leitão (1990); Isabel Maria Cluny escreveu sobre D. Luís da Cunha (1999) e sobre o Conde de Tarouca (2006); Maria Rosalina Delgado trabalhou a vida de José da Cunha Brochado (2000); Norberto Ferreira da Cunha escreveu a biografia de José da Cunha Brochado (2001); André Mansuy-Diniz Silva analisou a vida de Rodrigo de Sousa Coutinho (2002); Ana Maria Leal de Faria doutorou-se com a biografia de Duarte Ribeiro de Macedo (2005); Maria de Fátima Bonifácio escreveu sobre a vida do Duque de Palmela (2006 e 2015); Paulo Lowndes Marques biografou o Marquês de Soveral (2009). Destaca-se, igualmente, o estudo prosopográfico elaborado por Ana Leal de Faria, a qual, com preocupações metodológicas, apresentou uma biografia resumida de vários diplomatas, desde a restauração da independência até ao Congresso de Viena (2008).

o estudo dos casos concretos, dos indivíduos, das dificuldades negociais por si sentidas num tempo de difíceis comunicações, do protocolo e dos códigos utilizados, torna-se indispensável para uma melhor caracterização sociológica, social, cultural e política dos contextos que se pretendem trabalhar.²

Em Portugal não têm sido muito abundantes os estudos académicos, ou outros, relativos à História da nossa diplomacia e, muito menos, dos nossos diplomatas, cujas biografias, conforme conseguiram comprovar, já no século XXI, Ana Leal de Faria³, nos seus estudos prosopográficos, ou Pedro Cardim⁴, nos seus estudos de caracterização sociológica, muito permitem concluir quando às realidades subjacentes aos processos de decisão, bem como à importância de aspetos paralelos e complementares àqueles a que tradicionalmente se dava importância. Perceber a proveniência de um embaixador, o seu perfil sociocultural, as razões da sua escolha, as opções que tomou em determinados negócios, a forma e os instrumentos de que se socorreu, o impacto do que foi fazendo, muitas vezes sem obter oportunamente as instruções que tardavam em chegar, pode revestir-se de um interesse indispensável à compreensão de um determinado acontecimento histórico. Neste sentido, a biografia de um diplomata vai muito para além da sua própria linearidade, revestindo um interesse de caracterização sociocultural e histórica do momento em que se insere.⁵ Trata-se, na esteira de François Dosse, de recorrer à biografia como instrumento de uma história social e política renovada.⁶

Foi com este sentido que se entendeu útil analisar a vida do último Marquês de Marialva, bem como o contributo que deu para o posicionamento de Portugal na Europa de Viena. Assim, pretende-se perceber qual a origem familiar do Embaixador, bem como a sua formação cultural e experiência militar, fatores essenciais na sua escolha como negociador de diversos casamentos para a família real portuguesa, na primeira metade do século XIX. Com a análise das suas diversas missões diplomáticas, das respetivas dificuldades nas negociações e dos mecanismos simbólicos de demonstração de poder, por si utilizados, pretende-se partilhar a dificuldade que um Embaixador tinha na condução do processo negocial. Procurar-se-á, igualmente, realçar a importância que as diligências paralelas ao Congresso, conduzidas pelo último Marquês de Marialva, tiveram para preparar um contexto favorável à consideração de Portugal como potência, na Europa.

Para a realização deste estudo recorreu-se essencialmente a instruções e correspondência diplomática, disponíveis no fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Arquivo

² M. Victória López-Cordón Cortezo, “Cuestiones Metodológicas de História Diplomática: el modelo español a finales del antiguo régimen”, in *Diplomatas e Diplomacia, Retratos, Cerimónias e práticas*, coord. Zília Osório de Castro (Lisboa: Livros Horizonte, 2004), 101-102.

³ Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz, A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815* (Lisboa: Tribuna da História, 2008), 45 e 84-98.

⁴ Pedro Cardim, “Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII”, in *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa: IIª série, volume XV, 2002), 47-86; Pedro Cardim, Nuno Gonçalo Monteiro, “A diplomacia portuguesa no Antigo Regime: Perfil sociológico e trajetória”, in *Optima Pars, Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*, Mafalda Soares da Cunha, Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim (Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2005), 282-322.

⁵ Ana Leal de Faria, *Duarte Ribeiro de Macedo, um diplomata moderno 1618-1680* (Lisboa, Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005), 29.

⁶ François Dosse, *El arte de la biografía* (Cidade do México, Universidad Iberoamericana, 2011), 251.

Nacional da Torre do Tombo, bem como a documentos constantes do Arquivo Histórico Militar, da Biblioteca Nacional de Portugal e do Instituto de Ciências Sociais de Lisboa.

I. Vida e formação

a) Uma família da nobreza: juventude e formação

O contexto social e familiar de D. Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho, 6º Marquês de Marialva, pode ser compreendido através de dois vetores essenciais: a nobreza e a carreira militar.

D. Pedro adveio de uma família com nobreza de sangue, os Menezes, com grandes tradições na corte, a qual ganhou relevância na altura da Restauração, pelo apoio dado a D. João IV.

O primeiro Marquês de Marialva, D. António Luís de Menezes (1657 (?) – 1675), foi um dos mais importantes conjurados de 1640⁷ e provinha de uma longa linha de nobres, já que era descendente, como refere o Conde da Ericeira, “do Conde Gonçalo de Menezes, irmão da Rainha D. Leonor, e contava de varonia vinte e sete ilustríssimos avós”.⁸

Numa obra impressa em 1674, um panegírico ao 1º Marquês de Marialva, escrito por D. Fernando Correa de La Cerda, Bispo do Porto, oferecido ao seu primogénito, indica-se que “o seu nono avô” fora “Dom João Afonso de Albuquerque”.⁹

Tendo participado nas Guerras da Restauração,¹⁰ D. António Luís Menezes foi nomeado Coronel, no 1º de Dezembro de 1640, quando se realizou a aclamação de D. João IV.

A linhagem dos Marqueses de Marialva foi sempre muito prestigiada, tendo estado sempre ligada à arte equestre. Assim, D. Pedro de Menezes Noronha Coutinho, 4º Marquês, ao tempo de Marquês de Pombal, foi nomeado Estribeiro Mor da coudelaria real de Alter do Chão, tendo marcado um estilo muito próprio de tratar e montar os cavalos, ainda hoje conhecido como “montar à Marialva”.¹¹ O seu prestígio foi tal que várias obras da especialidade referem-no ou são-lhe dedicadas.¹²

⁷ Dom Luís de Menezes (Conde de Ericeira), *História de Portugal Restaurado*, Tomo I (Porto: Civilização Editora, 1945 - original de 1710), 123.

⁸ Idem, *ibidem*.

⁹ D. Fernando Correa La Cerda, Bispo do Porto, *Panegyrico ao Excellentissimo Senhor D. António Luís de Menezes, Marquês de Marialva* (Lisboa: Oficina de Joam da Costa, 1674), 57. A proliferação de panegíricos e outros textos laudatórios a personagens tinha por função potenciar o enaltecimento da Casa respetiva. Nesse sentido vide Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes* (Lisboa: INCM, 2003), 97-99.

¹⁰ Gabriel do Espírito Santo, *Restauração 1640/1668* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, Quid Novi, 2009), 45-46.

¹¹ “Marialva pode ser considerado como o maior nome da equitação portuguesa. Foi (...), no século XVIII, um mestre tão brilhante que os melhores equitadores contemporâneos se gabam, ainda hoje, e muito justamente, de praticar a equitação “à Marialva”, *Newsletter Equisport – cavalos, equitação e desporto equestre*, Maio/Junho 2012, (disponível em www.equisport.pt, consultado em 22/05/2012).

¹² Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), João Borges Quaresma de Andrade (Alphonse Grine de Prévilles), *Ciência da Cavalaria, que contém o juízo do homem de cavallo, ou o modo de ensinar os cavallos tanto para a guerra, como para os festejos e para a pompa*, s/d, manuscrito (cota: F.R. 1387). Uma das obras de equitação mais conhecidas do século XVIII foi *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavallaria*, de Manoel Carlos de Andrade, Picador da Picaria Real de Sua Majestade Fidelíssima, de 1790, oferecida ao rei D. João V. Este livro contém várias indicações sobre a forma de melhor ensinar e montar cavalos, com um conjunto de 93 gravuras, sendo que seis delas representam o Marquês de Marialva, em diversos cavalos, com uma postura de grande equilíbrio, apesar de já não ser jovem, a aplicar as suas técnicas. Manoel Carlos de Andrade, *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavallaria* (Lisboa, Regia Officina Typográfica, 1790), 133.

Os Marqueses de Marialva ocuparam, igualmente, cargos de cariz político. Assim, D. Diogo José de Vito, o 5º Marquês de Marialva, foi, tal como o seu pai, Estribeiro Mor, Gentil-homem e membro do Conselho de Estado. É pois no meio de uma família aristocrática, ligada às armas e à arte equestre, bem como a cargos de Estado, que nascerá o último Marquês de Marialva.

D. Pedro José Joaquim Vito de Menezes Coutinho nasceu em 1775, no mesmo dia dos seus progenitores, o Marquês D. Diogo e a Marquesa D. Margarida Caetana da Lorena: 15 de Junho. Quem o explicita é Beckford que, no seu Diário, refere que o dia “15 de Junho é uma grande festa da família: o dia do aniversário do Marquês, da Marquesa e do seu herdeiro D. Pedro”.¹³

Sendo o único filho rapaz dos Marqueses, e consequentemente o seu principal herdeiro, D. Pedro irá ter uma educação cuidada e protegida. Desconhecendo-se referências ao seu nascimento, para além da data, e da sua infância, as principais indicações quanto à sua juventude encontram-se nos textos de Beckford, com quem manteve uma ligação de proximidade.

Beckford chegou a Portugal em 1787, tendo encontrado D. Pedro com a idade de onze anos. É, pois, a partir desta data que se poderá, através dos seus relatos, fazer uma melhor caracterização do 6º Marquês de Marialva enquanto jovem.

Começamos pela sua aparência. Segundo Beckford, o jovem D. Pedro era “um adolescente não de todo deselegante mas desfigurado por um absurdo rabicho.” Não podendo deixar de se ter em conta os aspetos emocionais que irão envolver Beckford e o jovem Marialva, os quais poderão ter influenciado as suas descrições do adolescente, “D. Pedro [...] tem um ar muito enfestado e débil, e uma cara tão comprida que parece vista no fundo de uma colher”. O aspeto frágil de D. Pedro é, por diversas vezes, referido. Assim, nos registos relativos a 23 de Junho, diz-se que “é uma criança fraca”.¹⁴

Este aspeto poderá ter sido uma consequência da sua educação muito circunscrita à casa, onde os seus mestres se deslocavam para lhe ministrarem lições. Logo quando Beckford o conheceu, D. Pedro, com onze anos, apareceu rodeado de preceptores, clérigos, músicos e mestres de esgrima. O inglês, constatando que o rapaz nem sequer podia vir à varanda recebê-lo, refere que “o pobre pequeno é educado o mais possível dentro de casa e estritamente. Vive num espaço acanhado e obrigam-no a trabalhos forçados, com uma média de oito a nove lições por dia”. Por comparação com a educação britânica, critica a educação que os mestres e os pais lhe davam pois, em vez de o encorajarem a remar no rio, a jogar “cricket”, ou a correr no jardim com as crianças da sua idade, “passa a vida engaiolado com um rebanho de amas desdentadas e de inválidos capelães, todos a trabalhar para o mesmo fim, que é apoucar-lhe o espírito com ameaças e orações”.¹⁵

Torna-se indubitável verificar que, um pouco por toda a Europa, despontava a cultura das Luzes, havendo uma forte reação por parte das famílias mais conservadoras a que tais princípios fossem inculcados nos seus filhos. Em Portugal, mantinha-se uma educação assente maioritariamente nas bases da religião católica, não sendo o herdeiro da casa Marialva exceção.

¹³ William Beckford, *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha* (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009), 62.

¹⁴ *Idem, ibidem*, 70.

¹⁵ *Idem, ibidem*.

No sermão que se fez a propósito da morte de D. Pedro, esta predominância pode ser constatada quando se refere a sua educação na adolescência.¹⁶

O tratamento dado pelo pai, D. Diogo, ao seu filho, porventura consequência da sua formação militar, também não permitia uma grande expansividade do jovem, dizendo Beckford que “o pai trata-o muito asperamente, subjugando o pouco de energia que nele há com palavras duras e olhares severos”.¹⁷

O jovem Marialva gostava bastante de livros e de música, podendo mesmo afirmar-se que a sua educação era melómana. O acesso da família Marialva a eventos culturais era frequente, sendo vulgar a existência de noites culturais nos palácios da família.

Na Biblioteca Nacional de Portugal existe uma partitura original de uma “Missa a 4 vozes”, do Maestro e Compositor José Luís da Silveira, com a indicação “para se cantar na Festa do Senhor Jesus, em Marvilla, no Palácio do Exmo. Senhor Marquês de Marialva”.¹⁸

A orquestra da capela da Rainha de Portugal, considerada por Beckford como a melhor da Europa, nem sequer ultrapassada pela do Papa, acompanhava a família real para todo o lado, até mesmo para as caçadas. “Os violinos e violoncellos de Sua Magestade são todos de primeira ordem, e em flautas e oboés, a sua ménagerie musical não tem rival”, refere Beckford, satisfeito por poder ter acesso a esta orquestra por intermédio dos Marialva.¹⁹ Em casa de D. Pedro, a música fazia parte do quotidiano, estimulando-o para o seu interesse cultural, muitas vezes evidenciado durante as suas futuras missões diplomáticas.

b) Experiência militar

D. Pedro teve uma relevante carreira militar, a qual iniciou alistando-se no exército, em 24 de Dezembro de 1786, como cadete do Regimento de Cavalaria de Alcântara, no qual o seu pai era coronel e que os seus avô e bisavô tinham, igualmente, comandado.

Quatro anos depois foi promovido a Tenente Graduado, Alferes da 2ª Companhia do Regimento de Cavalaria de Alcântara. Em 11 de Outubro de 1790, terá passado a Capitão agregado e, após dois anos, a Major Graduado e Capitão Efetivo daquele mesmo Regimento.²⁰

Em Outubro de 1796 foi nomeado ajudante de ordens do seu cunhado, o Duque de Lafões, sendo promovido a Tenente Coronel de Cavalaria. O 2º Duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, nasceu em 6 de Março de 1719. Foi irmão do 1º Duque de Lafões, D. Pedro Henrique de Bragança, filho do infante D. Miguel de Bragança (filho ilegítimo de D. Pedro II com Ana Armanda de Vergé).

O Duque de Lafões era um dos mais influentes nobres do Reino, tendo possuído uma grande vitalidade até muito tarde. Beckford surpreendeu-se com essa destreza do amigo do 5º Marquês de Marialva, futuro genro.²¹ Acabaria por casar com a irmã de D. Pedro, D. Henriqueta,

¹⁶ Pedro Alcântara, *Sermão que nas exéquias do illustríssimo e excelentíssimo Marquês de Marialva pregou o P. M. Fr. Pedro de Alcântara* (Lisboa: Impressão de Alcobia, 1825), 16.

¹⁷ William Beckford, *Diário de ...*, 161.

¹⁸ BNP, José Luís Silveira, *Missa a 4 vozes*, 1795, manuscrito (cota: MM290).

¹⁹ William Beckford, *A Corte de D. Maria I* (Lisboa: Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1901), 61; William Beckford, *Diário de ...*, 176.

²⁰ Disponível em <http://www.arqnet.pt/exercito>, consultado em 22/05/2012.

²¹ William Beckford, *A Corte ...*, 107.

em 29 de Janeiro de 1788. Apesar da diferença de idades, D. Henriqueta com 16 anos e o Duque de Lafões com 70 anos de idade, deste casamento resultariam quatro filhos.

Tendo sido sócio fundador da Academia Real das Ciências de Lisboa²², juntamente com José Correia da Serra, em 1779, exercerá, igualmente, funções no Conselho de Estado. Apesar de, em 1801, se retirar para o seu Palácio do Grilo, com o intuito de se dedicar à cultura e à ciência, acabará por ser chamado a intervir na Guerra das Laranjas.

A carreira militar de D. Pedro José Joaquim Vito de Menezes Coutinho andarà, pois, muito ligada à figura do seu cunhado. O futuro 6º Marquês de Marialva será, igualmente, sócio da Academia das Ciências, seguramente por influência do marido da irmã.²³

Esta ligação acabará por conduzi-lo à participação na Guerra das Laranjas. O Duque, apesar da sua idade avançada, foi chamado para comandar, enquanto Comandante-em-Chefe do Exército português, uma intervenção bélica defensiva face à invasão espanhola. Pouco depois da declaração de guerra, em Fevereiro de 1801, várias companhias saíram de Lisboa, com destino às zonas ameaçadas pelos espanhóis, nomeadamente o Alentejo.

Foi, pois, neste contexto que o futuro 6º Marquês de Marialva acabou promovido a Coronel do Regimento de Cavalaria de Mecklemburg, o qual conduziu desde Lisboa, com parte da sua guarnição e uma Brigada de Emigrados a soldo da Grã-Bretanha, para reforço das linhas defensivas do Alentejo. Com o fim daquela guerra, que resultou numa derrota para os portugueses, bem como na perda de Olivença, tornava-se indispensável alterar as regras jurídicas enformadoras das situações de guerra.

D. Pedro foi, então, nomeado, em 21 de Março de 1802, vogal da Junta do Código Militar, a qual tinha por missão alterar os artigos de guerra, que vinham já do tempo do Conde de Lippe, e formavam o Código Penal Militar.²⁴

Ainda nesse ano foi nomeado Diretor do Arquivo Militar para a Conservação das Cartas Militares, geográficas e marítimas, o qual viria a tornar-se, anos mais tarde, o Arquivo Histórico Militar.

Com a morte do seu pai, D. Pedro tornar-se-ia, ainda, Estribeiro Mor, cargo hereditário que, pelo menos a partir de 1803, data do falecimento do seu progenitor, certamente terá exercido.

A função honorífica de Estribeiro Mor do reino compunha-se da responsabilidade pela inspeção dos coches, liteiras, cavaliças e cavalos da casa real, bem como de todas as pessoas inerentes a estes serviços. O Estribeiro Mor acompanhava o Rei, em saídas a cavalo, calçava-lhe a espora e ajudava-o a montar e desmontar. A partir de D. Pedro II, este cargo honorífico tornou-se hereditário dentro da Casa Marialva. No Museu Nacional dos Coches é possível ver uma sela portuguesa de arreio de montada de cavalaria do Estribeiro Mor, do século XVIII, possivelmente pertencente a um dos Marialvas.²⁵

²² Rómulo de Carvalho, *D. João Carlos de Bragança, Segundo Duque de Lafões, Fundador da Academia das Ciências de Lisboa* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1987).

²³ Pedro Alcântara, *Sermão...*, 17.

²⁴ Disponível em <http://www.arqnet.pt/exercito>, consultado em 22/05/2012.

²⁵ Esta sela dita à portuguesa, catalogada com o nº A 0029, tem 45cm de largura e 56 cm de comprimento, é uma espécie de coxim fundo, de abas de corte direito, alta no cepinho e com uma golilha pronunciada; para segurança do cavaleiro, o coxim era feito por forma a que o cavaleiro pudesse encostar as coxas, forrada de veludo carmesim, agalado a ouro, com motivos de folhas de videira e uvas. Presa à traseira da sela existe uma pequena almofada para proteger o cavalo do roçar da fivela. (Disponível em <http://matriznet.imc.pt>, consultado em 22/05/2012).

II. Missões diplomáticas

a) Primeiras missões como embaixador: enviado a Napoleão

A atividade de D. Pedro como embaixador iniciou-se em 1807, com a designação para partir para Paris, num momento muito conturbado da história da Europa. Se é certo que para alguns esta missão era mais um castigo do que um reconhecimento dos seus méritos,²⁶ Marialva acabou por revelar-se com perfil adequado a tal função de negociador. Apesar de estar destinado a ser o “diplomata casamenteiro”²⁷, em difíceis negociações, envolveu-se, igualmente, noutras questões, como a da Guiana, tendo um desempenho muito elogiado por quem consigo privava.²⁸

O Marquês de Marialva iniciou as suas funções com a tentativa de estabelecer uma união matrimonial entre D. Pedro, filho de D. João, ainda regente, e uma familiar de Napoleão Bonaparte.

Em Portugal, a defesa de uma neutralidade perante as pressões das duas grandes potências, França e Grã-Bretanha, era cada vez mais difícil. Apesar das diversas tentativas, as imposições de Napoleão não eram articuláveis, pelo Regente, com as relações económico-políticas que Portugal não podia deixar de manter com Inglaterra.

Foi neste contexto que, ao saber, em 27 de Outubro de 1807, que o seu embaixador em Paris, D. Lourenço Lima, fora intimado a abandonar a capital francesa²⁹, com um ultimato de Bonaparte, o regente procurou utilizar um instrumento de negociação por excelência: o casamento.

A incumbência recaiu em Pedro Vito de Meneses Coutinho, futuro Marquês de Marialva, conforme carta patente emitida por D. João, no Palácio Nacional da Ajuda, logo no dia seguinte, assinada pelo Regente e pelo Ministro Conselheiro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. António Araújo de Azevedo, dirigida ao próprio imperador. Em instruções secretas ao Marquês de Marialva, referia-se, expressamente, a intenção de propor o casamento de um elemento da família real portuguesa com alguém da família imperial³⁰.

Este casamento, por uma questão estratégica, deveria ser com D. Pedro de Alcântara, pois só esta união matrimonial garantiria a paz em Portugal, por parte de Napoleão. O casamento de uma das filhas do regente português com alguém da família do Imperador não seria condição bastante para afastar os ímpetos de controlo de Bonaparte, tanto mais que um filho dessa relação poderia ser, mais tarde, imposto ao trono português contra o legítimo sucessor.³¹ A única forma de garantir o apoio do Imperador a Portugal e a manutenção da sua autonomia seria permitir

²⁶ Invoca-se aqui as teses que consideram ter sido esta uma estratégia para afastar o Marquês da presença de D. Carlota Joaquina e do seu pretense filho, D. Miguel. Se Marialva estivesse em Portugal, no momento da ida da corte para o Brasil, tendo em conta os seus cargos, teria sido mais um dos nobres a partir. Na verdade, D. Pedro só vem a saber desta partida quando já se encontra em Espanha. Nuno Gonçalves Monteiro, *O crepúsculo dos Grandes*, 197.

²⁷ Luiz Norton, *A Corte de Portugal no Brasil* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, s/d), 53.

²⁸ Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil* (Rio de Janeiro: ACD, 2008), 354-359.

²⁹ Ângelo Pereira, *D. João VI, Príncipe e Rei* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953), 172.

³⁰ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Carta patente, dirigida a Napoleão Bonaparte, de 7 de Novembro de 1807, e Instrução secreta ao Marquês de Marialva sobre casamento com familiar de Napoleão, de 13 de Novembro de 1807, *MNE*, Livro 186.

³¹ A ideia de uma aliança com Napoleão através do casamento fora já admitida por Francisco Maria Brito que, em Abril de 1807, em missiva escrita de Paris a D. João VI, indicava que esse tipo de política deveria ser utilizada por Portugal, nomeadamente para diminuir a importância de Espanha; ANTT, *MNE*, Livro 582.

que a família imperial tivesse uma presença direta no trono português, mantendo-se a linha de sucessão inalterada.

Segundo Ângelo Pereira³², o Marquês de Marialva levou, ainda, um conjunto de diamantes para oferecer a Napoleão e a outras figuras da corte. Para Luíz Norton, o diplomata fora enviado com milhares de cruzados em diamantes e uma proposta para casamento de D. Pedro com uma filha de Murat³³.

Com a celebração do Tratado de Fontainebleau as tropas francesas dirigiram-se a Espanha e o Marquês de Marialva foi apanhado por esta nova realidade, não sendo capaz de seguir para Paris. Tendo-lhe sido levantados problemas formais, relativos ao seu passaporte, que mais não seriam do que um recurso espanhol para impedir o prosseguimento da viagem, não lhe foi possível seguir para Paris.

Assim, no dia 21 de Novembro, escreveu de Elvas a António de Araújo Azevedo, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, dizendo-lhe que, logo que chegara àquela Praça, solicitara ao respetivo Governador Interino que escrevesse ao Governador de Badajoz, para saber se o seu passaporte para Paris já estaria na sua posse, informando ainda que, “por me persuadir de que não será conveniente retardar a continuação da minha jornada, porcigo-a, ao menos, athé Madrid”³⁴.

Em ofício datado de 20 de Novembro, o Conde de La Torre del Fresno, Governador de Badajoz, negou ter recebido qualquer passaporte para que o Marquês de Marialva pudesse dirigir-se à Corte de Paris, informando que D. Pedro Meneses Coutinho poderia continuar a sua marcha mas como cavaleiro particular e apenas em Espanha³⁵. Curiosamente, no processo individual, presente no Arquivo Histórico Militar de Lisboa, consta um documento que refere ter sido o referido passaporte emitido em 7 de Novembro³⁶. Assim, torna-se plausível que o referido passaporte ainda não tivesse chegado a Badajoz, podendo, igualmente, consubstanciar uma dificuldade provocada pelas autoridades espanholas para não permitir a deslocação de cidadãos portugueses para França.

Com o novo contexto político, e encontrando-se o Marquês de Marialva já com os seus planos de ida para Paris bem definidos, apesar do impedimento em o fazer como fora delineado antes, acabará por pedir autorização para manter a sua viagem, tanto mais que pretendia aproveitar a cidade para se cultivar.³⁷

b) Enviado a Luís XVIII e ao Czar Alexandre I, da Rússia

Em Junho de 1812, Napoleão invadiu a Rússia, com a “Grande Armée”. Alexandre I conseguiu resistir e o ano de 1812 tornar-se-á simbólico para os russos. Alexandre I irá assumir um papel muito importante e decisivo no Congresso de Viena, em 1815, acabando por tornar-se

³² Idem, *ibidem*.

³³ Luíz Norton, *A Corte de Portugal no Brasil...*, 52.

³⁴ Excerto de carta enviada pelo Marquês de Marialva a António de Araújo Azevedo, de Elvas, em 21 de Novembro, de 1807, publicada por Ângelo Pereira, *op. cit.*, 172-173.

³⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶ Regimento: Em 11 d Novembro de 1807 se expediu Passaporte a favor do Marquês de Marialva, nomeado Embaixador extraordinário junto de Sua Magestade o Imperador dos Francezes e Rei de Itália. Referendado por Pedro Francisco Maria de Brito. Arquivo Histórico Militar de Lisboa, “Processo individual do Marquês de Marialva”, Cx 657.

³⁷ “Processo individual do Marquês de Marialva”, Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Cx 657.

muito popular em toda a Europa, com a sua política da Santa Aliança, procurando estabelecer a paz e a cooperação entre todos os monarcas.

É neste contexto que a sua irmã, Anna Pavlovna, irá ser objeto de grande interesse para alianças matrimoniais. Assim, antes da invasão à Rússia, o próprio Napoleão procurou casar-se com a irmã do imperador russo; D. Fernando VII, de Espanha, procurou, igualmente, esta união, antes de casar com a Infanta portuguesa; D. João procurou o casamento de Anna com o seu filho, D. Pedro.

No que concerne a Portugal, o interesse era, simultaneamente, económico e político. As relações económicas e comerciais com a Rússia tinham sofrido um revés, com o Bloqueio Continental, que limitara a circulação marítima e impedira o fácil acesso àquele longínquo país. Por outro lado, era imprescindível alterar o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio, celebrado em 1798, que não só fora assinado antes da abertura dos portos do Brasil, como já se mantinha em vigor ao abrigo de uma cláusula de prorrogação. Nesse sentido foram as instruções para a negociação de um novo tratado, de 16 de Junho de 1814, dirigidas a António Saldanha e assinadas pelo Marquês de Aguiar³⁸.

Finalmente, havia interesse em ter acesso ao comércio com a Turquia, não só pela possibilidade de ligação ao comércio com o oriente, como, igualmente, para manter as ligações às possessões nacionais na Índia, menos facilitadas com o controlo do atlântico sul, quer por franceses, quer por ingleses, quer mesmo por espanhóis. Como se referiu, a influência geoestratégica da Rússia sobre o leste da Europa e sobre o acesso ao Médio oriente era assinalável. Nas instruções ao Marquês de Marialva, enquanto embaixador extraordinário para cumprimentar Alexandre I e Luís XVIII, emitidas no Palácio do Rio de Janeiro, assinadas pelo Marquês de Aguiar, esse interesse é expressamente mencionado³⁹.

Quanto ao interesse político, destaca-se a importância que o imperador Alexandre I assumira em toda a Europa, contra Napoleão, sendo, por isso, um excelente aliado na afirmação estratégica do Reino Unido de Portugal e Brasil, no mapa das diversas potências, principalmente em vésperas do Congresso de Viena.

Em 1814, Luís XVIII regressara a França. Em Paris, as grandes potências reuniram-se, não só para reconhecer o novo rei francês como, igualmente, para procurarem uma nova solução para a Europa. O Tratado de Paris, assinado em Maio de 1814, estabeleceu, no seu artigo 32º, a necessidade de um novo congresso, a realizar daí a dois meses, para estabelecer uma nova carta para a Europa, naquilo que viria a ser o Congresso de Viena⁴⁰. O Marquês de Marialva foi nomeado, em 16 de Junho, por D. João, embaixador extraordinário, em Paris, para apresentar cumprimentos ao monarca francês; contudo, a outra função, e porventura a mais importante, era a aproximação ao Imperador russo, antevendo-se a importância que este iria assumir no futuro próximo. Na carta de nomeação de embaixador extraordinário, com credenciais, dirigida por D. João a Alexandre I, é possível vislumbrar esta especial consideração pelo imperador russo, pelo

³⁸ ANTT, Instruções para a negociação do Novo Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre Portugal e a Rússia, *MNE*, Livro 146.

³⁹ ANTT, Instruções da Embaixada Extraordinária do Marquês de Marialva à Rússia, Palácio do Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1814, *MNE*, Livro 146.

⁴⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. VII (Lisboa, Verbo, 1984), 106-109.

papel que desempenhara na libertação da Europa⁴¹. A vontade de ligação à Rússia não era, porém, nova, mesmo no que à política de casamentos diz respeito. Em instrução assinada pelo Marquês de Aguiar dá-se conta que esta intenção de ligação, mediante uma aliança matrimonial, vinha já do início do poder de Alexandre I, em 1801. Refere-se, inclusivamente, nesse documento, que já o Regente mandara instruções nesse sentido ao Marquês de Niza, D. Domingos Xavier de Lima, que fora embaixador extraordinário em São Petersburgo, entre 1801 e 1802⁴².

A escolha do 6º Marquês de Marialva parece ter reunido um conjunto de fatores essenciais para o sucesso da incumbência. Por um lado, D. Pedro Vito de Meneses Coutinho vivia em Paris, conhecendo bem os meandros da corte francesa; por outro lado, a sua cultura e preparação intelectual, conjugadas com a sua experiência militar pretérita, habilitavam-no a poder intervir junto do imperador russo e do novo rei francês. Como adiante se referirá, o Marquês teria a incumbência expressa de acompanhar Alexandre I para o cenário de guerra, caso fosse necessário, pelo que a sua formação e graduação militar revelavam-se essenciais.

Tendo em conta a idade de D. Pedro de Alcântara, tornava-se importante assegurar que o casamento do futuro rei fosse suficientemente estratégico, no que concerne à autonomia desejada de Portugal e do Brasil. A Rússia apresentava-se, pois, como uma opção privilegiada, não só pelo poder que tinha no equilíbrio das potências europeias como, igualmente, pelas possibilidades económicas que oferecia no leste europeu e oriente.

Nas instruções ao Marquês de Marialva, refere-se claramente a intenção de fazer uma proposta de casamento com Anna Pavlovna, irmã do Imperador⁴³. A importância deste casamento era tal que, para além do secretismo inerente, também António Saldanha da Gama fora incumbido de o tratar, em caso de alguma impossibilidade do Marialva. O Marquês deveria pedir, a Alexandre I, a recomendação dos plenipotenciários portugueses no Congresso (presume-se que no de Viena, uma vez que a realização do mesmo já fora decidida pelo Tratado de Paris, em 30 de Maio) e a sua mediação nos negócios concernentes à Monarquia Portuguesa. Tinham sido nomeados plenipotenciários, ao referido Congresso, D. António Saldanha da Gama, Conde de Palmela, e D. Joaquim Lobo da Silveira. Nessa mesma instrução solicitou-se ao Marquês de Marialva que se correspondesse com eles, naquilo que excedesse as negociações para que tinha poderes. Referia-se, ainda, no que concerne a fazer um Tratado de Paz e Comércio com a Porta Otomana, a necessidade de obter o acordo e a mediação de Alexandre I, indicando-se que instruções idênticas teriam sido já dadas no passado a Rodrigo Navarro de Andrade, embaixador em São Petersburgo, entre 1805 e 1811.

Este casamento seria, pois, essencial na estratégia política e económica de Portugal. Tratar deste negócio tinha custos e o Marquês de Marialva, em consequência, foi autorizado a utilizar, como ajuda de custo, uma quantia de doze contos de réis, a qual seria abonada pela Administração de Fundos da Real Fazenda, na Corte de Londres⁴⁴. O embaixador procurará, de forma recatada, tratar dos negócios de que fora incumbido, primeiro em Paris e, posteriormente, em Viena, onde

⁴¹ ANTT, Carta de nomeação e credenciais do Marquês de Marialva, emitida por D. João VI e dirigida a Alexandre I, da Rússia, Palácio do Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1814, *MNE*, Livro 146.

⁴² ANTT, Instruções ao Embaixador Extraordinário Marquês de Marialva, assinadas pelo Marquês de Aguiar, Palácio do Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1814, *MNE*, Livro 146.

⁴³ ANTT, Instruções ao Embaixador Extraordinário Marquês de Marialva, assinadas pelo Marquês de Aguiar, Palácio do Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1814, *MNE*, Livro 146.

⁴⁴ ANTT, Documento de autorização de crédito ao Marquês de Marialva, 25 de Junho de 1814, *MNE*, Livro 146.

Alexandre I se deslocara por causa do Congresso. Aliás, o seu empenho e “eficaz cooperação que (...) prestou aos nossos plenipotenciários ao Congresso nos diferentes negócios, que ahi o escutarão”, foram objecto de grande reconhecimento por parte de D. João, segundo refere o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, em ofício enviado ao Marquês de Marialva⁴⁵. O carácter sigiloso da sua missão é confirmado em comunicação do Marquês de Aguiar quando, em Janeiro de 1815, elogia a sua capacidade de a ocultar, nomeadamente dos ingleses⁴⁶.

Durante o Congresso de Viena, as potências europeias foram surpreendidas com o regresso de Napoleão Bonaparte, o qual dará início ao designado Governo dos Cem Dias⁴⁷. Em 19 de Julho, novas instruções deram expressão à importância de acompanhar o Imperador Russo na sua nova investida contra Napoleão. Mais uma vez, a formação militar do embaixador demonstrava-se essencial para materialmente provar a aliança portuguesa com aquela potência.⁴⁸ Esta instrução já seria tardia, uma vez que em 18 de Junho, em Waterloo, Napoleão seria definitivamente derrotado. Apesar do reconhecimento da independência portuguesa, a posição de Portugal no Congresso não seria totalmente eficiente⁴⁹. Por outro lado, o objetivo de D. João, relativamente ao casamento do seu filho, não foi alcançado pois, a irmã de Alexandre I, Anna Pavlovna, acabou por casar com Guilherme II, da Holanda. A corte portuguesa, no Brasil, reconheceu, porém, a tentativa efetuada pelo embaixador Marquês de Marialva de manter uma boa relação com Alexandre I, da Rússia⁵⁰.

c) Enviado à Corte de Viena

A estratégia de D. João, no que diz respeito ao casamento do seu filho D. Pedro de Alcântara, seu presuntivo sucessor, acabaria por passar pela Áustria, pela ligação à Casa Real dos Habsburgo. O Marquês de Marialva, embaixador, voltou a ter um papel essencial na respetiva negociação.

Em ofício dirigido ao Marquês de Marialva, proveniente do Palácio do Rio de Janeiro, em Fevereiro de 1816⁵¹, o Marquês de Aguiar informou-o que o rei português, conhecendo o embaraço ora existente, entre a Rússia e a Porta Otomana, bem como o não avanço de diligências prometidas pelo Ministro de Todas as Rússias, considerava que a via russa não estava a facilitar a conclusão de tal negociação, devendo encontrar-se uma alternativa. A ligação à Áustria era, pois, uma estratégia de afirmação de Portugal e do Brasil no contexto europeu, uma forma de manter uma relativa autonomia em relação a Inglaterra e de encontrar uma nova viabilidade de posicionamento comercial com a Porta Turca, bem como de estabelecer novas ligações em consequência da abertura dos portos de Portugal e do Brasil a todas as nações. Tendo sido nomeado embaixador em Paris e apresentado as suas credenciais a Luís XVIII, em 30 de Junho⁵², o Marquês de Marialva, em Outubro de 1816, preparava-se para um regresso a Viena⁵³.

Ainda nesse mês, em Viena, já se noticiava uma casa, qualificada como magnífica, que o Marquês de Marialva mandara arrendar por período de seis meses, naquela capital, dizendo-

⁴⁵ ANTT, Ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 15 de Janeiro de 1815, *MNE*, Livro 146.

⁴⁶ ANTT, Ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 07 de Janeiro de 1815, *MNE*, Livro 146.

⁴⁷ Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz, A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna, 2008, 156-157.

⁴⁸ ANTT, Ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 19 de Julho de 1815, *MNE*, Livro 146.

⁴⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal ...*, 108-109.

⁵⁰ ANTT, Ofício do Marquês de Aguiar para o Marquês de Marialva, 15 de Setembro de 1815, *MNE*, Livro 146.

⁵¹ ANTT, Ofício ao Marquês de Marialva, de 6 de Fevereiro de 1816, *MNE*, Livro 146.

⁵² BNP, *Gazeta do Rio de Janeiro*, 5 de Outubro de 1816.

⁵³ BNP, *Gazeta do Rio de Janeiro*, 22 de Janeiro de 1817.

-se que o embaixador era esperado a partir de dia 20.⁵⁴ Marialva só chegaria a Viena em 7 de Novembro⁵⁵. As negociações do casamento iniciaram-se com Rodrigo Navarro de Andrade, encarregado dos Negócios de Portugal em Viena, tendo a sua final discussão e ulitimação sido responsabilidade do Marquês de Marialva, o qual reuniu e acordou os termos com o homem forte do Congresso de Viena: Metternich.

Estando concluído o Tratado Matrimonial, tornava-se indispensável cumprir o protocolo formal de, em audiência pública, ser pedida a mão da Arquiduquesa Leopoldina. A demonstração de que a ida da Corte portuguesa para o Novo Mundo nada afetara o seu prestígio, no equilíbrio de poder das diversas potências europeias, passava pela forma mais ou menos faustosa que o Embaixador conseguisse imprimir à sua entrada oficial, estando este ato diplomático e protocolar revestido de uma carga simbólica efetiva.

A Entrada, segundo Marialva, era uma cerimónia que tinha sido dispensada aos restantes embaixadores em Viena, mas que a natureza da sua missão exigia⁵⁶.

As descrições da Entrada, ocorrida em 17 de Fevereiro de 1817, nos jornais da época, permitem concluir sobre a pompa e o fausto que Marialva lhe imprimiu⁵⁷, digna de uma entrada real, a que associou proporcionais despesas⁵⁸, revelando a carga simbólica que as entradas dos diplomatas ainda assumiam no início do século XIX.

No dia 13 de Maio, dia do aniversário de D. João VI, bem como de outros casamentos na família, celebrou-se o casamento da Arquiduquesa Leopoldina com D. Pedro de Alcântara, por procuração, tendo o noivo sido representado pelo Arquiduque Carlos. Sendo o casamento realizado numa Corte estrangeira, o momento foi aproveitado para transmitir a imagem de riqueza e força económica do Reino através dos seus representantes, os embaixadores. É neste contexto estratégico que se deve inserir o baile que, a propósito daquela união matrimonial, o Marquês de Marialva deu, no dia 1 de Junho, na Quinta de Augarten, onde residia. À festa assistiram cerca de duas mil pessoas, da mais alta sociedade vienense. A Gazeta do Rio de Janeiro publicitou um resumo de notícias das Gazetas Inglesas, publicadas até Julho, dando destaque à notícia que nelas fora dado a este baile, demonstrando que a intenção de demonstrar esta força do Reino Unido de Portugal e do Brasil chegara, igualmente, a Inglaterra⁵⁹.

O Marquês de Marialva, bem como Rodrigo Navarro de Andrade, responsáveis portugueses pela negociação do casamento, foram agraciados, pelo Imperador austríaco, com as insígnias da Grã Cruz da Real Ordem de Santo Estevão da Hungria⁶⁰. Assim, o reconhecimento do papel essencial dos embaixadores era, igualmente, efetivado nestas ocasiões.

⁵⁴ BNP, *Gazeta do Rio de Janeiro*, 25 de Janeiro de 1817.

⁵⁵ Carta do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 14 de Novembro, Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *Correspondência diplomática, Missão do Marquês de Marialva, n.º 39, apud* Luíz Norton, *op. cit.*, 213-216.

⁵⁶ Carta do Marquês de Marialva ao Marquês de Aguiar, Viena, 24 de Dezembro de 1816, Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, *Correspondência diplomática, Missão do Marquês de Marialva, n.º 44, apud* Norton, Luíz, *op. cit.*, p. 228.

⁵⁷ BNP, *Gazeta do Rio de Janeiro*, 4 de Junho de 1817.

⁵⁸ D. João VI estabeleceu, ao Marquês de Marialva, um ordenado de 19 200 \$00, bem como ajudas de custo proporcionais às despesas acrescidas da embaixada, tendo concedido, ainda, um crédito no valor de £ 10 000, e ainda autorização para sacar todas as somas necessárias. Ofício do Marquês de Marialva, de 13 de Janeiro de 1817, apud Luíz, Norton, *op. cit.*, p. 57.

⁵⁹ BNP, *Gazeta do Rio de Janeiro*, 20 de Setembro de 1817.

⁶⁰ BNP, *Gazeta do Rio de Janeiro*, 10 de Setembro de 1817.

O Marquês de Marialva cumpria, assim, uma das mais importantes missões diplomáticas que lhe tinham sido confiadas.

III. Perseguições liberais e fim da carreira: últimos anos, morte e sucessão

D. Pedro morreu no dia 22 de Novembro de 1823⁶¹. Os últimos anos de vida, em Paris, não foram fáceis para o Embaixador. Desde a morte do seu pai, o 6º Marquês de Marialva e 8º Conde de Cantanhede tratava dos negócios inerentes às duas Casas, mesmo à distância. A imposição dos princípios liberais, um pouco por toda a Europa e, a partir da segunda década do século XIX, em Portugal, não facilitavam a vida de um conservador e absolutista, mesmo vivendo no estrangeiro. Ao Marquês de Marialva foi mesmo retirada a remuneração como Brigadeiro, que recebera até Março de 1821, a qual procurou recuperar através do seu procurador em Lisboa⁶².

O Marquês de Palmela, da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, considerando ser possível ser-lhe pago o que requeria, apesar de estar a exercer atividade de embaixador e não militar, escreveu ao Ministério da Guerra, em 14 de Outubro de 1823, dando o seu parecer favorável⁶³. Dias depois, do Paço da Bemposta, o Conde de Suberra, do Ministério, mandou um ofício a Joaquim Bernardino de Sena, da 2ª Repartição da Direção Militar, exigindo explicações sobre a razão do não pagamento⁶⁴. Em 13 de Novembro de 1823, como resposta a este ofício, Joaquim Bernardino de Sena respondeu-lhe que o Brigadeiro Marquês de Marialva deixara de receber o seu soldo em virtude do Aviso do Ministério de Guerra de 11 de Maio de 1821⁶⁵, o qual impunha a proibição de pagamento por ter exercido funções diplomáticas⁶⁶. Tratava-se, pois, de uma verdadeira represália de D. Pedro, enquanto regente, ao Embaixador que tanto apoiara o seu irmão e os absolutistas. Apesar de tudo ter feito para negociar o seu casamento, as razões políticas impunham-se agora com maior força. O Marquês de Marialva acabaria por falecer sem ver esta pretensão resolvida. Na verdade, em 5 de Fevereiro de 1824, o Conde de Suberra escreveu um ofício ao Marquês de Palmela, dando-lhe conta da decisão final de indeferimento⁶⁷. Em 22 de Novembro do ano anterior, porém, o 6º Marquês de Marialva e 8º conde de Cantanhede falecera, solteiro e sem descendência⁶⁸. A sua morte abriria um processo de sucessão controverso, entre os seus sobrinhos, tendo grande parte do património sido herdado pela sua sobrinha, 3ª Duquesa de Lafões, a quem, desde que é conhecida a notícia do falecimento, começam a ser enviadas condolências⁶⁹.

⁶¹ Instituto de Ciências Sociais (ICS), “Demonstração do estado da Casa do Marquês de Marialva para esclarecimento dos Duques de Lafões”, Janeiro de 1824, *Fundo Coleção Nuno Gonçalo Monteiro*, NGM042.

⁶² Requerimento apresentado por Pedro José da Silva, procurador do 6º Marquês de Marialva, a solicitar o pagamento de soldos atrasados. “Processo individual do Marquês de Marialva”, Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Cx 657.

⁶³ Ofício do Marquês de Palmela ao Ministério da Guerra, de 14/10/1823, *Ibidem*.

⁶⁴ Ofício do Conde de Suberra à 2ª Repartição da Direção Militar, de 8/11/1823, *Ibidem*.

⁶⁵ Ofício de Joaquim Bernardino de Sena ao Conde de Suberra, de 13/11/1823, *Ibidem*.

⁶⁶ Aviso do Palácio da Regência, de 11 de Maio de 1821, *Ibidem*.

⁶⁷ Ofício do Conde de Suberra ao Marquês de Palmela, de 5/02/1824, *Ibidem*.

⁶⁸ Apesar de, tal como anteriormente referido, Antónia Adelaide Bonnet ter invocado ser sua herdeira, por ter sido casada com o Marquês e dele ter tido um filho.

⁶⁹ ICS, “Carta de condolências da Câmara de Melres e seu pároco à sobrinha e sucessora do 6º Marquês de Marialva, 3ª Duquesa de Lafões, D. Ana, por ocasião da morte deste”, 1824, *Fundo Coleção Nuno Gonçalo Monteiro*, NGM109.

Logo a seguir à notícia da sua morte deram-se as diversas diligências relativas à sucessão.⁷⁰ A determinação dos bens em sucessão, como é usual nestes casos, não foi muito fácil, tanto mais que ainda havia situações por inventariar dos bens do 5º Marquês de Marialva, D. Diogo⁷¹.

Aliás, como se pode verificar por um aviso destinado a ser publicado na Gazeta de Lisboa, houve, inclusivamente, litígios judiciais com a marquesa do Louriçal e a Marquesa de Loulé, irmãs de D. Pedro, relativamente à herança de algumas quintas, os quais envolviam a dispensa, ou não, da lei mental, fazendo com que doações pudessem ser invalidadas e contratos pendentes anuláveis⁷².

Apesar de toda esta controvérsia, os herdeiros seriam mesmo os Duques de Lafões, terminando, com D. Pedro, uma das maiores Casas Senhoriais portuguesas, a Casa dos Marqueses de Marialva⁷³, a qual ficaria para sempre ligada à vida do seu 6º Marquês, um embaixador na Europa de Viena.

Conclusão

O último Marquês de Marialva nasceu numa família com largas tradições aristocráticas, tendo tido uma educação bastante cuidada, a nível da sua erudição (literatura e música).

A sua família nobre, a sua educação e a sua experiência militar, passíveis de se incluir no perfil típico dos diplomatas do Antigo Regime, terão sido fatores preponderantes na sua nomeação como enviado diplomático a Napoleão, em 1807. Apesar de se começar a dar relevância a aspetos funcionais e de competência pessoal, a pertença a uma família nobre continuava a ser um aspeto essencial na escolha dos enviados diplomáticos.

Com a família real no Brasil, as diligências que conduzissem a um reconhecimento de Portugal na Europa, principalmente por parte dos monarcas das grandes potências, eram essenciais. Nesse sentido, as propostas de negociação de casamentos com as principais casas reais europeias demonstraram-se relevantes para que, mesmo nos trópicos, D. João não deixasse de se afirmar como um dos que contava na grande família de Príncipes europeus.

No caso do Marquês de Marialva, o negociador casamenteiro, as suas diligências iniciaram-se logo com o próprio Napoleão, no sentido de uma última tentativa de evitar as invasões francesas. Mais tarde, e já em época do Congresso de Viena, a sua função foi essencial para obter alianças com os soberanos que poderiam determinar o futuro da Europa. Nesse âmbito poderemos incluir as diligências relativas à aproximação de Luís XVIII e, essencialmente, do Czar Alexandre I da Rússia, bem como ao Imperador austríaco. Estas ligações tinham um sentido político mas igualmente económico, podendo mesmo facilitar o acesso a outras realidades importantes para a subsistência do Reino, como era o caso da eventual ligação à

⁷⁰ ICS, “Demonstração do estado da Casa do Marquês de Marialva para esclarecimento dos Duques de Lafões, visto ter terminado as suas funções de Administrador”, 1824, *Fundo Coleção Nuno Gonçalo Monteiro*, NGM042.

⁷¹ ICS, “Declarações da 3ª Duquesa de Lafões para o inventário dos bens do 5º Marquês de Marialva, D. Diogo José Vito de Menezes, seu avô materno, quanto a dívidas ao e do casal, rendimentos recebidos e despesas”, 1832, *Fundo Coleção Nuno Gonçalo Monteiro*, NGM045.

⁷² ICS, “Aviso para a Gazeta de Lisboa”, s/d, *Fundo Coleção Nuno Gonçalo Monteiro*, NGM047.

⁷³ Pedro Alcântara, *Sermão que nas exéquias do illustríssimo e excellentíssimo Marquês de Marialva pregou o P. M. Fr. Pedro de Alcântara*, Lisboa, Impressão de Alcobia, 1825, pp. 6-7.

Porta Otomana, tão desejada por D. João VI, quer pelas trocas comerciais diretas, quer pela facilitação de acesso às possessões no Oriente.

As dificuldades de comunicação, a necessidade de simbolicamente demonstrar o poder real e a forma como o embaixador Marquês de Marialva procurou resolver as questões sensíveis que lhe iam aparecendo permitem perceber a importância da sua atividade diplomática, nomeadamente enquanto as decisões quanto ao futuro da Europa eram tomadas no Congresso de Viena. Assim, para obter uma situação estrategicamente favorável para Portugal não bastaria a inclusão formal nos trabalhos do Congresso, sendo indispensável a preparação de um contexto favorável através de um conjunto de diligências paralelas por si efetivadas. Ter como aliado o Imperador de Todas as Rússias e, posteriormente, o Imperador Austríaco, porventura os dois homens mais importantes daquela época, era um elemento a ter em conta no sucesso do seu reconhecimento, bem como de uma desejada independência em relação a Inglaterra. Estas diligências chegaram, inclusivamente, ao pedido de recomendação dos plenipotenciários portugueses junto do Imperador russo. A atividade diplomática, para além de uma relevância formal em atos oficiais, revestiu-se, pois, de um caráter instrumental na preparação de contextos, muitas vezes tão ou mais importantes para a política externa de um país do que os resultados diretos do Congresso.

Apesar de todo o esforço, a conjuntura política na Europa e os novos princípios liberais não foram favoráveis, quer a D. João VI, quer aos que estavam conotados com o anterior regime, e o último Marquês de Marialva acabou por sofrer um conjunto de represálias.

O estudo biográfico de diplomatas, como este que aqui se esboça, poderá, pois, contribuir para uma nova perspetiva e compreensão de alguns fenómenos políticos, como é, neste caso, a posição de Portugal na Europa resultante do Congresso de Viena.

Mariana Castro*

A política de Hugh Dalton e o Bloqueio Económico (1940-1942)

R E S U M O

A II Guerra Mundial foi um cenário de conflitos e protagonistas. Hugh Dalton foi Ministro da Economia de Guerra entre 1940 e 1942, em Inglaterra. Destacou-se pela medida de bloqueio económico aos países beligerantes e neutrais, propondo o controlo do contrabando através da proibição de exportações e importações com o inimigo alemão, ou seja, «secar internamente e externamente» para o enfraquecer. Este ensaio centra-se na política de Hugh Dalton, deixando algumas pistas e sugestões para um estudo mais aprofundado daquilo que foram os “bastidores de guerra”, onde os jogos diplomáticos eram permanentemente escondidos por detrás dos palcos de guerra.
Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Bloqueio Económico e Contrabando.

A B S T R A C T

The World War II was a scenery of conflict and protagonists. Hugh Dalton was Minister of Economics of War between 1940 and 1942 in England. Highlighted by the measure in economic blockade the belligerents and neutral countries, proposing the control of smuggling through the prohibition of exports and imports with the German enemy, in other words 'dry internally and externally' to weaken. This essay focuses on Hugh Dalton policy, leaving few clues and suggestions for further study of what were the “war scenes” where diplomatic games were permanently hidden behind the war stage.
Keywords: World War II; Economic Blockade and Smuggling.

Introdução

A política de Hugh Dalton e o bloqueio económico é um tema que tem ficado um pouco à margem da historiografia internacional e nacional. Deste modo, constitui objecto deste trabalho o estudo da influência de Hugh Dalton em países beligerantes e neutrais, principalmente no caso português. Na realidade, interessa compreender o impacto da «era Dalton» no contexto português, onde o perigo da presença alemã no território representava uma realidade perigosa para os britânicos. Isto é, em termos gerais as problemáticas prendem-se com os seguintes temas: as relações diplomáticas entre o Ministro de Economia de Guerra e Portugal; a capacidade de aceitação portuguesa face ao reforço do controlo do contrabando e as restrições nas exportações e importações.

Neste sentido, os principais objectivos passam por enquadrar o tema numa breve contextualização acerca da economia de guerra e do impacto do bloqueio económico; apresentar a estrutura do Ministry of Economic War (M.E.W.) e entender a política de reforço do controlo do contrabando por parte da Inglaterra, assim como a resposta portuguesa perante a situação.

* Investigadora Integrada no Instituto de História Contemporânea (IHC) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Assim sendo, o presente estudo irá dividir-se em três capítulos: em primeiro, um enquadramento sobre o bloqueio económico e a preparação para o conflito mundial; em segundo, a «era de Dalton» e o reforço do controlo do contrabando, e em terceiro, compreender o processo de “secar externamente e internamente “ o inimigo alemão.

Relativamente à metodologia utilizada, destacam-se as fontes primárias e a bibliografia de enquadramento ao tema. No que diz respeito às fontes, a utilização de fontes do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE) para o estudo da política de Hugh Dalton no contexto da Segunda Guerra Mundial e suas repercussões na política portuguesa. Na bibliografia, as obras de introdução ao tema: *The Economic Blockade*, de Medlicoot e *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, de Fernando Rosas.

Em última análise, é importante referir que este trabalho apresenta-se como um ensaio ao tema sobre a política de Hugh Dalton, durante o período cronológico entre 1940 e 1942, deixando apenas algumas pistas e sugestões para o estudo aprofundado dos “bastidores de guerra” onde os jogos diplomáticos e estratégicos eram permanentemente escondidos por detrás do palco de guerra.

Estado actual das fontes e bibliografia sobre a política de Hugh Dalton

O tema «a política de Hugh Dalton e o bloqueio económico», sob diversas formas, tem despertado o interesse da historiografia britânica, todavia em termos de contextualização sobre as relações com Portugal, tem ficado um pouco à margem das preocupações da historiografia portuguesa. Na realidade, a obra que se destaca no sentido de se aproximar mais ao estudo do período da «era Dalton» e do bloqueio económico inglês é o livro de Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra (1939-1945)*.

A ausência de estudos sobre o tema pode estar ligada ao facto de haver ainda um desconhecimento da importância das relações entre a Inglaterra e Portugal no período mais intenso do bloqueio económico, correspondente a 1940 e 1942. Outras das críticas que persistem são os escassos ou quase inexistentes estudos aprofundados sobre a organização de espionagem e sabotagem - *Special Operations Executive (SOE'S)* – cuja interligação com os assuntos secretos diplomáticos e económicos britânicos é bastante relevante.

Na historiografia britânica temos o exemplo do livro de Medlicoot, *The Economic Blockade*; de Hinsley, *British Intelligence in the Second World War*; Ehrman, *Grand Strategy*; Neville, “An Amateur Learns His Job? Special Operations Executive in Portugal, 1940-42”, entre outras referências. As interpretações da bibliografia mencionada estão de acordo com o estudo da política de Hugh Dalton no que diz respeito ao seu papel desempenhado no *Special Operations Executive (SOE'S)*; no período em que foi Ministro de Economia de Guerra e no impacto que teve em outros países envolvidos no cenário de guerra.

Quanto à documentação primária e secundária existente, salienta-se no caso britânico, os Arquivos Nacionais, como o Foreign Office e os Debates Parlamentares (acesso online). No caso português, o Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE) e o Arquivo de Salazar, depositado no *Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGARQ-TT)*. Ainda a mencionar, é possível encontrar documentação sobre estes assuntos na imprensa ou em outros arquivos públicos ou privados. Por último, é importante mencionar outras fontes que não fazem parte do objecto de estudo, ou seja, a correspondência de Hugh Dalton, entre 1940-47 e a pasta intitulada *Records of Special Operations Executive* (depositados no *Foreign Office*), assim como os diários do Ministro de Economia de Guerra e obras da

sua autoria, com o intuito de compreender a relevância de Hugh Dalton num contexto de economia de guerra.¹

O bloqueio económico e o Ministry of Economic War (M.E.W.)

Após a apresentação da problemática e definidos os objectivos, do trabalho, importa agora abordar algumas questões prévias sobre a economia de guerra, o bloqueio económico e identificar a estrutura e as funções do Ministério de Economia de Guerra, como uma “máquina” administrativa importante para sustentar os esforços de guerra. Contudo, é necessário ter em consideração que o objecto de estudo centra-se no estudo específico do reforço do controlo do contrabando, dentro do período cronológico de 1940 a 1942, entre a Inglaterra, os beligerantes e os países neutros.

Deste modo, sob o ponto de vista do debate historiográfico, existem diversas interpretações sobre o conceito economia, definido como uma regulação da distribuição de riqueza e leis que estão inerentes aos gastos e despesas de uma sociedade. Entre os fundadores clássicos, Adam Smith evoca o conceito de economia política e o capitalismo contra as ideias mercantilistas. Mais tarde, surgem outros pensadores económicos como David Ricardo, Jean Baptiste Say e John Maynard Keynes.² A conotação da economia política em casos de desenvolvimento do capitalismo era uma das formas pelo qual o termo económico podia ser utilizado, no entanto, o conceito podia ser complementado com o conceito de guerra e assim passar de cariz politicamente financeiro para um pressuposto económico limitado aos esforços de guerra e mobilidade de recursos humanos e materiais. Segundo Fernando Rosas, “*a emergência do fenómeno político e económico do imperialismo, com a mundialização das disputas dos mercados, pelas fontes de matérias-primas, pelos destinos de exportação dos capitais, (...) trouxe consigo igualmente a mundialização das guerras de redivisão de esferas de domínio.*”³

A mobilização de recursos humanos e materiais para o esforço de guerra foi imprescindível para os Estados beligerantes ou neutrais, uma vez que a mundialização dos conflitos e a duração prolongada de uma guerra fariam com que a mobilização económica fizesse sentido. O Estado seria o protagonista do “teatro de guerra”, assumindo poderes de intervenção na política e na economia. Durante a Segunda Guerra Mundial, a guerra já era mais do que uma luta territorial e política, ela também atingia a esfera económica e social, por isso, era necessário que os Estados estivessem preparados para vencer, através de estratégias internas e externas.

Dentro dos pressupostos de uma economia de guerra, nos países beligerantes ou neutrais, a mobilização militar era complementada com a mobilização de recursos humanos e materiais numa estrutura organizada e abastecida com géneros alimentícios capazes de alimentar a frente interna e externa de cada país. No plano da crescente produção e rearmamento, também o bloqueio económico seria uma das formas possíveis para controlar o inimigo, impedindo-o de consumir os produtos externamente e impossibilitando as suas exportações.

A ideia de bloqueio económico seria concebida desde a Primeira Guerra Mundial, pela Inglaterra, com o intuito de «asfixiar» e impedir o inimigo de alimentar a sua “máquina” de guerra através de uma política de restrição das exportações e importações. Com o início da Segunda Guerra Mundial,

¹ Com destaque para o trabalho de Ben Pimlott, *Hugh Dalton*, (London: Papermac; Macmillan Publishers, 1985).

² Em relação a Keynes, o seu livro *Teoria Geral do Emprego* (1936) expõe a ideia de poupança e investimento, pelo qual, o Estado deve ter a iniciativa de intervir para colmatar as falhas da economia. A promoção do investimento, a manipulação da moeda e a recuperação da indústria nacional eram outros ingredientes da teoria de Keynes.

³ Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra: Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*, (Lisboa: Editorial Estampa, 1995), 21.

a Inglaterra adoptava a mesma estratégia de um sistema de controlo do inimigo, criando o *Ministry of Economic War (M.E.W.)* e depois dividindo-o em vários departamentos (*Blockade Intelligence* e *Economic Warfare*), com responsabilidades ao nível do controlo do contrabando terrestre e marítimo.

O primeiro responsável pelo *Ministry of Economic War (M.E.W.)*, Ronald Cross, assumiu um papel relevante no *Board Trade* e nas negociações com os países neutrais.⁴ Segundo o ofício enviado pelo Embaixador Armindo Monteiro ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Ministro do Economic Warfare anunciava três pontos principais da guerra económica: o controlo do contrabando; apreensão das exportações alemãs e a política de preempção a seguir nos mercados ainda abertos à Alemanha.⁵ A partir de 1940, o seu sucessor, Hugh Dalton, com o propósito de continuar a combater o inimigo ao nível económico, em Julho anunciava uma proposta de reforço do controlo do contrabando através do *Contraband Control Bases*. Desde então, a estrutura do *Ministry of Economic War (M.E.W.)* foi-se adensando cada vez mais a partir da instalação do sistema de *navicerts* no começo da guerra.

As linhas de orientação do M.E.W. baseavam-se na estratégia de dominar e estrangular economicamente o inimigo alemão através de planos e medidas de controlo do contrabando, por via terrestre e marítima, entre os Estados beligerantes e neutros. As fases do processo de controlo seriam a intercepção e detenção através de navios patrulha que estavam localizados em pontos estratégicos no Atlântico e Mediterrâneo,⁶ a recolha de informação sobre a existência ou não de *navicerts* e a apreensão da mercadoria que não estivesse devidamente autorizada a ser transportada. A decisão final sobre a mercadoria apreendida nos mares seria tomada pelo *Contraband Committee*.⁷

A circulação das mercadorias entre os países da Europa era garantida através da portabilidade de um “passaporte comercial” que garantia a portabilidade da mercadoria que não constituía contrabando de guerra. Este sistema podia ter duas tipologias: ‘Z’ *navicerts* que eram da responsabilidade da representatividade britânica de cada país e os outros que tinham de receber a resposta do Ministro para poderem circular.⁸ Os *shipnavicerts* eram aqueles cuja carga estava envolvida com muitos *navicerts*, dispensando automaticamente a inspecção das autoridades.⁹

A *Royal Navy* responsável por este visionamento de mercadorias tinha como principal intuito examinar as mercadorias e as bagagens dos passageiros que fossem suspeitos de contrabando, admitindo que seriam enviadas informações ao Ministro, ao *Contraband Committee*, ao departamento de *Ship’s Cargo Intelligence* e outros como o *Black List* e o *Neutral Countries Intelligence*.¹⁰ A *Black List Intelligence*, incluída nos vários departamentos que constituíam o M.E.W., era

⁴ Segundo Nechama Cox, Cross acabaria por deixar o seu cargo em Maio de 1940, para ser apontado para Minister of Shipping. In Nechama Janet Cohen COX, *The Ministry of Economic Warfare and Britain’s Conduct of Economic Warfare (1939-1945)*, (London: King’s College London, 2001), 46.

⁵ Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), *1ª Guerra Mundial Informações políticas e militares sobre a guerra, provenientes da Embaixada em Londres*, 3º piso, Armário 8, Maço 11.

⁶ Os locais considerados como estratégicos eram no Mediterrâneo o Estreito de Gibraltar; o Canal do Suez e os Dardanelos. in W.N. Medlicoot, *The Economic Blockade*, vols. I, (Londres: Office and Longmans, 1952), 73-74.

⁷ Medlicoot, *The Economic Blockade*, 70.

⁸ *Ibidem*, 94-96.

⁹ *Idem*, 94-96.

¹⁰ *Idem*, 77. Segundo Medlicoot, “Any goods clearly destined for the enemy or suspected on adequate grounds of such a destination could be ordered to be seized.”

responsável pela revisão e extensão de listas de firmas de países neutrais que eram suspeitas de negociar com a Alemanha, sem estarem devidamente autorizadas pelos serviços ingleses.¹¹

No que diz respeito às fases do bloqueio económico, a primeira refere-se ao início da Segunda Guerra Mundial, com a instalação de um sistema de *navicerts*, e a segunda, sob a administração de Hugh Dalton, um trabalhista e Ministro de Economia de Guerra (1940-42), através de uma política de reforço do controlo do contrabando e uma política mais intensiva de estrangulamento do inimigo alemão. A aplicação rígida do bloqueio económico ficaria marcada pela chamada «era Dalton», assentando-se no Decreto das Represálias de 31 de Julho de 1940. Segundo Fernando Rosas, os seus instrumentos podiam resumir-se da seguinte forma: 1) todas as mercadorias destinadas à Europa ficavam sujeitas a um regime de *navicerts* obrigatórios; 2) estabelecia-se o regime de racionamento compulsivo dos *neutros adjacentes*; 3) não reexportação dos bens importados; e por último, 4) intensificação das compras preemptivas.¹²

Posteriormente ao reforço do controlo do contrabando, a «era Dalton» iria sobreviver até 1942, com a entrada da URSS e os EUA na guerra e o aumento da importância da Península Ibérica como porta de entrada dos fornecimentos destinados à Alemanha.¹³ Com a saída de Dalton e o sucessivo agravamento da guerra, o bloqueio económico iria ter dificuldades em conter o abastecimento do inimigo alemão, visto que até ao término da guerra a aquisição de bens como o volfrâmio continuaria a dirigir-se para a economia de guerra alemã em detrimento da economia inglesa.

Hugh Dalton e a preparação para a II Guerra Mundial

“A política do meu departamento é negar ao inimigo, tanto quanto possível, todos os bens e serviços que podem ajudar o seu esforço de guerra. Uma série de eventos, que tiveram lugar durante as últimas cinco semanas, mudaram as condições e os métodos de travar a guerra económica” (Hugh Dalton, 02 de Julho de 1940, Debates Parlamentares)

Durante os anos trinta, o Governo britânico esteve atento aos acontecimentos da Europa, principalmente no que dizia respeito aos negócios políticos e económicos. O *Foreign Office* foi mostrando um certo interesse pelo que se passava na Alemanha e nos países que estivessem conectados diplomaticamente e economicamente com ela. A atitude anti-nazi começou a crescer a partir de 1938 por causa do perigo de eclosão de guerra. No período de Vansittart, diplomata britânico e primeiro-ministro, o *Foreign Office* foi mais crítico ao nazismo alemão e desde o aumento das aspirações italianas pelo Mediterrâneo, em 1938, o diplomata já afirmava: *“This is German doctrine”*, anunciando desde cedo a preocupação com os alemães.¹⁴

¹¹ *Idem*, 79.

¹² Segundo Fernando Rosas, a política de compras preemptivas visavam três objectivos principais: retirar por antecipação do mercado dos neutros um certo número de bens importantes ao esforço de guerra inimigo; originar, quando o primeiro propósito não pudesse ser alcançado, um agravamento artificial desses produtos que obrigasse os agentes inimigos a dispendir maior quantidade de ouro ou divisas (de que careciam) para tais compras, ou a desviar para esse fim bens essenciais (ferro, produtos químicos) caso a troca fosse directa; provocar a carência de certos bens no mercado neutral por forma a impedir a constituição de *stocks*, fonte sempre potencial de abastecimento do inimigo.” in Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra: Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*, 42.

¹³ *Ibidem*, 42-43.

¹⁴ Peter Neville, “Rival Foreign Office Perceptions of Germany, 1936-39”, *Diplomacy & Statecraft* 13:3 (2010): 142.

A velha aliança com Portugal também constituía uma estratégia para a Inglaterra, uma vez que o território português estava bem posicionado ao nível geopolítico. Segundo António Telo, este relacionamento era condicionado por três factores: a ascensão da Alemanha; a necessidade de rearmamento português e a situação do começo da Guerra Civil de Espanha.¹⁵ Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as duas velhas aliadas assinam um Tratado de Amizade e Não Agressão. Nas palavras de Fernando Rosas, este acordo “(...) *surgirá sobretudo como um relevante instrumento da estratégia britânica de preparação para a guerra, ou seja, de neutralização da Península, a seis meses da eclosão do conflito: Salazar era a mão com que os ingleses «agarravam» Franco.*”¹⁶

A posição anti-alemã continuaria no interior do Parlamento britânico e nos discursos de outros diplomatas como Hugh Dalton, William Gillies, Evan Durbin e Richard Crossman. Considerando apenas o socialista Hugh Dalton, líder do partido trabalhista, Ministro de Economia de Guerra (1940-42), Ministro das Finanças (1945-47) e opositor da política de apaziguamento do anterior governo de Neville Chamberlain, estava convencido que o nazismo seria um perigo para a Europa. Dalton, em 1933, já anunciava nos seus escritos o seguinte: “*German is horrible. A European war must be counted now among the probabilities of the next ten years.*”¹⁷ Em 1935 Dalton publicava um livro, intitulado *Practical Socialism for Britain*, onde apresentava uma versão nacionalista de compromisso com a abordagem ao trabalho. A sua linha de pensamento seguia-se por um socialismo democrático e uma interpretação do Partido Trabalhista da história britânica em detrimento da política nazi.¹⁸ Quanto aos pressupostos do partido trabalhista, estes começam a debater-se com os do partido de Hitler, uma vez que, a preocupação de defender a nação britânica aumenta, em simultâneo, com a preparação para a guerra.¹⁹

A partir de 1940, em simultâneo à assinatura do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade e Não Agressão entre Portugal e a Inglaterra, Dalton modificou a estrutura do M.E.W. para um reforço do sistema de *navicerts*. Os seus pressupostos eram os seguintes: 1) a limitação das importações e formas de contrabando em Espanha e Portugal; 2) o reforço dos racionamentos e controlo das exportações com base na patrulha dos navios mercantes; 3) métodos de reforço imediato no sistema de *shipnavicerts*.²⁰ A decisão de reforço do sistema tradicional de *navicerts* teria que ser respeitado em todo o mundo, principalmente pelos países neutros.

No dia 23 de Janeiro de 1940, Dalton anunciava nos debates parlamentares que todos os navios que entrassem no Mediterrâneo, no Atlântico ou Mar Vermelho, teriam que ser examinados pelas bases de controlo do contrabando, garantindo que as reexportações não eram realizadas.²¹ Outra preocupação inerente para além dos países neutros, eram os países ocupados pela Alemanha, como por exemplo a França. Outro ponto de interesse, durante a guerra, era o de Gibraltar que surgia como palco principal pelo facto de ser um porto estratégico e uma “porta de entrada à Europa” para

¹⁵ António Telo, *Portugal na Segunda Guerra*, (Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1987), 26-27.

¹⁶ Fernando Rosas, *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica: Estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 a 40*, (Lisboa: Fragmentos, 1988), 113.

¹⁷ Paul Ward, “Preparing for the people’s war: the left and patriotism in the 1930’s”, *Labour History Review*, 67 (2) (2002): 173.

¹⁸ Segundo Paul Ward, “Dalton too was emphatic upon this point, declaring that ‘the British Labour Party is a tree native to this Island’” in Ward, “Preparing for the people’s war: the left and patriotism in the 1930’s”, 174.

¹⁹ Ward, “Preparing for the people’s war: the left and patriotism in the 1930’s”, 180-182.

²⁰ Medlicoot, *The Economic Blockade*, 432.

²¹ Parliamentary Debates – UK Parliament, “Hansard 1803-2005”, acesso em 2014, (disponível em <http://hansard.millbanksystems.com/>).

os alemães procederem ao contrabando de mercadorias e “(...) em caso de guerra com a Espanha, os Britânicos se verem obrigados a manter uma testa de ponte em território espanhol.”²²

Em resumo, os países ocupados pelos alemães podiam servir como portas de entrada para o abastecimento alemão, daí a necessidade intrínseca de impedir os negócios entre países como a França e a Alemanha. Assinale-se ainda que Dalton teve um papel relevante como Ministro de Economia de Guerra e como responsável pelo *Special Operations Executive* e o *Board of Trade* em 1942, contribuindo para um maior reforço da posição da Inglaterra durante o período de guerra e da política de controlo do contrabando de mercadorias com destino ao país inimigo.

«Era Dalton» e o controlo do contrabando a partir de 1940

“Tem sido sugerido em alguns setores a ideia de que pretendemos estender o bloqueio a determinados países neutros. Isto não é assim. Os abastecimentos podem atingir tais neutros, sem o risco de cair nas mãos do inimigo que concederá navicerts em tal escala que permita a importação adequada para o consumo interno, mas não para reexportar para outros países” (Hugh Dalton, 30 de Julho de 1940, Debates Parlamentares)

A estreita relação luso-britânica iria extremar-se no decorrer da Segunda Guerra Mundial. Aos britânicos interessava a continuação dos laços de amizade com Portugal, com o intuito de controlar as zonas do Mar Mediterrâneo; a Península Ibérica (onde estava incluída a Espanha) e conseguir vencer o inimigo alemão. Segundo Carlos Teixeira de Motta, o ano de 1940 iria “(...) assistir ao aparecimento na estratégia de guerra britânica de ideias e planos para a ocupação do território português (...).”²³ Mas para que isso acontecesse, era necessário tomar medidas no sentido de uma política económica mais rígida e enérgica.

No dia 30 de Julho de 1940, Hugh Dalton, afirmava no Parlamento britânico que com a ocupação da Alemanha em países como França e zonas dos Pirenéus, a economia de guerra teria de sofrer algumas transformações. Um maior controlo teria que ser realizado pela *Royal Navy* no Mediterrâneo, Mar do Norte e Atlântico, incluindo o reforço do sistema de *navicerts* e certificados do carregamento das mercadorias, com o intuito de evitar a reexportação para o país inimigo e a exportação/importação de bens necessários à “máquina” de guerra alemã.²⁴

Desde o início de Julho de 1940, Oliveira Salazar enviava um telegrama ao Embaixador de Portugal em Londres afirmando o seguinte: “desde que a Alemanha está na fronteira dos Pirenéus e esta está não só ainda muito magoada contra a Inglaterra, mas alimentando reivindicações contra ela, a situação da Península mais favorável à Inglaterra é a de neutralidade, e outra não se afigura possível.”²⁵ Refere ainda que a política portuguesa teria que desenvolver-se, em primeiro lugar, no sentido de conseguir que a Inglaterra reforçasse o tratado de amizade com a Espanha para evitar a entrada do inimigo alemão.²⁶

²² AH D’Araújo Stott Howorth, *A Aliança Luso-Britânica e a Segunda Guerra Mundial*, (Lisboa, ed. ENP, 1956), 78.

²³ Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), *Inglaterra e Portugal, Documentos britânicos, recolhidos por Teixeira de Motta, sobre as relações luso-britânicas durante a 2ª Guerra Mundial (1940-45)*, Sala dos Tratados, Caixa 1.

²⁴ “Hansard 1803-2005”.

²⁵ Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), *Contrabando (1940-41-42), Contrabando desdobramento (Alemanha, Bélgica, Holanda, França), Mercadorias retidas, Bloqueio – Inglaterra, Negociações*, 3º piso, Armário 25, Maços 46, 47, 48 e 49.

²⁶ *Ibidem*.

O Decreto das Represálias seria outorgado em 31 de Julho de 1940, evocando nos seus pressupostos a restrição das exportações e importações entre o inimigo alemão e os países da área *navicert* (Finlândia, Estados Bálticos, Suécia, Suíça, Espanha, Portugal, Jugoslávia, Hungria, Grécia, Bulgária, Roménia e Turquia).²⁷ Segundo Fernando Rosas, os seus pressupostos podem ser resumidos nos seguintes pontos:

1. Todas as mercadorias destinadas à Europa ficavam sujeitas a um sistema de *navicerts* obrigatórios. Os navios que transportavam as cargas deviam ser envolvidos totalmente por *shipnavicerts*, documento que testava a rota do navio ao seu destino. Os indivíduos ou empresas que estivessem sob suspeita de contrabando iriam para a chamada *Black List*.
2. O regime de racionamento compulsivo dos neutros adjacentes tinha como intuito reduzir os *stocks* dos países neutros para impedir a exportação ou reexportação de mercadorias para o inimigo. Deste modo, racionava-se as importações dos países neutros estabelecendo-lhes quotas trimestrais abaixo do seu consumo. Tudo isto era complementado com os acordos comerciais de guerra que assegurava a não reexportação dos bens importados ou da exportação de outros para o inimigo alemão.
3. A política de compras preemptivas visava retirar do mercado dos neutros um certo número de bens importados e provocar a carência de certos bens, por forma a impedir a constituição de *stocks*. O caso da compra de volfrâmio pelos ingleses é um dos exemplos de compras preemptivas para impedir que fosse adquirido pelos alemães.²⁸

O sistema de *navicerts* nas bagagens, nas mercadorias ou nos navios, tinham um período de validade de dois meses, em 1940 e no ano posterior, três meses. Dentro da Commonwealth as licenças de exportação obtidas no Consulado britânico tinham que respeitar as regras do M.E.W.²⁹ Nos acordos com os países neutros como Portugal, a patrulha dos navios e a obrigatoriedade da utilização de *navicerts* em todas as cargas era uma premissa que os portugueses tinham de cumprir, principalmente quando dizia respeito à passagem no porto de Gibraltar, devido à sua posição estratégica.³⁰ Simultaneamente, entre 1940 e 1941, as aplicações de *navicerts* sofrem um aumento significativo.

A França ocupada pelos alemães, bem como o Governo de Vichy, Argélia, Tunísia e o Marrocos francês começam a ser vistos como inimigos ao bloqueio económico. Nos termos da neutralidade dos países como Espanha e Portugal, o receio de Dalton em que estes países colaborassem com o inimigo alemão era uma realidade presente nos debates parlamentares. Numa carta de Armindo Monteiro ao Ministro dos Negócios Estrangeiros afirmava o seguinte: “*nos termos da declaração do Sr. Dalton, cujas linhas gerais já eram conhecidas de V. Ex.ª, o Governo Inglês decidiu tornar obrigatória a aplicação dos navicerts a todas as mercadorias transportadas por via marítima para os portos europeus e para certas ilhas no Atlântico e certos portos neutros no Norte de África. (...) As companhias que não tomem tal compromisso em relação a todos os seus navios não poderão beneficiar de facilidades de navegação em*

²⁷ Medlicoot, *The Economic Blockade*, 436.

²⁸ Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra: Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*, 42.

²⁹ Medlicoot, *The Economic Blockade*, 438-439.

³⁰ *Ibidem*, 440.

portos britânicos, tais como compras de carvão, utilização de docas secas, reparações e abastecimentos (...)."³¹

Relativamente ao comércio colonial, Arlindo Monteiro, numa carta em Dezembro de 1940, afirmava o seguinte: *"a situação criada pelo bloqueio inglês ao nosso comércio colonial é bastante grave. Além do açúcar, milho, café e alguma tonelagem de sementes oleaginosas, o continente absorve uma pequena parte da produção das colónias africanas, sendo os mercados mais importantes antes da guerra os países do Centro e Norte da Europa. Primeiro, em virtude da invasão alemã, depois em virtude do bloqueio, esses mercados estão perdidos.*"³²

A pressão dos territórios ocupados pelos alemães e o perigo de uma possibilidade dos países neutros constituírem uma porta de entrada e saída de abastecimentos era enorme, principalmente para Hugh Dalton. Contudo, numa das suas exposições, na Câmara dos Comuns, sobre o reforço do *"contraband control"* e a extensão dos sistemas de *navicerts*, obrigatório para todas as mercadorias transportadas por via marítima para os portos europeus e alguns portos nas ilhas do Atlântico e Norte de África.³³

Numa conversa tida entre Arlindo Monteiro e Dalton, este diz-lhe o seguinte, marcando imediatamente a sua posição: *"o interesse superior de Portugal é ver Hitler destruído, esmagado, escorraçado da face da Europa, para poder viver. Tudo o mais é pouca coisa ao lado disto. A raça alemã é uma raça vil, a raça inferior da espécie humana, que quase envergonha a humanidade. A nossa tarefa aqui é reduzi-la à impossibilidade de agredir de tempos a tempos as mais nações. Tudo o que acontece é culpa alemã. Todos os sofrimentos por que a humanidade passa é da responsabilidade nazi. Não esqueça isto, Sr. Embaixador.*"³⁴ Ainda a acrescentar a esta conversa onde se destaca uma posição anti-alemã, Dalton afirma o seguinte: *"o meu Governo adquiriu a convicção de que a neutralidade de Portugal é condição essencial da neutralidade espanhola e de que, se aquela desaparecesse por virtude de acto menos prudente, a paz da Península poderia encaminhar-se para um termo com consequências tão fáceis de supor e de descrever que não vale a pena insistir nelas. A neutralidade portuguesa deve por isso ser cuidadosamente mantida; e julgo que mantê-la é prestar valioso serviço à causa da aliança com a Grã-Bretanha.*"³⁵

Armando Monteiro sublinhava que *"(...) com largos movimentos de braços as suas afirmações, começou o Sr. Dalton por dizer que o bloqueio era uma das principais armas de que a Grã-Bretanha dispunha para esmagar a Alemanha. Não supunha que do seu emprego pudesse resultar uma vitória rápida, mas lentamente iria enfraquecendo o inimigo.*"³⁶ Na realidade, as relações entre Portugal e Inglaterra já não eram as mesmas desde o início da guerra. A aproximação e os negócios comerciais com a Alemanha tinham colocado Lisboa, como afirma António Telo, *"(...) num centro da «guerra secreta» entre os Aliados e o Eixo, devido à neutralidade (...).*"³⁷

³¹ Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), *Contrabando (1940-41-42), Contrabando desdobramento (Alemanha, Bélgica, Holanda, França), Mercadorias retidas, Bloqueio – Inglaterra, Negociações*, 3º piso, Armário 25, Maços 46, 47,48 e 49.

³² *Ibidem*.

³³ Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), *Contrabando (1940-41-42), Contrabando desdobramento (Alemanha, Bélgica, Holanda, França), Mercadorias retidas, Bloqueio – Inglaterra, Negociações*, 3º piso, Armário 25, Maços 46, 47,48 e 49.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Idem*.

³⁷ António Telo, *Portugal na Segunda Guerra*, 427.

O bloqueio económico continuaria nos países neutros e beligerantes durante o ano de 1941, apesar da entrada dos EUA e da URSS no conflito mundial. As tentativas de quebrar o sistema implementado pelos ingleses eram muitas e as medidas do Ministro de Economia de Guerra, Hugh Dalton, intensificariam no sentido de estrangular a economia de guerra externa e de Julho de interna da Alemanha. No caso português, a 07 de Julho de 1942, o Ministro dos Negócios Estrangeiros enviava à Legação de Portugal na Alemanha a comunicar que o carregamento de conservas embarcadas no vapor português “Alvaiezere” com destino à Alemanha tinha de seguir o seu destino e ainda a informação de que a mercadoria devia ser desembarcada em Bilbao e daí seguir para a Alemanha por caminho-de-ferro.³⁸

Além disso, o aumento de pedidos de *navicerts* seria acompanhado com o acréscimo de respostas positivas por parte do Governo britânico e o M.E.W. Entre o mês de Outubro de 1940 a Março de 1942, verificou-se um acréscimo de *navicerts* concedidos, querendo isto dizer que durante a «era Dalton», o intuito inicial dos pressupostos de Dalton em controlar as zonas de influências e enfraquecer o inimigo alemão, estava a sortir o efeito desejado inicialmente, pelo menos no que diz respeito ao elevado número de “passaportes comerciais” concedidos. Logo, entre 1940 e 1941, a política de Hugh Dalton mostrava-se forte face às dificuldades de enfrentar os problemas do contrabando de guerra. Promover uma economia de guerra baseada em princípios de bloqueio económico era a estratégia mais utilizada por Dalton. Como podemos observar, na sua concepção, essa seria a melhor arma de guerra que a Inglaterra podia ter para impedir o avanço dos “dedos ávidos” de Hitler em direcção ao oceano.³⁹

Entre fronteiras visíveis e invisíveis: “secar externamente e internamente” o inimigo alemão

“O chamado «bloqueio» conta-se entre as mais poderosas das nossas armas na luta em que estamos empenhados, e o completo dos seus direitos de beligerante. Todo o canal em potência de abastecimento do inimigo tem de ser bloqueado ate onde o pudermos fazer; muito do sofrimento que isto implica para os neutros é inevitável, mas estamos sempre prontos a fazer o que pudermos para o aliviar” (Carta de Hugh Dalton ao Embaixador de Portugal em Londres, 01 de Janeiro de 1941)

A posição do M.E.W. e do Ministro de Economia de Guerra, Hugh Dalton, iria continuar a ser uma tomada de posição contra o inimigo alemão. Para isso, a máquina administrativa tinha de controlar os países neutros e “secar externamente e internamente” a Alemanha. Segundo Medlicoot, *“the success of the blockade depended, broadly speaking, on how far the Ministry could go in imposing inconveniences on neutrals; the success of foreign policy seemed to depend very largely on how far neutral goodwill could be retained and strengthened.”*⁴⁰

³⁸ Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDME), *Contrabando (1940-41-42), Contrabando desdobramento (Alemanha, Bélgica, Holanda, França), Mercadorias retidas, Bloqueio – Inglaterra, Negociações*, 3º piso, Armário 25, Maços 46, 47, 48 e 49.

³⁹ Segundo o discurso de Churchill, em 09 de Fevereiro de 1940, “Herr Hitler fará todo o possível para destruir os nossos navios e reduzir o volume de abastecimentos americanos que chegam a estas ilhas. Tendo conquistado a França e a Noruega, os seus dedos ávidos estendem-se em direcção ao oceano, de ambos os lados do nosso território.” in “Hansard 1803-2005”.

⁴⁰ Medlicoot, *The Economic Blockade*, 69.

No ano de 1941, Dalton enviava uma carta ao Embaixador de Portugal em Londres, Armindo Monteiro, onde reforçava a política de bloqueio económico britânico e a necessidade de impedir a reexportação de mercadorias para o inimigo. O Ministro de Economia de Guerra, a par das dificuldades de Portugal, afirmava o seguinte: “*Já se passaram quase cinco meses desde que foi anunciada ao Governo Português a nova política de limitação de importações às necessidades internas e desde que lhe foram comunicadas as novas estimativas dessas necessidades no que respeita aos abastecimentos essenciais. Nessa altura mostrou-se claramente que estávamos dispostos a discutir alterações a esses números (...); decorreram, no entanto, dois meses antes de ser dado qualquer passo nesse sentido e, no entretanto, continuaram a ser enviadas grandes quantidades de produtos importados para o inimigo.*”⁴¹ E acrescentava ainda mais: “*(...) seria no melhor interesse de Portugal fazer o que outros países fizeram, dando-nos garantias concretas de que os fornecimentos que deseja importar não serão reexportados, quer para o inimigo quer – excepto com prévia aprovação nossa – para outros países europeus dos quais possam chegar ao inimigo.*”⁴² A título de exemplo, acerca do controlo do contrabando de mercadorias, podemos ter em consideração o caso da apreensão em Casablanca de café, cera e cizal. A mercadoria depois de apreendida pelos navios patrulha ingleses, era vendida, dependendo da regularização do preço, indemnizações e da ordem de decisão do Ministério da Marinha em Vichy e dos Serviços da Marinha em Marrocos acerca dos mesmos.⁴³

À medida que a guerra ia avançando e o poder económico alemão ia sobrevivendo, os países ocupados deparavam-se com carências ao nível dos abastecimentos internos e outros problemas de cariz social. Dalton num debate parlamentar referia que essa mesma realidade intensificava mediante o avanço alemão.⁴⁴ Deste modo, a preocupação era deter os “tentáculos” dos alemães e qualquer pretensão de avançar para locais como Espanha e Portugal, protegendo os portos de Gibraltar e o acesso ao Mediterrâneo como chave estratégica do bloqueio económico.

No caso português, Oliveira Salazar tendo presente a situação económica e as negociações sobre o bloqueio, envia um telegrama ao Embaixador de Portugal em Londres com as seguintes declarações:

1. a posição de espírito de sofrer pacientemente as dificuldades de guerra, são compreensíveis face às dificuldades provenientes da preferência de interesses de guerra ingleses em relação aos nossos interesses da nossa economia de paz;
2. o Governo não está disposto a continuar a tomar responsabilidade por faltas que a outrem pertencem;

⁴¹ Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), *Contrabando (1940-41-42), Contrabando desdobramento (Alemanha, Bélgica, Holanda, França), Mercadorias retidas, Bloqueio – Inglaterra, Negociações*, 3º piso, Armário 25, Maços 46, 47, 48 e 49.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ Segundo Hugh Dalton, no dia 17 de Fevereiro de 1942, “in other occupied countries, reports do not indicate any deaths directly attributable to food shortage, though in Belgium and Occupied France, some part of the increase in the mortality of certain diseases, notably pneumonia, is probably due to insufficient nutrition. (...)”, “Hansard 1803-2005”.

3. o Governo prevê impossibilidade da política de facilidades económicas para com a Grã-Bretanha que não é compreendida nem correspondida e vê-se obrigado a estudar problemas no conjunto e conseguir compensações tangíveis para as vantagens concedidas⁴⁵.

Ainda no mesmo telegrama, Oliveira Salazar afirma o seguinte: “(...) *não podíamos deixar de vender aos Alemães algum volfrâmio pretendendo apenas que as suas necessidades fossem compreendidas*”⁴⁶. Ou seja, o que isto quer dizer é que a neutralidade portuguesa permitia a Portugal e ao Governo estar nos dois lados do conflito mundial, e que apesar dos acordos com a Inglaterra em 1942 e a cedência de algumas toneladas de volfrâmio, a necessidade de negócios legais e ilegais com a Alemanha prevaleciam até ao término da Segunda Guerra Mundial, mesmo que de forma clandestina.

Durante o período em que Hugh Dalton esteve no M.E.W. os seus pressupostos estiveram centrados numa política de controlo do contrabando e estrangulamento da economia alemã pela via terrestre e marítima. No entanto, ele também foi responsável por uma das secções do *British Wartime Intelligence Organization* – o *Special Operations Executive* – responsável pela espionagem e sabotagem das linhas do inimigo. No caso português, segundo Fernando Rosas, as autoridades britânicas montavam “ (...) *uma vasta rede de informações nas alfândegas, nos portos, na Polícia Marítima, na PVDE, na CP, nas empresas de navegação e de transporte terrestre, nas empresas de import-export* (...)”⁴⁷.

Conclusão

Após o estudo do tema «a política de Hugh Dalton e o bloqueio económico», num debate sobre a influência britânica em território português, e numa tentativa de resposta à problemática inicialmente mencionada – a nova política do sistema de bloqueio económico britânico teve repercussões nas relações entre a Inglaterra e Portugal, entre 1940-42 – podemos ter em consideração três pontos de destaque:

1. A posição anti-alemã estava bem marcada nos debates parlamentares britânicos e por alguns elementos do seu interior, como por exemplo Hugh Dalton, um trabalhista que preocupava-se com o perigoso avanço da Alemanha no continente europeu. Em 1940 consegue o cargo de Ministro da Economia de Guerra, procedendo imediatamente à modificação da estrutura do M.E.W. para um maior reforço do sistema de *navicerts*. Os seus pressupostos eram os seguintes: 1) a limitação das importações e formas de contrabando em Espanha e Portugal; 2) o reforço dos racionamentos e controlo das exportações com base na patrulha dos navios mercantes; 3) métodos de reforço imediato no sistema de *shipnavicerts*.

⁴⁵ Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), *Contrabando (1940-41-42), Contrabando desdobramento (Alemanha, Bélgica, Holanda, França), Mercadorias retidas, Bloqueio – Inglaterra, Negociações*, 3º piso, Armário 25, Maços 46, 47, 48 e 49.

⁴⁶ Ver o estudo de Neville Wylie sobre as SOE'S.

⁴⁷ Segundo Fernando Rosas, tratava-se de agentes britânicos que decifravam mensagens entre a Alemanha e a SOFINDUS em Madrid, para manter informado o M.E.W. sobre o contrabando. in Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra: Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*, 52.

2. O Decreto das Represálias seria outorgado em 31 de Julho de 1940, anunciando a restrição das exportações e importações entre o inimigo alemão e os países da área *navicert* (Finlândia, Estados Bálticos, Suécia, Suíça, Espanha, Portugal, Jugoslávia, Hungria, Grécia, Bulgária, Roménia e Turquia). O regime compulsivo de *navicerts* e as compras preemptivas constituíam outros dos elementos do enunciado do decreto. No caso português, Dalton não admitia outra atitude de Portugal senão manter a sua neutralidade a favor dos interesses britânicos e contra os “dedos ávidos” de Hitler.

Dalton preocupava-se com os territórios ocupados pelos alemães e com os países neutros, como Portugal, uma vez que, à medida que se avançava para o ano de 1942, existia cada vez mais interesse dos alemães pela Península Ibérica, mais concretamente para Gibraltar e o acesso ao Mediterrâneo. A resposta portuguesa a esta preocupação britânica, traduzida no maior controlo das quotas de importação e restrição de exportações, era a de manter por um lado, a amizade com Inglaterra, e por outro, continuar a exportar grandes quantidades de volfrâmio para a Alemanha.

Alice Duarte*

Direito internacional: rumo a uma ética universalizante de Direitos Humanos

R E S U M O

Partindo do enquadramento genericamente aceite em termos da história do Direito Internacional e da Diplomacia em torno da minimização ou amenização dos efeitos dos conflitos armados, este texto procura identificar alguns antecedentes medievais e humanistas que se apresentam como centrais para a emergência de uma ética e filosofia de direitos humanos, tradutoras de um sentido cada vez mais alargado da sua natureza universal. Trata-se de uma abordagem mais antropológica do que histórica que encara a lenta universalização da ideia de compaixão pelo Outro como um processo que se inicia pelo ideal de “civilizar a guerra”, mas cuja afirmação implicará a superação dos argumentos iniciais de cariz religioso e a adoção de uma ideia mais ampla do Outro como semelhante em termos mais absolutos. É a afirmação dessa ideia que permitirá a emergência de uma ética universalizante de direitos humanos.

Palavras-chave: Direito Internacional; Antecedentes Medievais e Humanistas; Direitos Humanos; Ética Universalizante.

A B S T R A C T

Starting from the framework generally accepted in terms of the history of international law and diplomacy around the minimization or mitigation of the effects of armed conflict, this paper seeks to identify some medieval and enlightenment antecedents that appear as central to the emergence of an ethics and philosophy of human rights, translators of an ever growing sense of their universal nature. This is more an anthropological approach than historical that sees the slow universalization of the idea of compassion for the Other as a process that begins with the ideal of “to civilize the war”, but whose affirmation will entail the overcoming the initial arguments of religious nature and the adoption of a wider idea of the Other as similar in more absolute terms. It is the statement of this idea that will allow the emergence of an universalizing ethics of human rights.

Keywords: International Law; Medieval and Enlightenment Antecedents; Human Rights; Universalizing Ethics.

Introdução

Em termos da história da Diplomacia e do Direito Internacional em torno da minimização ou amenização dos efeitos dos conflitos armados é bastante consensual a aceitação de algumas datas e acontecimentos como referências centrais para a elucidação das suas etapas de desenvolvimento e consolidação. De um modo geral, o enquadramento histórico do Direito Internacional apresenta-o como assentando em dois sistemas: um clássico e um outro contemporâneo. A vigência do

* Antropóloga – Universidade do Porto, Faculdade de Letras e Instituto de Sociologia.

sistema clássico ter-se-á estendido de 1648 a 1918, remetendo a primeira data para a designada Paz de Westfália. Esta tem como referência central os acordos celebrados no final da Guerra dos 30 Anos na Europa que opôs os países católicos aos protestantes. Um segundo momento marcante desse mesmo período clássico é a designada Paz de Viena, pela qual se remete para o Congresso da mesma cidade cuja Ata Final foi assinada em 1815, assinalando o fim do império de Napoleão e marcando o início do reconhecimento dos princípios internacionais da multilateralidade e da cooperação. Quanto ao sistema contemporâneo, ele é normalmente definido como se estendendo de 1918 ao 11 de Setembro de 2001, assinalando esta última data o fim da vigência do diálogo e do consenso que caracterizaram o Direito Internacional depois da I Guerra Mundial. Uma das novidades centrais do período contemporâneo, em especial depois da II Guerra Mundial, foi a entrada em cena de novos atores que não os Estados-nação, nomeadamente, as Organizações Internacionais (OI), de carácter intergovernamental (OIG) e não governamental (ONG), às quais é reconhecido terem desempenhado papel significativo quer na afirmação de direitos fundamentais, quer na consolidação crescente da defesa dos direitos humanos.

O percurso desde o século XVII até ao século XX do Direito Internacional relativo a conflitos armados pode ser olhado como um caminhar lento, mas ainda assim contínuo, em direção a uma perceção cada vez mais efetiva do Outro como semelhante. De certo modo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, é o culminar desse processo. Embora exteriores a este percurso institucional, há, contudo, alguns antecedentes medievais e humanistas que também devem ser equacionados pelo que ajudam a clarificar sobre as dimensões políticas e ideológicas implicadas no movimento de maturação de um ideal de “compaixão universal”.

Antecedentes medievais

Atender aos antecedentes temporalmente mais longínquos do ideal de “civilizar a guerra” é uma forma de elucidar sobre as próprias resistências que a ideia do Outro como semelhante teve de superar para poder emergir e afirmar-se. Recuando até à Idade Média, é forçoso referir as instituições da “Paz de Deus” e da “Trégua de Deus”.

Aquilo que Marc Bloch¹ designa por primeira fase do Feudalismo assentava numa sociedade essencialmente guerreira e violenta que tinha a Cavalaria como uma das suas principais instituições sociais. Desta faziam parte todos os filhos maiores das famílias nobres que, através de permanentes lutas entre si, procuravam exhibir e provar o seu valor, honra e coragem. A forte violência, o espírito agressivo e as pilhagens inerentes às suas guerras privadas irradiavam pelos feudos, infligindo sofrimentos constantes às populações inocentes e gerando um clima de perpétua insegurança nos campos, aldeias e vilas. A situação seria de tal modo insustentável que, nomeadamente no território francês e por iniciativa de alguns sacerdotes, começaram a surgir assembleias episcopais onde o povo se reunia e nas quais se redigiam documentos estipulando que, dos conflitos armados dos senhores feudais, ficavam excluídos os camponeses, os mercadores e o clero não armado, bem assim como os locais de culto².

Em 898, no Concílio de Charoux, Poitiers, no sul de França, é forjado o conceito de “Paz de Deus” pelo qual a Igreja do século IX toma posição relativamente à violência das

¹ Marc Bloch, *A Sociedade Feudal* (Lisboa: Edições 70, 1987).

² Gorges Duby, *O Ano Mil* (Lisboa: Edições 70, 1986).

guerras feudais, dando nascimento formal ao movimento de “civilizar a guerra”. O argumento dos religiosos assentava na ideia de que o corpo de Cristo estava difundido entre a Cristandade inteira, pelo que fazer desnecessariamente verter o sangue do povo, era atingir Cristo. O objetivo era pôr fim à violência exercida pelos senhores da guerra e proteger os restantes membros não-beligerantes da sociedade. Supervisionada pela Igreja, a “Paz de Deus” estendeu-se depois para Borgonha e para o norte de França, constituindo-se como instrumento de moderação da ferocidade da guerra, persuadindo os Cavaleiros a aceitarem seguir algumas regras. A “Paz de Deus” substituiu uma inexistente paz dos reis já que por essa altura a Lei do Rei era mínima e as instituições de poder político centralizado quase inexistentes.

Face à debilidade da autoridade régia, uma outra tentativa por parte dos clérigos de pôr alguma ordem no caos foi a criação da “Trégua de Deus”. A sociedade medieval continuava de tal modo violenta que a partir de 1020/1040 se verifica a emergência deste outro movimento através do qual a Igreja do século XI tenta impedir a realização de combates, nomeadamente durante os dias santos, incluindo a Quaresma. Traduzindo a mesma preocupação em diminuir o sofrimento das populações através da criação de obstáculos à violência, eram fixados períodos efetivos de trégua, nos quais todos os Cavaleiros se comprometiam a não levantar as armas uns contra os outros. A imposição deste armistício semanal começou por definir dois dias sem lutas, mas chegou a abranger quatro dias – da noite de quarta-feira à manhã de segunda-feira – durante os quais os combates ficavam proibidos. Para além disso, durante as grandes festas religiosas, como a Páscoa e o Natal, e também durante os períodos de romagem e peregrinação em direção a centros religiosos e/ou relicários venerados, estava igualmente convencionada a existência de tréguas.

Importa fazer notar que estas tentativas sucessivas para amenizar os malefícios da guerra e da violência endêmica da sociedade medieval não se traduziram em grandes resultados práticos. Segundo Marc Bloch³, para clérigos como S. Bernardo, a Cavalaria estava muito “distante da ordem de Deus” e era difícil “cristianizá-la”. A escolha, contudo, deste caminho, colocando a ênfase no argumento religioso, sedimentou as bases metafísicas do que, mais tarde, será discutido por teólogos e académicos – como Erasmo de Roterdão – sobre quais as condições em que a guerra pode ser justa. Ao mesmo tempo, contudo, este recurso ao argumento central de que erguer a espada contra outros cristãos era arriscar mutilar o próprio Cristo – ideia expressa na sentença: “que nenhum cristão mate outro cristão” – produz também uma outra consequência. Aquele conjunto de iniciativas dos clérigos medievais ajudou em simultâneo a criar na Europa um clima canalizador da agressividade intrínseca dos Cavaleiros contra entidades não-cristãs. A Primeira Cruzada, lançada em 1096, em resposta ao chamamento do Papa Urbano II, feito a partir do Concílio de Clermont, no sul de França, em 1095, não pode deixar de ser equacionada como um efeito indireto de tais iniciativas. Retenha-se, portanto, que as instituições medievais da “Paz de Deus” e da “Trégua de Deus” não podem completamente ser tidas como antecedentes diretos de uma ética dos direitos humanos, na medida em que, exatamente, ainda não são produto de uma perceção do Outro como semelhante em termos generalizados ou absolutos.

³ Marc Bloch, *A Sociedade Feudal* (Lisboa: Edições 70, 1987).

Antecedentes humanistas

Considerar os antecedentes humanistas do movimento no sentido da minimização ou amenização das consequências nefastas da guerra permite atender aos desenvolvimentos rumo a uma ética de direitos humanos num outro contexto. O ambiente é agora o de relações muito mais frequentes e regulares entre diferentes sociedades. A Europa tinha ultrapassado a Idade Média e chegado a um novo período histórico-social durante o qual, não só se intensificam os contactos entre as populações europeias, como também se multiplicam e banalizam as relações com sociedades antes desconhecidas e distribuídas pelo globo.

Já plenamente entradas nos séculos XV e XVI, mas ainda antes da emergência de um efetivo humanismo secular moderno⁴, a sociedade europeia e as restantes sociedades espalhadas pelo mundo sob sua influência continuam a encontrar na teologia a fonte relevante para as suas preocupações com os malefícios da guerra. Na Europa e por extensão no mundo, é notória a manutenção dos fundamentos teológicos como a fonte relevante do que há de vir a ser o nascimento do Direito Internacional. Nesse período merecem referência alguns clérigos, nomeadamente aqueles cujas reflexões englobam ou têm mesmo como ponto de partida a consideração dos contactos com as novas populações conhecidas. A este nível, deve ser referido o dominicano Francisco de Vitória (1483 – 1546) e o seu principal seguidor, o jesuíta Francisco Suarez (1548 – 1617), ambos espanhóis e teólogos da Universidade de Salamanca. São duas referências inultrapassáveis enquanto personagens que, sem rejeitarem os princípios da fé, nomeadamente a católica, e apesar das limitações que a época lhes impôs em termos da possibilidade de manifestação aberta das suas ideias⁵, conseguiram uma renovação de teor humanista rumo a uma ética mais universalizante de compaixão pelo Outro. Enquanto precursores do Direito Internacional relativo à guerra e à paz, estes dois teólogos antecipam alguns dos argumentos contratualistas que surgirão mais tarde e que farão assentar os princípios desse Direito em fundamentos “naturais”, i.e., princípios humanos e racionais.

Em concreto, Francisco de Vitória é consultado por Carlos V sobre aspetos doutrinários de questões tão prementes como o divórcio de Henrique VIII ou a legitimidade do poder de Espanha sobre as Índias e da guerra feita aos seus naturais que resistiam à dominação imposta. Relativamente à conquista e evangelização do Novo Mundo, estava na ordem do dia a discussão sobre os direitos que assistiriam, ou não, aos reis espanhóis relativamente àqueles territórios e suas populações. Isso em simultâneo com a chegada à Coroa de múltiplas queixas, informando sobre os vexames e atropelos de que eram vítimas os mesmos índios por parte dos governadores. Em 1538/39, Francisco de Vitória trata de todos estes assuntos numa Dissertação intitulada *De*

⁴ Como forma de evitar mal entendidos desnecessários, convirá esclarecer que não uso aqui o termo “moderno” no sentido temporal estrito a que a disciplina histórica normalmente o restringe, mas antes no sentido normalmente adotado pelas restantes ciências sociais que o usam para identificar o novo projeto societal surgido depois da Idade Média e vigente até à atualidade. (Ver Augusto Santos Silva, *Dinâmicas Sociais do Nosso Tempo* (Porto: Editorial U.Porto, 2002).)

⁵ Essas limitações foram sentidas nomeadamente por Francisco de Vitória. Este tinha permanecido como professor em Paris de 1516 a 1522. Durante esse período contactou com os humanistas flamengos e espanhóis lá sediados e, entre outros factos, reconheceu mérito e elogiou, nomeadamente, Erasmo de Roterdão. Anos mais tarde, aquando do regresso a Espanha e por ordem de Carlos V, vê-se na situação constrangedora de ser membro da Comissão constituída com a finalidade de avaliar as obras daquele humanista flamengo e de decidir relativamente à sua inclusão no Index. (Bárbara Díaz, *El Internacionalismo de Vitoria en la Era de la Globalización. Cuadernos de Pensamiento Español*, nº 27 (Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, 2005)).

Indis, referida muitas vezes – e com justiça – como constituindo uma Magna Carta da liberdade dos índios⁶. Em resultado das suas reflexões, formula três cânones que refletem bastante bem os princípios filosóficos que lhe servem de guia e os fundamentos humanistas que começam a emergir:

1. *Admitindo que o Príncipe tem autoridade para declarar a guerra, acima de tudo não deve procurar ocasiões e causas para fazê-la, antes, sendo possível, manter-se em paz com todos. Deve pensar que os outros são semelhantes, a quem devemos amar como a nós próprios; que todos temos um Senhor comum, ante cujo tribunal deveremos comparecer para dar conta das nossas obras. Porque é o cúmulo da maldade procurar ocasiões e alegrar-se que as haja para matar e perder os homens, criados por Deus, e por quem morreu Cristo. Assim, somente se deve recorrer à guerra, como à força, quando se tiverem esgotado todos os outros meios;*
2. *Se por razões justas se chega a declarar a guerra, deve pretender-se, não a ruína do inimigo, antes a reparação do dano e a defesa da pátria para conseguir uma paz estável;*
3. *Terminando a guerra, o vencedor deve proceder com moderação e modéstia cristã, considerando que atua como juiz, e não como acusador, entre duas nações, para que ao ditar a sentença se contente com a reparação da injúria, limitando o castigo aos verdadeiros culpados, que entre os cristãos serão geralmente os Príncipes, porque os súbditos batem-se de boa-fé por eles, e é altamente iníquo que as loucuras dos reis venham a ser pagas pelos povos⁷.*

Quanto a Francisco de Suarez, sendo ele o principal seguidor de Francisco de Vitória, vai aprofundar os estudos daquele, empenhando-se principalmente em convencer os governantes de que os direitos não se podem desvincular da Lei, a qual, por sua vez, não pode ser arbitrária nem incapaz de conciliar a ordem divina e a ordem natural⁸. A este propósito aceita o princípio de que uma “lei injusta não é lei”. Em função destes posicionamentos, preocupou-se em equacionar os meios que justificariam a guerra e, a propósito da conquista do Novo Mundo, coloca em confronto os direitos dos espanhóis nas Índias e os direitos dos índios aos seus territórios. É possível afirmar que, de um modo bastante evidente, as suas posições oscilam entre uma doutrina filosófico-religiosa claramente radicada no teísmo – i.e., na admissão da existência de um único Deus, pessoal e criador do mundo – e uma outra posição mais devedora do deísmo que, aliás, era cada vez mais recorrente entre os pensadores iluministas: a admissão da existência de deus como criador de todas as coisas, mas a negação da sua intervenção no mundo. Este passa a ser concebido como sendo regulado por leis naturais e universais.

Apesar de imbuídas de conceitos teológicos, nas análises destes dois humanistas espanhóis sobressaem com toda a evidência os princípios básicos que virão a dar corpo ao

⁶ Tendo sempre discordado das orientações do Imperador Carlos V relativamente às guerras de colonização do Novo Mundo, Francisco de Vitória, já em 1534, lhe tinha enviado uma Carta onde condenava, em termos muito duros, as primeiras guerras de Pizarro, no Perú. (Bárbara Díaz, *El Internacionalismo de Vitoria en la Era de la Globalización. Cuadernos de Pensamiento Español*, nº 27 (Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, 2005)).

⁷ Bárbara Díaz, *El Internacionalismo de Vitoria en la Era de la Globalización, Cuadernos de Pensamiento Español*, nº 27 (Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, 2005), 57.

⁸ Pedro Calafate, *A Ideia de Soberania em Francisco Suárez (1548-1617)*. Adelino Cardoso (ed.), *Tradição e Modernidade* (Lisboa: Edições Colibri/Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 1999), 251-264.

Direito Internacional da guerra e da paz. De modo sintético: a distinção entre guerras justas e injustas; a necessidade de minimizar os efeitos da guerra sobre a generalidade da população; e a limitação da extensão de represálias sobre os vencidos. É porque concretiza uma efetiva articulação destes princípios e os desenvolve num conjunto sólido que Hugo von Groot (1583 – 1645)⁹ – jurista e diplomata holandês – é normalmente reconhecido como o fundador do Direito Internacional da Guerra e da Paz¹⁰. Neste caso, todo o edifício jurídico surge assente na ideia de um Direito natural, i.e., inerente à natureza humana e derivado da razão que, portanto e enquanto tal, é superior e anterior às leis escritas¹¹. Mas o próprio Groot reconhece a sua dívida para com os dois autores espanhóis que critica e reformula, sobretudo, em termos de libertar as suas explicações dos respetivos conceitos teológicos.

Numa outra vertente, enquanto precursor da ideia de criação de organizações internacionais, há um outro personagem iluminista que também deve ser considerado neste contexto de exposição centrado na reconstituição dos antecedentes mais longínquos de uma ética de direitos humanos. A este nível merece ser referido o filósofo francês Charles-Iréné Castel, ou Abade de Saint-Pierre (1658-1743). Depois de ter participado no Congresso de Utreque (1710-1714) como secretário do embaixador francês e, nesse desempenho, ter observado em direto as dificuldades em estabelecer tratados entre os vários países europeus, o Abade de Saint-Pierre acabará por formular o princípio geral de que a paz duradoura só poderia ser alcançada pela vinculação dos Estados às exigências de paz acordadas ao nível de uma esfera internacional. Muito rapidamente deve ser lembrado que o Congresso de Utreque deu origem à Paz ou Tratado do mesmo nome, pelo qual é geralmente referida uma série de acordos estabelecidos, de 1713 a 1714, entre os diversos países europeus que nele participaram. O Congresso foi inicialmente convocado para pôr fim à chamada guerra de sucessão espanhola, relativa à possibilidade da Casa dos Bourbon reinar em simultâneo em França e Espanha. Tal possibilidade era vista, especialmente pela Inglaterra, como ameaçadora para o equilíbrio político da Europa, tendo Luís XIV aproveitado toda a situação para dela tirar partido. No final, o rei francês promete assumir a obrigação de impedir a união das Coroas de França e Espanha e, relativamente a Inglaterra, assegura o reconhecimento da sua linha de sucessão protestante. Envolvido e participante em toda esta ambiência, o Abade de Saint-Pierre teoriza sobre o tópico da paz na Europa no seu livro, *O Projeto da Paz Perpétua*, publicado em 1713¹². Nessa obra propõe que o Tratado de Paz alcançado em Utreque fosse garantido por meio de um conselho federativo europeu permanente que arbitraria questões em disputa e evitaria as guerras. O Abade de Saint-Pierre deve, portanto, ser considerado como um dos primeiros a propor a união federativa da Europa como mecanismo para se alcançar uma paz duradoura. A obra de J. Rousseau, *A Paz Perpétua*, que trata de uma federação que traria a paz a todos os países europeus, é fundamentalmente um trabalho de síntese e uma visão mais crítica do plano inicialmente idealizado pelo Abade de Saint-Pierre.

⁹ Ou Hugo Grotius, na forma latina do seu nome.

¹⁰ Já se está no século XVII: em 1625, Hugo von Groot, escreve o Tratado *De Jure Belli ac Pacis*; O Direito da Guerra e da Paz.

¹¹ Richard Tuck, *Hugo Grotius, The Rights of War and Peace* (Indianapolis: Liberty Fund, 2005).

¹² Abbé de Saint-Pierre, *Projeto para Tornar Perpétua a Paz na Europa* (Trad. Sérgio Duarte, Brasília: Editora Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003).

Rumo a uma ética universalizante: o outro como semelhante

A abordagem, mais antropológica do que histórica, realizada nas páginas anteriores sobre personagens e marcos do movimento no sentido da mitigação das malefícios da guerra, permitiu constatar o quão lento foi o seu processo de maturação. A perspetivação temporal dos princípios e valores que, mais tarde, corporizarão o Direito Internacional sobre a guerra e a afirmação de uma ética de direitos humanos, mostrou-se uma estratégia eficaz para ajudar a perceber as dificuldades e vicissitudes porque aquele movimento passou. A consideração dos seus longínquos antecedentes medievais permitiu evidenciar a centralidade do argumento religioso como sua base metafísica fundamental. Do exposto resulta bastante evidente que o ideal de “civilizar a guerra”, quer procurando amenizar as suas consequências nefastas, quer tentando diminuir as suas oportunidades de erupção e discutindo a sua legitimidade, encontra as suas bases originais de sustentação em argumentos de cariz religioso, nomeadamente cristão. Em simultâneo, contudo, a mesma exposição permite igualmente constatar que tais argumentos não são suficientes para corporizar um ideal de compaixão pelo Outro em termos universais. Essa possibilidade exigia o suporte de uma ideia mais democraticamente abrangente do Outro que apenas será fornecida pelo ideário humanista. Concedendo atenção aos menos longínquos antecedentes humanistas, compreende-se que conforme se vai caminhando em direção aos séculos iluministas e deixando-os para trás, se concretiza a ultrapassagem dos velhos fundamentos teológicos e se inaugura a renovação humanista capaz de rumar a uma ideia do Outro como semelhante em termos mais absolutos. Isso surge, por exemplo, claramente observável na afirmação do Direito Internacional relativo à guerra, cuja constituição se funda sobre um edifício jurídico, no essencial, assente na ideia da natureza humana como derivada da razão e suscetível de ser gerida pelo esforço dos homens. Torna-se, então, claro que a emergência de um efetivo humanismo secular moderno, a que correspondem concomitantes tendências de laicização do sentimento pelo Outro, se apresenta como condição imprescindível à emergência de uma ética universalizante de direitos humanos. Daí para a frente, não se pode dizer que o processo tenha ganho uma celeridade inaudita, até porque as dimensões políticas nele implicadas nunca são fáceis de remover, mas as sociedades e os indivíduos passam a deter uma base filosófica capaz de sustentar uma cada vez mais efetiva perceção do Outro como semelhante. É o reconhecimento pela comunidade internacional dessa ética universalizante que culminará, em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)¹³. Os resultados reais desse acontecimento serão, sem dúvida, insuficientes, mas o seu significado simbólico e político não pode ser escamoteado.

A linha de abordagem acabada de enunciar pode alcançar um refinamento complementar pela consideração de duas obras recentemente publicadas. No livro *L’Homme Compassionnel*, publicado em 2008 e escrito tendo como pano de fundo o pensamento de Hanna Arendt e as suas propostas, Myriam Revault d’Allonnes¹⁴ procura demonstrar como o sentimento de compaixão é um dos princípios da democracia. Esse sentimento está ligado à democracia de forma idêntica ao modo como a “honra” será a força ontológica da monarquia, ou o “medo” da tirania. Sem estar propriamente interessada em discutir princípios de Direito Internacional ou relativos à afirmação de direitos humanos, a autora analisa com algum pormenor como

¹³ Declaração Universal dos Direitos do Homem (UDHR): <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>

¹⁴ Myriam Revault D’Allonnes, *L’Homme Compassionnel* (Paris: Seuil, 2008).

uma certa universalização da compaixão se pode constituir em arena propícia ao pensamento e renascimento do valor do Outro.

A outra obra que a este propósito seleciono como merecedora de atenção é um texto da autoria de Denis Maillard¹⁵, também publicado em 2008 e intitulado «1968-2008: Le Biafre ou le Sens de l'Humanitaire». Nele, o autor procura refletir sobre o que é na atualidade o movimento humanitário, propondo como possível resposta sintética a afirmação de que se trata de uma “paixão democrática”. No texto são feitas referências a Jean Rousseau e a Alexis Tocqueville, para os quais o homem democrático é movido por paixões que o empurram a procurar no Outro um semelhante e, em função disso, o conduzem também a repugnar-se com os sofrimentos que são infligidos a esse Outro, bem como com as mínimas desigualdades que o atingem. Tendo em mente estes posicionamentos, Maillard¹⁶ termina defendendo que, na atualidade, o indivíduo que procura o ato humanitário é a pessoa que está preocupada com o sofrimento do Outro. Importará reconhecer que, no século XXI, o que é entendível como “ação humanitária” se pode desdobrar numa multiplicidade de atos e intervenções que se estendem, desde as mais pontuais missões de resgate em situação de catástrofe natural, até à promoção do desenvolvimento em sentido muito alargado, o qual pode implicar missões significativamente prolongadas no tempo. Porém, também não é despropositado lembrar que a alavanca que fez emergir o movimento humanitário moderno e, nomeadamente, a constituição da Cruz Vermelha Internacional que lhe está na origem¹⁷, foi mais uma vez o confronto com os efeitos nefastos dos conflitos armados e a vontade de minimizar as suas consequências dramáticas¹⁸.

O conjunto de autores referidos – quer os contemporâneos, quer os indiretamente mencionados – como que ecoam e confirmam a linha de análise defendida no presente texto. A compreensão da emergência e da afirmação de uma ética universalizante de direitos humanos precisa ser cruzada com o processo de emergência de um humanismo secular moderno e suas concomitantes tendências de laicização do sentimento pelo Outro. Ou, dito de outro modo, a concretização cada vez mais efetiva de um ideal de compaixão pelo Outro em termos universais está dependente da existência de uma ideia do Outro democraticamente abrangente e do seu constante aprofundamento e reforço. Seguindo esta linha de pensamento, de forma plausível é possível defender que a futura afirmação e consolidação dos direitos humanos no mundo só podem ocorrer com o auxílio da generalização do ideal da “paixão democrática” de que fala Denis Maillard¹⁹. E o argumento será igualmente válido a propósito da própria consolidação do Direito Internacional Humanitário, cujos primeiros passos abrigavam princípios bastante vagos que foram, contudo, substituídos pelo fundamental e absoluto direito da vida humana²⁰.

¹⁵ Denis Maillard, « 1968-2008: Le Biafre ou le Sens de l'Humanitaire », *Revue Humanitaire* (nº18, 2008). URL: <http://humanitaire.revues.org/index182.html>. Consultado em 20 de maio 2014.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Sobre a emergência do Movimento Humanitário e sua relação com a Cruz Vermelha, veja-se o artigo de Alice Duarte, “« Nunca se resignar, mas sempre atuar » A Cruz Vermelha e o Nascimento do Movimento Humanitário”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (vol. 51, 2011), 65-77.

¹⁸ Marco Sassoli; Antoine Bouvier, *Un Droit Dans la Guerre?* (Genebra: Comité International de la Croix-Rouge, vol. 1, 2003).

¹⁹ Denis Maillard, «1968-2008: Le Biafre ou le Sens de L'Humanitaire», *Revue Humanitaire* (nº18, 2008). URL: <http://humanitaire.revues.org/index182.html>. Consultado em 20 de maio 2014.

²⁰ Christophe Swinarski, *Introdução ao Direito Internacional Humanitário* (Brasília: Comité Internacional da Cruz Vermelha, 1988).

A questão da interseção da história do Direito Internacional com a difusão de ideais democráticos e correlativa laicização dos princípios atuantes pode ser igualmente ilustrada através da consideração da noção de “vítima”. Alguns trabalhos recentes têm procurado atender às possíveis ligações existentes entre os tratamentos dados às vítimas e os valores da democracia. Para Guillaume Erner²¹, autor da obra *La Société des Victimes*, bem como para Caroline Eliacheff e Daniel Soulez Larivière²², autores do livro *Le Temps des Victimes*, a ideia de “vítima” é entendida como um traço dominante das nossas atuais democracias. O sistema político democrático potencia a concepção dos indivíduos como essencialmente iguais. Ao fazer isso, potencia também a possibilidade de sofrermos perante um ser sofredor e por o vermos em situações pouco favoráveis, o que conduz ao reconhecimento do estatuto de “vítima”. Este não existiria ou apresentaria contornos muito mais estritos no interior de um sistema político que não a democracia.

Na antiguidade, a vítima era o animal ou pessoa sacrificada aos deuses. Ainda que rompida a sua estrita ligação ao ritual sacrificial, as vítimas são aqueles sujeitos à volta dos quais tudo parece conspirar e que parecem não mais controlar as suas próprias vidas, apresentando-se, sobretudo como recetáculos de infelicidade. Para que se constituam como alvos potenciais de atenção em termos da sua proteção pela sociedade e pelos Estados – e correlativamente por uma ética de direitos humanos – é preciso que a sua infelicidade surja liberta da anterior visão metafísica que a explicava como resultado da vontade divina ou da providência. Só quando o seu sofrimento é reequacionado em termos da dimensão humana do respetivo sujeito, a vítima obtém um outro estatuto. Só nessas circunstâncias a superação da infelicidade pode, então, deslocar-se da área da caridade para a defesa dos direitos humanos, concretize-se isso através da afirmação do Direito Internacional ou pela difusão da ajuda humanitária.

Dito de outro modo, o movimento universalizante em torno da defesa dos direitos humanos está intimamente ligado à infelicidade dos seres humanos, mas não enquanto algo que faça parte da natureza das coisas. Muito pelo contrário, de forma igualmente universal, essa infelicidade é declarada evidência a ser combatida e, idealmente, derrotada. A todas as vítimas e a todas as suas infelicidades trata-se de propor reparação. Porque assim é, convém reter que a emergência e consolidação de uma ética de direitos humanos universais – no essencial, efetivada sob os auspícios de Organizações Internacionais (OI), de caráter intergovernamental (OIG) e não governamental (ONG) – têm subjacente, não a mera substituição de referências religiosas por outras técnicas, mas antes e, sobretudo, a inclusão e a proclamação de um posicionamento político. O sofrimento recolocado na sua dimensão humana querará dizer, antes de mais, na sua dimensão política. Isso é por demais evidente, nomeadamente, no caso da guerra que, sendo a maior causa de sofrimento humano e fonte de infelicidade, foi também a causa primeira que o Direito Internacional começou por tentar esconjurar.

Nota final

Ainda que a maior parte das vezes pelas piores razões, os “direitos humanos” e as “vítimas” têm vindo a ganhar espaço nos meios de comunicação social e no discurso público contemporâneo. Não será displicente fazer notar o caráter pouco aprofundado que em geral

²¹ Guillaume Erner, *La Société des Victimes* (Paris: La Découverte, 2006).

²² Caroline Eliacheff ; Daniel Soulez Larivière, *Le Temps des Victimes* (Paris: Albin Michel, 2006).

rodeia a discussão dessas temáticas e as vantagens que poderiam advir de intervenções e posicionamentos, não só mais consequentes, mas até mais reivindicativos. Para além disso, porém, seria bom sobretudo que todos os implicados nesses contextos discursivos pudessem reconhecer e contribuir para o reconhecimento geral de que a defesa dos direitos humanos – e da sua correlativa ética universalizante – tem subjacente a si implicações de ordem ideológica e política que não devem ser escamoteadas e de cuja consciencialização podem resultar efeitos realmente inovadores. Seria bom poder tornar evidente para todos que o movimento mundial de proclamação e de defesa de direitos humanos é um movimento, não apenas de mudança e inovação organizacional de âmbito planetário, mas sobretudo um movimento de mudanças ideológicas e políticas.

Foi também esse o objetivo que orientou a escrita do presente texto. Pelo destaque dos antecedentes medievais e humanistas encetados para esconjurar as infelicidades associadas à guerra, procurou-se reconstituir o movimento pelo qual a guerra emergiu olhada como causadora de sofrimento e pelo qual o combate a esse sofrimento pôde ser recolocado na sua dimensão humana. O teor político da difusão de uma ideia do Outro como semelhante em termos universais não deve deixar dúvidas.

Outros Estudos

Ana Clarinda Cardoso*

A estruturação da Contabilidade da Coroa nos reinados de D. João I e de D. Duarte: Os Regimentos mais antigos da Casa dos Contos

R E S U M O

Após uma breve revisão dos trabalhos existentes sobre este tema, serão analisados os regimentos mais antigos relacionados com a Casa dos Contos; e esboçar-se-á uma primeira reflexão sobre os oficiais e os documentos que nos chegaram daquela Casa, incluídos nas Chancelarias dos dois monarcas mencionados.

Palavras-chave: Contabilidade; Casa dos Contos; Finanças; Idade Média.

A B S T R A C T

After a quick state of the art, we will analyse the oldest regiments of the “Casa dos Contos” and we will propose a first idea related with the “Casa dos Contos” in chancellery books of the two mentioned Portuguese kings.

Keywords: Accounting; Casa dos Contos; Finances; Middle Ages.

Introdução

O presente artigo tem como objectivo estudar a Casa dos Contos nos reinados de D. João I e D. Duarte, nos quais se publicaram os três Regimentos da Casa dos Contos que tradicionalmente têm sido considerados como os mais antigos.

Começo por sugerir as possíveis influências externas na organização da contabilidade do Estado em Portugal, tendo por base as principais obras que se dedicaram ao estudo da Casa dos Contos.

De seguida, passo para a análise dos Regimentos e dos registos de Chancelaria dos monarcas indicados, com a finalidade de perceber o funcionamento da instituição que se ocupava da contabilidade da Coroa portuguesa: como se estruturava, quem eram e quais as atribuições dos seus funcionários.

1. As origens

Virgínia Rau diz-nos que é a partir do reinado de D. Dinis que se assiste a uma verdadeira modificação no que se entende como processos contabilísticos do Reino¹. Tendo por base Gama Barros, afirma que os primeiros registos do tipo contabilístico estão presentes nos chamados livros de *recabedo regni*, assumindo que existiria já uma preocupação em efectuar este tipo

* Mestranda em Estudos Medievais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ Virgínia Rau, *A Casa dos Contos* (Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1951), 4.

de registos e em guardá-los². Chama ainda a atenção para um regulamento económico e para uma lei de D. Afonso II, de 1216 e 1222 respectivamente, que seriam sintomáticos desta preocupação³. Assim, num primeiro momento a verificação da contabilidade cabia ao monarca e só mais tarde é que esta função é delegada nos seus funcionários: segundo Gama Barros, seria delegada no *portarius maior*⁴.

Vitorino Guimarães lembra que em Castela as “Leis das Sete Partidas” encerram um conjunto de disposições sobre a organização financeira e económica do reino vizinho⁵. No artigo deste autor, e na obra de Armindo Monteiro⁶, encontramos uma referência à organização da contabilidade do Conde de Toulouse, Afonso de Poitiers, organização essa que Luís IX de França aperfeiçoou, nas ordenações de 1254, 1255 e 1256. Contudo, é com Filipe, “o Belo” (1285-1314), que esta organização vai conhecer um largo desenvolvimento.

Ao atentarmos na cronologia destas personalidades, verificamos que são contemporâneas e, para além disso, encontramos o futuro D. Afonso III na Corte Francesa entre 1227 e 1246, de onde possivelmente teria trazido para Portugal esta nova organização da contabilidade. Uma outra personagem que se destaca como um possível elo de ligação, sobretudo entre Castela, França e Portugal, é o bispo de Coimbra, e posteriormente de Évora, D. Durando Pais (? – 1321). Nomeado conselheiro de D. Beatriz, futura esposa de D. Afonso III, por Afonso X, realizou os seus estudos em Paris, onde foi procurador da Universidade, tendo estado nesta cidade entre 1252 e 1259, período em que Luís IX publica as três ordenações acima indicadas.

Retomando a cronologia de D. Dinis, Armando Luís de Carvalho Homem, na sua obra *O Desembargo Régio*, chama a atenção para o facto de a partir do século XIII “os monarcas se mostrarem progressivamente atentos à percepção dos seus direitos, num processo que passará pela instituição dos Contadores”⁷. Ainda nesta obra, temos uma breve síntese do que se verificava nos demais Estados europeus e de como se vinha a processar a organização da contabilidade desde o século XIII. Para a França, Carvalho Homem destaca as reformas de Filipe “o Belo”, que vão levar à criação da *Câmara das Contas*⁸. Olhando para a Península Ibérica, relembra a proximidade entre Navarra e o caso francês, e a criação da *Câmara de Comptos*, em 1365, no reino navarro. Em relação a Castela, indica o papel de relevo que as figuras dos *Contadores Mores da Fazenda* vão assumir tanto na esfera contabilística (*Casa de las Cuentas*), como na administração dos bens e direitos da Coroa⁹.

Olhando para uma possível influência inglesa¹⁰ na contabilidade em Portugal, este é um aspecto que também devemos ter em consideração, uma vez que a centralização do poder régio português pode ter recebido, em alguma medida, influências deste reino. Em relação a possíveis

² *Ibidem*.

³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria Afonso III*, lv. 3, fl. 8.

⁴ Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal séculos XII a XV* (Tomo II, 2ª ed., Lisboa: Sá da Costa, 1945), 222.

⁵ Vitorino Guimarães, *Contabilidade Pública. Sua origem e evolução em Portugal*, in *Revista de Contabilidade Pública*, Lisboa, 1941-1942.

⁶ Armindo Monteiro, *Do Orçamento Português*, (Vol. I, Lisboa: Edição do Autor, 1921), 181-240.

⁷ Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990), 74.

⁸ *Ibidem*, 120.

⁹ *Idem*, 121.

¹⁰ Sugestão do Professor Doutor José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, transmitida oralmente num seminário.

personalidades como veículos dessa influência, podemos pensar desde logo no primeiro bispo de Lisboa, Gilberto de Hastings (?-1166). Para além disso, as possessões do Conde de Poitiers já tinham sido normandas e este poderia ser herdeiro de uma prática contabilística já generalizada.

Por último, seria pertinente pensar nas contabilidades monástica e concelhia, e procurar saber se elas terão influenciado a contabilidade da Coroa Portuguesa.

2. D. João I e D. Duarte: os três mais antigos Regimentos da Casa dos Contos

A autonomia da Casa dos Contos está patente nos três regimentos que são publicados nos reinados de D. João I e de D. Duarte. Por isso, passo agora a analisar estes três documentos. Importa indicar que não dispomos de um estudo aprofundado sobre o período que medeia entre o reinado de D. Dinis e o reinado do Mestre de Avis, em relação à evolução da contabilidade e da Casa dos Contos.

2.1.1. “Carta de Regimento dos Contos” (5 de Julho de 1389)¹¹

Considerado o primeiro regimento da Casa dos Contos e o primeiro sinal de autonomia deste organismo, é mandado elaborar por D. João I a Martim Vasques, e dirige-se ao Contador Afonso Martins. É um documento assinado por João das Regras, João Lobato e Gonçalo Rodrigues; e sem indicação de onde foi produzido.

Nele o monarca indica que tem conhecimento das irregularidades praticadas pelos funcionários da Casa dos Contos, sobretudo o facto de não cumprirem o horário. Desta forma, estabelece que para receberem o vencimento terão de cumprir um horário determinado. A responsabilidade de supervisionamento do cumprimento deste horário, bem como de estabelecimento das regras para o bom funcionamento da Casa, é atribuída ao Contador a quem se dirige no início do documento. Este apenas poderá passar os alvarás dos vencimentos a quem for funcionário dos Contos e estes, por sua vez, apenas receberão mediante a apresentação deste alvará. Para além disto, fica ainda determinado que caso o Contador Afonso Martins não cumpra ou não respeite o estabelecido, será responsabilizado e terá de pagar com os seus bens.

Afonso Martins surge-nos apenas como Contador, mas assume já um conjunto de funções que serão, posteriormente, atribuídas ao Contador-Mor. Apesar de ser um documento dirigido a uma pessoa específica, podemos afirmar que naturalmente quem lhe sucedesse no cargo assumiria as mesmas responsabilidades. Este breve regimento apresenta-se como uma forma de disciplinar a burocracia que estava a aumentar, tanto em número de funcionários e de actos, como em incumprimentos e abusos.

2.1.2. “Regimento que El-Rei fez pera os Contadores da cidade de Lixboa o qual era assinado per sua mão” (28 de Novembro de 1419)¹²

O segundo regimento contém uma enumeração de directivas de D. João I e estabelece quem estava encarregue de determinadas funções. Incide, ainda, sobre as contas públicas de 1419 e surgem-nos discriminadas algumas fontes de receita e despesa da cidade de Lisboa e

¹¹ ANTT, *Chancelaria D. João I*, lv. 5, fl. 89. Documento publicado na obra de Virgínia Rau – *A Casa dos Contos*, no apêndice documental, p.457.

¹² ANTT, *Chancelaria D. João I*, lv. 5, fl. 89. Documento publicado na obra de Virgínia Rau – *A Casa dos Contos*, no apêndice documental, p.462.

seu termo: alfândega, armazém, forno do biscoito, celeiro, obras da cidade, Casa da Moeda e Tesouro.

Para além destas indicações mais objectivas, o monarca define que em Dezembro as contas deveriam ser apresentadas e encerradas, para se poder dar relação delas. Fica também estabelecido que os Contadores e os Escrivães deveriam obedecer ao Vedor da Fazenda. Apesar de ser outorgado por D. João I, este regimento é sem dúvida pensado pelo Infante D. Duarte, que desde há vários anos se ocupava do essencial da governação.

2.1.3. “Regimento que ffoi dado a gonçallo caldeira da maneira que a de teer com os contadores” (22 Março 1434)¹³

O terceiro regimento encontra-se no segundo Livro de Chancelaria de D. Duarte, e dirige-se a Gonçalo Caldeira, que tinha sido nomeado Contador-mor a 4 de Janeiro de 1434, ou seja, dois meses e meio antes, indicando-lhe quais as tarefas que faziam parte da sua função.

Em comparação com os anteriores, é um documento mais completo e com indicações mais detalhadas. De uma forma geral, deixamos de ter indicações nominativas e passamos a ter indicações relativas aos cargos. No entanto, na parte final do documento encontramos a nomeação de pessoas específicas para determinadas tarefas. Podemos pensar, tal como nos casos anteriores, que seriam nomeações que depois teriam continuidade com as sucessivas ocupações do cargo.

Em relação à organização do trabalho, os Contadores deveriam começar por verificar as contas mais antigas e a sua distribuição estava a cargo do Contador-mor. Nesta distribuição, o Contador-mor deveria indicar nas costas de cada livro o seu título e o nome do Contador que o ia trabalhar. Por sua vez, o Porteiro teria de guardar os livros em separado e, todas as manhãs, colocá-los nas mesas dos respectivos Contadores. O Porteiro, tal como o Contador-mor, deveria ser conhecedor das contas dos anos anteriores que estavam por conferir. O ocupante deste cargo tinha ainda como funções encerrar os Contos e garantir que todos os que lá entravam o faziam com autorização do Contador-mor. Caso a entrada fosse ‘à força’, se fosse *pessoa pequena*, deveria ser colocada fora dos Contos; se fosse *pessoa grande que não possa usar força contra ele*, assim como um mestre ou um cavaleiro, devia ser solicitada a sua saída. Se esta não se verificasse, o Contador-mor e os restantes funcionários deviam abandonar imediatamente a Casa dos Contos.

Já para o final do documento, temos a indicação de um Porteiro, Vasco Gonçalves, que teria de anotar, de três em três meses, o dinheiro que se recebia da Chancelaria. Dinheiro que deveria ser usado pelo Contador-mor para comprar papel para os Contos. Este papel tinha de ser anotado em despesa, indicação que nos leva a considerar que a própria Casa dos Contos tinha o seu livro de registo de entradas e saídas. Tanto o Porteiro como os Contadores estavam proibidos de retirar papel dos livros e *recadações* sem autorização do Contador-mor, tal como estavam proibidos de levar os livros para fora dos Contos. Para uma maior organização e rapidez na distribuição das contas, o Porteiro deveria registar em ementa como as recebia.

Os Contadores deviam recensear as contas juntamente com um Escrivão e, quando terminadas, teriam de ser recenseadas por outro Contador e Escrivão, como forma de controle

¹³ *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte* (vol. 2). (1999). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, doc. 1. Documento publicado na obra de Virginia Rau, *A Casa dos Contos*, no apêndice documental, p.463.

mais apertado. O monarca salienta a importância de se começar pelo tratamento das contas mais recentes e só depois passar às mais antigas. Contudo, abre a possibilidade de se fazerem ambas as tarefas em simultâneo. É notória a preocupação de D. Duarte em que o Contador-mor esteja sempre a par das contas que estão terminadas, das que faltam terminar, das que estão recenseadas e das que ainda o não estão. Neste processo de revisão das contas, sempre que o Contador-mor detectar um erro deve emendá-lo e corrigir o Contador; deve evitar que este processo fique incompleto, ou seja, as contas terminadas mas por recensear; e deve acima de tudo manter o monarca informado, sobretudo de quando e onde vai dar relação das contas ao Rei e de que Contador e Escrivão se vai fazer acompanhar.

No final do processo de confirmação das contas, são chamados aos Contos o Tesoureiro, o Almojarife, o Recebedor, ou o Rendeiro, para indicarem se há mais alguma conta que deva ser incluída. Caso exista, é estabelecido um prazo de 8 a 15 dias, conforme a distância, para regressar com essa informação. Após a leitura das contas, em caso de haver dívida os oficiais implicados pagam com os seus bens ou são presos até que o façam. O pagamento deve ser efectuado ao Tesoureiro-mor, sempre acompanhado do seu Escrivão, que está proibido de dar a conhecer aos Almojarifes e Recebedores as quantias que lhes pertencem; e estes devem receber o dinheiro das dívidas e aguardar o encerramento das suas contas para receber a sua parte.

Neste ponto, importa notar o destaque que é dado ao Contador e ao Escrivão que se ocupam das contas das rendas. Devem ser estes que, depois de confirmadas essas contas, têm de se ocupar dos *varejos* (dívidas) das mesmas, com o objectivo de se saber logo o que cada renda valeu.

Os livros das contas deveriam ser divididos em dois grupos: as que não tinham mais de 15 anos e as que tinham. O Contador-mor deveria ainda elaborar dois livros para registar as ovenças do Reino, com cada almojarifado à parte. Em relação aos livros das rendas de Lisboa, D. Duarte ordena que estes voltem para a Casa dos Contos, contrariamente à ordem que o Contador-mor tinha recebido anteriormente; isso sugere que o monarca tinha perfeita consciência do enorme volume dessas rendas. Aos Moços dos Contos cabia chamar os que tinham dívidas, para a leitura das suas contas. E estes deveriam ser penhorados e constrangidos pelo que deviam, conforme estava estabelecido nos roles assinados pelo Contador-mor e pelo Contador que se ocupava desta tarefa. O dinheiro destas dívidas era depois entregue ao Recebedor dos Contos.

No terceiro regimento surge-nos também a indicação da existência do Selo da Casa dos Contos e do tipo de documentos que deveriam ser selados. Todas as sentenças que o Contador-mor desse, todas as cartas e sentenças do Corregedor, como também as sentenças e cartas citatórias do Juiz da Alfândega e as do Juiz da Portagem. As cartas de quitação, curiosamente, não podiam ser seladas com Selo dos Contos. Nestas os Contadores conferem as contas, assinam nas costas, tal como os seus recenseadores, e deixam-nas para serem assinadas pelo monarca.

Por fim, D. Duarte vai repetir as mesmas indicações para os contadores, mas incidindo sobretudo nas rendas da cidade de Lisboa. Para além disto, indica que todos os escrivães têm de ter os livros *corrigidos e concertados* em Dezembro, e em Janeiro devem trazê-los aos Contos.

Em comparação com os dois regimentos anteriores, verificamos um aumento da responsabilidade e controlo por parte do Contador-Mor sobre o trabalho dos contadores e escrivães, e ainda a procura de uma maior eficiência na contabilidade, através de uma maior precisão e rapidez na liquidação e na fiscalização das contas.

2.2. Registos da Casa dos Contos

Em relação aos registos da Casa dos Contos, chegaram até nós apenas o Livro 5 da Chancelaria de D. João I e o Livro 2 da Chancelaria de D. Duarte. A diferença entre estes livros da Casa dos Contos e os demais livros de Chancelaria é, segundo Virgínia Rau, o facto de nestes documentos aparecer a indicação de que foram apresentados perante os contadores e publicados nos Contos¹⁴. No entanto, ao longo dos demais Livros de Chancelaria destes dois monarcas encontramos referências a contadores e a outros funcionários desta instituição, como também a algumas das suas atribuições. Por isso, consideramos pertinente consultar as chancelarias destes dois monarcas para percebermos em que tipo de documentação os oficiais dos Contos estão presentes e que outros dados podemos extrair.

2.2.1. Chancelaria de D. João I

Na Chancelaria de D. João I encontramos referência a 26 Contadores, 8 escrivães dos Contos e 1 porteiro. No entanto, no somatório geral dos documentos em que surgem referências aos funcionários da Casa dos Contos, verificamos a sua presença em 110 documentos, com grande destaque para as cartas de doação, foros e confirmações, num total de mais de 900 documentos que compõem a Chancelaria deste monarca.

Em relação aos escrivães, apenas quatro surgem com a indicação do Contador com o qual estão a trabalhar. No que diz respeito aos contadores, temos a indicação de alguns do reinado de D. Fernando, quando surgem em cartas inseridas nos documentos de Chancelaria¹⁵, bem como a referência ao contador do Infante D. Henrique¹⁶ e ao do arcebispo de Lisboa¹⁷. Dentro desta aparente separação de funções dos Contadores, surge-nos ainda a indicação de que existiam Contadores nas comarcas e nos almoxarifados.

Fica estabelecido nestes documentos que os contadores devem registar as cartas nos seus livros de despesa, para que depois possam ser cobradas as quantias no período determinado. Há um caso em que é mostrada uma carta ao monarca e este solicita aos contadores que procurem nas *recadações* do almoxarifado correspondente para que se possa confirmar os dados em causa¹⁸, como também a indicação de que o rei apenas autoriza um determinado o escambo quando receber a carta do contador com o valor do rendimento das terras em questão¹⁹.

É ainda no reinado de D. João I que surge a primeira indicação de um documento selado com o Selo da Casa dos Contos²⁰: encontra-se num traslado de uma inquirição de 1220, mandado lavrar por Fernão Lopes e assinado por ele, com a data de 18 de Agosto de 1422²¹. António

¹⁴ Virgínia Rau, *A Casa dos Contos*, 15.

¹⁵ *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (vol. 3, t. II). (2006). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, doc. 831 e doc. 1109.

¹⁶ *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (vol. 4, t. II), doc. 225.

¹⁷ *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (vol. 3, t. I), doc. 383.

¹⁸ *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (vol. 3, t. II), doc. 831.

¹⁹ *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (vol. 3, t. II), doc. 470.

²⁰ Virgínia Rau, *A Casa dos Contos*, 11 e 21.

²¹ Selo de cera escura sobre cera virgem, pendente por trancelim de linho branco, azul e vermelho. Com a legenda: /S...LO DOS/CONTOS ...L REI E/M LISBOA/. RAU, Virgínia – *Os Três Mais Antigos Regimentos dos Contos (1389, 1419 e 1434)*, (Lisboa, 1959), 29.

Caetano de Sousa, na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*²², fala-nos de um outro documento com o Selo da Casa dos Contos: uma carta passada em nome de D. João I a D. Pedro de Menezes, Conde de Viana, para que o Guarda-mor da Torre do Castelo lhe dê o traslado da carta que o rei D. Dinis mandou dar ao Almirante Micer Manoel Pessanha. Este documento é de 1433 e, olhando para a reprodução do Selo que encontramos nesta obra²³, podemos verificar que há já uma ligeira alteração nos motivos gravados²⁴, como também nos materiais e até na inscrição²⁵. A utilização de selo próprio indica autonomia deste organismo, conferindo-lhe até algum prestígio. As certidões das escrituras conservadas na Torre do Castelo eram passadas com o Selo dos Contos, procedimento que se manteve nos reinados de D. Duarte e D. Afonso V²⁶.

2.2.2. Chancelaria de D. Duarte

Nos Livros de Chancelaria de D. Duarte, encontramos a referência aos contadores em 230 documentos e surge-nos a indicação de 27 contadores, 9 escrivães e 1 porteiro, num número total de mais de 680 documentos que constituem a Chancelaria deste monarca.

Em relação aos contadores, cruzando com os mesmos dados que retirámos dos Livros de Chancelaria de D. João I, podemos verificar que sete mantêm as suas funções no reinado de D. Duarte²⁷. Por exemplo, o contador João de Ornelas inicia as suas funções como escrivão no reinado do Mestre de Avis e é também durante este período que vai passar a contador, função que continua a ocupar no reinado de D. Duarte²⁸. Em ambas as Chancelarias, este oficial surge-nos com a indicação de que é contador no almoxarifado de Santarém, e na Chancelaria de D. João I, temos ainda a indicação de quem era o seu escrivão²⁹. Pedro Eanes e Lourenço Anes são outros dois contadores que nos surgem em ambas as Chancelarias. Do primeiro, temos indicação de que era o contador do infante D. Henrique³⁰ e, no reinado de D. Duarte, encontramos apenas uma referência numa carta de quitação. No que diz respeito ao segundo, no Livro 1 da Chancelaria de D. João I diz-se que era já contador no reinado de D. Fernando³¹ e, num documento de 1437, surge-nos como contador no almoxarifado de Santarém e de Abrantes³². Um outro contador durante os dois reinados é João Afonso, presente em 12 documentos de D. João I (o primeiro de 1395 e o último de 1421) e em 3 de D. Duarte; temos ainda a indicação de que teria sido

²² António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, (Tomo IV, Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1947), 29.

²³ António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 50.

²⁴ Selo de cera parda, pendente de uma trança de lã azul e branca. Com a inscrição: SEELLO DOS CONTOS DE ELREY DE ...AL CIDADE DE LISBOA.

²⁵ Ainda em relação ao Selo da Casa dos Contos, nomeadamente à bibliografia em que é analisado e reproduzido, importa notar que não nos é referenciado na maior obra de sigilografia medieval portuguesa, *O estudo da sigilografia medieval portuguesa* do Marquês de Abrantes.

²⁶ Virginia Rau, *A Casa dos Contos*, 11.

²⁷ O que não surpreende, uma vez que praticamente as duas décadas finais do reinado de D. João I já foram passadas sob uma forte intervenção governativa do Infante D. Duarte.

²⁸ *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (vol. 4, t. II), doc. 547. *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte* (vol. 1, t. II), doc. 589 e doc. 831; e (vol. 3), doc. 178, doc. 190 e doc. 628.

²⁹ *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (vol. 4, t. II), doc. 547.

³⁰ *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (vol. 4, t. I), doc. 225.

³¹ *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (vol. 1, t. I), doc. 159.

³² *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte* (vol. 1, t. II), doc. 848.

contador no reinado de D. Fernando, e está presente num documento de confirmação do Mestre de Avis, por nesse momento não se encontrarem presentes os vedores da Fazenda³³.

Este não é o único momento em que ocorre a substituição dos vedores da Fazenda por um contador. Um outro contador comum nas Chancelarias destes monarcas é Bartolomeu Gomes, que está presente em 3 documentos de D. João I em virtude da ausência de funcionários da Fazenda³⁴, e num documento de D. Duarte, com a indicação de que era contador do monarca anterior³⁵. No entanto, creio que podemos considerar que a sua função de substituição pode ter ido um pouco mais longe. Na obra *O Desembargo Régio*, temos a indicação de que, à partida para Ceuta, D. João I confirmou a este contador o encargo de arrendamento das sisas, rendas e direitos régios de Lisboa e da sua comarca, algo que competia aos Vedores da Fazenda³⁶. A. L. de Carvalho Homem indica, ainda, que Bartolomeu Gomes se convertia, assim, num *vedor interino*, já que o escatocolo de todas as cartas em que figura salienta que as subscrevia por ausência dos Vedores da Fazenda³⁷.

Podemos portanto verificar que existe uma continuidade nas funções dos contadores, com a mudança de monarca. No entanto, também nos é possível verificar uma promoção no cargo, nomeadamente, nos que eram escritvães com D. João I e que no reinado do seu sucessor passam a contadores. Dos sete escritvães que nos surgem na Chancelaria de D. João I, excluindo João de Ornelas que passou a contador no reinado do Mestre de Avis, podemos apontar a possível ascensão a contadores de três escritvães.

Quanto à tipologia dos documentos em que surgem mencionados, tal como no reinado de D. João I, o destaque vai para as cartas de confirmação, com a presença em 136 documentos deste tipo, dos 230 no total onde aparecem mencionados.

2.2.3. Livro 5 da Chancelaria de D. João I

Depois de analisar, de forma breve, a presença dos funcionários da Casa dos Contos nos registos de Chancelaria de D. João I e de D. Duarte, vou estudar com mais pormenor os respectivos livros de Chancelaria que, como já foi indicado, são os registos deste organismo que chegaram até nós destes dois reinados.

O Livro 5 da Chancelaria de D. João I é composto por 149 fólios e ainda não se encontra transcrito na sua totalidade; apenas alguns documentos o foram e estão inseridos em outras obras como *A Casa dos Contos*, de V. Rau, o *Chartularium Universitatis Portugalensis* (volumes 2 e 3), e os *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos* de Pedro de Azevedo. Para este trabalho, efectuámos também a consulta, directamente na plataforma *online* da Torre do Tombo, de uma pequena parcela dos documentos originais.

Virgínia Rau afirma que nesses livros de chancelaria temos uma grande variedade de documentos relativos à Casa dos Contos, desde cartas de ofícios, a quitações, ordenações,

³³ *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (vol. 2, t. II), doc. 911.

³⁴ *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (vol. 3, t. II), doc. 1171 e doc. 1184; *Chancelarias Portuguesas: D. João I* (vol. 4, t. I), doc. 81.

³⁵ *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte* (vol. 1, t. II), doc. 656.

³⁶ Esse documento encontra-se no Livro 5 da *Chancelaria de D. João I*, fl. 98.

³⁷ A. L. de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio*, 285-286.

determinações e mandados³⁸. É também neste livro que temos dois dos mais antigos Regimentos dos Contos³⁹.

No que diz respeito aos documentos consultados no *Chartularium Universitatis Portugalensis*, encontramos alguns que nos indicam que os contadores da Casa dos Contos devem tomar em despesa as contas dos funcionários do Estudo Geral de Lisboa, como também devem registar qual o vencimento de cada um⁴⁰ e as respectivas nomeações⁴¹. Para além disso, temos uma carta de quitação de um escolar do rei em leis⁴² e a isenção do Estudo e das igrejas anexas das redízimas e de todos os encargos⁴³. Ao todo, segundo o *Chartularium*, são 13 documentos que temos no Livro 5 de D. João I referentes ao Estudo Geral de Lisboa. Alguns são importantes para este estudo, pois indicam os contadores e os escrivães da Casa dos Contos que se ocupavam das contas daquela instituição.

As cartas de ofício e as de nomeação de contadores, e outros funcionários dos Contos, constituem uma grande parte dos que foram consultados⁴⁴. Temos o caso de um contador que é nomeado para provedor de um hospital⁴⁵ e ainda a criação do cargo de Contador-mor, com a nomeação de Gonçalo Rodrigues Camelo em 1404⁴⁶. Segundo A. L. de Carvalho Homem, as referências a este Contador-mor são escassas⁴⁷ e, passados 22 anos, em 1426, é nomeado Contador-mor Gonçalo Caldeira⁴⁸. V. Rau defende que a criação deste cargo está ligada ao desenvolvimento da contabilidade pública e a uma necessidade de maior vigilância e organização das contas⁴⁹. Tendo por base *O Desembargo Régio*, sabemos que Gonçalo Caldeira inicia a sua carreira como escrivão da câmara de D. João I logo nos primeiros anos do reinado, pouco depois passa a notário geral na Corte e em todo o Reino, e no ano de 1405 começa a sua actividade como redactor de cartas régias, que se prolonga até 1421.

Um outro tipo de documento que está muito presente são as cartas de quitação⁵⁰, às quais também podemos adicionar as cartas de isenção de impostos⁵¹ e as de perdão de dívidas⁵². No caso das cartas de quitação, temos uma indicação que nos informa de que para obter uma era necessário apresentar documentos que a comprovassem: o documento em questão é uma carta de quitação passada, a pedido do Condestável, por a pessoa em causa não ter os documentos necessários⁵³. Nos casos em que as dívidas não são perdoadas, o monarca doa os bens dos

³⁸ Virgínia Rau, *A Casa dos Contos*, 20.

³⁹ A. Moreira Sá, *Chartularium Universitatis Portugalensis: 1288-1537*, (vol. 3, Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1969), 198.

⁴⁰ *Ibidem*, vol. 2, 163, 189, 192 e 138.

⁴¹ *Idem*, 152.

⁴² *Idem*, 189 e 192.

⁴³ *Idem*, 171.

⁴⁴ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 2, 3, 5, 7, 7v, 8v, 12v, 26v, 38, 76, 78, 113v, 134, 139 e 142.

⁴⁵ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 7v.

⁴⁶ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 38.

⁴⁷ A. L. de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio*, 324-325

⁴⁸ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 142.

⁴⁹ Virgínia Rau, *Contador-mor*, In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, (Vol. II, Porto: Livraria Figueirinhas), 1985.

⁵⁰ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 3, 4, 5, 9, 9v, 20v, 21, 27, 28v, 43, 50, 54, 59, 76, 95, 108, 123v e 125-127.

⁵¹ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 4, 5v, 6v, 7, 8.

⁵² ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 4, 47, 69v e 69v-70.

⁵³ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 3.

devedores a outros. Por exemplo, Guedelha Franco, judeu rendeiro dos serviços reais na judiaria de Lisboa, durante o reinado de D. Fernando, não entrega os dinheiros em falta e foge para Castela; os seus bens vão ser doados a Judas Navarro e a Rui Cravo⁵⁴.

Nos documentos do Livro 5 da Chancelaria de D. João I ficam também estabelecidas as regras para o pagamento do “mantimento” dos funcionários da Casa dos Contos. Tendo em conta os documentos que analisámos, verificamos que o almoxarife das ovenças é responsável pelo pagamento do mantimento aos contadores, juiz, escrivães e moços dos Contos⁵⁵. No entanto, chegou até nós uma nomeação de um contador da Casa dos Contos para exercer o seu ofício no armazém de Lisboa⁵⁶. O curioso deste documento é que são dadas instruções ao almoxarife desse armazém que tem de pagar um dado valor para o mantimento do contador, Diego Airas, para além do valor que este já recebe por ser contador dos Contos. No que diz respeito aos valores, fica definido que tanto os contadores como o juiz recebem 100 libras, os escrivães 50 libras, tal como o porteiro, e os moços dos Contos recebem 25 libras (valores mensais)⁵⁷.

Recordando o que já dissemos sobre o primeiro Regimento da Casa dos Contos, no qual o Mestre de Avis determinava que quem não cumprisse o horário estipulado não receberia mantimento, destacamos a carta em que o monarca se dirige ao contador Afonso Martins indicando-lhe que João da Veiga, contador, não vai poder comparecer nos Contos, ou seja, justifica a sua falta para que ele não perca o mantimento⁵⁸.

Nestes documentos do Livro 5 de D. João I, encontramos a indicação de outros contadores para além dos da Casa dos Contos. Pedro Anes Garrido era o contador do Infante D. Duarte, e tinha autorização para consultar todas as arrecadações e ementas, desde que sob a vigilância de um ou dois contadores, já que nenhum livro podia sair dos Contos⁵⁹. Num documento de 10 de Novembro de 1411, regista-se a presença do contador do arcebispo de Lisboa, D. João Afonso de Azambuja, que a pedido deste vai ser nomeado contador da Casa dos Contos⁶⁰.

No mesmo ano do casamento entre D. João I e D. Filipa de Lencastre, temos a nomeação de Martim da Maia, contador da Rainha, com a indicação de que pode receber as dívidas das terras da rainha da mesma forma que os contadores dos Contos⁶¹. A confirmação de que tinha poder para pressionar, executar e penhorar os que fossem devedores à rainha, segundo os mesmos métodos dos outros contadores, vem sob a forma de carta régia de 26 de Dezembro de 1387⁶². Logo nos documentos iniciais encontramos uma carta que se inicia com a intitulação da rainha D. Filipa, na qual esta faz doação dos dinheiros que os sacadores em Sintra do tempo de D. Fernando ficaram a dever⁶³. O facto de ser um documento que começa com a intitulação da rainha leva-nos a crer que esta teria uma grande autonomia no que respeita à administração das suas terras, aspecto que Manuela Santos Silva demonstra, na biografia desta monarca, ao

⁵⁴ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 16 e 15v.

⁵⁵ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 6, 7v e 11v.

⁵⁶ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 5v.

⁵⁷ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 6.

⁵⁸ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 10.

⁵⁹ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 79v e 80v.

⁶⁰ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 134.

⁶¹ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 8.

⁶² ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 26v.

⁶³ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 10v.

dedicar um capítulo à administração⁶⁴. A autora indica que, apesar de partilhar alguns oficiais com D. João I, D. Filipa teria uma chancelaria própria, com oficiais de Lencastre, e selo próprio, que chegou a ser usado pelo Mestre de Avis.

Uma outra personalidade que surge a nomear um contador é a Infanta D. Isabel, futura Duquesa de Borgonha. A 10 de Abril de 1426 faz contador das albergarias, gafarias, hospitais e resíduos de todas as suas terras, o seu criado Álvaro Afonso, que era escrivão dos Contos⁶⁵. Ana Paula Jerónimo Antunes, na sua tese de mestrado, afirma que D. Isabel foi a protagonista feminina da corte de Avis entre 1415 e 1429, tendo, após a morte de D. Filipa (1415), herdado todos os bens, quer patrimoniais quer humanos, que pertenciam à Casa da Rainha, agora Casa da Infanta⁶⁶. Como conta Zurara, perante uma D. Filipa próxima da morte, no Verão de 1415, D. João I decidiu que a infanta ficaria provisoriamente titular dos bens da mãe (isto por sugestão do infante D. Pedro)⁶⁷.

Ainda com base nesta amostra documental do Livro 5 da Chancelaria de D. João I, é-nos possível verificar alguns dos métodos de trabalho dos funcionários da Casa dos Contos, sobretudo dos contadores. Apesar de estar definido que os livros não podiam sair da Casa dos Contos, há casos em que os documentos saem, mas por solicitação do monarca. A 30 de Abril de 1392, D. João I escreve aos contadores para que lhe enviem os livros do almoxarifado de Coimbra⁶⁸ e antes disso, a 26 de Janeiro desse ano, um documento indica que o monarca precisava de saber se a conta de Domingues Anes da Maia, tesoureiro da moeda da cidade do Porto, estava encerrada. Para tal, solicita aos contadores de Lisboa que lhe enviem a última conta *cerrada e selada*, e os respectivos “canhenhos”, se estivessem encerradas; caso contrário, deveriam remeter todos os documentos relativos às contas de Domingues Anes da Maia⁶⁹.

Também havia regras para o transporte dos livros e documentos: quem fosse levar os livros das contas à Casa dos Contos, recebia como testemunho um alvará assinado pelos contadores, como vemos no documento que nos relata um destes casos, passado com o escrivão da judiaria de Lisboa, que foi levar o livro do serviço dos judeus⁷⁰. Uma entrega de livros também pode ser verificada num outro documento, no qual o almoxarife de Abrantes, que deveria vir prestar contas a Lisboa perante os contadores, pede para vir mais tarde, já que lhe faltava arrecadar os dinheiros do primeiro quartel de Julho⁷¹. Passagens recorrentes nestes livros de Chancelaria confirmam estas situações. Os documentos iniciam com “Foi apresentada nos Contos de Lisboa, perante os nossos contadores (...)”, ou “publicada nos Contos de Lisboa” e no corpo do texto indica-se o seguinte: “para os contadores recadarem em contos”, expressões que nos vão mostrando como seriam os procedimentos na Casa dos Contos.

Contudo, o documento que nos dá informações mais completas sobre os métodos de trabalho naquela instituição, sobretudo a divisão das contas pelos contadores, é o que se

⁶⁴ Manuela Santos Silva, *Filipa de Lencastre. A Rainha Inglesa de Portugal*, (Lisboa: Temas & Debates, 2014), 199.

⁶⁵ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 139v.

⁶⁶ Ana Paula Jerónimo Antunes, *De Infanta de Portugal a Duquesa de Borgonha. D. Isabel de Lencastre e Avis (1397-1429)*, 47.

⁶⁷ Gomes Eanes Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915), 132-134.

⁶⁸ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 16v.

⁶⁹ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 12v.

⁷⁰ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 49.

⁷¹ ANTT, *Chanc. D. João I*, Liv. 5, fls. 14v.

encontra no fólio 123. Datado de 16 de Abril de 1421, endereçado aos contadores Lourenço Vicente e Rodrigo Anes, define como deveriam ser tomadas e recenseadas as contas de 1420.

Quanto à recensão das contas, para cada uma era nomeado o contador, ou contadores, que a deveriam fazer. Este processo tinha como finalidade evitar que houvesse falhas e por isso se escolhia contadores diferentes. No entanto, as contas dos contadores Rodrigo Anes e Rodrigo Afonso vão ser recenseadas pelos próprios. Esta divisão de tarefas surge passados dois anos da efectuada por D. João I aquando do Segundo Regimento dos Contos, como já vimos, e encontramos as mesmas personalidades, apenas com ligeiras alterações nas suas funções. Quererá isto dizer que a divisão recomendada não estaria a ser cumprida? Ou, de tempos a tempos, o monarca reorganizava a divisão das tarefas pelos contadores? Acredito que o estudo sistemático de todos os documentos do Livro 5 da Chancelaria de D. João I poderá trazer a resposta a estas e a outras questões.

2.2.4. Livro 2 da Chancelaria de D. Duarte

O denominado Livro 2 da Chancelaria de D. Duarte é, como já foi indicado, um dos antigos registos da Casa dos Contos que chegaram até nós. É composto por 50 fólios e 127 documentos, sendo que do reinado deste monarca são apenas os primeiros 46 documentos. Em relação a isto, Virgínia Rau afirma que estamos perante um livro que foi feito a partir de fragmentos de outros que eram os dos registos da Casa dos Contos⁷².

O primeiro documento deste livro é a nomeação de Gonçalo Caldeira como Contador-mor da Casa dos Contos. No entanto, segundo V. Rau⁷³, esta seria antes a carta de confirmação do cargo, visto que Gonçalo Caldeira vinha já a desempenhar estas funções desde o reinado de D. João I⁷⁴.

Em relação aos restantes documentos, dos 46 que dizem respeito ao reinado de D. Duarte, 18 são nomeações para os cargos de contador, escrivão e moço dos Contos. Nestas nomeações verificamos que há uma certa progressão na carreira, ou seja, os titulares iniciam as suas funções como moços dos Contos e chegam a alcançar o cargo de contador. Armando Luís de Carvalho Homem indica que a Casa dos Contos funcionava como uma *primeira instância* de serviço, dando depois acesso à vedoria da Fazenda⁷⁵. No entanto, também foi possível verificar casos de nomeações de contadores por já terem servido na Casa Real como criados de D. Duarte ou dos seus irmãos⁷⁶. Por sua vez, a nomeação de moços dos Contos está associada ao facto de o rei pretender fazer graça e mercê a moradores da cidade de Lisboa e a actuais contadores, escolhendo-lhes os filhos para este cargo. Possuímos ainda a nomeação do vedor do armazém de Lisboa, já que o seu titular não queria continuar em funções. É então nomeado Diogo de Barros, cavaleiro e criado de Pero Gonçalves, Vedor da Fazenda⁷⁷.

⁷² Virgínia Rau, *A Casa dos Contos*, 16.

⁷³ *Ibidem*, 48.

⁷⁴ O documento do Livro 5 da Chancelaria de D. João I (fl. 108 v.-109) encontra-se transcrito na obra de Virgínia Rau, *A Casa dos Contos*, 462-463.

⁷⁵ A. L. de Carvalho Homem, "As sociedades políticas: uma História para homens sem sangue de rã", In *Oficiais Régios e Oficiais Concelhos nos finais da Idade Média: Balanços e Perspectivas*, Separata da *Revista de História Económica e Social*, 1988, 33.

⁷⁶ *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte* (vol. 2), doc. 3, doc. 16, doc. 19 e doc. 26.

⁷⁷ *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte* (vol. 2), doc. 24.

Outro tipo de documentação bastante presente, e voltando ao caso do Contador-mor, são as cartas com instruções específicas a Gonçalo Caldeira. Por exemplo, o Doc. 7 explica que o Contador-mor deveria registar numa *tábua* os dias em que os contadores fossem aos Contos trabalhar, e os contadores só poderiam receber o mantimento e o vestir após a apresentação de um alvará assinado por Gonçalo Caldeira. No Doc. 27, D. Duarte indica ao Contador-mor que lhe deve enviar uma carta onde especifique as contas que cada um fez até essa data e lhe faça relação das mesmas, procedimento que deveria ser realizado no final de cada mês. Por fim, no Doc. 28, que é composto por um conjunto de 5 cartas de Bartolomeu Gomes, o monarca informa Gonçalo Caldeira daquilo que ficou decidido nas Cortes de Santarém em relação aos procedimentos a ter com os aforamentos. Na terceira dessas cartas, é indicado ao Contador-mor que tem de se reunir com o rei, os vedores e os almoxarifes no início da Quaresma.

Ainda em relação aos procedimentos que D. Duarte esclarece para as várias funções, temos um conjunto de regras sobre como arrecadar, cobrar e registar determinados impostos, como o imposto dos vinhos de Lisboa⁷⁸, das sisas⁷⁹, das portagens⁸⁰ e do pescado⁸¹. Temos também indicações do monarca dirigidas aos comerciantes: quem fosse comerciar a Castela, Navarra ou Aragão tinha de levar uma certidão, que ficaria registada no livro dos portos; e ordena-se ainda um reforço do rigor nos registos dos aforamentos nos livros dos almoxarifados⁸².

Por fim, neste livro, considerado um dos antigos registos da Casa dos Contos, encontramos um documento de D. João I, de 15 de Dezembro de 1430⁸³: é uma carta de quitação com as receitas e despesas do ofício da tesouraria durante seis anos (1424-1430), com a indicação dos valores separados por cada ano. Nela ficamos a saber que estes registos estavam inscritos nos oito livros do escrivão desse ofício. O primeiro ano foi apresentado ao contador Gonçalo Afonso; o segundo a Rui Fernandes, contador, e a João Martins, escrivão. Neste segundo ano o contador dá ainda relação das contas ao Contador-mor, Gonçalo Caldeira. Os quatro anos seguintes foram apresentados perante Dinis Eanes e Gonçalo Gonçalves, contadores; e o último ano foi apresentado apenas a Gonçalo Gonçalves. Ao todo, são elaboradas três *recadações* e estes dois últimos contadores indicados devem concertar e assinar esses três documentos que, posteriormente, Gonçalo Caldeira deve registar no livro dos registos dos Contos.

Conclusão

O estudo da Casa dos Contos e das práticas de contabilidade é central da História de Portugal, sobretudo em relação à Idade Média, que carece de uma investigação aprofundada.

Chegados ao reinado de D. João I verificamos que já existiam práticas de contabilidade sistematizadas na administração da Coroa portuguesa e que se comprovam inequivocamente pela análise dos dados relativos ao reinado de D. Duarte. Assistimos já a instituição formada, com um corpo próprio e com regras de funcionamento específicas. No entanto, os registos com que fomos deparando não são registos exactos de contabilidade. São antes registos que nos permitem deduzir, indirectamente, a existência de determinadas práticas contabilísticas.

⁷⁸ *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte* (vol. 2), doc. 13.

⁷⁹ *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte* (vol. 2), doc. 22.

⁸⁰ *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte* (vol. 2), doc. 29.

⁸¹ *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte* (vol. 2), doc. 31.

⁸² *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte* (vol. 2), doc. 28.

⁸³ *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte* (vol. 2), doc. 41.

Em relação aos Regimentos da Casa dos Contos, algumas das atribuições que ficam materializadas nestes documentos correspondem a procedimentos que já eram observados pelos funcionários da Casa dos Contos, ou seja, nem todas as normas aqui estabelecidas constituem uma novidade.

No reinado de D. Manuel vamos assistir à transformação desta instituição nos Contos do Reino e da Casa, à frente dos quais estava o provedor-mor. Em 1516 é publicado o Regimento da Fazenda que iria orientar a contabilidade, entre outros aspectos, durante mais de um século; e em 1530 é criada a Casa dos Contos de Goa⁸⁴.

⁸⁴ Virgínia Rau, *A Casa dos Contos*, p.61 e segs.

Marco Oliveira Borges*

A torre defensiva que D. João II mandou construir em Cascais: novos elementos para o seu estudo

R E S U M O

Mandada edificar por D. João II na extremidade Sul de Cascais, a torre de Cascais terá começado a ser construída em 1494. Neste estudo aduzimos novos dados que permitem uma proposta interpretativa mais segura quanto à problemática cronológica em torno da construção desta torre e que revelam igualmente alguns dos bombardeiros que serviram na mesma.

Palavras-chave: Torre de Cascais; Cronologia de Construção; Bombardeiros; Sismos.

A B S T R A C T

The tower of Cascais, ordered by D. João II at the southern extremity of Cascais, may have started to be built in 1494. On this study we use new data to propose a safer interpretation to the chronologic problem concerning the construction of this tower and to reveal some of the bombardiers that served in it.

Keywords: Tower of Cascais; Construction Chronology; Bombardiers; Earthquakes.

Introdução

Apesar dos vários estudos que já lhe foram dedicados, a torre de Cascais ainda apresenta facetas por explorar. Neste estudo, continuando as investigações iniciadas na nossa dissertação de mestrado, propomos uma nova visão interpretativa quanto à problemática cronológica da construção desta torre. Com o apoio em documentos desconhecidos dos investigadores que têm estudado esta fortificação, revelamos alguns dos bombardeiros que nela serviram, sendo que o seu estudo, em paralelo com uma reinterpretação de fontes e dados já conhecidos, levanta diversas questões relacionadas com a construção, mas também com a composição humana e o funcionamento desta estrutura tardo-medieval.

“A Torre de Cascais existiu, e existe ainda, integrada no Revelim”

M. A. Pereira Lourenço¹

* Centro de História da Universidade de Lisboa – UID/HIS/04311/2013 e Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa. Bolseiro de Doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹ M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais II”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 55, 1965), 10. “Revelim” era o nome pelo qual o investigador designava a fortaleza de Nossa Senhora da Luz.

Coube a D. João II, conforme o famoso trecho de Garcia de Resende², delinear um projecto de defesa costeira e do acesso fluvial a Lisboa que consistia na edificação de duas fortificações – a torre de Caparica³ e a fortaleza de Belém (antigo Restelo)⁴ – auxiliadas por uma grande nau colocada a meio da barra do Tejo, ainda que o monarca não tenha vivido para ver a totalidade operacional do projecto que fora idealizando⁵. Para além disso, envolvida neste sistema de defesa enquanto atalaia, mas também detendo um papel fundamental para proteger os navios comerciais que seguiam para Lisboa (ou para outros lados) e que em Cascais irremediavelmente faziam escala lançando ferro em frente à praia da Ribeira (esperando assim o vento e a maré favorável para mais seguramente demandarem a barra do Tejo), o monarca mandou erguer a torre de Cascais.

Com possível invocação a Santo António⁶, esta torre foi edificada num esporão rochoso no extremo Sul daquela vila⁷, vindo, posteriormente, a ser envolvida com a construção da fortaleza de Nossa Senhora da Luz. Apesar das dúvidas que se tinham quanto à torre de Cascais, se tinha ou não sido destruída com a construção da fortaleza de Nossa Senhora da Luz, na década de

² Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Pref. de Joaquim Veríssimo Serrão (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973), CLXXXI, 255-256.

³ Esta estrutura, mais tarde conhecida por torre de S. Sebastião de Caparica ou torre Velha, viu iniciada a sua construção em 1481-1482 e, por volta de 1485, poderia já ter a fase principal de obras finalizada. Todavia, são necessárias algumas reservas quanto a esta última data (cf. Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião de Caparica e a Arquitectura Militar do Tempo de D. João II* (Lisboa: Edições Colibri, 2007), 160-161 e 281-283; Nuno José Varela Rubim, *A Defesa Costeira dos Estuários do Tejo e do Sado desde D. João II até 1640* (Lisboa: Prefácio, 2011), 46).

⁴ A construção da fortaleza de Belém, segundo as indicações de Garcia de Resende, teria começado ainda no reinado de D. João II, embora este monarca tenha morrido antes da sua finalização. No seu lugar, D. Manuel mandou fazer de novo a “torre e fortaleza de São Vicente”, ficando o porto vigiado e guardado por muita artilharia e gente de guarnição (cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* (Coimbra: Por Ordem da Universidade, pt. IV, 1955), LXXXV, 233). A torre teria, definitivamente, entrado em construção em 1514 e ficado pronta em 1519 (cf. Reynaldo dos Santos, *A Torre de Belém 1514-1520. Estudo Histórico e Arqueológico* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922), 9, 32, 34-35, 40-41, 44-46 e 58). Edificadas em pontos estratégicos de ambas as margens do Tejo, frente a frente, precisamente na área onde o estuário se estreita e secundadas pela grande nau a meio do rio, as duas torres estavam incorporadas num sistema defensivo vocacionado para impedir o acesso de navios corsários e piratas ao porto de Lisboa.

⁵ Cujas alusões surgem ainda na primeira metade do reinado joanino (cf. Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 160; Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à Navegação e Defesa Costeira” (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 2012), 205). De acordo com Garcia de Resende, e pela altura do reinado de D. João II, faziam-se elevadas despesas em armar grandes naus para a defesa do Estreito de Gibraltar (face aos navios mouros) e da costa portuguesa (face a outros corsários), razão pela qual o monarca, para melhor guardar a sua costa, com mais segurança e menos despesas, ordenou que em Setúbal fossem realizados testes balísticos em caravelas ligeiras dotadas de grandes bombardas que disparavam rente à água (Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, CLXXXI, 255-256).

⁶ Embora, por vezes, seja dado como garantido que a torre de Cascais teve esta invocação, a verdade é que esta questão ainda não está devidamente esclarecida. Cf. Margarida de Magalhães Ramalho, “Cascais em finais do século XVI: duas plantas inéditas”, *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município* (n.º 9, 1990), 82-83; idem, “As fortificações marítimas do porto e da nobre vila de Cascais”, in Joaquim Boiça *et al.*, *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais* (Cascais: Quetzal, 2001), 28; idem, *Fortificações Marítimas* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2010), 25; idem, “A defesa de Cascais”, *Monumentos. Cidades. Património. Reabilitação* (n.º 31, Abril de 2011), 36; idem, “A defesa de Cascais. Do castelo medieval à construção da Cidadela”, in *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes (Lisboa: Edições Colibri, Campo Arqueológico de Mértola, vol. II, 2013), 640).

⁷ Costuma-se identificar erradamente o local de construção desta torre como sendo a Ponta do Salmado. Contudo, a cartografia dos séculos XIX-XX não deixa dúvida de que a Ponta do Salmado corresponde a outro lugar, ao sítio aonde se encontra edificado o farol de Santa Marta.

1960 Manuel A. P. Lourenço deu a conhecer ao público que esta estrutura estava integrada no interior da dita fortaleza, a qual o investigador designava por “Revelim”. Este foi o primeiro investigador que se dedicou ao estudo pormenorizado destas estruturas, chegando mesmo a explorar o interior da fortaleza de forma detalhada⁸. Na verdade, desde 1940 que Manuel A. P. Lourenço frequentava com relativa assiduidade a velha fortaleza, ainda que o seu primeiro contacto com o local já viesse de tenra idade⁹. Embora desde 1965 – pelo menos – que se tivesse conhecimento público da subsistência da torre de Cascais no interior da fortaleza de Nossa Senhora da Luz¹⁰, apenas em 1987 foram iniciadas escavações no seu interior¹¹.

Ainda no que diz respeito às investigações de Manuel A. P. Lourenço, o autor chegou mesmo a elaborar plantas envolvendo as duas fortificações, explicando igualmente em texto corrido os pormenores que conseguiu observar. Assim, o investigador identificou a torre joanina como estando dentro da fortaleza, compartimentos da fortaleza devolutos e de acesso emparedado, uma área não visitável e cuja compartimentação na altura era desconhecida, compartimentos com grandes quantidades de entulho, a cisterna da fortaleza (debaixo do pavimento do pátio interior), tendo ainda identificado duas mós, um forno e outros elementos e aspectos (figs. 1 e 2). Outro dado importante que deve ser salientado deve-se ao facto de, já em 1966, Manuel A. P. Lourenço ter pensado que, em vez de espaços mortos e fechados ao público, aqueles compartimentos poderiam “ser adaptados como atracção turística”. Neste seguimento, o investigador avançou mesmo com a ideia futura de musealização daquele espaço¹².

A partir de finais da década de 1980 e até aos nossos dias, com o desenrolar das investigações de Margarida de Magalhães Ramalho e das equipas que trabalharam nas escavações arqueológicas, avançou-se bastante no conhecimento sobre esta torre e fortaleza de Nossa Senhora da Luz. Para além disso, a partir de 1990 começaram a ganhar forma ideias no que diz respeito à preparação da musealização da fortaleza de Nossa Senhora da Luz¹³. Muito recentemente, no âmbito das comemorações dos 650 anos da elevação de Cascais a vila, deu-se mesmo a abertura oficial¹⁴ da fortaleza e torre ao público¹⁵. Anteriormente, em

⁸ Cf. M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 53, 1965), 16; idem, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais II”, 10; idem, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 97, 1966), 5; idem, “História de Cascais e do seu Concelho”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 262, 1969), 19.

⁹ M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 53, 1965), 16.

¹⁰ Para além dos artigos já citados, é de referir que, em 1965, Guilherme Cardoso teve a oportunidade de visitar o interior da fortaleza juntamente com seu pai, este último enquanto repórter fotográfico do *Jornal da Costa do Sol*, e M. A. Pereira Lourenço, o investigador local que guiou a visita (cf. <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=527139110637043&set=0.468302963181739&type=1&permPage=1>, consultada em 30/12/2012).

¹¹ Margarida de Magalhães Ramalho, “A fortaleza de Nossa Senhora da Luz”, *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município* (n.º 10, 1991), 35.

¹² M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 97, 1966), 5.

¹³ Margarida de Magalhães Ramalho, “As fortificações marítimas do porto”, 50.

¹⁴ Em 2001, Margarida de Magalhães Ramalho afirmava que, “Apesar de oficialmente a fortaleza de Nossa Senhora da Luz continuar fechada ao público já é possível fazerem-se visitas guiadas a grupos ou a particulares, tendo o número de visitantes ultrapassado ao longo destes anos vários milhares. Estamos, assim, convictos de que, em breve, a recuperação e a abertura da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz poderá ser uma realidade” (cf. Margarida de Magalhães Ramalho, “As fortificações marítimas do porto”, 48).

¹⁵ Em 2012, numa iniciativa em que a fortaleza de Nossa Senhora da Luz foi aberta ao público, tivemos a oportunidade de visitar o interior da torre. Recentemente, com a abertura prolongada da fortaleza de Nossa Senhora da Luz ao público, isto no âmbito das comemorações dos 650 anos de elevação de Cascais a vila, voltámos a visitar a torre.

Dezembro de 2012, havia passado na RTP2 um documentário sobre a torre de Cascais e fortaleza de Nossa Senhora da Luz¹⁶. Em relação à ideia de musealização daquele espaço, já tínhamos visto que a mesma remontava à década de 1960 com as propostas de Manuel A. P. Lourenço, embora os contributos e o nome do investigador tenham sido incompreensivelmente esquecidos com o decorrer do tempo. Nem mesmo no referido documentário existe qualquer menção às investigações de Manuel A. P. Lourenço, isto quando o mesmo havia explorado compartimentos interiores da fortaleza de Nossa Senhora da Luz e compreendido que a torre de Cascais estava no seu interior (figs. 1 e 2) décadas antes do início das investigações de Margarida de Magalhães Ramalho.

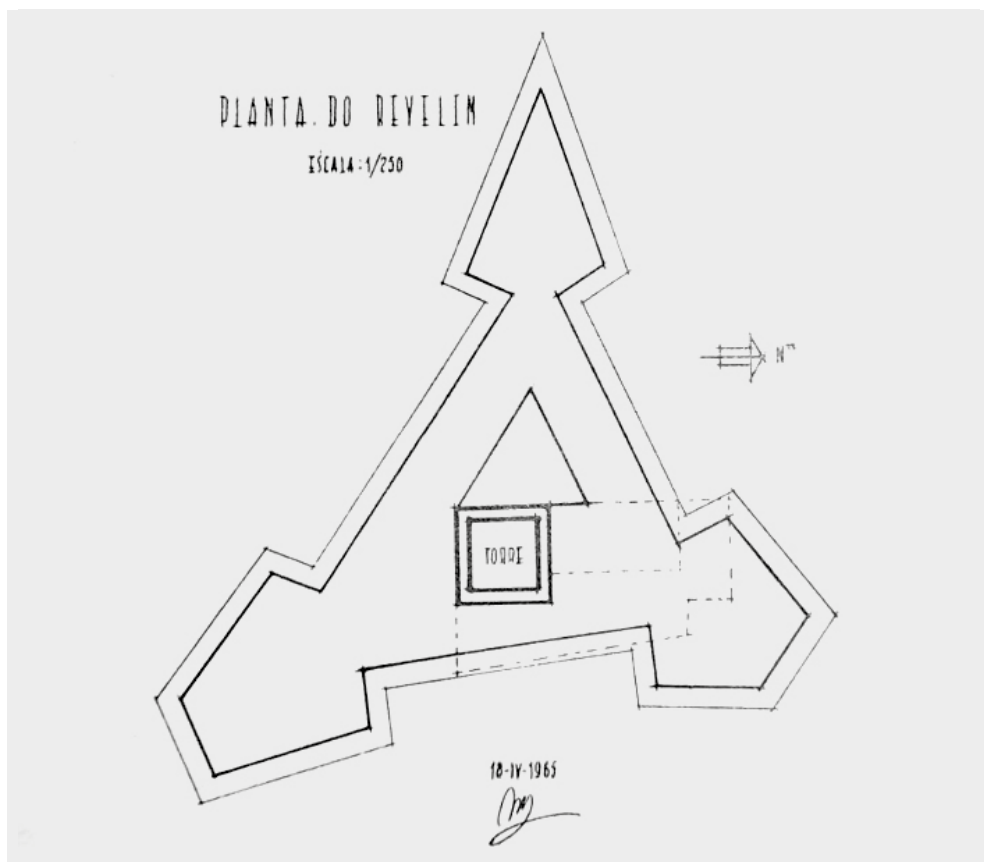


Figura 1 – Planta da fortaleza de Nossa Senhora da Luz¹⁷.

¹⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=9MGO9ojkhyk>, consultada em 29/12/2012.

¹⁷ Adaptado de M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 53, 1965), 16.

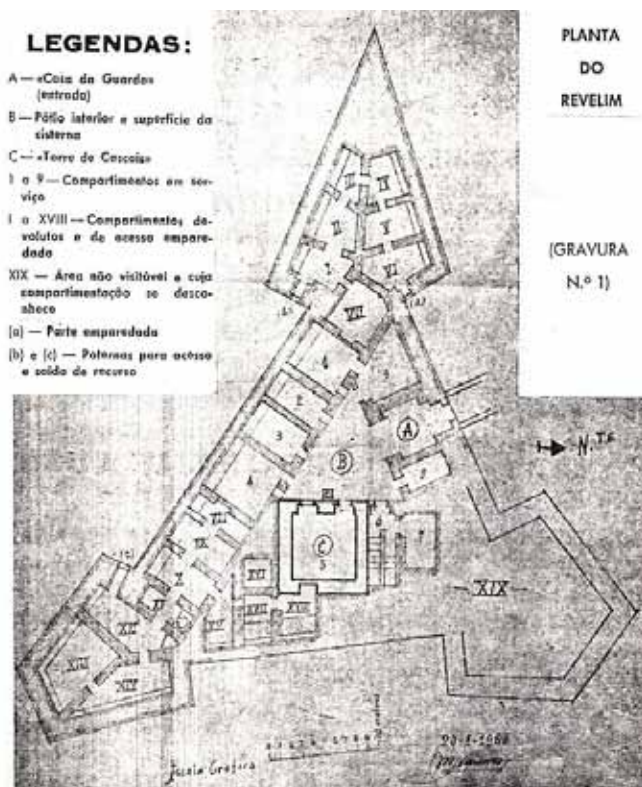


Figura 2 – Planta da fortaleza de Nossa Senhora da Luz envolvendo a torre de Cascais¹⁸.

Na altura da construção da torre de Cascais há muito que esta vila tinha a sua muralha defensiva (geralmente chamada castelo¹⁹). Porém, a nível funcional, da antiquada muralha da vila pouco se podia fazer para proteger os navios que ali aportavam e evitar a aproximação e eventual desembarque de corsários na praia da Ribeira. Esta era uma situação que se tinha tornado frequente nos últimos tempos, conforme revela a documentação que se conhece entre 1484 e 1489, chegando os corsários (franceses) a encalhar nas praias de Cascais os navios tomados de assalto na costa portuguesa ou ali mesmo nas imediações²⁰. Até aí, conforme se infere por um documento de 1443, seriam os besteiros do conto que procediam à defesa do porto de Cascais²¹. Mas era preciso mais. É a construção da torre que vem tornar aquela área

¹⁸ Adaptado de M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 97, 1966), 5.

¹⁹ Sobre este assunto, cf. Marco Oliveira Borges, “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II – Em torno do porto de Cascais”, in *Paisagens e Poderes no Medieval Ibérico. Actas do I Encontro Ibérico de Jovens Investigadores em História Medieval. Arqueologia, História e Património*, coord. Ana Cunha, Olímpia Pinto e Raquel de Oliveira Martins (Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»/ Universidade do Minho, 2014), 420-423.

²⁰ Cf. Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 170-174 e 201-205.

²¹ A 6 de Novembro deste ano, D. Afonso V concedeu aos besteiros do conto de Cascais a isenção de servirem em quaisquer partes. Argumentava-se que este era um sítio que está “na costa do mar em logar a que ueem mujtos naujos asy de nossos jmijigos como d’outras partes de que poderiam receber maa companhia sse a jente della fosse fora da

mais segura, somando “às antiquadas muralhas de Cascais uma obra de defesa de muitíssimo maior eficácia e *modernidade*”²².

A construção deste tipo de torres, junto ao mar, “destinava-se a evitar desembarques nos locais mais favoráveis e, segundo a capacidade de cada local, a servir de protecção aos ancoradouros das frotas que se oporiam aos navios atacantes. Podiam, dentro dos alcances da sua artilharia, evitar que o inimigo manobrasse nas suas proximidades, função que se foi tornando cada vez mais importante à medida que os alcances aumentavam e o recurso a munições especialmente destinadas ao combate naval ia sendo possível”²³.

De facto, com estas estruturas munidas de artilharia projectadas por D. João II podia-se defender de forma mais eficaz o movimento naval em áreas portuárias e os próprios ancoradouros, bem como impedir a aproximação, a entrada ou a saída de determinados navios que se viam sujeitos a um iminente disparo de artilharia. Todavia, esta era uma forma de controlo defensivo que melhor se ajustava ao Tejo do que propriamente a Cascais, visto que as duas torres (Caparica e Belém), edificadas em ambas as margens do rio, assumindo uma posição praticamente frontal uma à outra e precisamente na área onde o Tejo se estreita, podiam levar a cabo um cruzamento de fogos com reduzidas zonas mortas²⁴ e impedir a entrada ou a saída de navios. No caso específico de Cascais, é preciso ver que os navios poderiam passar mais ao largo e afastar-se da área de alcance do fogo da torre, acabando por poder ancorar a nascente da praia da Ribeira. Na verdade, embora por vezes se pense no espaço de ancoragem de Cascais como aquele que vem referido na lacónica gravura de Georg Braun e Frans Hogenberg (1572), apenas com 3 navios e confinado à praia da Ribeira e imediações (ainda que a praia fosse o centro do movimento portuário e o local mais abrigado), a realidade é que a extensão da enseada prolonga-se muito mais para nascente, havendo uma tradição de ancoragem pelo menos até S. João do Estoril, frente ao forte de Santo António da Barra²⁵. Neste sentido, havia muito mar para evitar o fogo de artilharia da torre e ancorar.

Assim, e não esquecendo também a sua importância enquanto atalaia do Tejo, o papel defensivo da torre de Cascais seria o de impedir a aproximação e possível desembarque inimigo no centro portuário local, bem como de proteger os navios que seguiam para Lisboa (ou para outros lados) e que em Cascais irremediavelmente faziam escala, lançando ferro em frente à praia da Ribeira e imediações da fortificação joanina. É que, devido aos condicionalismos geográficos próprios desta área, a viagem para Lisboa e a necessária entrada na barra do Tejo nem sempre era feita de forma directa, sendo mais seguro aguardar por maré e ventos favoráveis no porto de Cascais de modo a evitar os perigos da barra (nomeadamente os cachopos) e um possível naufrágio²⁶. Esta era uma

terra”. Note-se que, para além de operarem nas acções ofensivas em serviço da Coroa, defensivamente, as milícias concelhias tinham de garantir a segurança dos territórios a que estavam ligadas. Porém, este privilégio concedido pelo monarca quebrava-se quando o mesmo ordenava um “especial mandado” (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 25, fl. 62v (em anexo); Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 153 e 185).

²² Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 167.

²³ António José Pereira da Costa, *Cidadela de Cascais (pedras, homens e armas)*. Pref. de Rui Carita (Lisboa: Estado-Maior do Exército, Direcção de Documentação e História Militar, 2003), 23.

²⁴ Sobre estas questões, cf. Nuno José Varella Rubim, *A Defesa Costeira*, 16 e 127.

²⁵ Fr. Jeronymo de Belem, *Chronica Serafica da Santa Província dos Algarves* (Lisboa: No Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1758), XXI, I, 521-522; Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 50-53. De facto, a imagem de 1572 é bastante lacónica e imprecisa quanto ao trecho costeiro em questão, omitindo mesmo a ribeira das vinhas, a qual desaguaria em delta na praia da Ribeira, local aonde se encontram representados os 3 navios

²⁶ Joaquim M. F. Boiça, “Cascais no sistema defensivo do porto de Lisboa”, *Monumentos. Cidades. Património. Reabilitação* (n.º 31), 24; Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 61-62.

tradição que recuava bastante no tempo²⁷, sendo que os próprios navios que vinham do Mediterrâneo também faziam escala em Cascais devido aos condicionalismos da navegação neste trecho costeiro e para se abrigarem de temporais²⁸. Para além disso, a partir de certa altura vão ser os pilotos da barra, ou seja, os pescadores e mareantes de Cascais conhecedores dos condicionalismos da navegação e da geografia local, que vão começar a colocar em segurança os navios dentro do Tejo e a levá-los para Lisboa²⁹, sendo que essa função terá ganho maior importância com o advento da carreira da Índia³⁰. Neste seguimento, e até ao momento de partida para Lisboa, os navios estariam ancorados na área de protecção e alcance de fogo da torre de Cascais.

Importa, agora, aduzir dois casos documentados que exemplificam parte das utilidades defensivas das torres de Cascais e de Belém que temos vindo a referir.

Em finais de Julho de 1524 esteve iminente a utilização da torre de Cascais para o bombardeamento de uma frota do imperador Carlos V, a qual era formada por 86 urcas e soldados de várias origens do Norte da Europa. A frota, tendo como destino o Sul de Espanha, havia feito escala no porto de Cascais para abastecimento. Como a “contrariedade dos tempos” não permitia navegar para Sul, os navios tiveram de ficar naquele porto por mais de 15 dias, vindo a sua tripulação a causar vários problemas, situação que levou a clamores entre o povo da vila e arredores. Para resolver a situação, D. Nuno da Cunha, governador da Relação e vedor da Fazenda, foi enviado a Cascais com intérpretes do Norte da Europa residentes em Lisboa de modo a que chegassem à fala com o almirante (holandês) e os mestres das urcas. Estes foram recebidos nos Paços de D. Pedro de Castro, onde D. Nuno, depois de relembrar aos estrangeiros ali chamados a sua condição de vassallos do Imperador, o qual tinha boas relações com o rei de Portugal, ameaçou-os dizendo “que lhes faria todo o mall que podesse asy com a artilheria da torre” e que traria gente por terra caso os visados não parassem as suas acções³¹.

Por esta informação não há dúvida de que o poder de fogo da artilharia da torre (por essa altura sob comando de mestre Simão de Paris³²) estava ao alcance das urcas³³, pelo menos das que estavam mais próximas das imediações da praia da Ribeira. É que, sendo uma frota constituída por 86 navios, naturalmente que a disposição dos mesmos se faria para o sentido nascente da vila, dadas as dimensões da praia e a necessidade de manter o porto desbloqueado.

Em Belém, quatro anos depois (1 de Abril de 1528), o alcaide da torre local recebeu ordens para que não deixasse sair três naus francesas bem armadas que se encontravam em Lisboa. As naus tinham vindo ao porto da cidade sob pretexto de carregar sal para a pescaria

²⁷ Cf. Marco Oliveira Borges, “Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147) e de uma possível estratégia marítima pensada por D. Afonso Henriques”, *História. Revista da FLUP* (IV sér., vol. 3, 2013), 127.

²⁸ Para uma visão aprofundada sobre a importância de Cascais no apoio à navegação, cf. Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 41-81, 103-110 e *passim*.

²⁹ Sobre os pilotos da barra do Tejo, cf. João da Cruz Viegas, *O Comércio Quinhentista na Vila e Porto de Cascais* (Cascais: Museu Biblioteca do Conde Castro de Guimarães, 1940), 44-45; Joaquim M. F. Boiça, “Cascais no sistema defensivo do porto de Lisboa”, 24-25; Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 62-67.

³⁰ Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 62-67.

³¹ O documento é de 25 de Julho de 1524 (ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. I, mc. 31, doc. 40; Pedro de Azevedo, “Uma esquadra de Carlos V no porto de Cascaes em 1542”, *Revista de História* (n.º 4, 1912), 246-248).

³² Vide *infra*, n. 92.

³³ De acordo com o P.º Fernando Oliveira, urca era a designação alemã para os navios que, no Mediterrâneo, eram conhecidos por carracas e, na Península Ibérica, por naus (José António Rodrigues Pereira, “Urca”, in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. II Vol., dir. Luís de Albuquerque, coord. Francisco Contente Domingues [Lisboa]: Caminho, 1994), 1054).

na Terra Nova, mas, a julgar pelo diverso armamento que traziam a bordo³⁴, seriam navios que se dedicariam à actividade corsária.

Contemplemos agora, de forma sumária, as características arquitectónicas e funcionais mais relevantes da fortificação³⁵ que Garcia de Resende apelidou de torre de Cascais:

- Antes de mais, importa enfatizar a sua localização junto ao mar, estrategicamente edificada na extremidade rochosa Sul de Cascais, a 5 léguas de Lisboa. A fortificação era constituída por uma torre quadrangular de acentuado volume (3 pisos), ameada, com guaritas de vigia e o telhado em bico. Essa torre estaria destinada a funções de sentinela e de comando, sendo que num dos pisos elevados deveriam situar-se os alojamentos do governador³⁶. A fortificação era constituída ainda por uma estrutura térrea rectangular de 2 pisos (provavelmente para alojamento da guarnição³⁷ e guarda dos apetrechos militares³⁸) que estava adossada à torre, embora sendo mais baixa, e por uma plataforma, ou bateria artilhada, com muralha onde se abriam troneiras (ou bombardeiras³⁹) para a colocação de peças de artilharia. Na muralha da fachada frontal, segunda a gravura de 1572, apresentava três bombardeiras projectadas para o disparo rente à água, tal como teria outro armamento nos flancos.
- As muralhas, já adaptadas à artilharia, permitiam o tiro rasante sobre o mar aberto, sobre a baía e a pequena praia que ficava a poente da própria torre (fig. 5)⁴⁰. Deste modo, protegia-se não só a praia principal, a da Ribeira, como a que estava mais

³⁴ *As Gavetas da Torre do Tombo* (Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, vol. X, 1974), 135-139; João Cordeiro Pereira, “Portos do Mar (de Caminha ao Guadiana)”, *Portugal na Era de Quinhentos. Estudos vários* (Cascais: Patrimonia, 2003), 66 (n. 330).

³⁵ Para uma visão mais aprofundada e confronto de ideias, cf. M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais II”, 10; Carlos Pereira Callixto, “A Praça de Cascais e as Fortificações suas dependentes”, *Revista Militar* (n.º 5, Maio de 1978), 329; Margarida de Magalhães Ramalho, “A torre de Cascais. Uma perspectiva arqueológica”, *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município* (n.º 7, 1988), 70; idem, “A Barra do Tejo e a defesa de Lisboa”, *Oceanos* (n.º 11, Julho 1992), 71; Joaquim Manuel Ferreira Boiça, “As fortificações marítimas de Cascais e a defesa da barra do Tejo”, in *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais*, 18; Margarida de Magalhães Ramalho, “As fortificações marítimas do porto”, 28-32; Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 166-170; Nuno Neto *et al.*, “Intervenção arqueológica na Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (Cascais). Contribuições para a sua análise evolutiva e estrutural”, *Património. Estudos* (Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, vol. 10, 2007) 185-197; Margarida de Magalhães Ramalho, *Fortificações Marítimas*, 26; idem, “A defesa de Cascais”, 36-37; Nuno José Varela Rubim, *A Defesa Costeira*, 49; Margarida de Magalhães Ramalho, “A defesa de Cascais. Do castelo medieval à construção da Cidadela”, 640.

³⁶ M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais II”, 10.

³⁷ Abordaremos, mais adiante, a problemática em torno da composição da guarnição desta torre.

³⁸ M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais II”, 10.

³⁹ De acordo com Rafael Moreira, “As velhas seteiras medievais deram lugar às «troneiras» ou bombardeiras cruzetadas, orifícios circulares de diâmetro consoante ao calibre para disparo das bocas-de-fogo encimadas por estreita fresta em forma de cruz, que se repetem ao longo das muralhas das fortalezas de transição para a piroballística quase como uma insígnia de poder e que serviam para a sua correcta angulação, através de dispositivos de pontaria e de sistemas de medição do alcance por tábuas graduadas, de cujo uso os bombardeiros e artilheiros (quase todos de origem nórdica: franceses, alemães, flamengos) detinham o segredo” (Rafael Moreira, “Cultura material e visual”, in *História da Expansão Portuguesa*. I Vol., *A Formação do Império (1415-1570)*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Lisboa: Círculo de Leitores, 1998), 466).

⁴⁰ Esta última, embora já não exista, é visível numa fotografia de 1870 (fig. 5) e parece ter sido representada nas plantas da vila de Cascais de finais do século XVI da autoria de Vicenzo Casale (1590) e de Filipe Terzio (1594). Na verdade, no passado existiram mais duas praias entre esta e a da Santa Marta.

próxima da torre de uma possível aproximação de navios inimigos e desembarque, ainda que esta, face às suas exíguas dimensões, estivesse bastante limitada para tal⁴¹. Para além disso, protegiam-se os navios de carga que frente à praia da Ribeira podiam aguardar em segurança as condições meteorológicas e oceânicas ideais para seguir viagem ou que, simplesmente, procuravam abrigo da perseguição de corsários e piratas.

- Funcionaria como atalaia da barra do Tejo num sistema de retransmissão de sinais que começaria a ganhar forma desde o litoral de Sintra e que se estendia até Lisboa, alertando assim os vários postos costeiros sobre a chegada de navios inimigos⁴². Neste sentido, a torre de Cascais era como que uma guarda avançada de Lisboa.

Embora menos conhecida e divulgada, a gravura mais antiga que mostra a torre que D. João II havia mandado erguer na ponta Sul de Cascais é de c. 1530-1535, estando presente na bordadura de um fôlio da *Genealogia do Infante D. Fernando (British Library)*⁴³. O desenho desta gravura é da autoria de António de Holanda, pai de Francisco de Holanda, sendo que esse mesmo desenho terá sido iluminado na Flandres por Simão Bening⁴⁴. Todavia, não é só a torre de Cascais que surge representada. Para além do Paço dos senhores de Cascais e daquilo que parece ser parte da área urbana da vila (ambos à direita), embora numa perspectiva bastante deformada⁴⁵, nela surgem as principais construções que vão desde a área costeira de Santos até Sintra, inclusivamente o castelo dos Mouros e o Paço sintrense.

A outra gravura, como já se referiu, é a célebre gravura de Georg Braun e Frans Hogenberg publicada em 1572, se bem que o arquétipo da mesma devesse remontar a finais do século XV ou inícios do seguinte⁴⁶. Esta gravura, vindo posteriormente a servir de modelo a vários autores,

⁴¹ De facto, não é de excluir que esta praia também pudesse ter servido de apoio às actividades corsárias, nomeadamente durante os períodos de baixa-mar, uma vez que os corsários franceses chegavam a encalhar nas praias de Cascais os navios que tomavam de assalto na costa portuguesa.

⁴² Para vigilância da costa portuguesa, D. João II mandou instalar atalaias na costa de Vila do Conde e no Porto (1484), dando ordens para que, as caravelas e barcas que daí partissem para o mar a pescar e vislumbrassem uma frota, viessem logo dar recado em terra e daí fosse enviado recado para Lisboa (cf. Artur de Magalhães Basto, *Livro Antigo de Cartas e Provisões dos Senhores Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I*. Pref. e notas de [...] (Porto: Câmara Municipal do Porto, 1940), 119-120; Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 163 (n. 60) e 362, doc. 11). Neste sentido, e tendo em conta os postos de vigia na aproximação a Lisboa, Pedro de Aboim Inglez Cid crê que tenha existido “no Reino um sistema global de alerta máximo” (cf. Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 163 (n. 60) e 362, doc. 11).

⁴³ Também referida como *Genealogia dos Reis de Portugal*.

⁴⁴ Cf. António de Aguiar, *A Genealogia Iluminada do Infante Dom Fernando por António de Holanda e Simão Bening* (Lisboa: [s.n.], 1962), 45-46; Reynaldo dos Santos, *A Tomada de Lisboa nas Iluminuras Manuelinas* (2.ª ed., Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1970), 11-14; António de Holanda e Simão Bening, *A Genealogia do Infante Dom Fernando de Portugal*. Introd., notas, direcção artística e gráfica de Martim de Albuquerque e João Paulo de Abreu e Lima (Porto, Lisboa: Banco Borges & Irmão, 1984), 9; João José Alves Dias, “Lisboa Medieval na Iconografia do século XVI”, *Ensaios de História Moderna* (Lisboa: Editorial Presença, 1988), 120; Nuno José Varela Rubim, *A Defesa Costeira*, 29-30 e 49.

⁴⁵ *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município* (n.º 9, 1990).

⁴⁶ Carlos Pereira Callixto, “A Praça de Cascais e as Fortificações suas dependentes”, 324; João José Alves Dias, “Cascais e o seu termo na primeira metade do século XVI – aspectos demográficos”, *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município* (n.º 6, 1987), 67; idem, “Lisboa Medieval na Iconografia do século XVI”, 120. Por sua vez, Joaquim Boiça atribui a gravura “aos anos trinta do século XVI” (cf. Joaquim M. F. Boiça, “Cascais no sistema defensivo do porto de Lisboa”, 30). Por último, Varela Rubim presume que a imagem terá sido desenhada entre 1563 e 1567, isto caso tenha sido da autoria do pintor flamengo Hoefnagel (cf. Nuno José Varela Rubim, *A Defesa Costeira*, 49, 54 e 68).

é um exemplar bipartido alusivo a Lisboa mostrando no quadro inferior parte da costa e da barra do Tejo entre Cascais e o Paço de Santos (erradamente identificado como Belém). No pormenor da fig. 3 em baixo reproduzida, localizado a nascente, é visível um edifício que alguns autores identificam como sendo o Convento de Santo António do Estoril⁴⁷ (fundado apenas em 1527), mas que, na óptica de Nuno Varela Rubim, corresponderá a S. Julião da Barra⁴⁸.



Figura 3 – Pormenor da vila de Cascais presente na gravura publicada por Braun e Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, vol. I, 1572 (© Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya).



Figura 4 – Pormenor da torre de Cascais presente na gravura publicada por Braun e Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, vol. I, 1572 (© Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya).

⁴⁷ Cf., por exemplo, Margarida de Magalhães Ramalho, “As fortificações marítimas do porto”, 28.

⁴⁸ Assim, pela ordem de apresentação das estruturas que figuram desde Cascais até ao Paço de Santos na gravura de 1572, o autor identifica, da esquerda para a direita, Cascais (com a torre e o castelo), S. Julião da Barra (comumente identificado como sendo o mosteiro de Santo António do Estoril), Belém e o Paço Velho de Santos (cf. Nuno José Varela Rubim, *A Defesa Costeira*, 32-33 e 68, figs. 7 e 38).



Figura 5 – Cidadela e Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (lado Sul) em 1870
(© Arquivo Histórico Municipal de Cascais).

Não se sabe ao certo o ano em que arrancaram as obras de construção da torre de Cascais, nem quando é que terminaram. Alguns investigadores apontam o ano de 1488⁴⁹ para o início da sua construção, quatro anos após os ataques de João Bretão na baía de Cascais e imediações⁵⁰. O fundamento para tal está nos discursos de Rui de Pina⁵¹ e de Garcia de Resende, os quais referem que, nesse preciso ano de 1488, D. João II mandou guarnecer todas as cidades, vilas e castelos do Reino:

“Estando el Rey em muyta paz, e amizade com os Reys de Castella, como muyto prudente Príncipe fazia sempre, e ordenaua suas cousas antes de auer necessidade dellas. E no começo do anno de mil e quatrocentos e oitenta e oito, com muyto cuidado, e diligencia mandou prouer, fortalecer, e repartir totalas Cidades, Villas, e Castellos dos estremos

⁴⁹ Nomeadamente Margarida de Magalhães Ramalho, “A torre de Cascais. Uma perspectiva arqueológica”, 69; idem, “A Barra do Tejo e a defesa de Lisboa”, 71; idem, *Fortificações Marítimas*, 25; idem, “A defesa de Cascais”, 36; idem, “A defesa de Cascais. Do castelo medieval à construção da Cidadela”, 640. Todavia, em 2001, a investigadora também chegou a admitir que a torre havia sido mandada levantar em 1488, sendo que apenas seis anos mais tarde teriam começado as obras (cf. Margarida de Magalhães Ramalho, “As fortificações marítimas do porto”, 28).

⁵⁰ Trata-se de um mito a ideia de que foram os ataques específicos de João Bretão (ocorridos entre 23 de Setembro de 1484, ou até mesmo antes, e finais desse mês) e a sua presença em Cascais que levaram D. João II a mandar construir a torre de Cascais. Depois das peripécias de João Bretão – corsário que chegou a estar ao serviço de D. João II – ocorreram outros ataques corsários, documentados pelo menos até 1489, e a verdade é que a construção da torre, efectivamente, só terá começado a ganhar forma dez anos depois das investidas do corsário. Não teriam sido especificamente as ocorrências de Setembro de 1484 que ditaram a construção da mesma, mas talvez todo um conjunto de ataques ocorridos naquela área ao longo da década de 1480 e que revelaram a vulnerabilidade da navegação e evidentes fragilidades defensivas locais, parecendo mesmo haver uma estratégia bem definida por parte dos corsários franceses que actuavam nas imediações e em ligação com Lisboa. Para um apanhado documentado e problematização dos ataques corsários em Cascais no reinado de D. João II, cf. Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 170-174 e 201-205.

⁵¹ Rui de Pina, *Crónica de D. João II* (Lisboa: Publicações Alfa, 1989), XXX, 61-62.

de seus Reynos, assi no reparo, e defensam dos baluartes, cauas, muros, e torres, como em artilharias, poluora, salitre, armas, almazens, e todallas outras cousas necessarias”⁵².

Contudo, não há a certeza de que a torre de Cascais tenha começado a ser construída neste ano, embora a ideia do monarca possa ter sido coeva. Esta fortificação e a sua construção só surgem referidas por Garcia de Resende no cap. CLXXXI da sua *Crónica de D. João II e Miscelânea*, o qual corresponderá a eventos ocorridos em 1494, ainda que se saiba que alguns acontecimentos tenham ocorrido antes⁵³:

“E assi mandou fazer entam a torre de Cascaes com sua caua, com tanta e tam grossa artilharia, que defendia o porto; e assi outra torre, e baluarte de Caparica defronte de Belém, em que estaua muyta e grande artilharia, e tinha ordenado de fazer hua forte fortaleza, onde ora está a fermosa torre de Belem, que el Rey dom Manoel, que santa gloria haja, mandou fazer, pera que a fortaleza de hua parte, e a torre da outra tolhessem a entrada do rio”⁵⁴.

De facto, 1494 é a data mais apontada pelos investigadores para o início da construção da torre de Cascais⁵⁵, embora também se lhe aponte um período de tempo entre 1490-1495⁵⁶. Depois de ter estudado o assunto, Pedro de Aboim Inglez Cid, embora salientando que o trecho de Garcia de Resende sobre as fortificações é o que se segue à descrição da experiência de artilharia feita em caravelas (Setúbal) e que “o critério de agrupar assuntos conexos num único capítulo não implica que o exposto tenha ocorrido estritamente na mesma época”, é levado a admitir que das fortificações referidas por Garcia de Resende apenas a construção da

⁵² Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, LXX, 102-103. Neste mesmo ano, o monarca mandou construir a cava e grande torre de Olivença, facto que “aos Reys de Castella pesou” pois “em tempo de tanta paz, tanta amizade”, como então havia, não se justificava que de uma ou de outra parte se tomassem acções que indicassem um desconcerto ou uma possível guerra entre os dois Reinos (Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, LXX, 102-103; Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, XXX, 61-62). Numa carta de quitação de 23 de Agosto de 1499 dirigida a Gomes Costa, escudeiro e aposentador de D. Jorge, sobrinho de D. Manuel, é referido o que recebeu em dinheiro e ferramentas para se levar a cabo a reparação das fortalezas Entre Tejo e Guadiana ainda no reinado de D. João II (*Portugaliae Monumenta Africana* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. II, 1995), 486).

⁵³ A construção da torre da Caparica teria tido início em 1481-1482 e a grande nau para defesa do Tejo, que Garcia de Resende aborda no mesmo capítulo, já existia pelo menos desde a primeira metade do reinado joanino (cf. Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 160-161 e 281-283; Nuno José Varela Rubim, *A Defesa Costeira*, 46; Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 205).

⁵⁴ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, CLXXXI, 256.

⁵⁵ Entre os investigadores mais antigos, cf. Afonso do Paço e Fausto J. A. de Figueiredo, “Esboço Arqueológico do Concelho de Cascais”, *Boletim do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães* (n.º 1, 1943), 19; Manuel Acácio Pereira Lourenço, *As Fortalezas da Costa Marítima de Cascais* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1964), 11; idem, “História de Cascais e do seu Concelho”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 262, 1969) 19; Ferreira de Andrade (dir.), *Monografia de Cascais* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1969), 258; Carlos Pereira Callixto, “A Praça de Cascais e as Fortificações suas dependentes”, 329.

⁵⁶ A. H. de Oliveira Marques, “Cascais”, in *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII-XV)*. I vol., org. A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa 1990), 48; Luís Miguel Duarte, “1449-1495: o Triunfo da Pólvora”, in *Nova História Militar de Portugal*. I Vol., dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, coord. José Mattoso (Lisboa: Círculo de Leitores, 2003), 370.

torre de Cascais terá sido coeva dos testes balísticos ordenados por D. João II, ou seja, 1494⁵⁷. Recentemente, Joaquim Boiça referiu mesmo que, pese embora se tenha mandado erguer a torre em 1488, as obras só teriam avançado em 1494⁵⁸.

Se não sabemos em concreto a data do início da sua construção, a verdade é que também não sabemos quando é que a torre ficou terminada. Durante algum tempo pensou-se que a sua construção se teria prolongado no tempo, até 1505⁵⁹, visto que existe um documento deste ano que ainda alude às obras de uma torre em Cascais⁶⁰. Porém, a descoberta de moedas dentro da fortaleza de Nossa Senhora da Luz tem levado recentemente a pensar-se noutra cronologia, ainda que de forma confusa. Junto aos alicerces da torre quatrocentista foram descobertos quatro ceitis enquadáveis nos reinados de D. Afonso V e D. João II, sendo que um dos exemplares é referido como sendo “datável de 1485”⁶¹. Excluindo desde logo estes exemplares apontados como possíveis indicadores temporais, uma vez que se reportam a cronologias anteriores aos dados referidos por Garcia de Resende e porque a inclusão da data em moedas portuguesas é muito posterior a 1485, não sendo referido o argumento/elemento que leva a pensar que a moeda possa remontar a esse ano, há que pensar num tempo posterior.

Mais recentemente, em 2011 e 2013, Margarida de Magalhães Ramalho, investigadora que mais tempo tem dedicado ao estudo desta torre, partindo da ideia de que a sua construção terá arrancado em 1488, acrescentou que terá ocorrido até 1498. Para fundamentar a última data apontada a investigadora refere duas moedas deste período⁶² encontradas na última escavação arqueológica realizada no interior da fortaleza de Nossa Senhora da Luz (2005), a qual veio posteriormente a envolver a estrutura joanina. Todavia, esta referência às moedas de 1498 trata-se de uma imprecisão⁶³, e que tem induzido em erro, isto porque a primeira moeda portuguesa com data expressa de emissão no Reino surge apenas no reinado de D. Sebastião, sendo o “engenhoso” (1562)⁶⁴.

Em todo o caso, se fizermos um paralelo com o tempo de construção da torre de S. Sebastião de Caparica (“irmã mais velha” da torre de Cascais), a qual terá começado a ser construída em 1481 ou 1482 e que, por volta de 1485, poderia já ter a fase principal de obras finalizada⁶⁵, bem

⁵⁷ Cf. Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 160 e 167 (n. 77). Como datas alternativas para os testes balísticos de Setúbal, o investigador aponta o Verão de 1484 ou o Outono de 1488 (cf. Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 149 e n. 16).

⁵⁸ Joaquim M. F. Boiça, “Cascais no sistema defensivo do porto de Lisboa”, 30.

⁵⁹ Margarida de Magalhães Ramalho, “As fortificações marítimas do porto”, 28.

⁶⁰ Vide infra, n. 68.

⁶¹ Nuno Neto *et al.*, “Intervenção arqueológica na Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (Cascais). Contribuições para a sua análise evolutiva e estrutural”, *Património. Estudos* (Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, vol. 10, 2007) 187.

⁶² “Como o comprovam duas moedas deste período encontradas na última escavação realizada, em 2005 [...]”. Cf. Margarida de Magalhães Ramalho, “A defesa de Cascais”, 36 e 45 (n. 11); *idem*, “A defesa de Cascais. Do castelo medieval à construção da Cidadela”, 640 e 644 (n. 7). No documentário sobre a torre de Cascais a cronologia de construção apontada é a mesma (1488-1498).

⁶³ Estranha-se, ainda, que Margarida de Magalhães Ramalho, nos seus dois últimos estudos referidos, não cite o estudo de 2007 resultante dos trabalhos arqueológicos levados a cabo na fortaleza de Nossa Senhora da Luz entre Outubro de 2004 e Abril de 2005, o qual não apresenta qualquer referência a supostas moedas de 1498 ou a outras do reinado de D. Manuel I, sendo este um estudo em que a própria investigadora participou como co-autora (vide supra, n. 61).

⁶⁴ No entanto, o conhecido “bazaruco” de 1532, moeda indo-portuguesa, parece ser o exemplar mais antigo da numismática portuguesa que ostenta data. Cf. J. Fronteira, “Um «soldo» de D. João III?”, *NVMMS. Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática* (Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, vol. IV, n.º 13-14, 1956-1957), 130-131.

⁶⁵ Vide supra, n. 3.

como com a torre de Belém, cuja construção terá decorrido entre 1514 e 1519⁶⁶, poderemos pensar numa cronologia de construção da torre de Cascais que ande à volta dos quatro anos (ou pouco mais). Tendo as obras muito provavelmente arrancado em 1494, por volta de 1498 ou 1499 a torre poderia já ter alguma ocupação, ainda que pudesse não estar totalmente finalizada.

Estas questões poderiam, eventualmente, ser resolvidas ou, pelo menos, melhor entendidas caso obtivéssemos dados sobre as nomeações dos primeiros oficiais que serviram na torre. Na *Chancelaria de D. João II* não conseguimos apurar qualquer dado nesse sentido, o que, à partida, poderá ajudar a reforçar a hipótese de que a construção da torre só terá entrado em actividade nos finais do reinado do monarca e acabado no seguinte. De facto, é a partir do reinado de D. Manuel I que surgem informações sobre os oficiais bombardeiros que serviram na torre de Cascais.

De momento, temos um documento que nos permite remontar a operacionalidade da torre a 1500. Por carta de 27 de Setembro deste ano, João Franco viu aumentado o seu mantimento anual para 15.000 reais em dinheiro e um moio e meio de trigo enquanto servisse como bombardeiro na torre da vila, “asy como ho ham os outros nossos bombardeiros e o avia mestre Paullo que na dita villa vijuya e se ora foy della”⁶⁷. Muito embora estivesse operacional em 1500, sabemos que em Agosto de 1505, conforme revela a síntese explicativa do conteúdo de um documento deste ano dada a conhecer por Jaime D’Oliveira Lobo e Silva, fora lançado um imposto a algumas povoações situadas a Norte de Cascais para que contribuíssem nas despesas das obras de fortificação daquela vila e onde se incluía uma torre:

“[A] 12 de Agosto, ... Pero Annes, homem das obras que El Rei tem em Cascais, apresenta à Câmara um regimento pelo qual o Rei ordena que os moradores das Vilas de Colares, Cheleiros, Mafra, Ericeira e reguengo da Carvoeira, concorram para as ditas obras, que, segundo parece, constavam de uma torre, muralhas e outras construções de fortificação”⁶⁸.

Esta informação é bastante importante não só porque deixa compreender que em 1505 a torre estava, possivelmente, em reparação, mas também porque mostra que estavam em curso outras construções militares. Pode parecer estranho que num curto espaço de tempo após a sua edificação, ou, pelo menos, quando já estava em funcionamento, a torre de Cascais voltasse a estar em obras, mas é preciso ter em conta um ou mais possíveis violentos tremores de terra ocorridos entre 1504 e 1505⁶⁹ que terão danificado as suas estruturas⁷⁰, daí que devessem ter surgido obras de

⁶⁶ Vide supra, n. 4.

⁶⁷ Com efeito, João Franco haveria de receber 1.250 reais por mês no Armazém da Guiné, cessando o pagamento dos 1.170 reais de soldo que por essa altura recebia. Quanto ao moio e meio de trigo receberia em cada ano com base na fazenda régia (ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, lv. 13, fl. 49v (em anexo). No entanto, por carta de 4 de Janeiro de 1501, o pagamento a João Franco passou a ser feito no almoxarifado de Sintra com base nas sisas de Cascais (ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, lv. 19, fl. 40v (em anexo)).

⁶⁸ Jaime D’Oliveira Lobo e Silva, *Anais da Vila da Ericeira. Registo Cronológico de Acontecimentos referentes à mesma Vila, desde 1229 até 1943* (3.ª ed., Mafra: Câmara Municipal de Mafra, 2002), 24.

⁶⁹ Outro sismo terá ocorrido em 1500 (cf. Marisa Costa e João F. B. D. Fonseca, “Sismicidade histórica em Portugal no período medieval”, *Sísmica 2007 – 7.º Congresso de Sismologia e Engenharia Sísmica* (Porto: 2007), 6). Sobre os sismos de 1504-1505, cf. M. de La Clede, *Histoire Generale de Portugal* (Paris: Chez Guillaume Cavelier, t. I, 1735), 578; Victor João de Sousa Moreira, *Sismicidade Histórica de Portugal Continental*. Sep. da *Revista do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica* (Lisboa: 1984), 15; Luís Mendes Victor, “A sismologia e a dinâmica planetária”, *Prevenção e Protecção das Construções contra Riscos Sísmicos* (Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2005), 27 e 29-30; Marisa Costa e João F. B. D. Fonseca, “Sismicidade Histórica”, 6.

⁷⁰ Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 193-194.

reparação⁷¹. Para além disso, é muito provável que também se estivesse a proceder à reparação da muralha da vila, a qual teria sido igualmente afectada pelos sismos⁷². Aliás, o documento de 1505 também revela que, em “tempos antigos, sempre estes Povos [das Vilas de Colares, Cheleiros, Mafra, Ericeira e reguengo da Carvoeira] concorreram para as obras dos muros de Cascais”⁷³, naquilo que seria uma alusão à muralha da vila (geralmente chamada castelo).

É possível, no entanto, que com o decorrer dessas intervenções de reparação da torre tenham ocorrido igualmente ampliações na estrutura. Manuel A. P. Lourenço – sem aduzir provas – refere que “em 1507, subsistindo a ameaça dos piratas, D. Manuel mandou construir a fortaleza de Peniche e ampliar a Torre de Cascais”⁷⁴. Anos mais tarde, o mesmo investigador refere que durante o reinado de D. Manuel “fizeram-se importantes obras na Torre, sem, contudo, se poder determinar precisamente qual a sua extensão”⁷⁵.

De acordo com Margarida de Magalhães Ramalho, as escavações realizadas entre 1987 e 1993 revelaram “que a cintura defensiva foi por diversas vezes objecto de intervenção não se verificando no conjunto uma homogeneidade construtiva”⁷⁶. Mais recentemente, os trabalhos arqueológicos realizados entre Outubro de 2004 e Abril de 2005 no interior da fortaleza de Nossa Senhora da Luz revelaram de forma mais pormenorizada que foram feitas outras obras de ampliação durante a vida útil da torre⁷⁷. Embora se desconheça a data de tais ampliações, é possível que a destruição causada pelos sismos de 1504-1505 tenha levado, não apenas a obras de reparação, mas também à ampliação da torre nessa altura⁷⁸.

Outro aspecto importante a ter em conta quando pensamos em obras de intervenção na torre de Cascais diz respeito à sujeição à violência do mar, sobretudo no alçado Sul. Conforme referiu Margarida de Magalhães Ramalho, esta área estava bastante exposta à fúria do mar, nomeadamente de Inverno, daí que surgissem obras de reparação⁷⁹.

Por outro documento, desta vez de 31 de Janeiro de 1508, fica-se a saber de uma ordem dada para que os juizes das vilas de Colares, Cheleiros, Mafra e Ericeira fornecessem uma relação de todos os moradores das suas vilas para que fossem colectados 35 réis a cada um, isto “para as despesas das obras dos muros de Cascais”⁸⁰. Contudo, o procurador do concelho da Ericeira contrariou tal diligência, alegando que aquela vila já havia pago tal imposição em

⁷¹ Esta hipótese surgiu do seguimento da pista deixada por Manuel A. P. Lourenço de que os sismos deverão ter atingido duramente Cascais (cf. Manuel A. P. Lourenço, “História de Cascais e do seu Concelho”, *A Nossa Terra* (n.º 128, 1956) 2 e 7).

⁷² Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 194.

⁷³ Jaime D’Oliveira Lobo e Silva, *Anais da Vila da Ericeira*, 135.

⁷⁴ Manuel A. P. Lourenço, “História de Cascais e do seu Concelho”, *A Nossa Terra* (n.º 135, 1957), 4.

⁷⁵ M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais”, *Jornal da Costa do Sol* (n.º 53, 1965), 16.

⁷⁶ Cf. Margarida de Magalhães Ramalho, “As fortificações marítimas do porto”, 28. Mais recentemente, a mesma investigadora referiu que as intervenções arqueológicas demonstraram que a torre havia sido reforçada com a construção de “trincheiras e, eventualmente, com linhas de fuzilaria, cujos vestígios foram encontrados durante uma campanha de escavação no interior da fortaleza de Nossa Senhora da Luz” (cf. Margarida de Magalhães Ramalho, *Fortificações Marítimas*, 25-26).

⁷⁷ Cf. Nuno Neto *et al.*, “Intervenção arqueológica na Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (Cascais)”, 185-197; Margarida de Magalhães Ramalho, “A defesa de Cascais”, 37; *idem*, “A defesa de Cascais. Do castelo medieval à construção da Cidadela”, 640-641.

⁷⁸ Marco Oliveira Borges, “O Porto de Cascais”, 193-194.

⁷⁹ Margarida de Magalhães Ramalho, “As fortificações marítimas do porto”, 28.

⁸⁰ Jaime D’Oliveira Lobo e Silva, *Anais da Vila da Ericeira*, 26-27.

1505. Assim, em nome do rei, requeria que o juiz local não cumprisse tal mandado. O problema ainda deu que falar, não se sabendo exactamente qual o seu desfecho.

Não sabemos se as obras dos “muros de Cascais” referidas diziam respeito a obras relacionadas com a estrutura da torre. Também não sabemos se as obras de 1505 se haviam prolongado até 1508, embora não seja de crer. Talvez pela sujeição à destruição provocada pelo mar, sobretudo durante o Inverno, tenham surgido obras de reparação da estrutura Sul da torre. Todavia, também é possível que as obras tivessem a ver com a reparação ou reforço da muralha da vila, as quais poderão ter começado mais tardiamente do que se pretendia. Talvez esta última hipótese seja mais plausível, fosse qual fosse o motivo para tais obras.

Outros sismos afectaram Lisboa em 1512⁸¹, 12 de Março de 1528⁸² e 26 de Janeiro de 1531⁸³. Neste último ano, com várias ocorrências, terá mesmo sucedido um *tsunami*. Portanto, temos mais desastres naturais ocorridos num curto espaço de tempo que poderão ter provocado danos nos edifícios de Cascais e arredores. Consequentemente, poderão ter sucedido novas obras de recuperação da torre e muralha da vila de Cascais.



Figura 6 – Pormenor dos cunhais de cantaria que delimitavam a face Norte da torre de Cascais (foto: Marco Oliveira Borges).

⁸¹ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, 371; Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 207 (n. 28).

⁸² BNP, *Cód. Alc.*, n.º 63, 148-149; Marisa Costa e João F. B. D. Fonseca, “Sismicidade histórica”, 6.

⁸³ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, 379-380; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa* (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, vol. VII, 1962), 67, doc. 64; Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa* (Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, vol. II, 1941), 191-192; Luís Mendes Victor, “A sismologia e a dinâmica planetária”, 33; Rogério Bordalo da Rocha e José Carlos Kullberg, *A Geologia na Toponímia e na História da Cidade de Lisboa*. Sep. das 4.ªs Jornadas de Toponímia de Lisboa. Lisboa, 9-11 Maio 2001 (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2004), 2 e 25 (n. 3); Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 207 (n. 28).



Figura 7 – Outro pormenor dos cunhais de cantaria que delimitavam a face Norte da torre de Cascais (foto: Marco Oliveira Borges).



Figura 8 – Duas troneiras abertas no alçado Poente da torre de Cascais (foto: Marco Oliveira Borges).



Figura 9 – Pormenor do alçado Sudoeste exterior da torre de Cascais (foto: Marco Oliveira Borges).

Poucas décadas depois, com os avanços da artilharia e da engenharia militar, a capacidade defensiva da torre de Cascais perdeu importância. Neste sentido, a velha torre viria a ser abaluartada, dando origem a uma fortaleza de planta triangular que viria a ter invocação a Nossa de Senhora da Luz. Todavia, também não é possível definir o momento exacto em que se iniciou a construção desta fortaleza e quando ficou terminada, havendo contradições nas fontes e diferentes teorias historiográficas para as ocorrências⁸⁴.

Em todo o caso, para além da fixação da cronologia de construção da torre de Cascais e da data em que deu lugar à fortaleza de Nossa Senhora da Luz, importa-nos tentar compreender a massa humana que serviu naquela torre tardo-medieval. Mais acima já havíamos referido a existência de uma carta de 27 de Setembro de 1500, a qual revela que, anteriormente a esse dia, mestre Paulo havia servido como bombardeiro na torre de Cascais. O documento é outorgado a João Franco, destacado nesse dia para substituir o anterior bombardeiro⁸⁵. Embora no dito documento seja referido um aumento de ordenado (de 1.170 reais mensais para 1.250) a João Franco e, conseqüentemente, isso pudesse sugerir que o bombardeiro já ali estivesse destacado em dia anterior à outorga do documento, parece-nos que esse aumento ter-se-á devido precisamente a essa deslocação de posto para a torre de Cascais para substituir mestre Paulo.

Por quantos oficiais era composta a guarnição desta torre? Quais os outros homens de armas para além dos bombardeiros? Qual a hierarquia de comando? Manuel A. P. Lourenço, em 1965, afirmava que a guarnição da torre “deveria ser muito reduzida, confinando-se aos

⁸⁴ Teremos oportunidade de contribuir para este assunto num outro local.

⁸⁵ Vide *supra*, n. 67.

bombardeiros e seus serventes. Em caso de alarme, os milicianos, ou ordenanças, da vila e arredores, prestariam o seu concurso”⁸⁶. Pedro de Aboim Inglez Cid, baseado na leitura de um documento de 1533 que alude ao pagamento do ordenado “ao bombardeiro que está na torre de Casquaes”⁸⁷, subentende que “um único oficial deteria então esse posto”⁸⁸.

Vejamos agora, mediante a leitura e estudo dos documentos relativos ao pagamento do ordenado dos bombardeiros ou mestres bombardeiros (1500, 1501 e 1525) que serviram na torre de Cascais, e que publicamos neste estudo (em anexo), quais os dados que se conseguem extrair para tentar responder às questões atrás colocadas.

No primeiro documento alusivo ao pagamento de um dos bombardeiros, o tal de 27 de Setembro de 1500, é referido que João Franco passaria a receber o seu mantimento mensal no Armazém da Guiné assim “como ho ham os outros nossos bombardeiros e o avia mestre Paulo que na dita villa [de Cascais] vijuya e se ora foy della”⁸⁹. Embora se verifique esta alusão explícita aos “outros nossos bombardeiros”, a mesma não se reportaria a bombardeiros da torre de Cascais, mas sim a outros que estavam ao serviço do rei destacados noutros locais. Assim sendo, resta-nos somente a singular alusão a mestre Paulo como anterior oficial, o que indicia que seria mesmo apenas um bombardeiro a servir na torre de Cascais.

O documento posterior, com data de 4 de Janeiro de 1501, pouco mais revela que o primeiro. Acrescenta unicamente a mudança do local de pagamento do mantimento a João Franco, passando este a receber a sua mensalidade no almoxarifado de Sintra com base nas sisas de Cascais, algo que também ocorreu anteriormente com os bombardeiros destacados noutros locais e com o próprio mestre Paulo⁹⁰. Todavia, contrariamente ao documento precedente, neste já não se diz que mestre Paulo “que na dita villa vijuya e se ora”⁹¹ foy della”, apenas que ali vivia e se “foy della”. Portanto, a expressão “ora”, no contexto do documento de 1500, ajuda a perceber que João Franco havia sido destacado para substituir mestre Paulo nessa precisa altura.

Por sua vez, os dois documentos de 1525, alusivos a mestre Simão, “bombardeyro da torre dell Rey nosso Senhor em a djta vjlja” de “Quasquaes”, ainda são mais lacónicos. Limitam-se a confirmar a presença do mesmo bombardeiro na torre de Cascais, isto para o ano de 1524, e o conseqüente pagamento de um mantimento anual de 15.000 reais no almoxarifado de Sintra sem qualquer alusão a outros bombardeiros⁹².

À primeira vista, parece ser insignificante a existência de apenas um bombardeiro fixo na torre de Cascais, isto quando aquela estrutura estava dotada de várias bombardeiras destinadas à colocação e ao disparo de peças de artilharia e quando a produção e combinação

⁸⁶ M. A. Pereira Lourenço, “O Revelim da Cidadela e a Torre de Cascais II”, 10.

⁸⁷ O qual também recebia 15.000 reais de ordenado (cf. Anselmo Braamcamp Freire, “Os Cadernos dos Assentamentos”, *Archivo Historico Portuguez* (vol. X, 1916), 136).

⁸⁸ Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 170 (n. 84).

⁸⁹ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, lv. 13, fl. 49v (em anexo).

⁹⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, lv. 19, fl. 40v (em anexo).

⁹¹ O itálico é nosso.

⁹² ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. II, mc. 123, n.º 92 (em anexo). Refira-se, ainda, uma breve alusão que João Pedro Vaz faz a uma moneta de vela velha que fora entregue ao bombardeiro de serviço na torre de Cascais, isto para “enxugar a pollvora na dita torre”, algures na primeira metade do século XVI (cf. João Pedro Vaz, *Pesca de Naufrágios. As Recuperações Marítimas e Subaquáticas na Época da Expansão* (Lisboa: Tribuna da História, 2005), 57 e 144 (n. 132-133)). O investigador cita Leonor Freire Costa, *Naus e Galeões na Ribeira de Lisboa. A Construção Naval no Século XVI para a Rota do Cabo* (Cascais: Patrimonia, 1997, 295), porém, durante a leitura desta última obra não conseguimos identificar a alusão ao bombardeiro da torre de Cascais.

dos materiais para o disparo, colocação dos pelouros, sua orientação, entre outros passos necessários e tarefas importantes para a defesa da própria fortificação, requeriam mais homens de armas ou auxiliares.

Sabe-se que a guarnição da torre de Belém, em 1537, era formada por um condestável, cinco bombardeiros e dez homens de armas do alcaide-mor da fortaleza⁹³. Neste sentido, poder-se-ia pensar que a torre de Cascais tivesse um número aproximado de bombardeiros a servir em simultâneo e outros homens de armas, mas a verdade é que assim não acontece. Para além disso, e pelo menos até ao momento, não se conhece alguma referência a um condestável destacado na torre de Cascais quando é sabido que esse oficial comandava e instruía grupos de bombardeiros, tanto em terra como no mar⁹⁴. Também não conhecemos qualquer referência a um alcaide, pelo que não sabemos qual a hierarquia de comando presente na torre de Cascais⁹⁵.

Em todo o caso, tudo parece indicar que, de facto, apenas um bombardeiro estaria destacado na torre de Cascais, tal como parece ter acontecido em Tavira⁹⁶, ainda que as próprias referências aos mestres bombardeiros da dita torre pudessem sugerir a eventual existência de uma hierarquia de comando e, por conseguinte, de outros bombardeiros com ordenação mais baixa. Portanto, sem superar o total de um indivíduo, estamos um pouco distantes dos efectivos conhecidos para a torre de Belém e, ainda mais, do caso dos bombardeiros destacados nas fortalezas do Oriente onde a necessidade era maior⁹⁷. Seja como for, teriam de haver outros homens de armas a servir na torre de Cascais e serventes do bombardeiro que ali estava destacado.

⁹³ Todos com o ordenado de 15.000 reais, à excepção do condestável, que receberia 20.000 (cf. Anselmo Braamcamp Freire “Os Cadernos dos Assentamentos”, 145; João Cordeiro Pereira, “Portos do Mar (de Caminha ao Guadiana)”, 66 (n. 330); Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 170, (n. 84)).

⁹⁴ Francisco Contento Domingues, “Bombardeiro”, in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. I vol., 138.

⁹⁵ Ainda que Andreia Martins de Carvalho, seguindo Garcia de Resende, refira que D. João II deu a capitania das torres de Cascais e baluarte da Caparica a Álvaro Cunha, seu estribeiro-mor, da leitura do trecho da *Crónica de D. João II e Miscelânea* constata-se que apenas se alude a essas funções para a fortaleza que o monarca havia projectado para Belém, mas como o rei logo faleceu não houve tempo para se fazer a dita obra (cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, CLXXXI, 256; Andreia Martins de Carvalho, “Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1529-1538)” (Diss. Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2006), 25 (n. 34)). Se para a torre de Belém existem documentos dos reinados de D. Manuel I e D. João III que aludem à capitania e à sua alcaidaria (cf. Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 222, n. 55), para o caso de Cascais a posição mais elevada que surge é a de mestre bombardeiro. Em 1521, Gaspar de Paiva foi nomeado como primeiro alcaide e capitão-mor da torre de Belém embora já ocupasse a fortaleza desde 1519 (Reynaldo dos Santos, *A Torre de Belém*, 9 e 44-46). Pior situação ocorre para o caso da torre velha da Caparica, não se sabendo qualquer nome de um dos seus comandantes ou soldados até ao segundo século da sua existência (Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 222 (n. 55)).

⁹⁶ Por um alvará de 1557, Duarte Lopes, bombardeiro em Arzila, recebeu indicações para ocupar o cargo de bombardeiro de Tavira, cargo esse que havia vagado com a morte de Lourenço Marques (ANTT, *Chancelaria de D. João III*, lv, 5, fls. 111-111v. Servimo-nos da transcrição do documento gentilmente cedida por Tiago Machado de Castro). Porém, a 29 de Abril de 1563, devido à insegurança costeira provocada pelos piratas mouros, houve ordens para que o número de bombardeiros em Tavira aumentasse para dez (cf. Alberto Iria, *Descobrimentos Portugueses. O Algarve e os Descobrimentos* (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, vol. II, t. I, 1988), 46). Não sabemos, contudo, se antes dessa data o número de bombardeiros já seria superior ao registado em 1557. Para além disso, devido ao facto da referência informativa de que nos servimos ser apenas uma breve passagem documental sumariada, não sabemos se os dez bombardeiros ficariam fixos numa fortaleza ou se, por outro lado, também poderiam ser destacados para alguma armada de patrulha costeira visto que o problema presente tinha a ver com os piratas mouros.

⁹⁷ Numa carta de 21 de Novembro de 1545, o condestável-mor da Índia revela o número de bombardeiros destacados nas seguintes fortalezas: Ormuz (20), Diu (20), Baçaim (12), Malaca (10), Maluco (7), Chaúl (6), Cananor (6),

Quanto à origem dos bombardeiros mencionados, apenas um documento revela o suposto local de proveniência de um deles. Todavia, sabe-se que estes homens de armas eram, na sua grande maioria, oriundos do Norte da Europa (Alemanha, Flandres⁹⁸ e até mesmo da França). Veja-se, como exemplo, que o mestre bombardeiro da torre de Cascais que ali estava destacado desde 1524 – pelo menos – era “Simam de Parys”⁹⁹. O próprio apelido de João Franco (1500-1501), outro dos bombardeiros referidos, indicia uma possível origem francesa deste homem. Para além destes bombardeiros e daquele que servia na torre de Cascais em 1533, temos ainda a referência a Sebastião Vicente, embora já para o século XVII¹⁰⁰, num outro contexto fortificado.

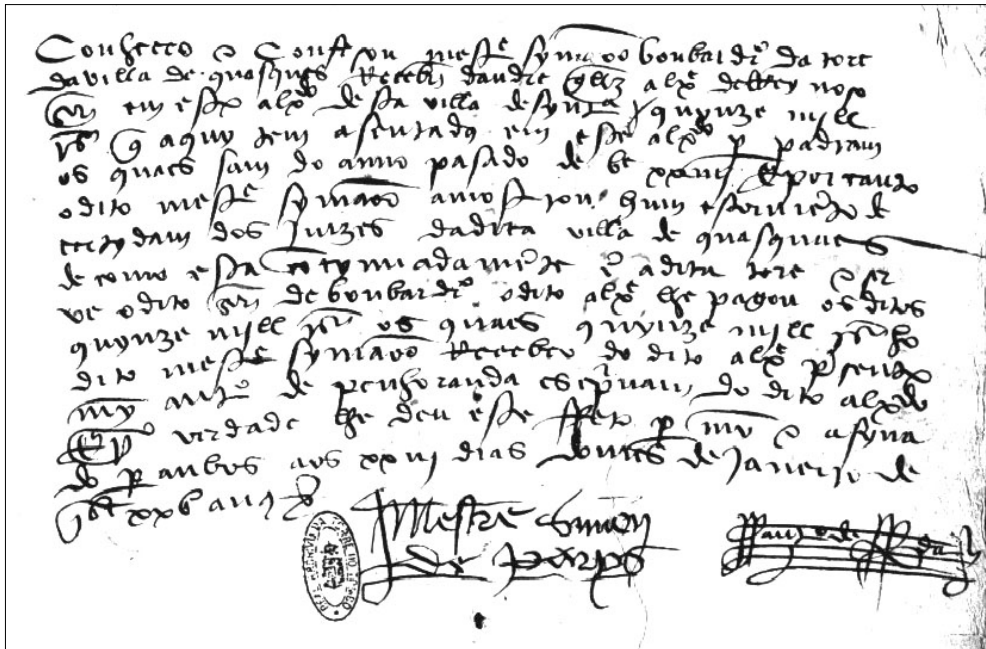


Figura 10 – Conhecimento em que se declara que mestre Simão, bombardeiro da torre de Cascais, recebeu 15.000 reais por servir na dita vila em 1524 (© Arquivo Nacional Torre do Tombo).

Chale (5), Cochim (5), Coulão (5), Cranganor (2) (cf. Fernando Gomes Pedrosa, *Algumas Prováveis Inovações de Origem Portuguesa das Técnicas e Táticas Navais durante a Expansão Marítima* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2002), 41).

⁹⁸ Para uma visão aprofundada das funções, privilégios e origens dos bombardeiros em Portugal, cf. Tiago Machado de Castro, “Bombardeiros na Índia. Os Homens e as Artes da artilharia Portuguesa (1498-1557)” (Diss. Mestrado, Universidade de Lisboa, 2011), 15-37.

⁹⁹ ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. II, mc. 123, n.º 92 (em anexo).

¹⁰⁰ Fr. Jeronymo de Belem, *Chronica Serafica*, 524.

Conclusão

A reorganização dos dados conhecidos e a inclusão de outros inéditos tem permitido repensar a problemática em torno da construção da torre de Cascais, bem como outros assuntos imprecisos e controversos que vinham sendo apresentados como garantidos. Destaque para o caso de Manuel A. P. Lourenço, primeiro investigador que estudou a fortaleza de Nossa Senhora da Luz e a torre de Cascais, mas que acabou por ser esquecido com o tempo, recaindo unicamente a favor de Margarida de Magalhães Ramalho o reconhecimento do estudo e descoberta do interior destas fortificações. Espera-se que, num futuro próximo, esta situação possa ser devidamente rectificadada perante o público em geral.

Em relação à construção da torre de Cascais, a teorização ensaiada levou-nos a fortalecer a hipótese de que o arranque terá sido em 1494, que em 1500, ou um pouco antes, terá iniciado o seu efectivo funcionamento e que, tendo sofrido com os tremores de terra que terão ocorrido entre 1504-1505, iniciaram-se obras de reparação neste último ano. É provável que, por essa altura, D. Manuel tenha igualmente ordenado a ampliação da torre. Os posteriores sismos do século XVI poderão ter levado igualmente a intervenções de recuperação e a ampliações na torre.

O outro ponto de destaque, muito pouco conhecido até ao momento, é o tema dos bombardeiros¹⁰¹. De momento, a documentação permite-nos remontar a presença de bombardeiros nesta torre ao ano de 1500, conforme vimos para os casos de mestre Paulo e de João Franco, se bem que seja muito provável que o primeiro bombardeiro estivesse fixo nessa fortificação desde 1499 ou até mesmo desde 1498. Embora não seja indicado o tempo de serviço de mestre Paulo, a alusão mais antiga que surge na documentação é a esse mesmo bombardeiro, não havendo qualquer outra memória de referência a um indivíduo com o mesmo ofício de armas.

Terá sido mestre Paulo o primeiro bombardeiro da torre de Cascais? É muito provável que sim. Porém, só o aparecimento de novos documentos poderá ajudar a resolver esta questão. Em todo o caso, não oferece dúvida de que foi a partida de mestre Paulo que abriu lugar a João Franco como bombardeiro da torre de Cascais, possivelmente o segundo homem a ser destacado naquele posto e lugar.

Cabe agora reunir esforços para tentar compreender melhor a massa humana, os efectivos militares que serviram nesta torre e a sua própria organização hierárquica, algo que requer, particularmente, um trabalho de investigação orientado para a consulta dos documentos presentes nos livros de chancelaria régia contidos no Arquivo Nacional Torre do Tombo. O estudo da documentação relativa às povoações situadas a Norte de Cascais (Colares, Cheleiros, Mafra, Ericeira e etc.), e que concorriam para as obras de fortificação das estruturas defensivas daquela vila, também poderá vir a revelar dados importantes. É possível, igualmente, que no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Cascais exista documentação que possa trazer novas luzes aos assuntos aqui tratados. Ademais, serão sempre enriquecedores os paralelos possíveis de se estabelecer com os oficiais e guarnições de outras torres, até de outras realidades geográficas mais vastas. Espera-se, igualmente, que um dia a Arqueologia possa vir a fornecer mais indicações sobre a torre de Cascais.

¹⁰¹ De forma documentada, e na problemática relacionada com a torre de Cascais, apenas conhecemos a indicação de Pedro de Aboim Inglez Cid, *A Torre de S. Sebastião*, 170 (n. 84), aludindo a mestre Simão.

Anexos documentais¹⁰²**Doc. 1 - 1443, Novembro 6. Leiria. Rei, por D. Pedro (Regente), Lourenço de Guimarães (escrivão). Registo de carta régia em que os besteiros do conto da vila de Cascais são impedidos de servir noutra parte, excepto por mandado régio.****ANNT, Chancelaria de D. Afonso V, lv. 25, fl. 62v.**

Dom Afonso cetera a quantos esta carta virem fazemos saber que consijrando nos como a villa de cascaes e seu termo esta na costa do mar em logar a que ueem mujtos naujos asy de nossos jmijgos como d'outras partes de que poderiam receber maa companhia sse a jente della fosse fora da terra acordamos por nosso seruiço de nom hirem daqui en diante serujr a nenhuña parte os nossos beesteiros do conto d<e> hi saluo per nosso especial mandado e porem mandamos ao nosso anadell moor e a todo-llos corregedores juizes e justiça de nossos Regnno e a outros quaaesquer que esto ouuerem de ueer que o conpram asy e guardem pella guissa que em esta nossa carta he contheudo ssem outro alguum enbargo nem duujda que a ello ponhom / ffecta em Leirea bj dias de Nouembro per autoridade do Senhor Jffante Dom Pedro regente eu(?) Lourenço de Guimaraães a fez anno de Nosso Senhor Jesu Cristo de mjll iiii^e R[i]ij .

Doc. 2 - 1500, Setembro 27. Lisboa. Rei, André Dias (escrivão). Registo de carta régia concedida a João Franco, bombardeiro, para que enquanto servir em Cascais receba, em cada ano, quinze mil reais e um moio e meio de trigo.**ANNT, Chancelaria de D. Manuel I, lv. 13, fl. 49v.**

Dom Manuell et cetera a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que queremdo nos fazer graça e merçe a Joham Framco nosso bombardeiro temos por bem e nos praz que emquamto elle vijuer e esteuer d'asemto na villa de Cascaes pera serujr de seu ofiço de bombardeiro na torre da dita villa de Cascaes tenha e aja de nos em cada huum anno pera seu mamtimento da feitura desta nossa carta em diamte quymze mjll reaes em dinheiro e huum moyo e meo de trigo dos quaaes quymze mill [reais] avera pagamemto no nosso Allmazem de Guynee aos messes do anno asy como ho ham os outros nossos bombardeiros e o avia mestre Paullo que na dita villa vijuya e se ora foy della e mamdamos ao nosso almoxarife do dito Almazem que em cada huum mes lhe faça pagamemto de mjll e duzentos çimquoemta rreaees que lhe momta aver per a dita guisa asy como os pagaua ao dito metre Paullo e paga a os ditos nossos bombardeiros e dos mill e çemto e satemta que atee quy ouue o dito Joham Framco de seu ssolldo lhe nom pague mais delles cousa alguña e os rrisque dos liuros do dito Almazem e lhe asemte que ha-d'aver em cada huum mes os ditos mil e duzentos e çimquoemta rreaees como dito he por asy viuer d'asemto na dita villa e ter carego da dita torre e per o conheçimemto do dito Joham Framco com o trellado desta nosa carta que ho dito almoxarife fara trelladar nos liuros do dito Almazem lhe seram os ditos dinheiros leuados em comta / e do dito moyo e meo de trigo nos praz que aja em cada huum anno pagamemto per nosa Fazemda e mamdamos aos nossos veadores della que lhos façam asemtar nos liuros da dita Fazemda com declaraçam que ho ha-d'aver por asij vijuer na dita villa e teer careguo da dita torre e lhe

¹⁰² Transcrição por Helena Condeço de Castro.

passem em cada hum anno carta do dito pam pera lugar homde aja muy boom pagamento e por sua guarda e lembrança dello lhe mandamos dar esta nosa carta de padram por nos asijnada e sellada do nosso ssello pemdente dada em a nosa çidade de Lixboa a xxbij dias do mes de Setembro Amdre Diaz a ffez anno do nasçimento de Nosso Senhor Jesuu Cristo de mjll e quinhentos annos .

Doc. 3 - 1501, Janeiro 4. Lisboa. Rei, Gomes Aranha (? , escrivão). Registo de carta régia dada a João Franco, bombardeiro, em que receberá quinze mil reais pelo serviço na vila de Cascais.

ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, lv. 19, fl. 40v.

Dom Manuell cetera a quantos esta nosa carta virem fazemos <saber> que querendo nos fazer graça e merçee a Joham Framco nosso bombardeiro temos por bem e nos praz que emquanto elle viuer e estiuer d'asemto em a villa de Cascaees pera seruir de seu ofiço de bombardeiro na torre da dita villa de Cascaees tenha e aja de nos em cada hum anno pera seu mamtimento da feita desta nosa carta em diamte quimze mill reaees em dinheiro e hum moyo e meio de trigo dos quaees xb¹⁰³ reaees a vera pagamento no nosso almoxarifado de Simtra pellas sisas de Cascaees aos meses do anno asy como ho <h>am os outros nosos bombardeiros e o avia mestre Paulo que na dita vjlla viuja e se foy della e mandamos ao nosso almoxarife do dito almoxarifado que em cada hum mees lhe façam pagamento de mjll ij^c e L reaees que lhe momta aver per a dita comtia asy como se pagauam ao dito mestre Paulo e pagam aos ditos nossos bombardeiros e lhe asemtem que ha-d'aver os ditos . j . ij^c e L reaees como dito he por asy viuer d'asemto na dita villa e ter carrego da dita torre e per o conhecimento do dito Joham Framco com o trelado desta nosa carta que ho dito almoxarife fara treladar no liuro do dito almoxarifado lhe seram os ditos dinheiros leuados em comta e do dito moyo e meio de trigo nos praz que aja cada hum ano pagamento per nosa Fazemda e mandamos aos nossos veadores della que lhos façam asemtar nos liuros da dita Fazemda com decraçam que <hos> ha-d'auer por asy viuer na dita villa e ter carrego da dita torre e lhe pasem em cada hum anno carta do dito paam pera lugar omde aja boom pagamento e por sua guarda e lembrança dello lhe mandamos daar esta nosa carta {per} de padraão per nos asinada e selada do nosso sello pemdente dada em Lixboa a iiii^o dias de Janeiro Guomez Aranha(?) a fez anno de mjl b^c hum annos.

|Pedro da Fonseca|

¹⁰³ Está sobrescrita ao numeral uma linha horizontal, indicando as milésimas.

Doc. 4 - 1525, Maio 1(?). Cascais(?). João Rodrigues (juiz ordinário), Aires Pinto(?), tabelião). Instrumento-público de certidão concedido ao mestre Simão, bombardeiro na torre de Cascais, onde se confirma o serviço e presença na dita torre durante o ano transacto de 1524.

ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. II, mç. 123, nº. 92, fl. 1.

Sajbham os que este estromento de certydão dado per mamdo e auutorrdjidade de justyça vyrrem que no anno do naçijjmento de Noso Senhor Jesu Cristo de mjll e qujnhemtos e xxb annos ao primeyrro dja do mes de Majo em a vylla de Cascaes a porta das casas da morada de Fernam Rodriguez fferreiro estammdo hj o mujto honrrado Joham Rodrijuez juiz hordenayro em a djta vylla peramte ele parreço hj mestre Simão bombardeyrro da torre dell Rey noso Senhor em a djta vjlla e djse ao djto juiz que a ele lhe hera necesarrjo hum estromemto de certjdam de como estevarra(*sic*)¹⁰⁴ na djta vjlla e torre ho anno de mjll e qujnhemtos e vjnte e quatro annos que lhe rrequerrja da parte do djto senhor que lho mandasse pasar e vjsto pello juiz ho rrequerrjmento do djto mestre Simão em como he verdade que elle esteve na djta vjlla e torre ho djto anno de qujnhemtos xxiiij annos todo lhe mamdou pasar ho presente Ayrres Pjnto(?) taballjam do pubrico e judycjall em a djta vjlla e seu termo pello senhor Dom Pedro de Castro do Comselho dell Rey noso Senhor e vedor de sua Fazemda e senhor da djta vjlla que este estromemto de certjdam esprej e nelle dou mjnha ffe como he verdade que o djto mestrre Simão esteve na djta vjlla e torre todo ho djto anno de mjll e qujnhemtos e xxiiij haquj meu pubrico sinall ffiz que tal he
(*SINAL DO TABELIÃO*) pagou nada

Doc. 5 - 1525, Janeiro 23. Sintra(?). André Gonçalves (almojarife de Sintra), António de Penhoranda (escrivão do almojarifado de Sintra). Conhecimento de mestre Simão [de Paris], bombardeiro da torre de Cascais, em como recebeu de André Gonçalves, almojarife de Sintra, quinze mil reais pelo serviço na dita vila.

ANTT, *Corpo Cronológico*, pt. II, mç. 123, nº. 92, fl. 2.

Conheceo e confesou mestre Symãoo bonbardeiro da tore da villa de Quasqu<a>es rreecer d'Andre Gonçaluez almojarife del Rey noso Senhor em este almojarifado desta villa de Syntra (*SINAL DE CONFERIDO*) quynze mill reaes que aquy tem asentados em este almojarifado per padram os quaes sam do anno pasado de b^c xxiiij e porcanto o dito mestre Symãoo amostrou hum estormento de certydam dos juizes da dita villa de Quasquaes de como esta contynuadamente em a dita tore e serve o dito senhor de bonbardeiro o dito almojarife lhe pagou os ditos quynze mill reaes os quaes quynze mill reaes ho dito mestre Symãoo rrecebeo do dito almojarife presente mym Antonio de Penhoranda escprium do dito almojarifado e por <ser> verdade lhe deu este ffe<i>to per mym e asynado per anbos aos xxiiij dias do mes de Janeiro de j¹⁰⁵ b^c xxb anos .

|Mestre Simam
|de Parys

|Antonio de Penhoranda

¹⁰⁴ Leia-se “esteverra”.

¹⁰⁵ Existe uma linha horizontal sobrescrita ao numeral, indicando as milésimas.

Filipe de Salis Amaral*

João de Almada e Melo, Governador das Armas e das Justiças do Porto – um ensaio sobre a pessoa.

R E S U M O

O Governador das Armas e das Justiças do Porto, João de Almada e Melo, não é uma figura consensual: as opiniões de algumas pessoas da época, ao contrário da dos atuais peritos, são divergentes. Admirado por uns, desconsiderado por outros, pode haver dúvidas sobre as qualidades do principal protagonista das transformações urbanas ocorridas na cidade na segunda metade do séc. XVIII. Apesar da disparidade dos testemunhos dos seus contemporâneos, faz-se uma aproximação à sua personalidade, recorrendo aos documentos que o próprio nos deixou.
Palavras-chave: João de Almada; Governador do Porto; Arthur William Costigan.

A B S T R A C T

The governor of Oporto, João de Almada e Melo, is not a consensual person: unlike contemporary experts, the opinions from some people of that time are divergent. Admired by some and disregarded by others, there may be doubts about the qualities of this figure that led the urban transformations in the city during the second half of the eighteenth century. Despite the disparity of the epochal testimony, an approach to his personality is made the present essay, using the legacy of his own documents.

Keywords: João de Almada; Governor of Oporto; Arthur William Costigan.

Características do seu percurso e atividade

A cidade do Porto conheceu um desenvolvimento singular na segunda metade do séc. XVIII, e é a João de Almada e Melo que se atribuem os méritos. De facto, para além das diligências políticas, ele teve uma participação direta naquela renovação urbana. Contudo, alguns registos epocais sobre a pessoa põem em causa o seu talento.

A conhecida, e já estudada, biografia do Governador elenca dados da sua vida, do seu percurso; trata-se de informação importante mas insuficiente quando procuramos analisar a veracidade de algumas afirmações sobre o carácter do homem que dirigiu uma das maiores transformações da cidade.

Partindo da opinião dos peritos na renovação urbana almadina, que se aproximam da figura de João de Almada através da obra que nos deixou, e com base em diversos documentos escritos por ele, sugere-se uma primeira leitura, um esboço, da pessoa. Este estudo é, pois, um prómio à interpretação do seu carácter, ao qual se deverão somar outros contributos que permitam fazer no futuro um retrato completo do Governador das Armas e das Justiças do Porto.

* Mestre em Metodologias de Intervenção em Património Arquitectónico e doutorando em Arquitetura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

A carreira política de João de Almada resulta de três características: competência, lealdade ao rei e laços familiares. Começando por esta última, era primo de Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal. Com ele estabelece uma relação de amizade e confiança que vai para além da mera ligação familiar e da influência política do primo. Não terá sido apenas esta proximidade a alguém tão chegado ao rei que terá feito com que merecesse a confiança do monarca: sucessivos encargos e disposições, registados no livro das *mercês e privilégios*, certificam de algum modo a sua lealdade e o seu serviço incondicional à coroa e ao país¹. A reputação que adquiriu estaria fundada sobre a sua competência, embora esta não seja consensual.

Há poucos testemunhos da época sobre João de Almada. Aqui falaremos de três – Rebelo da Costa, Costigan e Modessan –, por serem os mais conhecidos e expressivos.

O padre bracarense Agostinho Rebelo da Costa, no seu trabalho “Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto”, deixa o parecer, porventura parcial, daqueles que consideravam errada a política seguida pelo Governador na renovação da cidade. Ali, João de Almada não é propriamente um homem empreendedor e, como diz Ferreira Alves, não seria “mais do que o décimo nono Governador das Justiças”².

Outro dos testemunhos, considerado o mais direto e completo que se conhece até à data, é de Costigan. Segue a opinião negativa de Rebelo da Costa, mas num tom bem diferente. Numa das cartas, diz:

“Sua excelência é de muita idade e parece-se muito com um esqueleto, tem o corpo fraco e pequeno, um nariz em bico de águia, muito curvo (...); tem uma capacidade diminuta e nenhum talento, mas boa vontade e deseja exercer o cargo com imparcialidade; pratica todo o bem que pode, e não faz mal a ninguém, apesar de muitas vezes o poder fazer (...). Lembrai-vos que o cônsul é o meu informador e que há trinta anos conhece o país”³.

Arthur William Costigan é um militar escocês que, entre 1778 e 1779, tem oportunidade de percorrer Portugal de lés a lés e de, nessa ocasião, escrever vinte e três cartas a seu irmão, das quais dez são redigidas do Porto. Volvidos oito anos, toda essa correspondência foi reunida e publicada em Londres sob o título *Sketches of society and manners in Portugal*. O seu conteúdo é importante pela diversificada informação recolhida mas, ao mesmo tempo, no que se refere a Portugal, à sua situação e ao seu povo, é geralmente considerado pelos analistas nacionais cáustico e crítico. A confirmá-lo está o excerto que se transcreve, e outros comentários, no mesmo tom ou ainda pior:

“Sua mulher é também de muita idade, bondosa e cortês; é alta e foi bela e pinta-se até às orelhas e por toda a parte; para atenuar tudo isto, cobre-se de pó de arroz (...). Todos os filhos dessa senhora, em número de vinte, são notáveis; os rapazes, por uma estupidez que resiste a todos os esforços dos professores, e as raparigas, por sua leviandade, notada mesmo neste país (...), e fez com que fosse dado a essa respeitável senhora, pelos gracejadores do seu país, o epíteto de fecunda em burros”⁴.

¹ Cf. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Coleção Pombalina*, Lv. 616, fl. 40.

² Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadás. Arquitetura. Obras públicas* (Vol. I, Porto: Edição de Autor, 1988-1990), 201.

³ Arthur William Costigan, *Sketches of society and manners in Portugal* (Vol. I, London: T. Vernor, Birch-Lane, Cornhill, 1787), 384 – 385.

⁴ *Ibidem*, 385 – 387.

Estas anotações, tendo uma base verdadeira, não são coincidentes com as de um terceiro autor, também ele proveniente das ilhas britânicas, o crítico Tomás de Modessan, que por aquela altura vivia no Porto. Na carta escrita ao diretor do periódico lisboeta *Jornal Enciclopédico*, censura severamente o padre Agostinho Rebelo da Costa por este criticar implicitamente as reformas feitas na cidade, e acusa-o de não prestar a “justiça (...) ao incansável zêlo e demais virtudes com que o imortal João de Almada e Melo governou por muitos anos esta cidade”⁵. Entre outras afirmações diz que as pessoas arredadas da cidade por um período mais longo “inteiramente a desconhecem hoje, pelo grande acréscimo de habitantes, pela reforma intrínseca que as obras públicas têm feito na sua antiga e menos boa fundação e por um indizível número de ruas e de edifícios públicos e particulares que, fora de seus muros, vêm a fazer continuada a mesma cidade (...)”⁶.

O texto revela que conhecia bem as obras que a Junta de Obras Públicas (JOP) fizera no Porto e que tinha estudado escrupulosa e criticamente o livro do presbítero bracarense⁷. Não deixa de causar alguma estranheza que este rigor e cuidado na defesa dos “ilustrados” tenha deixado incólume o escrito do outro “ilustrado” e seu conterrâneo, Arthur William Costigan, publicado dois anos antes. Uma explicação plausível desta ocorrência poderá estar no facto de Rebelo da Costa ter publicado em Portugal, na língua da mãe pátria e, por isso, acessível a muitos, ao passo que o outro foi publicado em Londres, longe dos visados, em inglês, e sem consequências de maior na opinião pública portuguesa da época.

Além dos comentários de Costigan não serem coincidentes com os de Modessan, também não o são com os dos peritos que estudaram com mais detalhe a pessoa de João de Almada⁸. Pinto Ferreira, a propósito do ter “uma capacidade diminuta e nenhum talento”, é peremptório: “não nos parece de aceitar integralmente esse conceito; um homem que exerceu durante longos anos tão importantes cargos públicos devia fatalmente possuir algum *talento* e bastante *capacidade*”⁹. Nas palavras de abertura aos “Textos laudatórios do séc. XVIII”, segue a linha panegírica falando da “forte personalidade desse extraordinário homem de ação”¹⁰. No seu estudo sobre a Praça da Ribeira comenta: “ocupou no Porto lugar de primacial relevo político e social a notável figura de João de Almada e Melo”¹¹. Mandroux-França, para classificar a obra do Governador das Armas do Porto, usa a mesma palavra “notável”¹², tal como Flávio Gonçalves, talvez sugerido pelos anteriores¹³. Bernardo Ferrão, por seu turno,

⁵ Agostinho Rebelo da Costa, *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto* (Porto: Livraria Progredior, 1945), 434.

⁶ *Ibidem*, 431.

⁷ Sobre a crítica e veracidade do que escreve Tomás de Modessan acerca da obra de Rebelo da Costa, cf., por exemplo, Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadás. Arquitetura, Obras Públicas*, 116.

⁸ Cf. J. A. Pinto Ferreira, “A Praça da Ribeira”, Separata do *Boletim Cultural* (Vol. XV, Porto: Publicação da Câmara Municipal do Porto, 1953), 8 e 9, e Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadás. Arquitetura, Obras Públicas*, 37.

⁹ J. A. Pinto Ferreira, “A Praça da Ribeira”, Separata do *Boletim Cultural*, 11.

¹⁰ J. A. Pinto Ferreira, “Textos laudatórios do séc. XVIII, a João de Almada e Mello, Inspirados na grandiosa obra por ele realizada, na cidade do Porto”, in *Bracara Augusta*, Vol. XXVIII, Nº 65-66 (77-78), *Atas do Congresso a Arte em Portugal no séc. XVIII – III* (Braga, 1974), 87.

¹¹ J. A. Pinto Ferreira, “A Praça da Ribeira”, Separata do *Boletim Cultural*, 7.

¹² Cf. Marie-Thérèse Mandroux-França, *Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII* (Porto, Publicação da Câmara Municipal do Porto, 1985), 8.

¹³ Flávio Gonçalves, “A arte no Porto na época do Marquês de Pombal”, in *Pombal revisitado*, Vol. II (Lisboa, Editorial Estampa, 1984), 104. O que diz é: “(...) realizou no Porto uma obra verdadeiramente notável”.

refere-se a ele como “figura de proa do futuro processo de transformação urbana portuense”¹⁴. Ferreira Alves, analisando o Governador com base nas cartas acima citadas, refere três pontos importantes: 1º) que Costigan “desdoura tudo o que é português” e que se devem “levantar reservas a esta descrição”; 2º) não obstante o ponto anterior, a transcrição é “preciosa já que não se conhece outra mais completa”; 3º) parece haver verdade nas palavras de Costigan, pois o próprio “lembra-nos que teve como informador alguém que bem conhecia João de Almada e Melo – o cônsul da “nação britânica”, John Whitehead, (...)”¹⁵.

Outra opinião sobre o Governador é a de que seria uma pessoa de visão. Como lembra Mandroux-França, a cidade da segunda metade do séc. XVIII não estava no seu auge, e os programas de João de Almada não são consequência mas propulsão de algo, no sentido de surgirem como apoio para o futuro, como “previsões dinâmicas”¹⁶. O mesmo refere Bernardo Ferrão quando diz que a intenção era criar “um quadro dinâmico futuro”¹⁷. Os planos por ele administrados concebem uma cidade com base no passado edificado, considerando o crescimento que acontecia naquele presente, e o porvir, numa visão unitária e global que reclamava magnanimidade urbanística e, definitivamente, visão.

Relacionado com isto está outro juízo que se faz à sua pessoa e que se estende àqueles que com ele trabalharam. Diz respeito à inovação, ou mesmo criatividade, nas operações realizadas. A época é considerada um “dos dois grandes momentos criativos da urbanização do Porto”¹⁸. Esta “criatividade” está associada a novas concepções urbanísticas do “iluminismo”¹⁹ – onde a palavra de ordem era regularidade –, e a uma nova linguagem estilística, com a introdução em Portugal do palladianismo inglês, precursor do neoclássico. Flávio Gonçalves, a propósito do Hospital de Sto. António, refere-se ao Governador como uma pessoa “receptiva à inovação”²⁰, e Pinto Ferreira aponta os “novos processos construtivos” e os “novos conceitos estéticos”, concluindo que o urbanismo almadino introduziu “ideias modernas” na cidade²¹.

Temos, assim, três principais características apontadas pelos entendidos: era uma pessoa notável, um homem de visão e aberto à inovação. Este parecer baseia-se, fundamentalmente, na obra que deixou feita.

É certo que João de Almada vai para o Porto para tornar efetiva a presença pombalina no norte do país. Era um “homem de confiança de Pombal, à frente dos destinos da segunda cidade do reino (...), fiel executante da política pombalina no Norte”²². Contudo, esta confiança

¹⁴ Bernardo José Ferrão, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813* (Segunda edição, Porto, FAUP Publicações, 1989), 187.

¹⁵ Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadás. Arquitetura, Obras Públicas*, 34 – 37.

¹⁶ Marie-Thérèse Mandroux-França, *Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII*, 9.

¹⁷ Bernardo José Ferrão, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*, 188.

¹⁸ Marie-Thérèse Mandroux-França, *Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII*, 23.

¹⁹ Bernardo José Ferrão, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*, 220.

²⁰ Flávio Gonçalves, “A arte no Porto na época do Marquês de Pombal”, 109.

²¹ J. A. Pinto Ferreira, “Textos laudatórios do séc. XVIII, a João de Almada e Mello, Inspirados na grandiosa obra por ele realizada, na cidade do Porto”, 90 e 91.

²² Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadás. Arquitetura, Obras Públicas*, 34. Bernardo José Ferrão diz que foi um “instrumento importante da ação pombalina do norte” (Bernardo José Ferrão, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás, 1758/1813*, 187). Alguns referem-se a João de Almada com o epíteto de “Pombal do Norte”. Cf., por exemplo, Carlos de Passos, “Os almadás, reformadores do Porto”, *Separata do Boletim dos Amigos do Porto* (Vol. III, nº 12, Porto: Associação Cultural Amigos do Porto, 1960), 9.

e fidelidade, bem como a sua operacionalidade, não se deram por inerência do cargo. Eram previsíveis na pessoa em questão, mas o *como* e o *quanto* ela corresponderia a essas expectativas só seriam constatáveis *a posteriori*.

O novo Governador teve, efetivamente, de percorrer um caminho árduo, conquistando paulatinamente etapas, quer junto do poder central quer junto dos seus concidadãos, até conseguir construir alguma obra. Paradigma disto é a constituição da JOP.

Desde a sua chegada ao Porto, João de Almada manifesta apreensão pelo “aspecto medieval” da cidade e pelo seu anárquico crescimento²³. Esta preocupação não era superficial, mas antes séria e efetiva, pois traduziu-se em pedidos de planos e de estudos, em negociações com a Câmara, em cartas para Lisboa a solicitar a vênua do poder central para fazer as obras, em insistências face à falta de respostas²⁴.

No que respeita às obras públicas, a atividade do Governador começou por se centrar no bairro do Laranjal – Rua do Almada, Praça de Sto. Ovídio –, passando depois para as operações urbanas em zonas nevrálgicas intramuros – Rua de São João, Praça da Ribeira, Praça de São Domingos²⁵ –, prosseguindo com o desenvolvimento dos arrabaldes – Rua de Sta. Catarina, Rua Formosa, Rua do Carregal, Rua da Boavista, Rua de Cedofeita²⁶ –, sem descurar o tratamento dos antigos limites – Praça de Sto. Elói, Rua de Sto. António, Calçada dos Clérigos²⁷ –, resultando, por fim, numa consciência urbana estruturante, ampla e global. Com isto, já não bastava um apoio pessoal: tornava-se necessária uma adesão institucional.

²³ Teresa Pires de Carvalho, Carlos Guimarães, Mário Jorge Barroca, *Bairro da Sé do Porto: Contributo para a sua caracterização histórica* (Porto: CMP, CRUARB/CH, 1996), 41.

²⁴ Cf. Anni Günter Nonell, *Porto, 1763-1850: a construção da cidade entre despotismo e liberalismo* (Porto: FAUP Publicações, 2002), 163 – 172 e Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadás. Arquitetura, Obras Públicas*, 175 - 179.

²⁵ Nestes três casos, os técnicos responsáveis apresentam propostas singulares, de grande rigor e mestria. A Rua de São João, de autor incerto – poderá ter sido Francisco Pinheiro da Cunha, Champalimaud de Nussane, ou mesmo o Cônsul Inglês, John Whitehead – não se chegou a completar na íntegra. Da Praça da Ribeira, de Whitehead, apenas se construiu uma parte, e da Praça de São Domingos, do mesmo autor, nada se fez.

²⁶ Muitas destas obras só se concluíram depois da morte de João de Almada, sobre a alçada do seu filho, Francisco de Almada e Mendonça, que lhe sucedeu no cargo. A Rua de Cedofeita, por seu turno, já só teve início durante o governo do filho.

²⁷ A Calçada dos Clérigos, atual Rua dos Clérigos e antiga Rua da Natividade, é anterior ao período almadino. No entanto, é nessa altura que se prolonga para poente com o desenho de fachadas, de Teodoro de Sousa Maldonado, que hoje conhecemos.

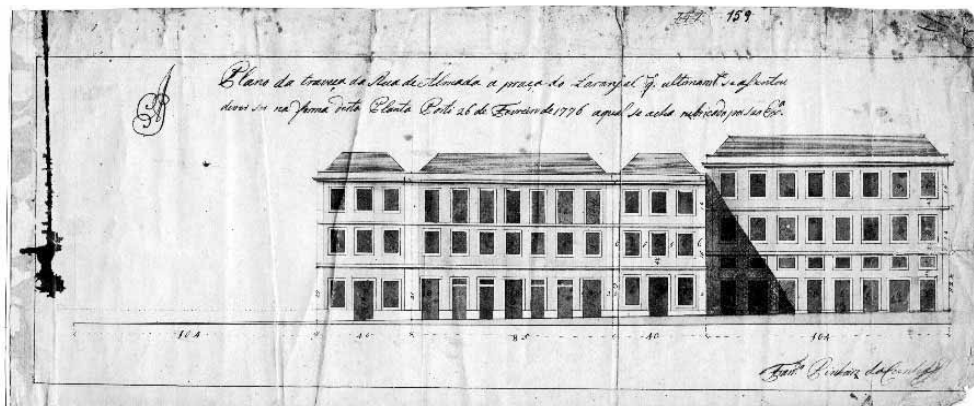


Figura 1 – “Plano da Travessa da Rua do Almada à Praça do Laranjal”, de Francisco Pinheiro da Cunha (1776); desenho clássico de fachadas, onde se pode ver, no canto superior esquerdo, a rúbrica de João de Almada

A criação da JOP, organismo autónomo, incumbido de levar a efeito os novos projetos urbanos, não foi um processo linear e imediato. Para o conseguir, o seu primeiro presidente, João de Almada e Melo, teve de refletir e conciliar: 1) o que seria necessário fazer para que o Porto se tornasse uma cidade ajustada à sua população e ao seu desenvolvimento, e uma referência urbana a nível europeu; 2) uma solução financeira que permitisse a operação urbana necessária; 3) uma solução política que agilizasse a operação urbana. Como se pode intuir, esta não era tarefa fácil e, pelos dados que temos, não se terá realizado na totalidade e pela exclusiva ação do futuro presidente da Junta.

É difícil discernir com rigor a quem se deve atribuir o mérito das intervenções que se fizeram no Porto na segunda metade do séc. XVIII, mas, pelo que já se mencionou, parece pouco provável que João de Almada fosse uma pessoa de “capacidade diminuta e nenhum talento”. Talvez esta visão de Costigan tenha o seu fundamento no caráter do homem que avaliava.

Tem razão Ferreira Alves quando diz que não é fácil “esboçar o retrato” do Governador, pois os dados são poucos e a única descrição direta conhecida até à data é o texto que se apresentou. Esse testemunho, como se disse, levanta dúvidas por ser contrário a outros depoimentos, por se desviar da opinião dos peritos e por não ser conforme à obra que nos ficou. Mas também é certo que contém alguma verdade. Resta saber qual.

Não obstante o que diz Ferreira Alves, somos da opinião de que se podem delinear os contornos da personalidade deste homem partindo do legado que deixou na cidade e recorrendo a cartas que escreveu enquanto Governador.

No que respeita à obra deixada no Porto, o que ficou dito sobre as diversas análises dos entendidos, e as referências às obras públicas, equipamentos e instituições (JOP), serão suficientes para um primeiro esboço da pessoa.

No que respeita aos documentos escritos o caso é distinto. Para este estudo reunimos algumas cartas dirigidas ao seu primo, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, e outra correspondência com um sobrinho, Sebastião José de Carvalho. Tendo em conta estes dois destinatários, as missivas denotam o tom familiar espetável, dentro da formalidade da época, e exprimem a intimidade do redator. São geralmente textos de várias páginas, onde se

fala da família, das saudades e da saúde, alegrias e tristezas, dos trabalhos e ocupações. São, por isso, registos subjetivos, espontâneos, escritos sem preocupação de rigor.

As cartas das quais se retiraram os excertos que aqui se apresentam encontram-se coligidas nos livros 616 e 712 da Coleção Pombalina, na Biblioteca Nacional de Lisboa, foram escritas entre 1765 e 1785 e, no respeitante à pessoa do Governador, são documentos ainda por estudar.

Começamos esta análise da correspondência referindo um dado que afeta o estado de ânimo e as capacidades operativas da pessoa: a saúde. Em diversas cartas, João de Almada faz referências às suas doenças²⁸. É certo que naquela época as deslocações eram reduzidas e as notícias circulavam com lentidão, sendo que por vezes não chegavam sequer ao seu destino. Deste modo, uma carta era recebida com entusiasmo e continha quase sempre referências à saúde dos que se correspondiam. Contudo, não deixa de chamar a atenção as constantes alusões aos seus achaques.

O Governador vai vivendo “com os meus costumados incômodos”²⁹, que o levavam a dizer ao seu primo Sebastião José: “Eu não vos posso dar notícias da minha boa saúde, porque estes chatos hipicondrios, pelo que dizem os médicos que eu padeço, me não deixam um instante”³⁰. Efetivamente, para além desta, padecia de outras maleitas, como sejam as dores de dentes, pontadas, *fluxos* ou frieiras³¹. Não conhecemos o historial clínico nem temos relatórios médicos do Governador, mas estes registos indicam a ocorrência de doenças crónicas que podem comprometer o equilíbrio psíquico da pessoa. Fica, pois, por apurar até que ponto os achaques o afetaram.

O “quadro clínico” mencionado vai ao encontro do que alude Costigan: “Sua excelência é de muita idade e parece-se muito com um esqueleto, tem o corpo fraco e pequeno (...)”. Se o Governador, trinta e um anos mais velho que Costigan, nunca lhe falou dos seus males físicos, pelo menos, para o jovem inglês, eles eram, talvez tacitamente, evidentes. Na sua tendência para a caricatura, esboça uma pessoa carcomida, lúgubre. Como o exagero facilmente se alia à falta de rigor, é provável que Costigan, consciente ou não, projetasse em parte a incapacidade física na intelectual.

No texto epistolar de João de Almada, também se pode perceber que o próprio parece ter-se em pouca conta. Noutra carta a seu primo, deixa cair o seguinte comentário: “Eu aqui me vou continuando com meo piqueno governo, inda que bastante para a minha esfera, e para a minha pequena saúde; estando persuadido, que tenho contido estes povos naquele amor e respeito que devem ter a Sua Magestade (...)”³². Se este excerto traduz uma personalidade genuinamente modesta manifestada no seu dia à dia, para Costigan, essa característica poderia significar “capacidade diminuta e nenhum talento”. É certo que faz sentido o tom modesto do texto se tivermos em conta estar dirigido ao Secretário de Estado, “animal político”, figura carismática que acumulara poderes e geria todo o reino com mão de ferro. Este, ao lado daquele, era um gigante. Contudo, esta atitude vai-se repetindo em diversas cartas, distanciando-se bastante das missivas de outros homens seus contemporâneos³³. Nessas epístolas, percebe-se

²⁸ Cf. BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 616 e 712.

²⁹ BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 616, fl. 120 v.

³⁰ BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 616, fl. 117 v.

³¹ Cf., por exemplo, BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 616, fl. 29 e Lv. 712, fls. 52 e 52 v.

³² BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 616, fl. 40.

³³ Na correspondência da época é corrente uma linguagem que poderíamos classificar de serviçal, podendo significar apenas correção e boas maneiras ou, para além disso, denotar particularidades de quem escreve. Havendo dificuldade em discernir o que poderá obedecer aos costumes ou ao caráter da pessoa, fez-se uma comparação com escritos de

submissão, responsabilidade e agradecimento pela “bondade de quem me patrocina e fas valler o meu pouco préstimo”³⁴. Para um crítico como Costigan, é natural que o Governador surja como uma figura diminuta e acinzentada, e mais ainda se colocada ao lado do homem que os apresentou, o cônsul inglês, John Whitehead.

Destes documentos escritos, como de outros, podemos também deduzir, seguindo o filão da modéstia, que o seu redator não seria uma pessoa presunçosa, ambiciosa e adulara, pois assinalava com simplicidade as suas limitações a alguém com poderes, parecendo continuar em funções mais por lealdade, submissão e serviço do que por apetência ou aspiração. Seria, sim, um homem simples, bondoso, que “pratica todo o bem que pode, e não faz mal a ninguém”, exercendo o poder de um modo eficiente mas liberal.

Sobre a não presunção, e ambição, Ferreira Alves, referindo-se a Francisco de Almada e Mendonça, filho do Governador, diz que, “ao contrário do pai (...) teve ao longo do século XIX quem se preocupasse com a sua imagem. Daí a razão de ter sido considerado como o mais importante dos dois almadadas (...)”³⁵.

Sobre a bondade de João de Almada e Melo, para além do depoimento de Costigan, há diversos escritos que deixam transparecer essa qualidade. Para citar um exemplo, numa das cartas ao seu sobrinho Sebastião José de Carvalho, não obstante as muitas saudades e anseios de notícias, comenta: “a tempos recebi *uma* carta vossa em resposta de outra minha: não vos continuei a escrever, porque sei que vos custa esse exercício...”³⁶. Sobre a liberalidade no exercício do poder, um exemplo é o modo como se aplicou no Porto o Alvará de 12 de Maio de 1758³⁷.

Ainda no contexto do que temos vindo a designar por modéstia, há dois factos históricos, algo imperceptíveis, que podem ajudar a definir o tipo de modéstia de João de Almada. O primeiro diz respeito à sua chegada ao Porto, em 1757, e o segundo relaciona-se com a morte de D. José I, em 1777³⁸.

Na tarde do dia 15 de Março de 1757, o novo Governador, acompanhado do Desembargador do Paço João Pacheco Pereira de Vasconcelos, chega à cidade que lhe é confiada, estando “as

outras pessoas da época, figuras públicas que se movimentam nos mesmos círculos e que poderiam ser classificadas como seus pares, e a conclusão a que chegamos é de uma efetiva humildade do Governador. São disto testemunho as cartas de Sebastião José de Carvalho e Melo, de John Whitehead, de João Pacheco Pereira de Vasconcelos, do Capitão James Terrier, de Sebastião José de Carvalho, de Bento Gomes Delgado.

³⁴ BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 712, fls. 52 v e 53.

³⁵ Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadadas. Arquitetura, Obras Públicas*, 46.

³⁶ BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 712, f. 27.

³⁷ A Carta Régia de 4 de Janeiro de 1769 promulgava que, para o bom desenvolvimento das obras que promovem a “magnificência e decoro” da cidade, os donos dos prédios que tivessem de ser demolidos fossem obrigados a vendê-los. O decreto da referida missiva vai mais longe e manda aplicar no Porto o que determinava o Alvará de 12 de Maio de 1758 para Lisboa. No seguimento do terramoto de 1755, surgiu este Alvará com força de lei, estabelecendo os direitos e obrigações das partes implicadas, casos particulares de propriedade, regulamentação sobre expropriações, de modo a evitar a especulação, normativas relativas ao modo de edificar e muitas outras indicações, constituindo-se num documento “agressivo” para uma cidade como o Porto. As determinações urbanas que vinham no seguimento da referida Carta Régia, foram aplicadas de duas formas: 1ª por imposição da totalidade das frentes de ruas; 2ª por normativas por sectores. O que hoje se observa das realizações daquele tempo é a total aplicação dessas determinações num dos casos, a sua aplicação parcial ou a desobediência efetiva (cf. Bernardo José Ferrão, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadadas, 1758/1813*, 222).

³⁸ Sobre os motivos que levaram João de Almada para o Porto cf. Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadadas. Arquitetura, Obras Públicas*, 25 a 27, e Francisco Ribeiro da Silva, *Absolutismo Esclarecido e Intervenção Popular – Os motins do Porto de 1757* (Lisboa, INCM, 1988).

ruas e praças cobertas de multidão de Povo, nos recebeu com sumo respeito”³⁹. Porém, nessa mesma noite, dá-se o segundo motim.

No dia 25 de Março de 1757, dez dias depois da chegada, o Desembargador do Paço escreve uma extensa carta de dez páginas a Sebastião José de Carvalho e Melo, onde conta com pormenor como se deu o segundo tumulto. Apesar de nele referida a pessoa de João de Almada, o que fez e o que ordenou, depreende-se desse relato que, na noite do tumulto, o Governador não esteve propriamente interveniente. Pelo contrário, João Pacheco Pereira de Vasconcelos, vai relatando a sua atividade em diversas frentes⁴⁰, começando pelo cumprimento de ordens – “Como na forma das minhas instruções de 28 de Fevereiro, ordenava S. Mag.e q observasse a prudência e a severidade em sumo grão, principiando pela primeira”⁴¹ –, passando pela ação – “Mandei despejar imediatamente a Praça, pela Comp^a de Dragões”⁴² –, e acabando na prudência de bom líder, sugerindo que se pagasse às tropas os salários em atraso – “nestas expedições he mto. preciso, que estejam contentíssimas as Tropas, e como oiço queixar as que estão aqui de guarnição, de que se lhe devem mais de sete meses de Soldo...”⁴³.

É conhecido o modo pragmático e violento como foi reprimida esta revolta. A este respeito Pinto Ferreira comentou que os agentes de autoridade “excederam, em tudo, os limites. Mediante ameaças, torturas e falsas promessas de perdão (João Pacheco Pereira de Vasconcelos) arrancou aos réus todas as declarações que lhe aprouve exigir”⁴⁴. Não sendo dados abonatórios para o Desembargador do Paço, tudo parece indicar que seria ele, com o aval do Governador, quem dava resposta imediata, quem geria no momento todas as operações para dominar a turbamulta.

O segundo dado histórico é o que se dá com a morte do rei D. José I. A proximidade familiar, a amizade e os anos de trabalho em conjunto faria julgar que a reação de João de Almada a esse sucesso teria alguma afinidade com a do seu primo, Secretário Geral do Reino. Mas não, foi exatamente contrária.

Como é sabido, a princesa e futura rainha D. Maria I vem a casar com o seu tio, o Infante D. Pedro, que não nutria especial simpatia pelo Marquês de Pombal. Depois da morte de D. José I, aconteceu o que já se previa: dá-se a “viradeira” e com ela Sebastião José de Carvalho e Melo perde o domínio, as “graças e as mercês” que tinha. Seu primo, desde o Porto, mantém a amizade para com ele, como o certifica a variada e sucessiva correspondência que mantém⁴⁵. Com a subida ao trono de D. Maria I, o Marquês de Pombal apresenta a sua carta de demissão, consciente da antipatia que diversos membros da nobreza tinham pela sua pessoa. Perante este cenário, João de Almada fica numa situação delicada, pois era do conhecimento de todos que, não estando tão comprometido e tão pressionado como o primo, não deixou de seguir fielmente os seus ditames em algumas “políticas fraturantes”, como sejam o processo

³⁹ ANTT, Ministério do Reino, Caixa 473, Maço nº 354, Maço s/fls numeradas, Carta de 25 de Março de 1757, fl. 2.

⁴⁰ O relato de João Pacheco Pereira de Vasconcelos parece-nos inocente, no sentido em que se trata de uma carta que surge das suas obrigações sem quaisquer pretensões de se destacar. As referências à sua pessoa reduzem-se praticamente ao que transcrevemos e João de Almada e Melo é sempre referido com toda a reverência.

⁴¹ ANTT, Ministério do Reino, Caixa 473, Maço nº 354, Maço s/fls numeradas, Carta de 25 de Março de 1757, fl. 3.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ *Idem*, fl. 5.

⁴⁴ J. A. Pinto Ferreira, “A economia do vinho e o crescimento do Porto, dos séc. XVII ao XIX”, in *O vinho na história portuguesa. Séc. XIII – XIX* (Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1983), 44.

⁴⁵ Na BNP, o livro 616 da Coleção Pombalina reúne, entre outras coisas, uma coleção de sucessivas cartas de João de Almada e Melo ao seu primo no exílio.

dos Távoras e a expulsão dos Jesuítas. Apesar disso, consciente das dificuldades futuras, não teve uma reação temerária nem de debilidade, permanecendo ao serviço do novo monarca, deixando, serenamente, as coisas seguirem o seu curso natural, e procurando manter o equilíbrio possível dentro das circunstâncias.

Tendo como pano de fundo estes dois acontecimentos – a chegada ao Porto e a sua atitude perante a morte rei –, deduzimos que não seria uma pessoa reativa, primária e impulsiva. Chegamos, então, ao entendimento que fazemos da sua modéstia. Esta expressava-se numa restrição deliberada no comportamento, num não chamar a atenção, numa personalidade pacata e ao mesmo tempo independente. Estaremos, portanto, perante alguém comedido, provavelmente prudente e reservado.

Esta interpretação do seu modo de ser apresenta um certo contraste com a vasta obra que promoveu e nos chegou, a qual requer um homem de ação. Não obstante, assim o consideramos também, mas de uma ação refletida e ponderada, como se presume da sua personalidade e, bem assim, da própria obra realizada.

Outra característica do Governador patente nas suas cartas é a laboriosidade. Pelo modo como exerceu o seu cargo tudo leva a crer que terá sido uma pessoa trabalhadora, responsável, cumpridora dos seus deveres. Uma nota expressiva, confirmada por diversos documentos e algumas cartas do próprio, entre 1757, ano em que chegou ao Porto, e até 1779, João de Almada não saiu da cidade que lhe fora confiada. A 6 de Março de 1779 pedia autorização à Rainha para se ausentar durante quatro meses, a fim de poder acompanhar os arranjos da casa que deixara há 22 anos⁴⁶.

No que respeita às operações urbanas, as diligências na renovação e edificação da cidade são patentes. No início da sua governação, a propósito do Bairro do Laranjal, há vários pedidos de levantamentos e de plantas, e diversas cartas enviadas a Lisboa. Para a constituição do organismo que viria a agilizar a renovação da cidade – a JOP –, desdobrou-se em reuniões com o Senado da Câmara, no estudo de possíveis soluções políticas e financeiras, e em correspondência com o poder central. O acompanhamento das obras, desde as praças, às novas ruas e equipamentos – Ribeira, São Domingos, Rua do Almada, Rua de São João, Hospital de Sto. António, Cadeia e Tribunal da Relação⁴⁷, etc. –, era próximo e responsável. Para a renovação dos direitos que adquirira para a cidade, referente aos fundos da CGAVAD e da contribuição militar, foi diligente na obtenção da resposta da rainha. Todo este seu empenho por ir resolvendo os diversos problemas está documentado⁴⁸.

⁴⁶ Cf. BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 616, fl. 118 v.; Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadás. Arquitetura, Obras Públicas*, 193.

⁴⁷ No geral, João de Almada acompanhava de perto todas as obras. Mas se se tiver de destacar alguma, poderemos dizer que talvez a Cadeia e Tribunal da Relação terá sido o edifício que lhe deu mais trabalho e ao qual mais se dedicou (cf. Flávio Gonçalves, “A arte no Porto na época do Marquês de Pombal”, 108).

⁴⁸ Há diversos documentos de João de Almada que testificam o que referimos. Com base no trabalho de Ferreira Alves (Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadás. Arquitetura, Obras Públicas*), passamos a dar alguns breves exemplos, seguindo, respetivamente: a consciência e responsabilidade no acompanhamento das obras; a preocupação pela celeridade das mesmas; o cuidado com os habitantes; a prudência no governo, recorrendo à experiência e às instituições competentes: “(...) consegui da Camara” (p. 176), “(...) cuja planta mandei tirar” (p. 176), “(...) actualmente se trabalha na prassa da Ribeira, que foi preciso alterar quazi oito palmos tanto para ficar mais suave o declive (...) como para evitar inundassões (...)” (p. 214), “por ver que hiam arruinando hum dos milhores bairros que esta cidade pode ter” (p. 176); “(...) para alcançar esta resolução com brevidade” (p. 176), “(...) não ser justo que eu dilate mais esta obra” (p. 177); “(...) dispuz huma guarda, destinada unicamente para cautela e segurança do convento” (p. 121), (18 Out 1783) “me pareceu necessário, para acautelar o iminente

Se a estes trabalhos se somarem os cargos ocupados e suas correspondentes responsabilidades, fica claro que “a carga que eu tenho he grande”⁴⁹. O poder central passou a depositar nele toda a confiança, e com isso o tempo começou a faltar-lhe, até para as coisas que mais queria, como a correspondência com o seu sobrinho: “... pelos empregos em que Sua Magestade me fas a honra de se servir de mim; pello que me persuado que não repararas quando eu por este modo te não procure mais vezes...”⁵⁰. Sebastião José compreendia a situação do tio e desejava “que V. Ex^a. se conserve com boa disposição, apesar dos seus laboriosos empregos tão útil e distintamente executados como he geralmente notório: e permita Deus conservar a preciosa Vida de V. Ex^a. para puder continuar os interessantes projectos com que tem felicitado os habitantes dessa Cid.e (cidade) e Prov.a (provincia)”⁵¹.

Estamos em crer que a laboriosidade era uma das maiores virtudes de João de Almada. Chama a atenção como, a propósito da sua obra, Pinto Ferreira, na introdução e conclusão de uma apresentação num congresso, faz uma alusão às “características de ordem espiritual” que “engrandecem e elevam” o trabalho⁵². No Governador, o cumprimento das obrigações parece uma constante. Procurava indagar, apoiar-se nos entendidos, compreender os problemas e tentar efetivamente resolvê-los. Este seu modo de assumir o trabalho expressa, em certa medida, a modéstia que temos vindo a referir.

O último aspeto a anotar neste “esboço” do Governador tem por base o parecer dos peritos que, como se viu, diziam ser um homem de visão. Podemos encontrar aí abertura de espírito na “previsão dinâmica” da cidade, ou seja, numa sensibilidade pelo porvir, sem descurar o passado, no aceitar e impulsionar as novas concepções urbanas e a nova linguagem estilística. No intuito de perceber melhor a amplitude desta abertura de espírito, detenhamo-nos nestes dois últimos aspectos: as novas concepções urbanas e a nova linguagem estilística.

Quando se fala das novas concepções urbanas que os almadadas trouxeram para o Porto, está-se a falar da “modernidade” referida por Pinto Ferreira, que resulta em modelos de vanguarda no modo de operar na cidade⁵³. O aglomerado urbano de outrora, medieval, tortuoso, insalubre, fica para trás, dando lugar a uma nova cidade onde predomina a linha reta nos traçados das ruas e na arquitetura, onde se constroem passeios, onde se procura a uniformidade, com cuidado especial para os casos particulares, como sejam os ressaltos das cêrceas nas vias em declive.

perigo (...)” (p. 214); “Tem mostrado a experiência (...)” (p. 186), “... sendo por isso necessario recorrer às justisas ordinárias” (p. 196).

⁴⁹ BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 616, fl. 221.

⁵⁰ *Ibidem*, Lv. 712, fl. 6.

⁵¹ *Idem*, fl. 29.

⁵² Referimo-nos ao congresso “A arte em Portugal no séc. XVIII” mencionado acima. A sua apresentação foi, com outros textos, compilada nas Atas do Congresso (cf. J. A. Pinto Ferreira, “Textos laudatórios do séc. XVIII, a João de Almada e Mello, Inspirados na grandiosa obra por ele realizada, na cidade do Porto”, 88 e 92).

⁵³ J. A. Pinto Ferreira, “Textos laudatórios do séc. XVIII, a João de Almada e Mello, Inspirados na grandiosa obra por ele realizada, na cidade do Porto”, 90 e 91



Figura 2 – “Imbarco della Real Salma”, de Enrico Gonin (1851); ideia de modernidade manifestada na amplitude e regularidade, aqui exageradas, da Rua de São João

A nova linguagem estilística, já presente nas novas concepções urbanas, implantou-se a partir da arrojada opção do Governador em renunciar ao estilo então em voga, o tardo-barroco⁵⁴, e abraçar o palladianismo inglês, que passou a figurar nas principais construções civis. Para contextualizar melhor este aspeto deveremos lembrar que era o “barroco aparatoso que agradava aos sentidos de toda a clientela”⁵⁵.

É interessante verificar que, quando se começava a abrir a primeira grande rua das intervenções almadinas, a Rua do Almada – dando-se formalmente início, se bem que de um modo ainda não definitivo, a esta nova corrente estilística –, era inaugurada, no mesmo ano de 1763, a Torre dos Clérigos, obra de referência de Nasoni, futuro símbolo da cidade. Outra nota importante é que, em Agosto de 1769, o capitão Robert Sconswar entrega ao provedor da Misericórdia, D. António de Lencastre, os desenhos do futuro Hospital de Sto. António. A proposta de John Carr significava, como lembra Flávio Gonçalves, “um corte radical (...) em relação à arquitetura barroca da cidade”⁵⁶. Bem ao lado do novo hospital, o edifício da Cadeia e Tribunal da Relação distancia-se profundamente na forma, apesar de tão próximo no espaço e no tempo.

⁵⁴ Cf., por exemplo, Flávio Gonçalves, “A arte no Porto na época do Marquês de Pombal”, 110 e 117.

⁵⁵ *Ibidem*, 103.

⁵⁶ *Idem*, 109.

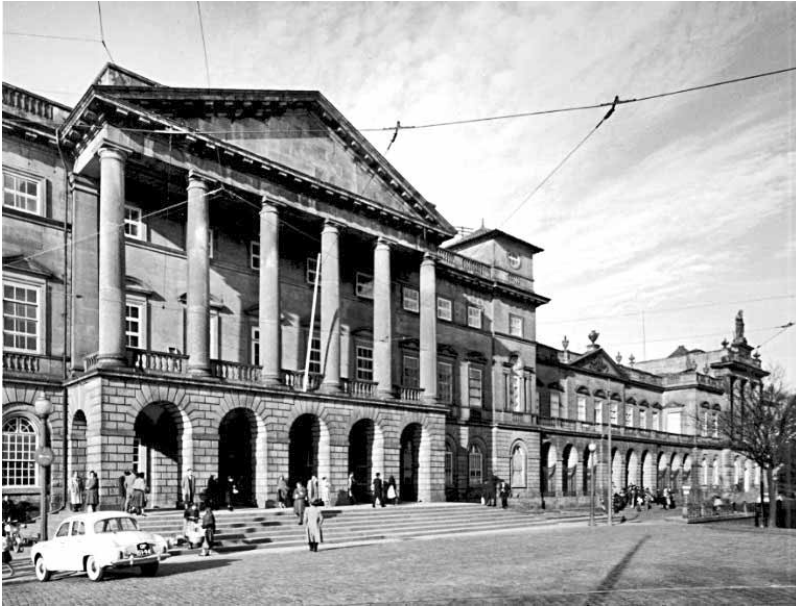


Figura 3 – Hospital de Santo António, de John Carr (1770); corpo central da frente nascente, onde se evidencia a nova linguagem estilística

Recapitulando os traços do caráter de João de Almada, temos um homem doente, de temperamento prudente no sentido de ponderado, discreto, refletido. No que toca às suas características profissionais será laborioso e responsável, uma pessoa com abertura de espírito, e de visão.

Pode-se alegar que estes aspectos não são suficientes para explicar a vasta obra deixada no Porto, ou afirmar que estes traços não têm que se dar necessariamente no caráter do Governador – ou que não têm que se dar na totalidade –, e que se tratam mais de virtudes daqueles que com ele trabalharam. Mantém-se, assim, a dúvida inicial, quando nos perguntávamos a quem se deve atribuir o mérito das intervenções que se fizeram no Porto na segunda metade do séc. XVIII.

Antes de mais deveremos dizer que, pelas razões apresentadas, somos da opinião de que João de Almada teria as características esboçadas. No que respeita às qualidades “técnicas” *tout court*, se não as tinha, possuiria outras importantes para o bom governo e, conseqüentemente, para dirigir a renovação e construção da cidade. Por um lado, soube auscultar quem sabia, tal como podemos ver, por exemplo, numa carta em que pede conselho sobre uma construção, “pois tu tens voto em obras, e tomarei o teu concelho antes (...)”⁵⁷. Usou de prudência porque, para além de pedir conselho, soube esperar mantendo as diligências necessárias – “pello que toca a situação dos armazes, eu ainda me não acho verdadeiramente informado delles, porém brevemente te poderei mandar *uma* planta do sitio, e uma informação de tudo o que me aconselhas faça nelle”⁵⁸ –, e porque soube rodear-se das pessoas competentes. Este último aspecto, referido por vários autores, é especialmente tratado por Pinto Ferreira. No seu estudo

⁵⁷ BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 712, fts. 52 v. e 53.

⁵⁸ *Ibidem*.

sobre a Praça da Ribeira diz que “além de muito talento e muita capacidade devia ter possuído, como o seu parente e contemporâneo Marquês de Pombal, uma superior intuição para se saber rodear de bons colaboradores”⁵⁹.

Na mesma linha, Flávio Gonçalves escreve que João de Almada “rodeara-se de uma excelente equipa de engenheiros militares e arquitetos, que, de olhos postos na reconstrução pombalina de Lisboa, congeminaram parte da atual *baixa* portuense”⁶⁰. Outros autores poderiam ser chamados a sustentar este parecer, mas julgamos suficientes os que apontámos para, sintetizando a resposta à questão colocada, considerarmos que o mérito do trabalho realizado se deve a uma boa equipa liderada por um bom chefe.

Com tudo o que foi dito não queremos seguir o retrato laudatório do Governador das Armas e das Justiças do Porto, na linha dos escritos de Francisco Bernardo de Lima ou de Manuel Gomes de Lima Bezerra, que, como refere Ferreira Alves, elogiam em demasia a pessoa⁶¹. Concretamente, é muito provável que não tivesse aqueles grandes rasgos de carácter que o convertessem em figura carismática. Estando ligado ao poder central procurou estar próximo do poder local: movia-se entre dois mundos, ocupando uma posição difícil. Foi, sem dúvida, uma pessoa de “largas iniciativas, cuja realização forçosamente havia de encontrar más vontades”⁶². A sua competência radicava numa capacidade nata de governo, apesar de não ser propriamente um líder, e, principalmente, no seu constante e infatigável trabalho. Este atributo de laboriosidade, onde se destaca a modéstia que anteriormente caracterizámos, provavelmente é o que leva Costigan a ser depreciativo. Quando este diz que o Governador tem uma “capacidade diminuta e nenhum talento”, enquanto Pinto Ferreira afirma que é um “extraordinário homem de ação”, verifica-se que o primeiro estará a avaliar o carácter da pessoa visto apenas de uma perspectiva, e o segundo a obra de várias pessoas, de uma equipa. Deste modo consideramos haver verdade nas duas opiniões, sendo a primeira restritiva e a segunda excessivamente abrangente.

O texto em forma epistolar de Costigan reclama ainda um breve comentário. O conteúdo cáustico, tão patente nestas cartas, era habitual no Romantismo do séc. XIX, onde a perspectiva subjetiva suplantou a objetividade dos relatos setecentistas. Assim o explica Maria Zulmira de Sousa na apresentação de uma das publicações dos *Sketches* em língua portuguesa, acrescentando que os textos descritivos do séc. XVIII, de cariz enciclopédico, tinham, por seu turno, uma utilidade prática e procuravam, por isso, ser objetivos⁶³. Mas, para além daquela característica, estamos em crer que Costigan, cujo verdadeiro nome era James Ferrier⁶⁴, redige as suas

⁵⁹ J. A. Pinto Ferreira, “A Praça da Ribeira”, Separata do *Boletim Cultural*, 18.

⁶⁰ Flávio Gonçalves, “A arte no Porto na época do Marquês de Pombal”, 108.

⁶¹ Não deixa de ser curioso que os “Textos Laudatórios” sejam todos de 1765, quando ainda se estavam a iniciar as primeiras operações urbanas. Parece evidente que, àquele ano, há um exagero nos panegíricos que rodeiam a figura. Pinto Ferreira alude ao facto de haver um ambiente que os justificava. A Rua do Almada tinha acabado de ser aberta. Começava-se a abrir a Rua de São João. Mesmo assim, entre a obra feita e os referidos textos, há uma *décalage* substantiva. Cf. Joaquim Jaime B. Ferreira Alves, *O Porto na época dos almadás. Arquitetura, Obras Públicas*, 37.

⁶² J. A. Pinto Ferreira, “A Praça da Ribeira”, Separata do *Boletim Cultural*, 10.

⁶³ cf. Arthur William Costigan, *Cartas sobre a sociedade e os costumes de Portugal, 1778-1779* (Lisboa, Lisóptima, 1989, Vol. I, pág. 10).

⁶⁴ *Ibidem*, pag. 17 e 18. Cf. também Arquivo Histórico Militar, Processo Individual de James Terrier, CX. 5/3. O Brigadeiro Ferrie exerceu funções pelos anos 60 e 70 do século XVIII, chegando a comandante do regimento de Artilharia do Porto, que na altura se encontrava instalado em Valença do Minho.

missivas num contexto de ruptura com Portugal, facto que poderá ter contribuído para o tom especialmente crítico que adopta⁶⁵.

Concluimos este ensaio compendiando os traços gerais do carácter do Governador, depurados neste ensaio a partir dos documentos e das obra que nos deixou. Temos, pois, um homem doente, bondoso, onde repousa a modéstia, a laboriosidade e a responsabilidade; uma pessoa de visão e com abertura de espírito. A modéstia da sua personalidade deverá ser entendida como prudência, ou seja, João de Almada e Melo seria uma pessoa ponderada, reservada ou discreta, de ação refletida.

⁶⁵ James Ferrier foi expulso de Portugal depois de um processo que durou cerca de 14 anos. Durante esse período escreveu diversas cartas em sua defesa, a diversas figuras proeminentes, num português fluido, correto e persuasivo (cf. por exemplo, BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 616, fl. 57, ou BNP, *Coleção Pombalina*, Lv. 638, fls. 502 e 503).

Bruno Henriques*

A visão histórica de Mendes Corrêa (1919-1940)

R E S U M O

Partindo das diretrizes da Academia Portuguesa da História, renascida durante o Estado Novo, este artigo propõe-se analisar temas, conteúdos e, acima de tudo, os valores que norteiam a produção historiográfica do período em questão. Para tal, tomámos como protagonista António Augusto Mendes Correia, eminente portuense e antropólogo da primeira metade do século XX, e através da sua produção histórica, procurámos o seu enquadramento nos valores científicos da Academia e averiguar o grau de influência na sua obra.

Este artigo resulta da investigação apresentada na dissertação de mestrado com o título: «A ressurreição da raça portuguesa no pensamento de Mendes Correia. História. Antropologia. Eugenia (1911-1960)»

Palavras-chave: Mendes Correia; Estado Novo; Raça; Historiografia.

A B S T R A C T

From the guidelines of the Academia Portuguesa da História, reborn during the Estado Novo, this article proposes to analyze themes, contents and, above all, the values of the historiographic production in this period. For this, we took António Augusto Mendes Correia, eminent Oporto citizen and anthropologist, and through his historical production, we sought his establishment into the scientific values of the Academia and find out its influence in his work.

This article includes results of the investigation that was presented in the Masters dissertation under the title: «A ressurreição da raça portuguesa no pensamento de Mendes Correia. História. Antropologia. Eugenia (1911-1960)»

Keywords: Mendes Correia; Estado Novo; Race; Historiography.

Introdução

Pelo Decreto-Lei nº 26/611, de 19 de Maio de 1936, na comemoração do 10.º aniversário da ‘Revolução Nacional’, nasceu a Academia Portuguesa da História, que pautou a tónica da investigação historiográfica do período do Estado Novo.

Nascido na cidade do Porto em 4 de abril de 1888, António Augusto Mendes Correia cursou Medicina na Escola Médico-Cirúrgica na sua cidade, concluído em 1911 com a média de 17 valores. Autor de uma vasta e variada obra, foi antropólogo, arqueólogo, professor das Faculdades de Ciências e de Letras da Universidade do Porto, presidente da Câmara do Porto, deputado na Assembleia Nacional e presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, dentre

* Mestre em História Contemporânea pela Universidade do Porto e investigador do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar – Cultura, Espaço e Memória).

os principais cargos que desempenhou. Neste artigo, deixamos de parte o seu contributo nas suas diversas áreas profissionais e centramo-nos na sua lavra historiográfica.

Mendes Correia ofereceu o seu contributo para a resolução de “problemas históricos [onde antes existiam] divergências de interpretação, procurando definir a verdade no interesse nacional”¹, como pediam os estatutos da Academia. O que significa que a produção historiográfica procurava plasmar verdades, ao serviço da nação, sem espaço para questionamento – a ciência histórica ao serviço da ideologia política; o passado que engrandece o presente.

Os “problemas” que a historiografia da década de 30 pretendia ver resolvidos versavam sobre a questão da origem da nacionalidade, a questão da geopolítica de Portugal no mundo e na Península Ibérica, e a questão da decadência da raça portuguesa. Vejamos os pontos de vista de Mendes Correia.

A individualidade de uma vontade coletiva

A formação da nacionalidade, um dos mais polémicos temas historiográficos, havia sido abordado por nomes como Alexandre Herculano, Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Martins Sarmiento, Oliveira Martins, Jaime Cortesão e, no período em questão, por Damião Peres, com o qual Mendes Correia iria entrar em acirrada discussão.

Para Mendes Correia, Portugal tem uma origem remota, anterior a D. Afonso Henriques. Considera que não falamos ainda de uma nação independente, mas de um conjunto de pessoas que apresenta características comuns e que permaneceriam inalteráveis ao longo do curso histórico. Desde logo, temos um discurso que apresenta dois objetivos: a existência de uma população ‘portuguesa’ anterior ao Portugal político implica uma história com raízes mais profundas, um prolongamento no passado da história portuguesa; não associar um espaço físico à origem de Portugal é tentar legitimar todas as aquisições de territórios, seja pela Reconquista Cristã, seja pela Expansão marítima.

Resultado das escavações arqueológicas em Muge, Mendes Correia encontra no *Homo taganus* uma individualidade taxonómica que o separa “nitidamente das populações atuais da raça mediterrânica”². O que o autor pretende demonstrar é que poderá estar no *Homo taganus* um antepassado dos portugueses, apesar de “distinto do português médio contemporâneo”³. Mendes Correia resolve o problema da distinção antropológica entre as ossadas com mais de dez mil anos⁴ e o português coevo, falando de uma “*cultura megalítica portuguesa*”⁵, que se distinguia das restantes encontradas na Península Ibérica. Ou seja, o *Homo taganus* era geneticamente díspar do português contemporâneo mas culturalmente próximo.

Esta teoria não sofreu qualquer contestação pelos seus contemporâneos, servindo até para oferecer uma proto-história a Portugal. O mesmo não aconteceu quando formulou a sua teoria da origem da nacionalidade.

¹ Art.º 2, ponto 3, dos estatutos da Academia Portuguesa da História. Cit. in Luís Reis Torgal, “A história em tempo de «ditadura»” in *História da História de Portugal*. II Vol. *A História através da História*, Luís Reis Torgal; José Amado Mendes; Fernando Catroga (s.l.: Temas e Debates, 1998), 285.

² Mendes Correia, *Novos elementos para a cronologia dos concheiros de Muge* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1934), 7-8.

³ *Idem*, *Raízes de Portugal* (Lisboa: Vista “Ocidente”, 1944), 71.

⁴ Cf. *Ibidem*, 70.

⁵ *Idem*, 72-73.

Em 1938, Damião Peres publicou o livro *Como nasceu Portugal*, onde defende que Portugal nasce da vontade política de D. Afonso Henriques e, entre os séculos IX e XI, da existência de ermamento entre o Minho e o Mondego. Mendes Correia refutou esta tese e iniciou uma polémica historiográfica com o então presidente da Academia Portuguesa da História. Dez anos antes, Damião Peres, na *História de Portugal*, dita ‘de Barcelos’ (1928-1935), de sua direção, escreveu no prefácio que, os conhecimentos científicos mostravam que os portugueses do século XII “eram legítimos representantes daquelas vetustas gerações tão ciosas da sua autonomia.”⁶ Damião Peres referia-se à filiação lusitana do Portugal medieval, tese que não oferecia qualquer resistência na comunidade histórica, da existência de proto-Portugal, e que refutava a tese de Alexandre Herculano, mas à qual caminhou Damião Peres regressou no seu livro de 1938. Ora, o que acontece é que o eminente incorreu numa falta grave para com os preceitos da Academia a que presidia, pois refundia uma verdade que estava já plasmada na ‘sua’ *História de Portugal*. Mendes Correia insurgiu-se precisamente contra a falta de coerência de Damião Peres⁷. Defendia que as duas obras deveriam ser complementares, nunca concorrentes.

Mendes Correia não secundarizou o papel de D. Afonso Henriques e considerou até que a sua glória “como fundador de Portugal, [era] grande e irrecusável.”⁸ Mas a vontade individual nada conquistou porque, como afirma: “nenhuma vontade humana teria sido capaz de construir esta Pátria, sem o sopro vivificador duma direção providencial, sem esta terra abençoada, e sem Portugueses.”⁹ D. Afonso Henriques é o porta-estandarte de uma vontade coletiva antiga, ao mesmo tempo terrena, espelhada na vontade da população, e divina, destinada pela providência. Uma vontade que pode ser representada pela Lusitânia: “um artifício, um Portugal remoto de arbitrária fisionomia continental [...]. O Portugal ulterior, com a capital em Lisboa, é a realização definitiva, eterna”¹⁰. Foi também aqui, segundo as suas palavras que se iniciou a “epopeia portuguesa e nasce[u] a Nação.”¹¹

A retórica de Mendes Correia insere-se nos valores historiográficos coevos. Deste modo, não pensemos que a defesa do coletivo se sobrepõe ao indivíduo. São, duas entidades que se alimentam a si mesmas. Viriato e D. Afonso Henriques servem uma vontade coletiva como líderes e heróis esclarecidos, de sobre-homens nietzschianos, numa linha linhagem direta até Salazar. Deste modo, a união entre portugueses e líderes é umbilical, numa linha contínua e coerente do tempo histórico e de valores perenes.

Mas foi o segundo ponto que mais encolerizou Mendes Correia, o da ideia de que, entre os séculos IX e XI, existiu ermamento entre o Minho e o Mondego. Mendes Correia não aceitou a ideia de hiato na história portuguesa, pois isso significaria que as invasões sucessivas da Península Ibérica significavam o desaparecimento dos Lusitanos. Rebateu esta tese com o argumento de que “uns punhados de legionários e colonos romanos, umas hordas de bárbaros do norte e de sarracenos [não aniquilaram] a massa homogênea lusitana, e dado tardiamente origem, pelo mais surpreendente fenómeno, à unidade nacional portuguesa.”¹² Para reforçar,

⁶ Damião Peres, *História de Portugal*, I Vol. (Barcelos: Portucalense Editora, 1928), 15-16.

⁷ Mendes Correia, *Raízes de Portugal* (Lisboa: Vista “Ocidente”, 1944), 79. Podemos ler aqui que Damião Peres “há poucos anos ainda pensava de modo contrário”.

⁸ Mendes Correia, *Da Pré-História à História Portuguesa* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1940), 13.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Idem*, *Raízes de Portugal* (Lisboa: Vista “Ocidente”, 1944), 27-28.

¹¹ *Idem*, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 75.

¹² *Idem*, *Raízes de Portugal* (Lisboa: Vista “Ocidente”, 1944), 78.

socorreu-se das obras de Leite de Vasconcelos (*Etnografia Portuguesa*, 1936), o qual defendia “a nítida continuidade da população”¹³ no período em questão, e da *História da Administração Pública nos séculos XII a XIV*, de Gama Barros, publicada entre 1885 e 1922, onde corrobora que “a população entre Minho e Mondego era numerosa.”¹⁴ A coerência temporal da história de Portugal não se compadecia com ermamentos e Mendes Correia questiona implicitamente Damião Peres, se a população portuguesa teria surgido “de repente”¹⁵.

Damião Peres responde através da publicação do artigo *Portugal «Ex Animo Portucalensium»*, mantendo o que disse no seu último livro e, em tom cáustico, acusou o antropólogo portuense de ter “mau sestro, e já velho, de pretender discutir tudo, mesmo aquilo de que sabe muito pouco”¹⁶.

A discussão parece ter esmorecido, até porque não encontramos episódios subsequentes. O que não esmoreceu foi a defesa do seu ponto de vista acerca da origem da nacionalidade e que estava plasmada, como que ironicamente, na ‘História de Barcelos’, na qual firmou o primeiro capítulo: “A Lusitânia pré-romana”. Podemos encontrar aqui a recusa da tese do ermamento de Alexandre Herculano e que, mais tarde, acusou de escrever “ilusões e patranhas”¹⁷, enquanto historiadores como ele e Martins Sarmiento se apoiavam na “objetividade científica”¹⁸.

Mendes Correia era, mais do que historiador, arqueólogo e antropólogo, e procurou nestas ciências os argumentos que fizessem dos lusitanos antepassados dos portugueses. Deste modo, afirmou que se tratavam de um povo anterior aos Celtas, mas que receberam destes “influência cultural e talvez antropológica”¹⁹ sendo este o “antigo povo que é lícito cientificamente considerar como o principal elemento etnogénico dos modernos portugueses”²⁰. No fundo, o que Mendes Correia pretende é inserir os portugueses como uma das raças puras, um conceito antropológico tão em voga da década de 30 do século XX, alheio a influências étnicas externas e a mostrar o *continuum* na história de Portugal²¹, tão importante no passado como no presente.

¹³ *Ibidem*, 81.

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ Damião Peres, *Portugal «Ex Animo Portucalensium»* (Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1938), 8.

¹⁷ Mendes Correia, *Martins Sarmiento e a consciência nacional* (Guimarães: Tipografia Minerva Vimaranesense, 1933) (separata do fascículo 1-4 da *Revista Guimarães*, vol. XLIII), 14.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Idem*, *Valencianos e Portugueses* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1933) (separata da homenagem a Martins Sarmiento), 251. O mesmo afirmou nesta obra, socorrendo-se da arqueologia e do testemunho de Estrabão. In *IDEM*, *Raças do Império* (Porto: Portucalense Editora, 1943), 151.

²⁰ *Idem*, “O criminoso nas tradições populares portuguesas” (conferência no Club Fenianos do Porto, em dezembro de 1930) in Mendes Correia, *A Nova Antropologia Criminal* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1931), 206.

²¹ Cf. *Idem*, *Raízes de Portugal* (Lisboa: Vista “Ocidente”, 1944), 75-76; Vide também *Ibidem*, 84-85, onde afirmou: “Os argumentos favoráveis à persistência de remotos tipos consistem sobretudo na verosimilhança duma certa afinidade de composição entre neo-eneolíticos de Portugal e a nossa população de hoje, e na analogia de comportamento, de tendência autonómica e expansiva, ou de originalidade cultural e social da gente megalítica, dos Lusitanos, e dos Portugueses históricos. [...] Esses factos são reveladores de predisposições humanas, tendências e capacidades tão paralelas ou semelhantes que só por um estranho capricho do acaso não resultariam de energias inatas comuns, duma certa continuidade germinal.”; por fim, vide in *Idem*, *Raças do Império* (Porto: Portucalense Editora, 1943), 150-151: “Conjugando os elementos antropológicos, arqueológicos e históricos, somos levados a apresentar os Lusitanos (...) não como simples recém-vindos Celtas, Iberos ou Celtiberos, mas como um povo que tinha fundas e longínquas raízes no território, relacionando-se genealógicamente com os portadores duma velha cultura ocidental, os construtores de dólmenes.”

Encontramos no discurso de Mendes Correia uma vontade de autonomia e independência nos nossos antepassados lusitanos que, apesar de serem rudes montanheses, ofereceram resistência à invasão dos civilizados romanos²². Mais uma vez, socorreu-se da arqueologia para mostrar, como afirmou, o “cunho indelével do génio nacional e a relutância do indígena em receber a cultura estranha”²³. Mendes Correia interpretou o combate aos invasores como se tratasse de um sentimento existente de independência²⁴ e duma tendência autonómica hereditária²⁵. Existe, para Mendes Correia, uma predisposição genética para a autonomia e independência, que se manteve viva ao longo do curso histórico e que permite manter intacto o sentimento nacional.

Por outro lado, a ausência de influência externa do genótipo implica uma mensagem para os antropólogos contemporâneos de Mendes Correia, que acusavam Portugal de ser um país mestiço. Mendes Correia escreve profusamente acerca deste tema, recusando sempre qualquer influência externa no que aos caracteres somáticos concerne. Apenas aceita influências culturais, pois só assim os portugueses passaram de ‘rudes montanheses’ a povo civilizado: a língua, o direito e o município são heranças romanas²⁶. Assim, a estirpe manteve-se intacta e a aquisição de valores civilizacionais colocaram Portugal na rota do Ocidente, logo, na dianteira do processo histórico. Uma vez adquiridos, cabia então aos portugueses delegá-los legitimamente. Isto é, a a civilização pressupõe uma hierarquia: o portador, traz consigo os valores do ocidente europeu (mais tarde, de cunho cristão), o qual os administra no recetor, um agente passivo. Trata-se de um ato altruísta, nunca impositivo - a lei do bem superior. Assim, as invasões germânicas e muçulmanas que sucederam às dos romanos não influenciaram, em grande medida, a população autóctone pois, segundo Mendes Correia, tratavam-se de “multidões guerreiras que, uma vez vitoriosas, se contentavam com o domínio militar, político e económico, não suprimindo a população pré-existente e mesmo deixando-se influenciar pelos seus costumes, pela sua língua, pela sua cultura, que era superior à delas”²⁷.

Quando os dados científicos são escassos ou inexistentes, o discurso de Mendes Correia resvala para o misticismo mitológico. Foi o que aconteceu numa conferência proferida na Junta da Providência do Ribatejo, em 18 de junho de 1938²⁸, onde Mendes Correia avançou com a hipótese de que Platão, na sua descrição da Atlântida, terá tomado como influência os cenários e os quotidianos ribatejanos e lisboetas²⁹. Ademais, voltou a trazer à liça os lusitanos, para afirmar que estes “tinham certas coincidências com os Atlantes”³⁰, o que teria levado o filósofo de Atenas a ter escolhido os lusitanos como exemplos modelares da mítica civilização.

O discurso científico-ideológico de Mendes Correia equilibra-se entre a investigação e a utilidade mítica, isto é, colocando a história como suporte teórico do regime, num constante diálogo de exigências entre o passado e o futuro. Construir uma mitologia de uma nação forte implicava,

²² Cf. *Idem*, *Da Pré-História à História Portuguesa* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1940), 14.

²³ *Idem*, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 75.

²⁴ Cf. *Ibidem*, 156.

²⁵ Cf. *Idem*, *Raízes de Portugal* (Lisboa: Vista “Ocidente”, 1944), 76.

²⁶ Cf. Mendes Correia, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 75.

²⁷ *Idem*, *Raças do Império* (Porto: Portucalense Editora, 1943), 154.

²⁸ Cf. *Idem*, “Um problema paleogeográfico” in *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, nºs 1 e 2 (Porto: [s.e.], 1920). Neste artigo responde a um artigo publicado por Pierre Ternier e debate acerca das possíveis localizações da Atlântida.

²⁹ *Idem*, “Pré-História e gente do Ribatejo” in Mendes Correia, *Antropologia e História* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1954), 18.

³⁰ *Ibidem*.

numa égide darwiniana, a sua sobrevivência. O seu discurso, de um positivismo extremo, não há espaço para dúvidas. Segundo as suas palavras, à falta de dados científicos devia opor-se a “convicção, grata ao nosso sentir, de que não somos apenas uma das mais antigas e gloriosas nações da Europa, mas temos em nós o sangue, os genes, as virtualidades fecundas duma estirpe multimilenária que um dever nacional e humano manda preservar da dissolução e do aniquilamento”³¹.

A prova cabal do valor português

Depois de tratado do ser, Mendes Correia tratou do estar - do posicionamento histórico de Portugal na Península Ibérica e no mundo. Para ele, a Restauração da independência em 1640 e a expansão marítima e colonial eram a “prova cabal do valor português”³². Esta expressão foi escrita em 1919, e serve esta efeméride para adiantar que o discurso histórico de Mendes Correia não é fruto da Academia Portuguesa da História, senão precursor.

Ao falar de política colonial, Mendes Correia continuou a adicionar ilustres antecessores à linhagem do herói Salazar, como D. Manuel I, o qual foi o precursor do colonialismo tolerante e justo³³, sem imposição agressiva dos costumes metropolitanos³⁴ e, acima de tudo, tentou mostrar que o programa para os indígenas não diferia, na essência, “do consagrado modernamente no Ato Colonial Português”³⁵.

Como falámos atrás, os lusitanos foram recetores da civilização transmitidos pelos romanos. Os portugueses quinhentistas, na opinião de Mendes Correia, pegaram no testemunho e passaram a ser emissores de civilização. Não se trata de uma conquista imperialista nas suas palavras, mas de um expansionismo luso-cristão, essa “verdadeira epopeia civilizadora.”³⁶ O eminente portuense defendeu a ideia de que não foi escolha de Portugal fazer a expansão, foram os portugueses que foram selecionados providencialmente para executá-la. Deste modo, os portugueses passaram a ser os representantes da civilização ocidental (de matriz cristã) e influenciaram parte do mundo desconhecido com a sua “mentalidade, língua, direito, moral, religião.”³⁷

Acima de todos os valores estavam os de cariz religioso, os quais Mendes Correia considerou como sendo os que atestavam o contributo de Portugal para o mundo civilizado e que não poderiam causar menos do que “gratidão universal”³⁸.

Tenhamos em mente que a retórica do Estado Novo operava sempre em dois tempos: passado e presente. Em 18 de maio de 1925, Mendes Correia discursou na Universidade de Coimbra e apresentou um texto onde defendia o combate aos imperialismos económicos, relevando o alemão, e à disseminação dos ideais da ditadura do proletariado. Em contraposição apresentou o exemplo português, essa “fórmula verdadeiramente humanitária, reparadora de injustiças, emancipadora dos oprimidos, consoladora dos humildes, [que] reside apenas na ressurreição das singelas virtudes cristãs no seio desta humanidade que as perdeu sob a crítica

³¹ *Idem*, *Raças do Império* (Porto: Portucalense Editora, 1943), 235.

³² *Idem*, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 156.

³³ Cf. *Idem*, “A Cultura Portuguesa na África e no Oriente” in Mendes Correia, *Antropologia e História* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1954), 245.

³⁴ Cf. *Ibidem*, 246.

³⁵ *Idem*.

³⁶ *Idem*, 232.

³⁷ *Idem*, 246.

³⁸ *Idem*, *Raças do Império* (Porto: Portucalense Editora, 1943), 259.

da estiolante e perversa dum ceticismo sacrílego.”³⁹ Serve este argumento, implicitamente, para atestar que o único império legítimo é aquele que defende os valores de antanho do ocidente cristão e que, curiosamente, eram também os valores do Portugal presente.

Para Mendes Correia, Portugal desempenhou no mundo os papéis de sacerdote, como vimos, de soldado, cientista e de mercador.

Como soldado, Portugal foi baluarte da resistência cristã, líder dos valores europeus, face aos invasores muçulmanos no norte de África⁴⁰, cujo “poderio teria podido um dia esmagar a Europa.”⁴¹

Como cientista, e nas suas palavras, “é simplesmente prodigioso o que os Portugueses fizeram no passado relativamente ao conhecimento científico das raças indígenas dos países que iam descobrindo, de muitas das quais nem sequer se suspeitava a existência, sendo os nossos exploradores que as revelaram ao mundo culto da época”⁴².

Como mercador, Portugal explorou economicamente os recursos das suas colónias, quer em géneros, quer em pessoas. E aqui inserimos um dos temas mais difíceis de defesa da exploração colonial: a escravatura. Seria impossível falar de altruísmo perante a existência de escravos. Mendes Correia desviou a questão e colocou-a em perspetiva, quando afirmou que a escravatura portuguesa, quando comparada com a das colónias de outras nações, foi mais humana, pois “nem Portugal teve o monopólio e a iniciativa da escravidão do globo, nem a exerceu mais cruelmente do que outras nações. Os portugueses foram mesmo dos povos mais benignos com os próprios escravos.”⁴³ Exemplificou com o caso brasileiro: “frequentemente, os proprietários de escravos davam alforria, por sua morte, aos bons, e [apenas] conservavam na escravidão os maus”⁴⁴. No fundo, sem o dizer, tentou mostrar que Portugal praticou a escravatura, mas de forma menos intensa e, acima de tudo, enalteceu o precoce movimento abolicionista no império, exemplificando, mais uma vez, com o caso brasileiro, com a libertação dos índios do trabalho forçado, em 1755⁴⁵.

Nas palavras de Mendes Correia, Portugal foi precoce como nação, precoce na defesa dos ideais europeus e, quando eclodiu a II Guerra Mundial, devia ser precoce na defesa moral contra a escravidão que dizia assolar a Europa: a escravidão ideológica (imperialista ou socialista), que devia ser combatida, escravizava “a humanidade de hoje à tirania dos instintos mais grosseiros, à crueldade duma ideologia destruidora e feroz, à maldade, ao crime e à mentira! Proclamemos a soberania definitiva do Espírito, o império da Bondade e da Justiça entre os homens”⁴⁶.

Portugal deveria, assim, manter os papéis de sacerdote, soldado, cientista e mercador pois, a falta de interferência civilizacional dos portugueses nas suas colónias, pode levar a uma regressão à barbárie⁴⁷.

Para além da escravatura, Mendes Correia usou o polémico tema da mestiçagem como prova do valor de Portugal como disseminador civilizacional. Este é o tópico mais incoerente

³⁹ *Idem, A Antropologia nas suas relações com a arte* (Porto: Edições da Renascença Portuguesa, 1925), 57.

⁴⁰ *Idem, “A Cultura Portuguesa na África e no Oriente”* in Mendes Correia, *Antropologia e História* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1954), 232.

⁴¹ *Idem, Ibidem*, 256.

⁴² *Idem, Raças do Império* (Porto: Portucalense Editora, 1943), 246.

⁴³ *Idem, Antigos escravos africanos em Portugal e no Brasil* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1938), 25.

⁴⁴ *Ibidem*, 22.

⁴⁵ *Idem*, 25.

⁴⁶ *Idem*, 29.

⁴⁷ Cf. *Idem, Raças do Império* (Porto: Portucalense Editora, 1943), 382.

do discurso de Mendes Correia, uma vez que escasseiam os dados científicos, como ele próprio refere, que permitam atestar graus de miscigenação das colónias⁴⁸. Mendes Correia opera um discurso de atração-repulsão pela miscigenação consoante o público-alvo.

Se o recetor era o público nacional, rebateu as diversas teses estrangeiras da existência de sangue não branco nos portugueses, com base em dados históricos e antropológicos, para atestar a pureza racial dos portugueses. Neste sentido, exemplificou com o papel de D. Manuel I e da Inquisição no cruzamento com judeus, para mostrar que a política e a religião travavam a possibilidade de mistura étnica⁴⁹. Mesmo no que concerne a ciganos e negros, afirmou que “está provado que, apesar de sucessivas importações desses elementos étnicos, quer em recuadas épocas, quer no período da nossa expansão marítima e colonial, foi muito mais insignificantes do que vários estrangeiros têm afirmado, a influência etnogénica dessas raças exóticas na população portuguesa”⁵⁰.

Já se o discurso era feito para público estrangeiro, sobretudo para aqueles que atacavam o nosso império colonial, caso dos antropólogos alemães, Mendes Correia evocou a humanidade dos portugueses nas relações raciais, falando de “ausência de preconceitos raciais”⁵¹, e acrescentando que “os Portugueses são dos povos mais abertos e acessíveis do mundo”⁵².

Porém, existe uma aceitação de mesclagem mais no sentido de convivência do que mistura étnica. Se Mendes Correia admitiu algum cruzamento genético, fez questão de frisar que a hierarquia permanecia imutável, isto é, que a superioridade portuguesa se impunha implicitamente, uma vez que o “predomínio afetivo na psicologia portuguesa contribuiu para estreitar os laços fraternais dos Portugueses com outras populações e fez da cultura lusitana uma das mais naturais, espontâneas e humana das culturas, mesmo em diferentes meios”⁵³.

Ao esclarecimento e posicionamento de Portugal no mundo, Mendes Correia acrescenta a importância da nação no seio da Península Ibérica. Este posicionamento geopolítico era imperativo, sobretudo, se atentarmos às convulsões políticas que Espanha sofreu durante a década de 30, com especial cuidado para a possível contaminação republicana do Estado Novo, antes do desfecho da Guerra Civil.

Para isso, Mendes Correia recorreu a 1640 e à Restauração da independência portuguesa, como episódio basilar da autonomia lusa fase aos espanhóis. Nunca é demais acrescentar que se serviu da figura de D. João IV para inserir na linhagem heroica de Salazar. Porém, de acordo com a linha contínua e coerente da história de Portugal nos trâmites do Estado Novo, debateu-se com dois problemas historiográficos: o da recuperação da figura de D. João IV, até então tido pelos historiadores como um rei menor, e o de retirar a Restauração como um restabelecimento da história de Portugal.

Mendes Correia, apoiando-se em Alfredo Pimenta e António Sardinha, argumentou contra Oliveira Martins, que considerava o rei restaurador um rei menor. Num artigo publicado no *Independência*, em 1940, sob o título “O significado e os fatores profundos da Restauração”,

⁴⁸ Cf. *Idem*, *Raízes de Portugal* (Lisboa: Vista “Ocidente”, 1944), 98.

⁴⁹ Cf. *Ibidem*.

⁵⁰ *Idem*. Vide também *Idem*, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 81.

⁵¹ *Idem*, “A Cultura Portuguesa na África e no Oriente” in Mendes Correia, *Antropologia e História* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1954), 258-259.

⁵² *Ibidem*, 258.

⁵³ *Idem*, 260.

escreveu não compreender como podia Oliveira Martins concordar com a continuidade étnica entre lusitanos e portugueses e não admitir a continuidade entre a dinastia de Avis e a de Bragança. Tratava-se de um argumento que não servia Portugal, logo “os apodos deprimentes e perversos com que Martins se refere à Pátria, são delitos de que o tribunal da História não poderá jamais absolvê-lo.”⁵⁴ E acrescenta, sob uma fundamentação antropológico-ideológica: “O fundo étnico, a vontade nacional não desaparecerá.”⁵⁵ Mais uma vez, encontramos aqui presente, a ideia de que a população, da qual a casa régia fazia parte, permaneceu imutável. Para além da população, Mendes Correia defendeu intervenção divina na Restauração⁵⁶ e apelou a uma ‘lógica’ inquestionável: “Como? Conjugando todos os fatores predisponentes, adjuvantes e eficientes que anunciamos, clima internacional, oportunidade, fatores económicos, políticos, religiosos, sociais, individuais, dando-nos um rei a valer, clarividente, tenaz, zeloso, homens de Estado, gerais, diplomatas, um clero patriota, bons soldados, toda essa falange magnífica das figuras de 1640 e da Restauração.”⁵⁷ Isto é, a união entre Deus, Pátria e Povo em torno de um líder: D. João IV no passado, Salazar no presente.

No discurso na sessão inaugural do I Congresso do Mundo Português, em 4 de julho de 1940, Mendes Correia, então presidente da Câmara Municipal do Porto, analisou a conjuntura europeia nos seguintes termos: “A Europa, a humanidade, estão sofrendo agora, de forma bem cruel e trágica, as consequências de se terem deixado entorpecer e cegar por mentiras românticas, por mitos verbais e enganadores, por grosseiras seduções materialistas e pseudo humanitárias, que queimaram nas almas as crenças fortes e sãs em valores duma realidade eterna.”⁵⁸ Como dissemos atrás, Mendes Correia não se revê nas ideologias que surgem na primeira metade do século XX, acusando o imperialismo alemão de ter originado a II Guerra Mundial. Deste modo, uma política belicista não foi defendida, nem por Mendes Correia, nem pela diplomacia portuguesa, estabelecendo desde muito cedo a sua neutralidade.

A diplomacia portuguesa da década de 30 obedeceu a dois princípios muito simples: o pragmatismo e a nação. Já a sua consecução não teve nada de simples, pois implicou uma ginástica de alianças, que culminou no que pretendia Salazar. Nesta década, Salazar tinha bem presente que Portugal, mal preparado militarmente, não podia entrar numa nova guerra, sobretudo após a má experiência da I Guerra Mundial. Continuava a preferir a tradicional aliança com a Grã-Bretanha, apesar de necessitar de algumas garantias da parte dos britânicos, acerca da sua posição face à Guerra Civil Espanhola (1936-39), de modo a evitar uma potencial invasão espanhola do território português. Deste modo, enquanto apoiava o nacionalismo franquista, mesmo com a Grã-Bretanha a declarar-se neutra no conflito espanhol, Salazar pressionava Londres no sentido para fornecimento de armas que permitisse a modernização do exército português.

Em 1938, após uma negociação com o nosso embaixador em Londres, Armindo Monteiro, é enviada a primeira missão britânica para treinar o exército português. A segunda fase da missão inicia-se em novembro do mesmo ano, logo após verificar-se que a paz proveniente

⁵⁴ In *Idem, Gérmén e Cultura*, (Porto: Imprensa Portuguesa, 1944) 101.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ Cf. *Idem*, 99.

⁵⁷ *Idem*. Mendes Correia defendeu até a inevitabilidade da Restauração, apresentando diferenças políticas, geográficas, históricas e biológicas entre os dois países. In *Idem, Raízes de Portugal* (Lisboa: Vista “Ocidente”, 1944), 56-93.

⁵⁸ *Idem, Da Pré-História à História Portuguesa* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1940), 7.

da Conferência de Munique é frágil. Neste sentido, a Grã-Bretanha quer dar novas garantias a Portugal, de modo a evitar que Lisboa negocie com Berlim. Uma aliança que seria desastrosa para Londres, uma vez que, em caso de guerra no Mediterrâneo, teria que passar por uma Península Ibérica hostil e não ter ao seu dispor importantes portos estratégicos, como Lisboa, Lagos, Açores e Cabo Verde. É então que Salazar obtém o que pretende da Grã-Bretanha: ao garantir que não entrará em conflito bélico direto, é-lhe garantida a defesa naval e aérea dos nossos territórios, em caso de ataque espanhol. Em 16 de março de 1939, Portugal assina um pacto de não-agressão com Espanha, a qual havia garantido, até à última, a participação na guerra ao lado das potências do Eixo, o que não viria a verificar-se⁵⁹.

Esta pequena incursão diplomática serviu o propósito de mostrar que a diplomacia portuguesa foi dupla nos atos, negociando com os dois lados digladiantes, enquanto no discurso atestava um Portugal neutro na intervenção direta, mas belicista, na crítica ao imperialismo e aos valores que norteavam a guerra. Aliás, Portugal criticava o expansionismo territorial das potências do Eixo, mas isso não impedia que Itália e Alemanha permanecessem como os principais fornecedores de armamento⁶⁰. Serviu, acima de tudo, para demonstrar que o discurso histórico em torno da Restauração tinha como objetivo legitimar a existência presente da independência portuguesa, face a uma possível ameaça de invasão espanhola durante ou após a Guerra Civil Espanhola.

A vitória de Franco e a assinatura do pacto de não-agressão conduziram ao estabelecimento do Bloco Peninsular, em 20 de dezembro de 1942, aglutinando a Espanha no discurso de uma Península Ibérica que não estava apenas fora da guerra, mas acima da guerra, como bastião dos valores ocidentais. Mendes Correia falou precisamente desses valores, sem nunca esquecer que continuam a tratar-se de dois países díspares⁶¹; porém, partilham: vizinhança, o facto de serem nações irmãs, terem uma língua de tronco comum (com exceção do basco), história similar, religião, glórias comuns⁶². Mendes Correia havia adiantado, em 1919, na ressaca na participação desastrosa do Corpo Expedicionário Português na Primeira Grande Guerra, que Espanha era “claramente a nossa aliada natural”⁶³, e que Portugal e Espanha se deveriam unir num “forte bloco de nações irmãs, opondo, nos azares do destino, ao imperialismo das grandes potências atuais um novo imperialismo, em que cooperaríamos com vantagem”⁶⁴. A cooperação chegou quando Franco chegou ao poder, com uma ideologia de tronco comum em tudo similar à de Salazar, e que Mendes Correia viu nos dois “estadistas lúcidos e patriotas, os melhores obreiros duma bela restauração espiritual na Europa e no mundo”⁶⁵.

⁵⁹ Cf. Valentim Alexandre, *O Roubo das Almas. Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006), 317-386.

⁶⁰ Cf. *Ibidem*, 384-386. A Itália foi a principal fornecedora de artilharia de montanha e artilharia ligeira, enquanto a Alemanha fornecia artilharia antiaérea e artilharia ligeira.

⁶¹ Mendes Correia, *O Bloco Peninsular* (Lisboa: Tipografia da Editorial Império, 1943), 5.

⁶² Cf. *Ibidem*, 14.

⁶³ *Idem*, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 149.

⁶⁴ *Ibidem*, 150.

⁶⁵ *Idem*, *O Bloco Peninsular* (Lisboa: Tipografia da Editorial Império, 1943), 30.

Uma decadência superficial

Em último lugar, falta mostrar a visão histórica de Mendes Correia acerca do período contemporâneo e imediatamente anterior.

Assim como os humanistas do Renascimento olharam com desdém para a Idade Média, buscando na Antiguidade Clássica o apogeu histórico, também Mendes Correia vai analisar de igual modo o período compreendido entre a segunda metade do século XIX e o início da Ditadura Militar em 1926. Sobretudo, foi muito crítico para com todos que defenderam o “*conto da queda*”⁶⁶, a teoria da decadência dos povos.

Mendes Correia reconheceu que existiu decadência em Portugal e que esta “se manifesta a partir dos últimos reinados da dinastia d’Avis, e essa decadência assumiu proporções alarmantes quando as lutas políticas do liberalismo começaram convulsionando o país, e ainda se agravou agora com as consequências morais e materiais do conflito europeu [I Guerra Mundial].”⁶⁷ Trata-se de uma crise política à qual se junta um movimento descensional da população, entre os séculos XVII e o XIX⁶⁸. O autor apodou o século XIX como o da “hipocrisia romântica”⁶⁹, e mostrou repúdio pelo “antipatriotismo de Antero de Quental, António Nobre e Fialho de Almeida – [essa] triste doença, quase endémica, dum século, e o internacionalismo maçónico de Magalhães Lima e outros”⁷⁰. Num processo cumulativo, Mendes Correia defendeu que tudo isso conduziu a que, já na vigência da Iª República, Portugal vivesse sob “más condições económicas [...] desorganização familiar, jurídica e política [e] mau ambiente educativo”⁷¹. E acrescenta questões que, segundo a sua opinião, não foram solucionadas: “Há um alto ideal da Pátria, servido com uma consciência educada e nobre? Não. Há interesses de seita, há interesses de indivíduos”⁷².

Por aqui se vê que Mendes Correia não foi adepto do liberalismo e do republicanismo, ideologias que considerou conduzirem Portugal à “anarquia moral e económica”⁷³ e que venderam uma “mentira igualitária [...] [a qual] deixou uma herança terrível ao séc. XX: a conceção mecanística da sociedade, da vida e da alma, o plano de *standardização humana*, de uniformização social.”⁷⁴

Está implícito nas ideias de Mendes Correia que a decadência é aceite no seu discurso. Mas não se trata de uma decadência intrínseca, de cariz racial. Trata-se, sim, de uma decadência ideológica, de uma crise moral, de líderes menores ou, nas suas palavras, “de uma espuma superficial”⁷⁵.

⁶⁶ Jean Pierre Faye, *O Século das Ideologias* (Lisboa: Instituto Piaget, 1998 [edição original, 1996]), 16.

⁶⁷ Mendes Correia, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 157.

⁶⁸ Cf. *Ibidem*, 159.

⁶⁹ *Idem*, *Discurso no Centenário do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1937), 15.

⁷⁰ *Idem*, *O Bloco Peninsular* (Lisboa: Tipografia da Editorial Império, 1943), 26.

⁷¹ *Idem*, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 162.

⁷² *Ibidem*, 167.

⁷³ *Idem*, *Discurso no Centenário do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1937), 14.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ *Idem*, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 162-163.

Por isso, iniciou uma “guerra aos agoirentos profetas da decadência”⁷⁶, demonstrando que bastava apenas ação política e educativa⁷⁷, uma vez que a crise constituía um mero golpe de cosmética, estando na “raça um substrato real da consciência da nacionalidade.”⁷⁸ As qualidades da raça, como vimos, eram imutáveis, bastando um combate à ‘anarquia’ instalada pois, segundo ele, “as boas qualidades da raça carecem de ser orientadas para um ideal superior e completadas com as que lhe faltam e que são o segredo das grandes nações.”⁷⁹

Mendes Correia evoca a glória histórica num passado distante, como dissemos atrás. Neste sentido, a ressurreição histórica seria possível, se fosse operada em torno de um líder heroico.

Na historiografia portuguesa, Salazar funcionou como um pêndulo que, apesar de ser uma figura do presente de Mendes Correia, facilmente balançava em para o passado, numa viagem temporal gloriosa e eterna.

O repúdio de Mendes Correia pelo seu passado recente aumentava sempre que tinha que falar de Salazar. Assim, quanto pior fosse desenhado o período anterior ao Estado Novo, melhor ficava Salazar na pintura. E não foram poucas as vezes que Mendes Correia o fez, enaltecendo o seu papel técnico na “reconstrução nacional [...] que decorre nos campos, técnico, económico e financeiro”⁸⁰ e as suas qualidades pessoais, a sua “direção firme e esclarecida”,⁸¹ “a clarividência, a decisão, o patriotismo”⁸² e o seu “génio providencial”⁸³.

Se no campo político o caminho parece traçado com Salazar, Mendes Correia aponta para o engrandecimento futuro, quando afirma o seguinte: “para que a reconstrução integral se faça, [...] que ela assente num exato conhecimento da nossa população, num revigoreamento físico e moral do nosso povo”⁸⁴.

Aqui observamos que o discurso histórico obedece à ditadura do prefixo ‘re’: revigoreamento, reconstrução, ressurgimento. Ao contrário do que dizia Oliveira Martins, que defendia que a história era um cemitério, para Mendes Correia “a verdadeira História é uma ressurreição.”⁸⁵

Mendes Correia olha, então, para a história de Portugal como um *continuum* glorioso temporal, de uma constância inerente (população) e de inconstâncias apoteóticas (heróis).

Fernando Catroga escreveu que o “salazarismo alimentou uma visão épica e otimista da história – daí as críticas da historiografia oficial ao pessimismo em causa. [...] O que se pretendia inocular era uma visão orgânica e evolutiva da Nação, descrita como um percurso trilhado segundo o ritmo de um destino já potenciado (por vontade divina). Por isso, passado e futuro eram apresentados como dois pólos que mutuamente se exigiam.”⁸⁶ Cabe aqui todo o discurso histórico de Mendes Correia, e que se pode resumir numa frase de sua lavra, aquando

⁷⁶ *Idem*, “Ciências da População” in *Idem*, *Gérmes e Cultura* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1944), 203.

⁷⁷ Cf. *Idem*, *Raça e Nacionalidade* (Porto: Editores Renascença Portuguesa, 1919), 151.

⁷⁸ *Ibidem*, 154.

⁷⁹ *Idem*, 167.

⁸⁰ *Idem*, *Martins Sarmiento e a consciência nacional* (Guimarães: Tip. Minerva Vimaranesense, 1933), 16.

⁸¹ *Idem*, “Ciências da População” in *Idem*, *ob. cit.*, 151.

⁸² *Idem*, *O Bloco Peninsular* (Lisboa: Tipografia da Editorial Império, 1943), 12.

⁸³ *Idem*, “Pré-História e gente do Ribatejo” in *Idem*, *ob. cit.*, 26.

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ *Idem*, “O Porto, suas origens, evolução e perspectivas” in *Idem*, *Antropologia e História* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1954), 65. Trata-se de uma conferência proferida no Gabinete de História, na cidade do Porto, em 1 de maio de 1950.

⁸⁶ Fernando Catroga, “Ritualizações da História” in *História da História de Portugal*. II Vol. *A História através da História*, Luís Reis Torgal; José Amado Mendes; Fernando Catroga (s.l.: Temas e Debates, 1998), 273.

do I Congresso do Mundo Português, em 4 de junho de 1940: “neste Congresso, evocam-se os mais antigos e os mais obscuros protagonistas duma história multimilenária, as bases telúricas e étnicas da Nação, forças que vêm dum passado distante e se projetam vitoriosas num porvir sem fim.”⁸⁷

Mendes Correia, como praticamente todos os historiadores do Estado Novo, pautou a sua conduta pelos estatutos da Academia Portuguesa da História, numa espécie de construção positivista da história de Portugal, em que o saber temporal era cumulativo, mascarado de científico e auspiciando a verdade e, acima de tudo, obedecendo a um único princípio: a Pátria de Salazar. Não havia espaço para discussão, como sugere o próprio presidente do Conselho, no discurso proferido aquando das celebrações do 28 de maio, em 1936: “Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História.”⁸⁸ Não se discutia a nossa história porque, ao colocar Deus e Pátria na mesma linha de importância, vemos que a história nos é legada por uma entidade superior aos homens, não é construída pelo saber humano, não implica interpretação, apenas reportagem.

Os estatutos da Academia Portuguesa da História não constituíram um ponto de viragem na produção historiográfica de Mendes Correia que, como vimos, mantém a coerência ‘científica’ muito antes da vigência do Estado Novo. Significa isto que Mendes Correia não se alinhou com o saber histórico produzido no Estado Novo; o Estado Novo é que se enformou e alinhou em alguma historiografia anterior a 1933, tendo em Mendes Correia um dos seus intelectuais formadores.

⁸⁷ Mendes Correia, *Da Pré-História à História Portuguesa* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1940), 15. No mesmo sentido, escreve o autor, numa comparação tácita entre Salazar e D. João I: “Há hoje em Portugal, no Portugal de Salazar, há neste lugar e nesta hora solene da Pátria, uma vibração heroica, um frêmito de epopeia e de grandeza, que se assemelha ao daqueles tempos gloriosos.” in *Idem*, “Uma página de Fernão Lopes” in Mendes Correia, *Gémen e Cultura* (Porto: Imprensa Portuguesa, 1944), 70.

⁸⁸ Cit. in Luís Reis Torgal, “A história em tempo de «ditadura»” in *ob. cit.*, Luís Reis Torgal; José Amado Mendes; Fernando Catroga (s.l.: Temas e Debates, 1998), 241.

Paulo Ferreira da Cunha*

Dividir a História: da epistemologia à política?

*À memória do meu saudoso Professor
de Teoria da História, João Francisco Marques*

R E S U M O

A Historiografia acaba por desempenhar papel político de relevo, e as suas manipulações pro domo são frequentes. Em que medida as mudanças de visão das épocas históricas terão implicações políticas? Tal pode não ser muito evidente. Mas certamente que privilegiar este ou aquele evento como marco fraturante, ou abandonar aquela época na penumbra, ou autonomizar este ou aquele período, pondo-o em relevo, não deixará de ter consequências políticas. Este artigo relembra algumas questões de periodologia, e alguns desafios colocados por novas propostas e perspetivas. Procurando estar atento a uma possível leitura política dessa dimensão historiográfica. Palavras-chave: Historiografia; Teoria da História; Épocas; Idades.

A B S T R A C T

Historiography ends up to play a political role of relief, and its pro domo manipulations are frequent. In what extent the historical vision changes about historical periods and epochs will have political implications? This may not be very evident. But, surely, favour this or that event as a landmark, or abandon that time in the shadows, or underlining the autonomy of this or that period, putting it in relief, will not fail to have political consequences. This article recalls some time division issues, and some challenges posed by new proposals and perspectives. Looking to be aware of a possible political reading of this historiographical dimension. Keywords: Historiography; History Theory; Times; Ages.

*Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae,
nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?*

Cícero, *De Oratore*.

*Julgava ver uma antiguidade maravilhosa através dessa Idade
Média que só Gautier era capaz de me revelar*

Marcel Proust¹.

* Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto e investigador correspondente do Centro de História de d'Aquém e d'Além Mar da Universidade Nova de Lisboa; Bolseiro da FUNADESP na FADISP, Prof. da Univ. Anhembi Morumbi (Laureate International Universities).

¹ Marcel Proust, *Journées de lecture* (trad. port. de Magda Bigotte de Figueiredo, *O Prazer da Leitura*, Lisboa: Teorema, 1997), 33.

I. Divisões, abstrações, convenções

O rio da História corre incessantemente, e não se pode legitimamente dividir. Não é admissível catalogar o passado de forma radical, “ontológica”, embora nos tenhamos habituado a certas “cores locais” das épocas. As represas teóricas já não são o próprio rio; são lagos artificiais.

Mas há lagos e lagos. E também há pântanos, que são as ideias confusas daqueles estudantes cábulas e / ou mal ensinados que proliferam, em muitos países, e que não distinguem já nada na cronologia e na periodologia. A falta de sentido histórico é, aliás, um problema de base da orientação das pessoas no Mundo. E um dos responsáveis pela presente crise da cidadania. Falta-nos saber História para entender o presente e projetar o futuro.

Sempre se soube que a divisão da História geral em idades e das histórias especializadas em períodos, movimentos e correntes (desde logo a História da Literatura e a História da Arte ou a História Económica, mas outras também... certamente todas) era comodidade e artifício. Sempre se conheceram teorias alternativas sobre a datação dos começos e fins daquelas Idades e destes períodos.

Os próprios nomes de períodos, correntes, movimentos, escolas...e afins, como se sabe, são em grande medida convencionais, e em muitos casos superiores aos fenómenos que pretendem designar.

Outrora, dizia-se tempos góticos para designar a Idade Média. O Barroco pode ser um estilo, mas também um período histórico: porém, como a Idade Média, não tinha consciência de si como tal². Admite-se, em contrapartida, que o dadaísmo terá sido nome escolhido pelos dadaístas: embora mais ou menos, ou pelo menos miticamente, à sorte³, embora remeta para conotações ou mesmo denotações infantis⁴. E os pré-rafelitas, que como é óbvio não são anteriores ao pintor italiano Rafael, terão adotado o nome de um apodo que ironicamente William Holman Hunt e Millais receberam de discípulos seus por terem criticado (ainda enquanto alunos da Royal Academy of Arts), em termos estéticos “medievalizantes”, a *Transfiguração* de Sanzio⁵.

É verdade que sempre houve algo de mais complexo ainda. Sempre houve divergências aqui e ali sobre o sentido, o timbre, destes e daqueles tempos: a Idade Média, desde logo, tem muito que se lhe diga como (re)construção: desde o clássico Michelet à iconoclasta Régine Pernoud, não por acaso autora de um livro com o belo título *Lumière du Moyen Âge*⁶. Sem esquecer, evidentemente, o contributo de Victor Hugo, que não terá sido dos menores com o seu *Notre Dame de Paris*⁷. Contudo, estas divergências em geral não colocavam em causa os limites, sobretudo epocais, das épocas. E portanto não confundiam umas com as outras, nem pretendiam abolir alguma *pro domo*.

² Para mais desenvolvimentos, o clássico estudo de Eugénio D’Ors, *O Barroco* (trad. port. de Luis Alves da Costa, Lisboa: Vega, 1990).

³ Diz a própria Wikipedia: “ (...) estabeleceu-se o mito de que o nome foi escolhido aleatoriamente, abrindo-se uma página de um dicionário e inserindo um estilete sobre ela, de forma a simbolizar o carácter antirracional do movimento (...)”. (Disponível in: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Dada%C3%ADsmo>, consultado em 8 /12/ 2014).

⁴ E. H. Gombrich, *The Story of Art* (9.ª ed., Londres: Phaidon, 1995, trad. fr. de J. Combe e C. Lauriol, *Histoire de L’Art*, nova ed. revista e aumentada, Paris: Gallimard, 1997), 601 e 586, recorda uma carta de Gauguin que fala no retorno ao seu cavalo de baloiço da infância, e como as «silabas infantis *dada* seriam o equivalente desse brinquedo».

⁵ Helena Barbas (Prefácios e Tradução), *Os Pré-Rafaelitas. Antologia Poética* (Lisboa: Assírio & Alvim, 2005), 6.

⁶ Régine Pernoud, *Lumière du Moyen Âge* (Paris: Grasset, 1981).

⁷ Victor Hugo, *Notre Dame de Paris*, 1831 (disponível em http://www3.universia.com.br/conteudo/literatura/Notre_dame_de_paris.pdf - consultado em 11/01/2015).

Convenções? Sim. Mas o caráter convencional não significava que nada nas divisões remetesse para o arbitrário. E se uma ou outra (ou todas) das datações alternativas exibiam claramente um qualquer preconceito etnocêntrico ou enviesamento nacionalista ou afim, podia facilmente conviver-se com tudo isso, porque tal não atingia o cerne de uma mundividência historiográfica que havia (julgava-se que solidamente) cunhado tipos-ideais para cada uma das sucessivas Idades (e períodos, movimentos, correntes, etc.).

Estão porém agora de parabéns esses estudantes (mesmo “estudiosos”!) que, mercê de algum comodismo, de alguma confusão e inadvertência de espírito, ou do efeito nefasto de alguma deletéria reforma escolar, realmente nunca souberam muito bem o que tivesse sido a Idade Média, quais os traços distintivos do feudalismo, do humanismo, do liberalismo (concordamos que agora está difícil), do romantismo, quando se deve datar o início da Idade Contemporânea ou quais as diferentes datas para o começo da Idade Moderna... É que a oscilação teórica tem vindo a ser tão profunda em estudos de especialidade, que parece ficarem justificados (ou ser justificáveis) todos os anacronismos e erros afins - ou o que o *honnête homme* cuidava, com a sua cultura geral, que o fossem. E os especialistas não afeiçoados a uma especial vanguarda acompanhá-lo-iam.

II. O novo Pan-Medievalismo; a pluralidade dos Renascimentos

O caso mais complexo será certamente o que ocorrerá com a Idade Média e o Feudalismo.

Já havia sucedido uma sua extensão ao Japão dos Samurais. Agora não só voga para o Novo Mundo⁸, como a autoridade de Jacques Le Goff o faz tragar as antigas modernidades de Humanismo e Renascimento para o fazer vir até ao século XVIII, à Revolução Industrial, ou mesmo adentrar-se pelo séc. XX afora. Assim o explica o consagrado historiador francês:

“Portanto, ‘esquartejámos o mamute’, sublinhando paradoxalmente um outro fenómeno: o de uma longa Idade Média, de um período que iria da Antiguidade tardia até à Revolução Industrial, englobando o Renascimento e as Luzes. Forçando a nota, podíamos mesmo fechar esta longa ‘Idade Média’ nos anos 1950, quando o Ocidente deixa definitivamente de ser rural”⁹.

É claro que continua a haver quem continue a bater-se pela sua dama renascentista, humanista, reformista, iluminista, etc. Mas a perspetiva de acabar a Idade Moderna¹⁰ (ou de se integrar na Idade Média?) não deixa de ser verdadeiramente aterradora para quem acreditava que teriam ocorrido verdadeiras ruturas a partir da segunda metade do séc. XV (1453 não é só a

⁸ Jérôme Baschet, *La civilization féodale. De l'an mil à la colonization d'Amérique* (Paris: Flammarion, 2004).

⁹ Jacques Le Goff, *Para uma Visão Diferente da Idade Média* (entrevista a Jean-Maurice de Montremy, in *Viva o Ano 1000. A Modernidade da Idade Média*, por Jacques Le Goff *et al.*, trad. port. de Magda Bigotte de Figueiredo, Lisboa: Teorema, 2000, ed. orig. *Vive l'An 1000*, Paris: “Le Magazine Littéraire”, 1999), 11. Num paralelo que interessaria aprofundar decerto, o mesmo autor considera, por exemplo, que a ideologia trifuncional dos indo-europeus, “se teria prolongado até à Revolução Francesa, que representaria de algum modo, o seu triunfo e fim”. Idem, *Saint Louis* (Paris: Gallimard, 1996), 643. Curiosamente, neste caso não nos atreveríamos a proclamar o termo de uma tão enraizada e profunda *forma mentis*. Cf., v.g., Georges Dumézil, *Mythe et Épopée* (Paris: Gallimard, 1971-1973, 3 vols.); Idem, *Mythes et Dieux des Indo-Européens* (textos reunidos e apresentados por Hervé Coutau-Bégarie, Paris: Flammarion, 1992).

¹⁰ Mesmo Le Goff parece nem sempre ter feito a absorção de uma idade pela outra. Por exemplo, numa entrevista concedida a Aaron Guriévitch para a revista “Arbor mundi”, alude a dado passo às suas “reflexões sobre o nascimento e o desenvolvimento das universidades da Idade Média e da Idade Moderna como um dos mais importantes fundamentos da estrutura do ensino e dos conhecimentos da Europa de hoje”. Cf. *in ex. in*, Aaron Guriévitch, *A Síntese Histórica e a Escola dos Anais* (trad. do fr. de Paulo Bezerra, São Paulo: Perspectiva, 2003), 294.

tomada de Constantinopla), e muito em especial do seu final (1492 não é só a queda de Granada, a 2 de janeiro, e a descoberta da América, a 12 de outubro; há ainda quem avance a data de 1517, ano da proclamação das teses de Lutero), na verdade surgindo o séc. XVI como um século novo.

E o mesmo sucederá para o que ocorreu em 1789 (a simbólica tomada das Bastilhas é a 14 de julho, mas já a 4 de março entraria em vigor a Constituição dos EUA), ou até com a data alternativa, mais recentemente aventada, para o início da Idade Contemporânea (1914, início da I Guerra Mundial). São marcos que podem mudar, mas para os que os aceitam, têm essa força.

Havia entretanto como que novidades menores ou laterais, e situações com que também se conseguia conviver pelo mecanismo da extensão, da analogia, etc.. Por exemplo, como veremos, não chocava muito chamar a sofistas ou a Eurípides “iluministas”, ou o referido exemplo do feudalismo japonês... Bem mais complexa parece a mistura entre liberalismo e Luzes (por exemplo, não raro a propósito da figura do Marquês de Pombal, que não tem nada de liberal...).

Mas, na verdade, o Iluminismo e o Renascimento (*primi lumi*, primeiras luzes) também estão sob suspeita e em “revolução” teórica.

Jack Goody problematiza o primeiro, colocando a hipótese da pluralidade (mesmo não europeia) dos Renascimentos¹¹. Mas mais explicitamente o havia colocado ainda já Toynbee, considerando o Renascimento “uma ocorrência particular de um fenómeno recorrente”, e sublinhado que houve renascimentos extra-europeus, nomeadamente o chinês¹².

Mas mesmo vista a questão ainda de forma centrada na Europa, não nos podemos esquecer que houve no Renascimento um duplo movimento, um de recuperação criadora da Antiguidade, e outro, simultâneo, de projeção utópica e crítica (veja a tríade *O Príncipe*, *O Elogio da Loucura* e *A Utopia*), a qual é solidária dos Descobrimentos (e das conquistas ultramarinas) e da grande esperança no Novo Mundo, além da grande curiosidade relativamente às suas novidades, nomeadamente antropológicas:

“Parece descuidar-se muito amiúde, com efeito, o seguinte: sendo embora o século XVI o do Renascimento, pela ressurreição da cultura da Antiguidade greco-romana, nele se produz também um acontecimento que, pelo seu alcance, irá alterar as feições do Ocidente: a descoberta e a conquista do Novo Mundo. Dá-se sem dúvida um retorno aos Antigos de Atenas e de Roma, mas dá-se igualmente a irrupção daquilo que até então não existia, a América”¹³.

III. Polissemia de Iluminismo

O Iluminismo parece começar a ser analisado em dois níveis: o Iluminismo do séc. XVIII e um Iluminismo mais transepocal, existente sempre que as suas qualidades se evidenciem. E assim poderia mesmo ganhar outras designações. Nas palavras de Sérgio Rouanet:

“O Iluminismo seria uma tendência transepocal, não limitada a nenhum período específico, que se caracteriza por uma atitude racional e crítica. Ela combate o mito e o poder, usando a razão como instrumento de dissolução do existente e de construção de uma

¹¹ Jack Goody, *Renaissances* (trad. port. de Magda Lopes, *Renascimentos, um ou muitos?*, São Paulo: Editora UNESP, 2011).

¹² Arnold Toynbee, *A Study of History*, *apud Ibidem*, 12 ss..

¹³ Pierre Clastres, *Ensaio anexo a La Boétie, Discours de la servitude volontaire* (trad. port. e prefácio de Manuel João Gomes, *Discurso sobre a Servidão Voluntária*, 2.ª ed. refundida, Lisboa: Antígona, 1997), 79.

nova realidade. Chamo de Ilustração o movimento de ideias que se aglutinou, no século XVIII, em torno dos filósofos enciclopedistas: Diderot, Voltaire, D'Alembert. A Ilustração foi a mais importante das realizações históricas do Iluminismo, mas não a primeira nem a última"¹⁴.

Tudo está, portanto, em grande mutação. A primeira questão é a de saber se realmente é necessária e útil a pulverização teórica, e mesmo de designações. E depois é necessário saber até que ponto esta ou aquela inovação tem suporte factual e consistência teórica.

Replicar-nos-ão eventualmente alguns especialistas vanguardistas de cada área, especialidade ou escola que as coisas são como são (retórico expoente tautológico, que se diria símbolo da prudência - na verdade do conformismo ou da mistificação), que é mesmo assim. E que o ensino antigo e tradicional é que estava errado, erradíssimo. Ou então (outro anátema mais moderno): ultrapassado. Melhor ainda: superado. A "superação" é uma expressão simpática, eufemística, para dizer que os superados são uns antiquados.

Obviamente não discutimos da especialidade. Não vamos entrar na defesa de pedagogias e didáticas de ontem (aliás quais? houve tantas...). Apenas não podemos deixar de nos perguntar se, com esta rutura de cânones periodológicos, por muito mais fidedignas que possam ser as novas divisões, não acabaremos por inquinar de vez o sentido das épocas e períodos, a sua cor local, enfim, as imagens dos tempos, e as solidariedades crono-civilizacionais que no imaginário se criaram.

IV. Perigos Pedagógico-Didáticos

Reflexão pedagogicamente muito incorreta: Tememos, com efeito, que se esteja agora a fazer com a História o que há já alguns anos parece ter sido feito com a Gramática: o estilhaçamento em mil teorias, sempre adversas, sempre sucedendo-se na tutela dos programas escolares. E resultando que as crianças e os jovens, apanhados por sucessivas reformas que lhes foram alterando todos os anos as nomenclaturas e os conceitos, já não sabem realmente nenhuma. Com graves consequências, em cada país, para a compreensão das línguas estrangeiras, que seriam muito mais fáceis se todos mais ou menos tivessem um vocabulário gramatical (e categorias gramaticais) comuns, como já *grosso modo* ocorreu...

Quando discutimos as ideologias, por exemplo, é frequente deplorarmos que não haja, como para médicos e farmacêuticos, um Simpósio, em que se explicitem os medicamentos da política e se determine, como para os químicos, cada uma das substâncias por uma composição precisa, para mais expressa universalmente por uma fórmula também ela sem variação de fronteiras. Evidentemente que as percentagens podem mudar e termos mais ou menos concentração ideológica, como nas dosagens dos medicamentos...

Ora coisa semelhante ocorre com a História agora. Seria bom um grande congresso internacional em que, ao menos por um bom tempo, a divisão epocal da História Universal, ou pelo menos da História Ocidental chegasse a algum consenso. Porque os estudantes que querem estudar, e os não especialistas que acreditaram nas suas antigas aulas de História, gostariam de saber em que águas mover-se. Sabemos que os especialistas conseguem conviver relativamente bem com as guerras civis nas suas especialidades. Mas do exterior isso não é muito fácil. Nem ajuda muito a credibilizar socialmente a ciência. A qual, bem o sabemos, é

¹⁴ Sérgio Paulo Rouanet, *O Olhar Iluminista*, in *O Olhar* (org. Adatao Novaes, 10.ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2003), 125.

muito diferente, na sua pequena fábrica, nos seus bastidores, nos seus porões, que a bata alva e reluzente que o mito do cientista (mesmo o cientista social) tem divulgado. Mas é preciso fazer um esforço, certamente.

V. Periodologia e Política

Como aflorámos já, é bem sabido que a História tem um papel político muito significativo, e também que as suas manipulações *pro domo* são frequentes (fala-se até, em casos-limite, de “falsificações” da História), com esses mesmos fins.

Em que medida as mudanças de perspetiva de conjunto das épocas históricas terão motivações (e mais claramente ainda ao menos implicações) políticas, pode não ser, pelo menos de forma uniforme e clara, muito evidente. Mas certamente que privilegiar este ou aquele evento como marco fraturante, ou largar esta ou aquela época, deixando outra na penumbra, ou autonomizar, pelo contrário este ou aquele período, pondo-o assim evidentemente em relevo, não deixará de ter consequências políticas.

Dar mais importância à Reforma protestante, à queda de Constantinopla (ou à Conquista de Granada), ou à Descoberta da América como marco de início da Idade Moderna, em alguma medida decorrerá de uma opção política, e de avaliação civilizacional até.

Mas mais evidentes ainda parecem ser as consequências de eventualmente se alargar uma Idade como a Idade Média, fazendo-a ir, mesmo nas Américas, até muito tarde: no limite, até meados do séc. XX. Todas as épocas de permeio foram datadas pelo progresso, e até pela revolução. Poderemos passar sem Renascimento, sem Reforma, sem Iluminismo? É o que parece propor, afinal, um Jacques Le Goff, com a sua história de *longo alcance*. Vale a pena lê-lo no original, e um pouco longamente, para se apreender o alcance da sua proposta, que estilhaça as conceções clássicas, engolindo, como sabemos, várias épocas num mega-conceito e numa mega-idade que engloba quase tudo o que não é clássico e ainda não é revolução industrial amadurecida, por assim dizer:

“Or la longue durée pertinente de notre histoire (...) me paraît ce long Moyen Âge qui a duré depuis le IIe ou IIIe siècle de notre ère pour mourir lentement sous les coups de la révolution industrielle - des révolutions industrielles - entre le XIXe siècle et nos jours. Ce long Moyen âge c’est l’histoire de la société préindustrielle. En amont, c’est une autre histoire, en aval c’est une histoire - la contemporaine à faire, ou mieux à inventer quant aux méthodes. Ce long Moyen Âge est pour moi le contraire du hiatus qu’ont vu les humanistes de la Renaissance et, sauf rares exceptions, les hommes des Lumières.”¹⁵

Portanto, Idade Média longa é sociedade pré-industrial. Aparentemente toda. E assim, prossegue o renomado historiador, atribuindo à Idade Média um sem número de realizações:

“C’est le moment de la création de la société moderne, d’une civilisation moribonde ou morte sous ces formes paysannes traditionnelles, mais vivante par ce qu’elle a créé d’essentiel dans nos structures sociales et mentales. Elle a créé la ville, la nation, l’État, l’université, le moulin et la machine, l’heure et la montre, le livre, la fourchette, le linge, la personne, la conscience et finalement la révolution”¹⁶.

¹⁵ Jacques Le Goff, “Préface a Pour un Autre Moyen Âge”, in *Un Autre Moyen Âge* (Paris: Gallimard, 1999), 15-16.

¹⁶ *Idem, Ibidem*, 16.

Certamente bastantes destas “invenções” poderiam ser reivindicadas por outras épocas... Se restarem...

A Idade Média, execrada por alguns como o período das trevas, passaria agora a ser pelo menos o início da modernidade (e do progresso, apesar de tudo...). Mesmo se Le Goff não se considerava pessimista ou otimista quanto à sua época, nem apoucador, nem incensador...

Compreende-se, evidentemente, que o imenso conhecimento deste autor sobre a sua época o possa levar a ver mais continuidades que rupturas com outras. Mas não se trata de *tout comprendre*, e muito menos de *tout pardonner*. A questão é saber se uma nova classificação, uma nova duração é útil e necessária, e culturalmente fecunda. Afigura-se-nos que não.

O estado da questão não é, assim, nada consensual. E quantas novas retóricas políticas não poderão surgir desta mudança de paradigma... Uma Idade Média progressiva e revolucionária! Nas suas *Conversas Vadias*, especificamente na que teve com Manuel António Pina, Agostinho da Silva foi dos que insistiu em que estamos numa nova Idade Média¹⁷.

Entretanto, quem se não recorda da mudança de paradigma que (inevitavelmente com dimensão ideológica e política) se assinalava ao Renascimento? Mesmo uma História da Filosofia de síntese, em um só volume, como a de Bertrand Russell, precisamente porque assumidamente (desde o subtítulo) com “ (...) its connections with political and social circumstances”, começa esta parte com uma clara exposição da ruptura com a Modernidade, que começa precisamente com o Renascimento:

“The periode of history which is commonly called ‘modern’ has a mental outlook with differs from that of the medieval period in many ways. Of these, two are the most important: the dominishing authority of the Church, and the increasing authority of science. (...)”¹⁸.

E o autor conexiona com estes dois vetores de ruptura outros aspetos, a começar pela laicização cultural, o aumento do papel do Estado, inclusive na sua relação com a cultura, embora crescentemente venha a ter menos importância nas opiniões dos pensadores do que antes tinha a Igreja durante a Idade Média. Continuando a traçar um interessante caminho de síntese da História macro-, no âmbito do pensamento e da cultura, nas suas conexões com a sociedade e a política.

Não terão tido, então, maior importância, não apenas estes processos de descrença e crença, recíprocos, e em especial as enormes repercussões sociais, culturais e políticas dos mesmos?

Será que, depois de tudo isto, no limite, até afinal só haverá Idade Média e nada mais? Ou teria razão Croce quando dizia que “*ogni storia vera, è storia contemporanea*”?

Tanto quando encaramos a questão hoje, naturalmente com o peso da nossa formação e da nossa experiência pessoais (mas que são partilhadas por muitos) não se nos afigura, realmente, que o empreendimento iconoclastico e reconstrutor de períodos tão longos (como essa enormíssima Idade Média de que se fala) e tão em desacordo com o património cultural e historiográfico classicamente adquirido seja uma vantagem, tenha uma utilidade. Mesmo do

¹⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=ScQGH-RpD4M>. Cf. também, v.g., Alain Minc, *Le Nouveau Moyen Âge* (Paris: Gallimard, 1993).

¹⁸ Bertrand Russell, *A History of Western Philosophy, And Its Connection with Political and Social Circumstances from the Earliest Times to the Present Day* (3.ª impressão, Nova Iorque: Simon and Shuster, 1945) 491.

ponto de vista heurístico, e certamente não do ponto de vista pedagógico. Aliás, evidentemente reconhecendo que são dimensões bem diferentes a da alta historiografia e a da divulgação, e mesmo a da didática da História, contudo não cremos que possa, no limite, haver um dissenso total. E cremos que a tentação (com a melhor das intenções) acabará por ser sempre a de os iniciados nas mais recentes e presumivelmente mais atualizadas teorias desejarem divulgar e ensinar a estudantes o que consideram ser preciosidades, tesouros novos. É assim que plausivelmente, com o tempo, se poderá introduzir uma Historiografia periodológica a várias velocidades e com insanáveis contradições. Obviamente tal ocorre em várias outras matérias. Mas numa questão estruturante para a organização mental dos mais novos, como a da divisão do Tempo histórico em períodos, épocas, cores locais, pode ser ainda mais um fator de caos mental.

In Memoriam

Armindo de Sousa

(02.06.1941 - 25.10.1998)

Uma vida numa obra...

Apresentação do livro de Armindo de Sousa, *O Parlamento Medieval Português e outros estudos*. Porto: Fio da Palavra, 2014.

Começarei por algumas notas pessoais.

Ter-me-ei cruzado com o Doutor Armindo de Sousa, pelo menos no Congresso sobre Bartolomeu Dias em 1988, mas marco o que se pode designar por conhecimento deste Colega, o mês de Abril de 1989, dois anos depois do seu doutoramento. Participámos ambos, com alguns outros Mestres e Colegas, por todos o Doutor Baquero Moreno – que evoco com todo o meu respeito e amizade –, no Colóquio “Poder central e poderes periféricos em perspectiva histórica”, promovido pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz. Aí tive tempo para conversar e conhecer a cultura, o pensamento e a sensibilidade deste medievalista, como depois no Congresso de estabelecer diálogos científicos sobre os temas abordados, mas não menos de partilhar com ele e os demais Colegas a beleza de um céu azul do Alentejo em mês de Primavera e de conhecer as riquezas gastronómicas e vinícolas da região.

Diga-se, porém, que como leitora da sua obra o nosso conhecimento era muito anterior. Eu ainda no decurso da minha redacção da tese de doutoramento fui inflectindo para o estudo dos poderes e de entre eles o poder municipal. Em 1983 passei a dar aulas de Noções de História do Municipalismo no Centro de Estudos e Formação Autárquica.

A presença dos concelhos em Cortes começou a ser um tema da minha máxima preferência. E assim, nas minhas provas de Agregação, que tiveram lugar em Junho de 1990, eu apresentei uma lição sobre “Relações de domínio no Portugal concelhio de meados de Quatrocentos” (separata de *Revista Portuguesa de História*, t. XXV, Coimbra, 1990) com base nos capítulos especiais dos concelhos levados às Cortes de Lisboa de 1439.

Não mais abandonei estes estudos das Cortes até aos dias de hoje, sendo talvez por isso mesmo uma das medievalistas que mais recorre e cita os dois volumes da tese do Doutor Armindo de Sousa sobre o tema. Na reflexão sobre as Cortes, encaradas sob diversos prismas, tive e tenho sem dúvida o mesmo gosto científico que o Doutor Armindo de Sousa. E não posso aqui deixar de recordar a colegialidade da partilha de investigação e as discussões científicas que tivemos sobre a matéria, que sempre me acrescentaram mais saber.

Foi certamente esta convergência de investigação e estudo que levou os Professores da Faculdade de Letras do Porto a convidarem-me a integrar o júri de provas para o título de Agregado do Doutor Armindo de Sousa, que tiveram lugar nesta Faculdade, nos dias 13 e 14 de Março de 1997.

Mas em contínuo houve reencontros meus com os trabalhos deste Colega. Tendo-me cabido a incumbência de biografar o rei fundador da segunda dinastia, de novo me foi imprescindível ler e meditar os estudos de Armindo de Sousa sobre *As Cortes e 1385* e *A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica*, qualquer deles profundamente interpelante e estimulante.

E se nomeio estes “encontros” maiores, direi que, a muitos outros títulos, recorro às suas análises ou às suas sínteses na História de Portugal ou na História do Porto. E sempre com os

seus estudos “repenso” as minhas reflexões e encontro luz para contextualizar e reinterpretar as fontes.

Compreende-se assim bem que os discípulos e colegas do Doutor Armindo de Sousa, os Doutores Luís Miguel Duarte, Luís Carlos Amaral e André Evangelista Marques lhe quisessem render uma homenagem, quinze anos decorridos sobre a sua morte, e reunir os estudos deste Professor na obra *O Parlamento Medieval Português e outros estudos*. Acessibilizaram deste modo, de um forma prática e imediata, o seu saber, que continua a ter plena actualidade nos nossos dias.

Como a sua tese se encontra publicada desde 1990 e as suas contribuições na *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, e na *História do Porto*, dirigida por Oliveira Ramos, tiveram a maior divulgação, temos agora à nossa inteira disposição a Obra Completa deste Autor. Sem esquecer que os referidos coordenadores quiseram publicar autonomamente na mesma Editora, Fio da Palavra, em 2009, o estudo *A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica*. E eu concordo inteiramente com esta autonomização já que o estudo sobre a morte de D. João I se constitui num espelho da heurística e hermenêutica que deve balizar o ofício do historiador. Os estudiosos da História colhem neste livro uma completa aprendizagem da análise e crítica das fontes e da sua exegese à luz do signficante e significados da “boa morte” do rei, um tema de propaganda política da maior relevância na legitimação da dinastia de Avis.

Agora, no livro *O Parlamento Medieval Português e outros estudos*, recolhem-se 24 trabalhos de Armindo de Sousa que os organizadores da compilação agruparam em quatro secções: “O Parlamento Medieval Português”, “Poder Local e Instituições Eclesiásticas”, “Representações e Cronística” e “Outros Estudos”.

A componente mais forte é a dos estudos, em número de doze, sobre “O Parlamento Medieval Português”, o tema forte da investigação de Armindo de Sousa. Conta a segunda secção com cinco estudos e a terceira com três. Os outros estudos são compósitos, apresentando um trabalho de arqueologia, a ciência a que primeiro esteve ligado este historiador, o seu estudo Portugal para o sétimo volume da obra dirigida por Christopher Allmand, *The New Cambridge Medieval History*, e ainda os dois programas que apresentou, respectivamente, para o seu concurso de Professor Associado e para as suas Provas de Agregação, da disciplina que sempre leccionou, Cultura e Mentalidades da Época Medieval.

O excelente prefácio de Luís Miguel Duarte diz quase tudo sobre o Historiador Armindo de Sousa e a sua Obra. Ele é o seu discípulo e herdeiro como assistente e agora titular da disciplina de Cultura e Mentalidades e por isso um dos maiores admiradores do seu Mestre. Mas não tem o monopólio, o que por certo muito lhe agradará, desse discipulato, admiração e estima. Muitos outros a perfilham, cada um a seu modo. Nesses me incluo.

Na referida introdução Luís Miguel enuncia, a partir do primeiro artigo que abre esta coletânea e depois na análise da sua tese de doutoramento, os fundamentais e novos contributos deste Autor no estudo das Cortes, ou Parlamento, como preferência, em tempos medievais.

Remeto os leitores para as suas palavras com as quais, na generalidade, me identifico. Os estudos de Armindo de Sousa sobre as Cortes na Baixa Idade Média defendem a tese primeira de que as Cortes são uma estrutura política com características e funções específicas, que se integram no sistema político global. E para a fundamentação desta tese desenvolveu o profundo estudo sobre os espaços, sessões, funções e intervenientes nas Cortes, com particular destaque para a análise dos procuradores dos concelhos, que teremos sempre de contextualizar

no corpo das elites governativas do poder local, o que muito condiciona e modela o seu discurso. Foi particularmente inovador na análise dos textos das Cortes, muito em particular os capítulos gerais do povo. A decomposição do seu texto em factos motivadores, justificação e requerimento faz-nos perceber cabalmente que um capítulo de Cortes não se pode ler como um documento que dá conta de um mero pedido ou agravo, mas que é em si mesmo uma peça de retórica com um discurso que tem a finalidade de convencer e alcançar um fim, desde logo o maior, do deferimento régio, ao que roga ou ao que denuncia um abuso que se quer expurgar. Do mesmo modo a resposta do rei é uma peça que nos elucida não apenas sobre os objectivos da política régia, mas sobre a filosofia e doutrina jurídica que sustentam o poder real. Depois dos estudos de Armindo de Sousa ninguém leu o Parlamento medieval português do mesmo modo que anteriormente.

Assim, o primeiro escrito sobre as suas teorias, como que um “balão de ensaio”, foi o estudo das *Cortes de Leiria-Santarém de 1433*, publicado em 1982, o trabalho inicial deste livro, que nos oferece a transcrição integral dos capítulos gerais dos concelhos e a sua análise de conteúdos e respostas. E o mesmo se diga quanto ao segundo *As Cortes de Évora de 1435*, uma vez que nele vai demonstrar que não houve Cortes em Évora nesse ano, exercício que repetirá abundantemente na sua tese de doutoramento, para, numa análise crítica das fontes, nos fornecer elementos sobre todas as Cortes celebradas entre 1385 e 1490, sistematizados em convocatória, objectivos, data e duração, delegações, participantes, documentos produzidos e bibliografia especial, mas igualmente para nos dar a conhecer as Cortes que considerava insuficientemente documentadas ou erroneamente admitidas.

Caso à parte constituiu, para mim, o seu estudo *O discurso político dos concelhos nas Cortes de 1385*, que nos contrapõe a visão política desta assembleia face à visão jurídica de Marcelo Caetano de que dispúnhamos. No discurso político do povo nestas Cortes, que apelidou com pertinência de “revolucionário”, dá a conhecer os temas das petições dos povos e a sua fundamentação, que nos iluminam os interesses da burguesia do reino, a qual, depois de uma inicial hesitação, veio a apoiar a ascensão do Mestre de Avis D. João a rei de Portugal. Trabalho este a confrontar com A estratégia política dos municípios no reinado de D. João II, onde o peso das oligarquias dirigentes concelhias é já fortíssimo, fazendo-as esgrimir contra todos os poderes que coartassem o seu, e apoiando um forte poder monárquico, mas fechando-se numa estratégia política que Armindo de Sousa classifica de “isolacionista, conservadora e elitista”. Correlacionado com estes temas deparamos ainda com o seu trabalho *O Parlamento na época de D. João II*, que muito nos diz sobre o ideário político deste rei e sobre as inovações que introduziu no funcionamento e cerimonial de poder das Cortes, para além das poucas anotações que ficaram registadas nos capítulos gerais do povo sobre a empresa das Descobertas. E estes dois escritos entrecruzam-se com o texto inédito, transposto da oralidade para a escrita nesta obra, sobre as *Cortes nos reinados de D. João II e D. Manuel I*.

Dialogam entre si quatro outros escritos – o artigo saído no Jornal de Letras *Território Português e representatividade na Idade Média*, no qual Armindo de Sousa demonstra, através da representatividade dos concelhos das diversas comarcas em Cortes e dos assuntos e preocupações dos povos, como, e passo a citar, “o Parlamento medieval português, enquanto espaço de diálogo e espaço de luta, teve um papel importante na criação duma consciência de identidade nacional ao nível do terceiro estado” (p. 269); outro, o artigo publicado em 1992 na revista *Cadernos Históricos*, intitulado *O discurso do Algarve nas Cortes do Século XV*, no qual, através dos

capítulos gerais do Algarve, apresentados em Cortes, o Autor assinala a especificidade do seu discurso parlamentar, que conforma uma especial identidade algarvia; o terceiro, editado postumamente nas Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, designado *Frenteira e Representação Parlamentar*, dá-nos conta do peso significativo dos concelhos fronteiriços nas Cortes - o que bem ilustra as preocupações régias com a defesa e a integração nacional -, mas, através dos capítulos gerais desses concelhos de fronteira, afirma Armindo de Sousa não ter descoberto a especificidade da problemática fronteiriça, admitindo que a mesma se possa colher nos capítulos especiais (e neste particular acho que já fui completando com alguns estudos, justamente baseados nos capítulos especiais de Cortes, esta identidade e particularismo fronteiriços dos concelhos de Ribá Coa ou dos do distrito da Guarda em geral); e finalmente agrupo aqui a conferência *Estado e Comunidade. Representação e Resistências*, proferida em 1997 e publicada em 1999, no ciclo de conferências que teve lugar na Universidade Autónoma de Lisboa sobre “A génese do Estado Moderno no Portugal tardo-medieval”, que tive o gosto de coordenar juntamente com o meu Colega Armando Luís de Carvalho Homem, na qual Armindo de Sousa, na sua conclusão, vem a afirmar, e cito: “Se me perguntassem qual o contributo mais importante em termos de resistência e representação do período tardo-medieval para génese do Estado Moderno, eu responderia a ideia de representatividade, a sua institucionalização e, embora tenuemente, a mentalidade representativa” e termina: “penso ter mostrado que essa mentalidade representativa, ténue embora, corporativa embora, informou não só o espírito dos deputados populares às cortes portuguesas medievais como também o das elites municipais em geral. A instituição da representação política, invenção europeia que se vai espalhando pelo Mundo, nasceu na Idade Média” (p. 310).

Este conjunto de trabalhos é basilar para se avaliar o peso das Cortes na composição das identidade regionais e da identidade nacional de Portugal.

Completa-se este painel parlamentar com o panorama bibliográfico que publicou, em 1990, na Revista Penélope sobre as Cortes medievais portuguesas e a conferência proferida no mesmo ano e publicada no seguinte, na Revista da Faculdade de Letras - História, *O Parlamento Medieval Português. Perspectivas Novas*.

A partir deste maior bloco de estudos que ocupa mais de metade da obra, desenvolvendo-se até à página 335, abre-se um outro sobre Poderes, em que se entrelaçam enfoques sobre o poder monástico, o poder episcopal e o poder concelhio.

Uma nova convergência com o meu próprio trajecto de investigação e por isso mesmo o Doutor Armindo de Sousa brindou-me com um estimulante debate quando apresentei, em Reguengos de Monsaraz, o trabalho que lhe despertou muito interesse, “Entre poderes - análise de alguns casos na centúria de Quatrocentos”.

O primeiro estudo de Armindo de Sousa neste apartado, sobre o mosteiro de Santo Tirso no século XV, instituição que chegou a ser uma hipótese de tema a desenvolver em tese de doutoramento, para além de uma panorâmica geral sobre esta casa, fixa-se na pessoa e no poder dos seus abades, que pertenciam ao estrato nobiliárquico e usavam o mosteiro como honra pessoal, independentes e distantes dos monges. O último trabalho deste painel, num estudo de mentalidades e ideias, põe especificamente em confronto os beneditinos e mendicantes nos finais da Idade Média para vir a concluir por alguns contrastes - beneditinos de vocação trans-secular e auto-suficiência rural; mendicantes de vocação secular e interdependência urbana; beneditinos com o culto do silêncio e mendicantes com o culto da palavra; beneditinos buscando

a perfeição pessoal, mendicantes buscando a perfeição dos homens; beneditinos acolhedores de nobres e viajantes, mendicantes acolhedores de mendigos e agnósticos; beneditinos com uma acção socialmente opaca, mendicantes com uma acção socialmente exposta. São estes, pontos antagónicos bem interpelantes para uma reflexão. Mas o Autor desafia-nos mesmo para ela ao afirmar, e cito: “Eis alguns tópicos. Que podem ser corrigidos e aumentados. O importante é que deles resultem dois paradigmas distintos do ideal cristão e humano”.

E eis uma nota recorrente nos seus estudos, a de que os seus trabalhos são abertos ao debate e ao progresso historiográfico.

Armindo de Sousa seduziu-se também pelo confronto do poder episcopal com o poder concelhio. E escolheu justamente as duas cidades de jurisdição episcopal – Braga e Porto - como estudos de caso. O governo municipal bracarense de 1402 a 1472 veio a apresentar-se-lhe como uma experiência fracassada. Já no estudo, que verdadeiramente se tornou um clássico, dos conflitos entre o bispo e a câmara do Porto, entre 1457 e 1462, fixando-se nas características, objectivos e actos dos dois grupos ou partidos em confronto, mostrou o êxito do grupo da câmara, que não foi subjugado pelo poder eclesiástico, enquanto Braga voltará ao senhorio da Igreja em 1473, sendo dominada pelo bispo D. Luís Pires contra o qual haviam justamente pleiteado, com sucesso, os homens do Porto. É que, como afirma neste estudo e repete no outro, e cito: “Os burgueses tripeiros achavam-se particularmente bem equipados, em termos económicos, políticos e mentais para aguentar e vencer as lutas que tiveram de travar na corte, na cidade e no termo”. E foi esta Cidade, primeiro episcopal e depois assumidamente laica, que nos encenou com mestria no “Porto em tempos medievais” na *História do Porto* em que colaborou.

A terceira secção “Representações e Cronística”, pequena em páginas mas densa em ideias, engloba três escritos. Um sobre *Imaginário e Real na Idade Média* em que Armindo de Sousa, convocando os textos e as imagens, na sua contextualização, crítica textual e sentido de representação, navega pelo imaginário e pelo real no mundo da política, no mundo da economia e por dentro do pensamento cosmológico e geográfico, sendo bússola para acauteladamente seguirmos caminho entre texto e contexto, e acercarmo-nos das mentalidades dos homens medievais. No seguinte fixa-se num tipo de texto específico, o das *Crónicas e dos cronistas*, que é afinal um discurso que acolhe o maravilhoso, a profecia, a propaganda, sendo por isso mesmo de um acrescido valor histórico. Assim, como afirma, tais textos quando “bem interpretados, dão-nos, para além dos factos e sucessos, os homens e as épocas, os tempos e os modos. Valores, mitos, tácticas e estratégias” (p. 513). A materialização deste exercício firma-se no texto seguinte sobre *Imagens e utopias em Portugal nos fins da Idade Média* em torno da realeza, dissertando sobre a imagem consentida do rei em dupla acepção “a oficial, propalada pelos reinantes e seus adjacentes – cronistas, conselheiros, pregadores e letrados – e a aceite colectivamente pelo clero, pela nobreza e pelo povo” (p. 517).

Por fim este livro reúne o estudo de Armindo de Sousa, quando se iniciou na Arqueologia sobre a cerâmica da Gandra em Esposende, que só os meus colegas da especialidade saberão dizer do seu interesse, embora se torne manifesto que também aqui o Autor tratou exaustivamente as fontes em desenhos esmerados e reconstituições de objectos. Segue-se a síntese em inglês sobre Portugal para a obra *The New Cambridge Medieval History*, como se disse, em que se acompanha o devir histórico da política régia na centúria de Quatrocentos. E termina esta compilação com os dois programas da disciplina de Cultura e Mentalidades na Época Medieval,

que se tornam um bom exercício comparativo pedagógico de se leccionar uma disciplina por temas e conceitos, mais complexa e exigindo uma excelente preparação dos alunos, e uma outra mais pragmática que assenta nos pensadores dos diferentes séculos e que acompanha cronologicamente a evolução da cultura e mentalidades do homem medieval.

Se, como não tenho dúvidas, todos estes estudos eram bem familiares e próximos dos professores e alunos da Escola do Porto, mesmo quando espalhados pelas várias revistas e obras em que os foi publicando, embora um estivesse inédito, para os demais estudiosos poderiam, alguns deles, não ser fácil o acesso. Fizeram por isso um excelente trabalho os organizadores desta coletânea, os Doutores Luís Miguel Duarte, Luís Carlos Amaral e André Evangelista Marques, em os ter agrupado, respeitando escrupulosamente os escritos de Armindo de Sousa. A comunidade científica deve-lhes ficar muito grata. Como grata deve estar para com a Editora Fio da Palavra que meritoriamente aceitou publicar este livro

Os estudos de Armindo de Sousa, assim reunidos, são um apelo para todo e qualquer historiador, dos jovens investigadores aos que já de há muito perseguem o ofício de construir a História. Eles são o espelho de um Historiador, como letra grande, que manejava habilmente as técnicas historiográficas – apoiava-se no quantitativo para se elevar ao qualitativo, que lhe permitia as reflexões políticas, sociais e mentais; miudamente aplicava-se a uma crítica textual das fontes e à desconstrução do sentido do seu discurso para atingir as representações, o imaginário e as utopias; interrogava-se e respondia; numa escrita muito límpida, de um português de bom recorte, mas com um estilo inimitável e muito seu; abria as suas reflexões à crítica, ao caminho a prosseguir por outros.

Por isso lhe devemos, e estou inteiramente de acordo com o escreve Luís Miguel Duarte na Introdução, avançar mais no que nos transmitiu, seja corrigindo e criticando algo que nos seus escritos possa estar menos correcto, seja sobretudo aprofundando algumas das ideias e problemáticas que nos legou e, sobretudo, se o soubermos, cada um a seu modo, perseguir outras inovadoras e estimulantes propostas no eterno fio de Penélope com que se faz e refaz a História.

A leitura assim conjunta dos estudos de Armindo de Sousa refrescou-me. Fui escrava de uma ordem que me foi dada para apresentar este livro. Alforriei-me ao meditá-lo e apreendê-lo.

Foi singela a minha apresentação. Quis dar “voz” a Armindo de Sousa, ouvindo-o, como ele ouvia, e eu creio que também já ouço, a “voz” do povo em Cortes.

E com este gesto eu quis homenagear pessoalmente o Colega e Amigo, e para todos nós o Professor, o Historiador e o Homem que foi Armindo de Sousa, que será uma memória perene na historiografia portuguesa.

*Maria Helena da Cruz Coelho**

* Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Humberto Baquero Moreno

(16.10.1934 - 06.04.2015)



O dia 6 de Abril de 2015 para quantos conheciam e estimavam o Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno ficou profundamente marcado pela triste notícia do seu falecimento, ocorrido no dia 5, à tarde – dia de Páscoa –, e do funeral marcado para o dia seguinte. A infausta notícia, que se vinha presentindo, a todos comoveu, deixando, aos oitenta anos, os seus numerosos amigos e admiradores marcados pela dor e saudade da sua partida, em profunda sintonia e plena solidariedade com a Família, que tanto amava, e acompanhámos nesse momento difícil.

A tristeza e a saudade decorrentes da perda de um amigo, com quem convivemos durante quase três décadas, realçam mais ainda a riqueza das suas qualidades humanas, que todos admirávamos e importa evidenciar, como precioso e exemplar legado a preservar, a par da sua extensa e valiosa obra histórica, que ultrapassa as três centenas de títulos.

Estas referências às excelentes qualidades humanas do Professor Baquero Moreno e à riqueza da sua obra científica exigem um breve enquadramento biográfico, útil na actualidade e indispensável para a correcta preservação da sua memória:

- Humberto Baquero Moreno, filho de Carlos Vítor de Jesus Baquero Peruch e Ângela Moreno Baquero, nasceu em Lisboa, em 1934, tendo frequentado e concluído o *bachillerato* no Instituto Espanhol, em 1952, aí radicando os primórdios – mais tarde, desenvolvidos – do seu entusiasmo pela língua e pelos clássicos da literatura espanhola, em particular, dos seus poetas, que se comprazia em recitar.

Após a necessária passagem pelo ensino liceal, inscreveu-se na Faculdade de Letras de Lisboa, onde se licenciou em História e obteve o diploma de Ciências Pedagógicas, indispensável para o ingresso na função docente, que exerceu no Liceu Camões, durante dois anos. Em Dezembro de 1963, foi contratado como segundo assistente dos Estudos Gerais de Moçambique, depois elevados a Universidade de Lourenço Marques, na qual, a par da docência de várias disciplinas e a preparação e publicação de mais de duas dezenas de estudos, preparou a sua monumental tese de doutoramento sobre *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado Histórico*, brilhantemente defendida, na Reitoria da Universidade de Lisboa, em Janeiro de 1974.

Na sequência dos acontecimentos de 25 de Abril de 1974, em finais desse mesmo ano, regressou, definitivamente, à Metrópole, passando, no ano seguinte, a integrar o corpo docente

da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, encerrando, assim, a primeira fase de sua vida universitária e académica e iniciando outra mais longa, intensa e rica.

A preparação científica que os estudos publicados, de que a dissertação de doutoramento era a coroa, a experiência pedagógica adquirida durante vários anos de docência em Lourenço Marques e a facilidade e o rigor da comunicação, aliados ao conjunto das suas múltiplas qualidades humanas, logo lhe granjearam cordial acolhimento, na Faculdade de Letras, que foi crescendo ao longo dos quase vinte e seis anos de permanência ao seu serviço, integrado no grupo de História Medieval. O prestígio do Prof. Baquero Moreno ultrapassou, rapidamente, os muros da Universidade, passando a colaborar com numerosas instituições culturais portuguesas e estrangeiras, a que faremos breves, mas indispensáveis, referências.

Neste *In memoriam* prescindimos da apresentação sistemática de outras notas biográficas e sobre a extensa e valiosa obra científica, divulgadas no primeiro dos três volumes da obra *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, expressão pública da amizade e estima que a Faculdade de Letras e numerosos amigos portugueses e estrangeiros quiseram testemunhar-lhe, bastando, por isso, evocar alguns dos sectores da sua actividade e iniciativas a que prestou mais colaboração e melhor evidenciam o seu alto valor científico e qualidades humanas.

Como docente universitário, Humberto Baquero Moreno privilegiou sempre a investigação, cujos resultados nos legou na sua vastíssima obra histórica, publicada em volumes avulsos, obras colectivas e numerosas publicações periódicas, de leitura atraente e obrigatória para quem pretender conhecer o século XV português, sob os mais variados aspectos, de que salientamos os políticos, administrativos, económicos, sociais, culturais, tendo-se ocupado também da marginalidade e assistência, dos itinerários e circulação viária, das minorias étnicas e religiosas, concretamente judeus, conversos e mudéjares, etc., etc., pois sobre todos nos deixou preciosos contributos. Na impossibilidade de ampliarmos as considerações sobre tão vasta obra histórica, impõe-se observar que Baquero Moreno apoiava os seus estudos em fontes documentais, geralmente inéditas, publicando-as, com frequência, em apêndice.

Neste sector da investigação, não poderíamos olvidar o estímulo que a todos transmitia, especialmente, em ordem à preparação das dissertações de mestrado e doutoramento, procedendo também da mesma forma, quando as circunstâncias se proporcionavam, em relação a colegas de outras secções da Faculdade, cuja tendência para o atraso lhes conhecia.

A docência para o Professor Humberto Baquero Moreno era uma verdadeira paixão. As suas aulas eram dadas com alma, isto é, com entusiasmo, calor e espírito pedagógico, alimentados na reflexão e no contacto com a documentação, longa e pacientemente recolhida nos arquivos, que gostava de classificar como «*laboratórios da história*». E não se pense que exageramos ao afirmar que a docência constituía para ele uma verdadeira paixão. Se alguma dúvida houvesse, bastaria recordar que tendo sido convidado pelo, então, Primeiro Ministro para Director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, funções que exerceu durante dois anos, aceitou, com a condição de não abandonar a docência, que exercia, no início e no fim de cada semana.

As suas aulas não serão facilmente esquecidas por quantos tiveram o privilégio de acompanhar algum dos seus cursos – entre os quais nos incluímos, como “jovem” assistente, incumbido das aulas práticas de História Medieval de Portugal –, merecendo o devido relevo a amplitude e segurança dos conhecimentos, o rigor e fluência da linguagem e o entusiasmo posto na transmissão da visão pessoal dos assuntos, que tinha estudado, e cujas fontes documentais

tão bem conhecia, a ponto de os alunos, muitas vezes, lhe dizerem, em tom encomiástico, que as aulas eram autênticas conferências.

Apesar de o Prof. Baquero Moreno privilegiar a investigação e a docência como essenciais à condição de professor universitário, quando o *Estatuto da Carreira Docente* passou a exigir aos docentes disponibilidade para o exercício de funções de gestão universitária, ainda em tempos bastante conturbados, no rescaldo da revolução de 25 de Abril de 1974, aceitou presidir ao Conselho Directivo da Faculdade de Letras, tendo conseguido com o seu espírito dialogante e capacidade de persuasão congregar grupos de alunos, ideologicamente antagónicos e estabelecer e sustentar a calma entre todos, criando condições indispensáveis para um ambiente de estudo e de são convívio. Durante o exercício destas funções, no frequente diálogo com os respectivos Departamentos do Ministério da Educação, conseguiu a ampliação dos quadros superiores da Faculdade, de que viriam a beneficiar diversos docentes, que, de outra forma, veriam as suas carreiras truncadas.

Além destas funções administrativas, a Faculdade de Letras do Porto beneficiou também da permanência do saudoso extinto no Conselho Científico, a que pertenceu, desde o início até à sua aposentação, onde as suas frequentes e ponderadas intervenções obrigavam a reflectir em busca das soluções mais oportunas e eficazes. E não poderíamos esquecer a dedicação com que, durante muitos anos, secretariou o Centro de História da Universidade do Porto, dependente do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), sediado na mesma Faculdade, e cuja *Revista de História*, antes da restauração da *Revista da Faculdade de Letras*, acolheu a produção científica dos seus membros, maioritariamente, incorporados no corpo docente.

Entretanto, iniciavam-se novos tempos e as Universidades portuguesas começavam a sentir necessidade de se abrirem à sociedade. O Professor Humberto Baquero Moreno, já bem conhecido, também neste domínio prestou relevantes serviços à Faculdade de Letras e à Universidade do Porto, através de conferências, participação em congressos e, sobretudo, mediante a integração em projectos culturais celebrados com municípios, universidades e academias, que se estenderam ao estrangeiro, em especial, à Espanha e ao Brasil. A título de exemplo, pelo que representaram como pontos de intercâmbio e aproximação entre professores e outros medievalistas dos dois lados da fronteira, recordem-se as “Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia” e “da Andaluzia e do Algarve”, durante anos, realizadas, alternadamente, em Loulé e em Sevilha ou localidades mais adequadas para o efeito, escolhidas pelos organizadores sevilhanos. Em todas estas iniciativas histórico-culturais interveio, de forma preponderante, o saudoso Professor Baquero Moreno, cuja influência foi igualmente determinante na concretização dos Colóquios entre medievalistas portugueses e brasileiros, efectuados, com idêntica alternância, nas duas margens do Atlântico. Quanto aos do Brasil, impõe-se acentuar que, além das temáticas criteriosamente definidas em função das especificidades históricas do País anfitrião, ficaram caracterizados também pela notável itinerância, que permitiu aos participantes contactar com diversas universidades, regiões e suas gentes, desde Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Niterói e Oeste do Paraná, prolongada até ao Norte da Argentina, numa visita de estudo a uma das célebres “*reduções*” ou missões dos Jesuítas.

Em relação a estes últimos aspectos, foi importante o facto de, mercê dos seus méritos científicos, o Professor Baquero Moreno pertencer às Academias: Portuguesa da História, das Ciências de Lisboa, da Marinha, da Real Academia de la História de Madrid e ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, em todas elas, tendo demonstrado o seu muito saber.

Além da presença nestas Academias, que consagraram o valor da investigação realizada ao longo da sua vida universitária e académica, integrou também outras instituições culturais, que se honraram com a sua presença e beneficiaram dos estudos aí apresentados, bastando mencionar a Associação dos Historiadores Europeus, o Instituto Cultural Galaico-Minho, a Comissão Internacional para a História das Assembleias e Parlamentos, de que foi Presidente da Secção Portuguesa, e a Comissão Internacional de “Expertos” (*Peritos*) do Caminho de Santiago, em representação de Portugal, por nomeação da “Xunta de Galícia”.

Se a presença activa e os estudos apresentados nestas instituições o situavam ao mais alto nível cultural, impõe-se registar, igualmente, a influência social exercida, por ocasião dos referidos eventos internacionais. Podemos, por isso, afirmar que, muito antes de as universidades se abrirem para a “internacionalização”, já o Professor Baquero Moreno a punha em prática, de forma discreta, mas eficaz.

É compreensível, por isso, que diversas instituições nacionais e estrangeiras lhe manifestassem a sua gratidão, concretizada na atribuição e entrega de distinções, que, nesta hora de exaltação dos seus méritos, é justo e nos apraz recordar, começando pela Faculdade de Letras do Porto, que tão dedicadamente serviu, e, em 16 de Janeiro de 2001, lhe entregou, solenemente, a *Medalha de Ouro*; por sua vez, a Associação Espanhola dos Amigos dos Castelos, concedeu-lhe a *Medalha de Prata de Mérito*, em 1994; da parte do Brasil, o Chefe do Estado Maior da Marinha agraciou-o com a *Medalha de Amizade e de Mérito*, e, em 1995, o Ministro da Marinha do Brasil condecorou-o com a *Ordem de Mérito de Tamandaré*. Em Portugal, foi agraciado, em 10 de Junho de 1994, pelo Presidente da República, Doutor Mário Soares, com o grau de *Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique*.

Este esboço da vida e obra do Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno, com particular incidência nos planos académico e cultural e na sua vasta obra histórica, largamente reconhecida, admirada e galardoada ao mais alto nível, embora marcados pela saudade, ajuda-nos a curvarmo-nos perante a sua memória, gratos pelas lições de dignidade, competência e vigoroso humanismo que nos deixou, e convida-nos a pedirmos e confiarmos que Deus já o tenha junto de Si.

*José Marques**

* Professor jubilado da Faculdade de Letras da universidade do Porto

Do Mestre e do Amigo

A vida longa e plena do Professor Humberto Carlos Baquero Moreno proporcionou-lhe o justo e merecido reconhecimento académico pelos seus pares, pelos seus discípulos e pelos seus alunos e o reconhecimento cívico pelas autoridades da República. Não cabe aqui, portanto, repetir o que foi dito e é bem conhecido de todos. De facto, estamos reunidos neste lugar em torno de um homem no momento em que abandona a terra dos vivos para se dirigir à Terra da Vida, para dizermos e significarmos expressamente quanto o admirámos e estimámos pelas inatas qualidades humanas que tão bem soube cultivar e partilhar ao longo dos anos e de que todos nós beneficiámos, e outrossim pela vasta e inovadora obra historiográfica que construiu.

Sem me arrogar funções que melhor caberiam a outros, aceitei dizer estas palavras do mesmo modo que, noutras circunstâncias, procurei ser testemunha leal da vida do Professor. Não me parece ajustado, e não é minha intenção, convocar aqui o exemplo dos antigos aquando do passamento de alguém maior, ou seja, fazer o elogio fúnebre propondo um derradeiro epitáfio. Falarei apenas e de forma breve das facetas que mais me sensibilizaram.

Tive o privilégio e o gostoso prazer de privar com o Professor Humberto Baquero Moreno durante mais de três décadas. Nele observei o Professor e o Investigador e fui descobrindo o Amigo. Por trás de todo o formalismo do trato – de facto, nunca deixou de usar os títulos académicos para se dirigir aos outros, mesmo àqueles com quem mais proximamente colaborava –, havia uma grande sensibilidade à realidade de cada indivíduo. Alguns traços de distração e de inocente crença na bondade das pessoas levaram-no, por certo, a alguns juízos menos acertados. Mas essa mesma atitude generosa estava na base do modo afável como a todos tratava, fosse quem fosse que com ele se cruzasse.

De múltiplas formas soube demonstrar a sua amizade. Ora na constância e no empenho com que tantas vezes defendeu os anseios e interesses de jovens e menos jovens investigadores, ora no modo não menos entusiástico como falava do relevante contributo científico que representavam os livros e artigos escritos pelos seus orientandos. Em tudo isto havia um evidente e salutar orgulho, uma ponta de verdadeiro gosto quase pueril pela grandeza humana. Essa grandeza patente em algumas virtudes de que o seu muito estimado Ortega y Gasset, que frequentemente citava, era exemplo.

A sua visão da História contemplava uma dimensão de serviço aos seus concidadãos que nunca deixou de cultivar. Tal como Alexandre Herculano, entendia o conhecimento histórico como uma necessidade do tempo presente, como um instrumento que permite intervir socialmente. A esta circunstância não foi certamente alheio o seu gosto particular pelo estudo de vários grupos marginais da sociedade medieval portuguesa. E também por isso sempre procurou colaborar com as mais variadas instituições nacionais e estrangeiras, ensinando e divulgando a História e a Cultura portuguesas.

Neste momento de luto e de tristeza as palavras tanto são insuficientes como estão a mais. Congregados aqui para nos reconhecermos na relação que mantivemos com o Professor Humberto Baquero Moreno sentimos e sofremos de modo diverso a sua falta. Se a morte é um lugar de memória por excelência, as lembranças de cada um poderão ou não coincidir com as dos outros. Porém, somos todos convocados a lembrar e recordar uma vida que nos interpelou. A jeito de homenagem, talvez mereçam ser aqui citadas, porque apropriadas, algumas das palavras que o cronista Rui de Pina escreveu na *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, para louvar o Infante D. Pedro no momento da sua morte, figura esta a quem, como todos conhecem,

o Professor Humberto Baquero Moreno devotou muito do seu estudo e da sua paixão, e a quem não cessava de apresentar como um exemplo trágico e paradigmático da condição humana.

“Das feições costumes e virtudes do Yfante Dom Pedro.

Ho Yfante Dom Pedro por certo foy hum syngullar Pryncepe, dino de louvor antre os bõs e louvados Pryncepes, que no mundo em seu tempo ouve, homem de grande corpo, e de seus membros em todo bem proporcionado, (...) seu andar apée era vagaroso e com grande repouso, suas palavras eram graciosas, com doce orgam de dizer, e nas Sentenças muy graves e sustanciaaes, e quando alguma sanha o tocava era sua cara muy temerosa, e porém nom lhe durava muyto, cá por syso ou condiçam natural, logo se lembrava de mansydam e temperança (...). Foy Prynctype de grande conselho, prudente, e de viva memoria, e foy bem latinado, e assaz mistyco em ciencias e doutrinas de letras, e dado muyto ao estudo (...). E foy muy justo, de que lhe veo sempre avorrecer os maaos, e fazer bem aos bõs. Foy muyto verdadeiro e mui constante, e de muy claro entyndimento (...).”
(capítulo CXXV)

Por tudo isto, caro Professor Humberto Baquero Moreno, lhe estamos muito gratos.
Bem-haja!

Porto, Igreja de Nossa Senhora da Boavista, 7 de Abril de 2015

*Luís Carlos Amaral**

* Professor do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais (DHEPI) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

João Francisco Marques

(09.01.1929 - 06.03.2015)



No dia 28 de Maio de 2015, dia do DHEPI, por decisão do Conselho de Departamento, foi organizada uma cerimónia pública de homenagem a dois docentes que recentemente nos deixaram: o Professor Doutor Humberto Baquero Moreno e o Professor Doutor João Francisco Marques. Coube-me, enquanto uma dos muitos discípulos do Professor João Francisco Marques, proferir algumas palavras de evocação. Este texto retoma-as.

“Dirijo-me, em particular, aos Familiares dos Professores que hoje, com mágoa, evocamos, os Professores Humberto Baquero Moreno e João Francisco Marques. É justo que aqui estejam, tanto mais que esta foi uma das instituições com que tiveram que partilhar o tempo, a dedicação e a atenção dos seus familiares, que recentemente nos deixaram, e que na Universidade do Porto e na Faculdade de Letras se afirmaram como figuras de proa, verdadeiros construtores de um edifício de cariz pedagógico e científico que nos cabe a todos manter, acrescentar e continuar a dignificar.

Estou aqui, perante todos, por incumbência e decisão tomada em Conselho de Departamento, para desempenhar uma função e para cumprir uma tarefa, que digo, sem exagero ou fictícia retórica, ser a mais difícil de que tenho memória. Não porque receie o julgamento dos presentes, pois sei que a benevolência e a generosidade são características dos *Grandes*, mas porque a tarefa de evocar a figura, diria melhor, a personalidade do Professor João Francisco Marques, em representação institucional, e perante uma audiência que integra destacados Professores que conviveram com João Francisco Marques de uma forma mais continuada e mais próxima do que eu (apesar de eu ter tido o privilégio de poder contar com mais de 30 anos de convívio com o Professor), implica uma imensa responsabilidade. Ingrata responsabilidade porque estou certa de que nunca poderei sequer aproximar-me ao enunciado real do valor e dos desempenhos do Professor, ainda que nos estritos domínios institucional e académico, a que me cingirei.

Não me cabendo apresentar a pessoa, a individualidade, que todos conhecem bem, nem o seu currículo, que é longo, riquíssimo e destacado, mas também conhecido, e público, creio ser meu dever salientar os significados da sua obra e dos seus desempenhos institucionais e apontar alguns, e apenas alguns, dos seus muitos legados pessoais.

Diz-se, na sinopse bio-bibliográfica com que se abre os dois volumes de Homenagem ao Professor, editados na hora da sua jubilação, em 2000: “A figura de Francisco Marques destaca-se no panorama da historiografia e da cultura portuguesa pela sua originalidade como

investigador, docente e mestre de quantos, na Universidade do Porto e fora dela, tiveram o privilégio de contactar com a sua postura humana, intelectual e cívica. Do seu *cursus honorum* emerge não só o historiador, mas também o homem de letras, participante em círculos literários e de reflexão filosófica. É de salientar também a sua faceta de cidadão comprometido e interventivo, na academia universitária, bem como noutros espaços alargados da vida social e política”¹ Estas palavras sintetizam as várias vertentes que caracterizaram a acção do Homem, do Cidadão, do Professor e do Investigador que foi João Francisco Marques.

João Francisco Marques nasceu na Póvoa do Varzim a 9 de janeiro de 1929 e permaneceu poveiro, até os últimos dias da sua vida. Foi director do Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim entre 1976 e 1985. Foi eleito vereador da mesma municipalidade em 1976, cargo de que não viria, porém, a tomar posse. Sempre se manteve ligado, se não institucional, pelo menos afectivamente, ao seu Varzim, Sport Clube, onde esteve por muito tempo muito bem representado por seu irmão, Lídio Marques.

O município, que sempre contou com a sua colaboração, reconheceu os seus préstimos de múltiplas formas, a mais visível das quais consistiu na atribuição da Medalha de Prata de Reconhecimento Poveiro ao Professor, em 24 de Junho de 1995. Neste momento prossegue a publicação da sua *Obra Selecta*², em vários volumes, reconhecimento não menor, pela Câmara Municipal da Póvoa, do valor do munícipe que teve o privilégio de albergar.

João Francisco Marques frequentou o Seminário Arquidiocesano de Braga entre 1940 e 1952. A carreira eclesiástica, a que dedicou a sua vida, em paralelo com a carreira de docente e de investigador, levou-o a celebrar 50 anos de sacerdócio, em 2002, numa cerimónia pública em que, num balanço pessoal e de veia analítica (e crítica), evidenciou a importância da formação religiosa, dos valores do Cristianismo e o papel social da Igreja em tempos de mudança, que teve o privilégio de viver no período pré e pós 25 de Abril.

Lembremos que João Francisco Marques foi mandatário local, na Póvoa do Varzim, da campanha do Dr. Jorge Sampaio para Presidente da República, assim evidenciando a sua noção de comprometimento cívico e a sua convicção acerca da possibilidade de se poderem conciliar Religião e Política – tema central, afinal, de toda a sua obra, emergente de forma destacada nos seus trabalhos sobre a sermónaria no período filipino, e sobre o Padre António Vieira.

Foi, de resto, na cerimónia de atribuição do grau de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade do Porto ao Dr. Jorge Sampaio que pela última vez vi o Professor, participando ainda do cortejo académico, coerente que sempre foi nas suas convicções e constante nas suas amizades. Importa, de resto, lembrar, que o apreço era recíproco, pois no exercício do seu cargo de Presidente da República Jorge Sampaio reconheceu ao Professor o estatuto de homem de cultura singular, em 1999.

Sacerdote comprometido, João Marques expressou, ainda nessa sua intervenção na cerimónia de comemoração dos 50 anos de sacerdócio, a que me permito retornar, linhas de reflexão sobre a compatibilidade da acção e dos percursos individuais no seio de uma instituição que se rege por normas colectivas e que interage com a comunidade alargada a que pertence. Se me é permitida a observação (a intuição, diria o Mestre), este foi um desafio que acompanhou todo o *cursus vitae* do sacerdote e do intelectual: a conciliação, na justa medida, de ambas as

¹ Luís de Oliveira Ramos, Jorge Martins Ribeiro, Amélia Polónia (ed.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, (Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2001), vol. I, 9.

² João Francisco Marques, *Obra Selecta*, 2 vols, 4 tomos (Lisboa, Roma Editora, 2008-ss.).

orientações e vocações, que sempre procurou fazer confluir em benefício das carreiras que serviu: a eclesiástica e a académica.

O facto de centrar a sua investigação no domínio da história religiosa facilitou, creio, em muito, esta confluência, e potenciou, reciprocamente, a qualidade dos seus desempenhos. Todavia, desse percurso, a memória que entre a maioria dos presentes prevalece é, porventura, a do pedagogo e académico. A ela dedicarei as próximas palavras.

João Francisco Marques obteve o grau de licenciatura em História, em 1970, pela Universidade de Coimbra, e frequentou, em 1971-72, o estágio de História e Filosofia no Liceu Normal de D. Manuel II, o qual terminou com a nota máxima, excepcional na prática corrente, de 16 valores.

Professor efectivo do 4º Grupo de História A do ensino liceal, João Francisco Marques rapidamente se afirma como metodólogo nos Liceus de Matosinhos, D. Manuel II, Alexandre Herculano, Rainha Santa Isabel e em Vila Real de Trás-os-Montes.

Como sempre fez questão de sublinhar, ingressou na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1977 por sugestão e convite do senhor Professor Luís António de Oliveira Ramos, a quem sempre aproveitava para manifestar publicamente a gratidão pela abertura de uma porta para um universo, o universitário, em que o Professor se sentia em casa e em que conseguiu potenciar a sua vocação e qualificações inatas de professor e de investigador.

O seu percurso na Faculdade de Letras da Universidade do Porto evidencia o sucesso dessa vocação: assistente em 1977, foi professor auxiliar em 1984, professor associado em 1987 e professor catedrático em 1993, depois de ter prestado provas de agregação em 1990. Creio poder afirmar que ninguém, dentro ou fora desta sala e desta instituição, alguma vez duvidará da mais-valia que foi para a Faculdade de Letras e para a Universidade do Porto, a incorporação do Professor entre os seus membros.

Neste seu caminho, partilhou com muitos dos presentes percursos que o conduziram a Paris e aos seminários de Jean Delumeau, que o prestigiou com a sua presença nas suas provas de doutoramento, a par de tantos outros mestres, incluindo Lucien Febvre, Emmanuel Le Roy Ladurie, Pierre Chaunu, que para nós são capas de livros de referência e para o Professor, e muitos dos seus colegas, foram palavras vivas e veículos directos de conhecimento. Os mesmos com que nos alimentaram depois a nós, estudantes, com os princípios daquela que seria a corrente historiográfica mais marcante da licenciatura e depois mestrados em História: a da escola do *Annales*. Dessa geração de professores bolseiros que beneficiaram de uma estadia em Paris fizeram parte também os Professores Eugénio Francisco dos Santos e Cândido dos Santos. Num outro corte temporal, Aurélio de Oliveira e Francisco Ribeiro da Silva, são outros dos nomes que integraram este grupo de afiliados aos “*Annales*” que, por serem do grupo de História Moderna, contactaram continuamente com o Professor João Marques.

A estes teremos que acrescentar, por outros motivos, os nomes dos Professores José Amadeu Coelho Dias, frei Geraldo, e José Marques, com quem partilhava a condição de intelectual e sacerdote, e com quem debatia vivamente matérias graves de religião e academia.

Será, nesta sequência, de insistir na ideia de que a internacionalização, de que tanto se fala hoje, não é dado recente, como não o é a interdisciplinaridade, como o prova a prolongada colaboração que o Professor sempre cultivou (e foi reciprocamente cultivada) pelo Professor José Adriano de Carvalho. Disso dá prova, não só a longa amizade entre ambos, mas o facto de João Francisco Marques ter sido também membro do Centro de História da Espiritualidade, criado por aquele Professor e hoje gerido, sob outra designação, pela discípula de ambos, Zulmira Santos.

A emergência e desenvolvimento dessa "Escola" de pensamento, no Porto deve-se também à criação do Centro de História, com a sua revista periódica, de que foram figuras tutelares o Professor Humberto Baquero Moreno, que hoje também aqui homenageamos, e o Professor Oliveira Ramos, bem como à *Revista da Faculdade de Letras- História*, por tantos anos dedicadamente coordenada pelo Professor José Marques.

Mas centremo-nos numa outra dimensão dos desempenhos do Professor: a docência. Na verdade, como professor, sempre mobilizou salas de mais de 200 alunos (no meu tempo), com uma capacidade de comunicação ímpar, com uma lógica discursiva e um raciocínio articulado que nos permitia compreender, de modo simples, matérias de grande complexidade, como são as envolvidas pela disciplina de Teoria da História.

Era conhecido pelo seu rigor: as provas orais eram temidas por muitos estudantes pelo que significavam de reprimenda certa quando evidenciavam falta de informação e falta de leituras. Ensinava com métodos aparentemente pouco sofisticados, intuitivos quase, mas com um saber de pedagogo que o tornou também orientador – oficial ou não, de muitos trabalhos de investigação académica.

Poderia listar aqueles que, sabendo desta evocação, me lembraram as conversas que com o Professor tinham, no Diana Bar, primeiro, depois no Lota e, das quais, parecendo mera cavaqueira, resultaram profundas e decisivas "orientações tutoriais", orientações científicas, conselhos e sugestões que retirava, com muita paciência e simpatia, mas com firmeza também, do seu saber acumulado por décadas de leituras e pelas centenas de livros que guardava em casa, organizados segundo uma classificação que não era, por certo, a Classificação Decimal Universal, mas que lhe permitia rapidamente identificar, num mapa mental não acessível a todos, a localização dos livros procurados.

Impressionante é notar que, dominando, para além do Português, o Francês, o Professor integra, na sua biblioteca obras em castelhano, compreensivelmente, em italiano, em inglês, e mesmo em alemão, a que acedia, imagino, através do saber de alguém que lhe estava próximo, em termos familiares e afectivos: a Dr^a Susana, sua cunhada, professora de alemão.

Foram várias as gerações que usufruíram desta sua orientação científica e desta sua, como dizia, erudição histórica. Ela passava também pelo uso do seu lápis, que transformava frases menos claras ou menos elegantes em expressões eloquentes e cristalinas, porque a palavra e a construção frásica eram, para o Professor, a chave de toda a comunicação, e o reflexo evidente de clareza de raciocínio e do rigor da argumentação. Cuidar da expressão significava para o Professor condição sine qua non para a transmissão do conteúdo.

Isso nunca significou, porém, que descurasse o rigor metodológico e conceptual. Ainda que sem as categorizações, as conceptualizações, os estrangeirismos de que hoje nós (*mea culpa*) não conseguimos escapar, as preocupações teórico-metodológicas do Professor sempre foram inquestionáveis. Diz, na entrevista que lhe foi feita por Jorge Fernandes Alves e publicada no "Tripeiro" por alturas da sua jubilação, referindo-se à forma como aborda a parenética: "Esta concepção implica uma visão teórica do conhecimento histórico que sempre orientei para a reflexão epistemológica de como conceber e construir o saber historiográfico, através das indicações que a história da cultura e o desfiar do quotidiano, de que somos actores e espectadores, nos proporcionam"³.

³ J. F. Marques; Jorge F. Alves, "Na hora da Jubilação" in Luís de Oliveira Ramos, Jorge Martins Ribeiro, Amélia Polónia (ed.), *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, (Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2001) vol. I, p. 26.

Se julgarmos a sua obra por aquela bitola, a da exemplaridade da escrita, a da força da palavra, todo o seu conteúdo só poderá ser visto como exímio. Todavia, sabemos que o é, não apenas por isso, mas porque cultivava um rigor de que não abria mão. “A primeira coisa que vejo numa obra, dizia, é a qualidade das notas de rodapé. Se estas não existem ou não revelam rigor formal, nem me dou ao trabalho de ler o texto”: a forma, de novo, como expressão de conteúdo, e de método.

O que disto pensava o Professor está expresso numa das respostas dadas na entrevista acima mencionada. Diz o Professor, referindo-se a Vieira, quando perguntado “Quem foi para si Vieira?”

Responde: “Génio da palavra, é pelo sortilégio das palavras que nos subjuga. E é a isso que, não posso deixar de reconhecer, até pela minha própria natureza de comunicador, fico inteiramente rendido”⁴.

Génio da palavra foi também o Professor João Marques, que nos fazia render pela palavra, e pela clareza do raciocínio, e pelo brilhantismo das suas ideias. Por isso nos sentíamos importantes quando o ouvíamos: porque era para nós, sempre para nós, que falava. E não importava quem eramos nós: os pescadores e mulheres poveiras que frequentavam a capela de Santiago onde por norma dizia missa, os mais altos dignitários civis e eclesiásticos a quem com frequência se dirigia, alunos, orientandos, colegas e discípulos. O Professor precisava das suas audiências, comunicador por excelência que era, e conhecia-as a todas, por uma capacidade de análise psicológica que lhe era intrínseca e que o levava a formular algumas máximas, assertivas e divertidas, que aqui não reproduzo por me parecer não ser este o lugar.

Mas sabia, sempre ouvir, também ... Esta é outra dimensão da sua personalidade que não posso deixar de salientar: o seu profundo conhecimento do ser humano, que derivava da sua própria humanidade, que assumia sem preconceito e sem culpas: o gosto que tinha pela beleza, a paixão intrínseca que acompanhava as suas convergências e divergências de opinião ou um jogo e futebol, o gosto que tinha numa boa companhia e numa boa tertúlia, apimentada se possível com alguns ditos jocosos e críticos, acompanhada por uma boa refeição e um bom vinho, são apenas alguns dos indicadores da sua profunda, e assumida, humanidade.

De risada aberta e fácil mas de juízo severo, e geralmente assertivo, o Professor João Francisco Marques rapidamente se tornava centro de atenções em círculos de amigos vastos e heterogéneos, que não hierarquizava socialmente nem classificava por qualquer tipo de preconceito. Sem pertencer a nenhum tipo de oligarquia, integrou alguns dos mais destacados círculos intelectuais do Norte do país. Esses círculos incluíram nomes como os de José Régio, Luís Amaro de Oliveira, Flávio Gonçalves, Orlando Taipa, Pacheco Neves e o cineasta Manuel de Oliveira, com quem manteve uma forte empatia e continuada colaboração, sendo, para além de consultor histórico dos seus filmes, personagem em algumas das suas realizações, como ocorre com *Non ou a vã glória de mandar...*

De notar que a colaboração com o mundo do cinema não se esgota com essa parceria. Muito recentemente foi-lhe solicitado, por intermediação de uma outra amiga, Cristina Osswald, que lesse, em latim, textos para o próximo filme de Martin Scorsese resultante da adaptação de *Silêncio*, de Shusaku Endo ao cinema: uma película sobre jesuítas portugueses no Japão, no século XVII, que aí retornam após o édito de expulsão .

⁴J. F. Marques; Jorge F. Alves, *ibidem*, 29.

O facto, que assumia, de ser filho de um poveiro que emigrou cedo para o Brasil, tornava-o sensível a outras dimensões e partícipe de outros níveis de cultura, desenvolvendo um conhecimento, de antropólogo mais do que de etnógrafo, de expressões da cultura popular, das crenças populares, que compreendia, que respeitava, porque compreendia a alma, os anseios, os medos daqueles que dela se alimentavam. Nunca foi elitista nas suas escolhas e os únicos critérios de exclusão que lhe conheci foram os éticos. Nesses cultivava rígidos preceitos de selecção.

Outras dimensões dos seus desempenhos serão de anotar, que revelam a personalidade multifacetada que caracterizava o Professor João Francisco Marques: nunca o intelectual se inibiu de exercer cargos institucionais, assim contribuindo para a gestão universitária, seja como membro do Conselho Científico, seja como Presidente do Conselho Directivo da FLUP. Aí não só assegurou, desde 1984, o normal funcionamento da instituição, como promoveu espaço de partilha e de convívio entre todo o pessoal da FLUP. As festas de Natal abertas aos seus familiares são disso exemplo e prova.

O exercício do poder, o institucional, via-o como um meio para atingir fins, para concretizar objectivos que, com convicção e determinação, perseguia. Diz de Vieira, e cito “Mais do que um homem da Igreja, Vieira foi um ser capaz de entrar em sintonia e simpatia com os dramas individuais e sociais que ele sentiu, viveu e procurou resolver, solidário com os injustamente perseguidos, na dimensão do homem religioso, que foi sempre e antes de tudo, e do patriota identificado com a idiossincrasia da Nação...”⁵. Não estaria o Professor a falar de si próprio?

Abordemos, por fim, a sua obra. Insistia, sempre, que um académico é avaliado pela sua obra. Que o seu legado para o futuro era a obra escrita que deixava. Que as gerações passam, mas o pensamento, e o conhecimento, escrito e impresso, ficam.

Nunca se rendeu ao mundo digital e da comunicação virtual. Entendia que esse mundo, de grande mobilidade e acessibilidade, poderia nada deixar para amanhã. “O que acontece com os emails que recebe, Amélia?” - perguntava. “Que arquivos deixamos para o futuro?” “Essas páginas da web – dizia - que durabilidade têm? Até quando permanecem?”

Por tudo isto, sempre lutou afincadamente pela publicação da sua obra. Até ao fim dos seus dias, que não adivinhava (nem nós) estarem tão próximos. Alentava-se com o exemplo do seu grande amigo e modelo de vida, Manuel de Oliveira, que produzia ainda aos 106 anos, e dizia: “Tenho menos 20 anos, Amélia: quantos mais poderei trabalhar?” A linha inexorável da vida, e da morte, respondeu-lhe (e a nós) de forma inesperada, mas ainda assim, feliz: nenhum de nós assistiu, nem o Professor a nenhuma evidência de declínio intelectual, a nenhuma mágoa pela perda de capacidades... E o seu amigo e companheiro de tertúlias, e de desafios intelectuais, Manuel de Oliveira, não lhe sobreviveu nem um mês...

E aqui estamos, em convívio, que o Professor tanto apreciaria, falando do Homem e da sua obra, institucional e historiográfica. Esta, parecendo ser vária, é coerente. Segue linhas de investigação convergentes, que se alimentam reciprocamente. Tendo como eixos maiores a sermonária (em particular do período moderno) e a sua função no discurso político e na mobilização de opiniões – tema a que dedicou mais de 40 anos da sua vida. A sua obra tem nos estudos sobre o Padre António Vieira um dos seus epicentros.

Questões de missionação, minorias religiosas, reforma religiosa e práticas religiosas, para além de análise literária, preenchem o seu curriculum, que supera em muito a centena

⁵ J. F. Marques; Jorge F. Alves, *idem*, 29.

de títulos, entre livros, coordenação de obras colectivas, artigos e verbetes de dicionários, a forma mais difícil de condensar sabedoria. Poderíamos destacar, pela sua dimensão e impacto recente, a publicação da *Obra Completa do Padre António Vieira*⁶, de que coordenou os 15 volumes relativos à Parenética, mas de todo não podemos deixar de destacar a sua participação na *História Religiosa de Portugal*⁷ ou no *Dicionário de História Religiosa de Portugal*⁸. Para além da sua *Obra Selecta*⁹, ainda em publicação, como se referiu, com o patrocínio da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, outros projectos pululavam ainda na mente do investigador que, quotidianamente continuava a realizar obra e a alimentar projecto. Perguntado, na entrevista a que atrás nos referimos, feita por Jorge Fernandes Alves, em 1999, “Quais são os projectos do investigador João Marques, uma vez jubilado do serviço docente?”, responde: “Ao que ainda gostaria de realizar pertencem dois projectos maiores em que desde há anos trabalho: uma História da Parenética Portuguesa, escrita e publicada, e um estudo “O Confessor régio em Portugal”. Migalhas dos dois tenho publicado, mas acalento a esperança de erguer o conjunto. Parafraseando Vieira, diria que choupanas são o que fizemos; altos castelos os projectos que ficam a meio caminho do sonho”¹⁰.

Cabe-nos agora a nós respeitar o legado, cumprir, se possível os seus desígnios, nomeadamente o de fazer vir ao prelo o tão desejado *Dicionário Bio-Bibliográfico da Parenética Impressa Portuguesa*, que alimentou durante décadas, e respeitar os seus ensinamentos do Mestre de História e de Vida.

Porque aqui procurei deixar uma visão do Professor que congregasse o que com ele todos partilhámos, sei que muitas das dimensões da sua vida estão por referir: não tive nem poderia ter essa intenção. Mas creio que essa lacuna pode ser parcialmente preenchida, de forma breve e inspirada, através das palavras (ditas e escritas), da Dr^a Manuela Marques, sobrinha e afilhada do Professor João Marques, cujo texto se publica também neste *dossier*. Essa é a imagem viva, sentida, na qual plenamente se reconhece o Homem, o Mestre, o Modelo de Vida com o qual de um modo ou de outro todos contactámos. Esse foi um privilégio que é nossa obrigação partilhar...

Porto, 28 de Maio de 2015

Amélia Polónia*

⁶ Carlos Maduro (coord.), *Obra Completa [de] Padre António Vieira*, (30 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 2013 - introd., anot. Carlos Maduro, Ana Lúcia M. de Oliveira).

⁷ Carlos Moreira de Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, (3 vols., Lisboa: Círculo de Leitores, 2000).

⁸ Carlos Moreira de Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (4 vols., Lisboa: Círculo de Leitores, 2000).

⁹ J. F. Marques, *Obra Selecta*.

¹⁰ J. F. Marques; Jorge F. Alves, *idem*, p. 29.

* Professora do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais (DHEPI) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

O meu Padrinho

Partiu há um mês, sem nos avisar. Nem sempre nos dava conhecimento do que fazia nem para onde ia. Aos 86 anos, bem vividos, era completamente independente e absolutamente imparável. Os horários do metro do Porto e dos comboios para Lisboa ainda permanecem na sua carteira. As suas admiráveis capacidades de trabalho e de concentração não diminuíram com a idade nem com as doenças que o foram rondando...No seu escritório adotivo, inicialmente o Diana-Bar, depois o Lota Café, só erguia o olhar dos papéis meticulosamente escritos com BIC Cristal azul, quando lhe tocava no ombro para o beijar e cumprimentar. Ouvia muito bem mas era dotado de isolamento acústico! Sempre “encasacado” e de boné, mesmo com sol e calor, cultivava uma certa aparência boémia, lenço no pescoço, boina Basca ao lado, casaco de alamares, jaqueta com cotoveleiras...saudades de Paris, de quando lá frequentou a Sorbonne nos inícios de 80? Lia francês, assinava várias revistas até, mas o inglês e sobretudo as novas tecnologias, foram sempre o seu calcanhar d’Aquiles! Ficava deslumbrado com a internet e com a rapidez de acesso a qualquer informação; mas não conseguiu dar esse passo, com enorme pena. Até o telemóvel e o leitor de filmes tinham para ele segredos intransponíveis...E nós, que nos deslumbrávamos com as suas dissertações sobre os mais variados temas, ficamos subitamente “sem rede”, com o vazio das perguntas sem resposta, das tantas que afinal ainda lhe queríamos fazer, sobre a Póvoa, sobre os poveiros de outras gerações, sobre a nossa família, o responso a Santo António...nada irá substituir os seus saberes, a entoação da sua voz, o seu falar de púlpito, com as mãos e o olhar, que dirigia obliquamente para cima, ultrapassando o aro dos óculos, sempre com um sorriso, frequentemente com uma gargalhada sonora! Usava frases e expressões únicas, “Amiga!”, “Tu achas?!”, algumas mais eruditas -“por conseguinte”-, outras hilariantes-“Já ultrapassei as ficções do paganismo!”- e não poucas vezes verbalizava saudade de tempos idos com consciência da sua realidade, ao dizer “Ah! Se eu tivesse a vossa idade e a vossa magreza, o meu apetite, o meu dinheiro e saber o que sei!...”, e revirava os olhos!! Gostava de conviver, sempre pronto para almoços e jantares de família, tertúlias com os muitos grupos de amigos que fez ao longo da vida...e era de facto polarizador de todas as atenções! Bastava-lhe levantar o copo que logo ele se enchia, apontar a perna da ave ou o pudim por encetar...às vezes deixava o prato arrefecer enquanto falava! “Anda, come, João!”, dizia o meu pai ao seu lado. E nas viagens de carro, de férias para casa da minha irmã, em Tavira, ouvíamos música brasileira, trauteava “a garota d’Ipanema”, “Tico-tico no fubá”, “Eu estava à toa na vida, a ver a banda passar”...Tinha assunto para muitos quilómetros, centenas, respeitando, é claro, a paragem para o pic-nic ou o arroz de tomate em Pombal, e depois a consagrada sesta pós-prandial, hábito que manteve toda a vida!

Ainda penso que está apenas “a fazer a sesta”, e quando acordar, vai para o Lota trabalhar, curvado sob a luz do candeeiro que era só dele e que eu continuarei a ver quando passar de bicicleta na marginal, de regresso a casa.

A sobrinha e afilhada
Manuela Marques
(a Nené)

Recensões Bibliográficas

Juan Diego Pérez Cebada, *Tierra Devastada. Historia de la contaminación minera (en las grandes cuencas de minerales no ferrosos hasta 1945)*. Madrid: Editorial Sínteses, D.L. 2014 (283 pp. + [5] bibliogr. ; ilustr. – Col. Economía. Serie: Historia Económica. 21,37€ brochado).

Nas últimas décadas, têm-se multiplicado os estudos sobre a poluição e sobre o impacto ambiental gerado pela indústria mineira moderna ao longo do tempo, merecendo uma atenção crescente por parte de economistas, cientistas sociais e historiadores do ambiente. Os temas mineiros e metalúrgicos têm sido privilegiados pela história ambiental em abordagens frequentemente de âmbito local ou regional e centrados na análise da contaminação mineira em múltiplas vertentes, sendo de destacar a poluição gerada pela actividade de grande escala com as tecnologias de elevado rendimento e de grande impacto sobre os ecossistemas, as formas institucionais e os sistemas legais de enquadramento dessa actividade, os conflitos ambientais emergentes, os desastres ambientais e, finalmente, a criação de modos de gestão desse vasto passivo ambiental. Entre nós, as questões ambientais não têm merecido até agora mais do que algumas referências na historiografia mineira, facto que será certamente ultrapassado dado o crescente interesse por estas temáticas, como aponta a criação recente da Rede Portuguesa de História Ambiental e do Grupo de Estudos sobre Conflitos Ambientais. Neste contexto, este livro de Juan D. Pérez Cebada (PC), historiador económico e professor da Universidade de Huelva que há longos anos tem trabalhado os problemas da poluição mineira, deve merecer a nossa atenção, não só pela proximidade e abrangência teórica e geográfica das questões que analisa, como também por constituir uma excelente base de trabalho para estudos futuros nesta área.

Em *Tierra Devastada*, PC oferece-nos uma visão de conjunto sobre o problema histórico da contaminação mineira que dá coerência à abundante produção sobre este tema, centrando-se nos minerais não ferrosos, geralmente negligenciados nas gestas heróicas do passado recente sobre a Revolução Industrial. Porém, mais do que uma síntese de trabalhos anteriores, estamos perante um edifício de criação própria que se coloca no âmbito da história ambiental e numa perspectiva que se aproxima da economia ecológica (alternativa, pois, à interpretação optimista da economia energética). A obra é sustentada por vasta bibliografia e por fontes secundárias impressas, a par de investigação empírica realizada pelo autor em arquivos em Espanha e no Canadá ao longo de duas décadas. (Infelizmente, apenas uma pequena parte dessa bibliografia se encontra na publicação em papel e o leitor terá de descarregar previamente no sítio web da Editorial Sínteses essa listagem completa - 26 páginas em formato PDF - para poder acompanhar as referências do texto).

Nesta obra, PC procura demonstrar que nas grandes bacias mineiras de metais não ferrosos se irá desenvolver uma contestação precoce sobre as consequências ambientais da contaminação e que esta ultrapassa os conflitos imediatos de interesse entre agentes concorrentes. Daí a ênfase que dá aos conflitos que emergem com a degradação ambiental associada à actividade regular das empresas mineiras. Percorrendo vários pontos do planeta e épocas, ele mostrará a natureza mundial destes fenómenos reactivos que expressam contradições em diferentes escalas: as primeiras, imediatas, locais, entre os empresários mineiros e os proprietários, lavradores ou camponeses; outras, mediatas, vistas as ligações que as explorações têm com a economia mundial; e as últimas, mais amplas e profundas, que afectam a tomada de consciência perante

os problemas industriais modernos e que irão dar origem a movimentos críticos desde finais de Oitocentos.

Nesta análise dos conflitos ambientais, o historiador procurou a comparação entre casos já conhecidos ou trabalhados por ele, para encontrar pontos de contacto e de divergência. Deste modo, propõe-se abordar as raízes históricas do problema da poluição mineira que tem tomado duas faces: por um lado, trata-se de uma actividade que, nos últimos dois séculos, tem sido directamente responsável por uma contínua, crescente e irreversível destruição ambiental e, por outro, tem conduzido a investimentos crescentes por parte dos Estados ou de terceiras entidades em programas de reabilitação ambiental.

PC começa por fazer um breve historial do debate crítico sobre a contaminação mineira na tradição intelectual ocidental que precede a formação de visões e linhas de pensamento antinómicas mais recentes (os Doomsters que apresentam uma visão catastrófica do futuro e os Cornucopianos que acreditam na capacidade criativa do homem para enfrentar os seus problemas). Os críticos, muitos deles engenheiros de minas, seriam responsáveis desde o século XVIII pelos primeiros cálculos sobre a devastação ambiental provocada pelas minas, pelos esforços técnicos e científicos para diminuir os seus efeitos e pela introdução de regras (legislação) que limitavam determinadas práticas mineiras e metalúrgicas.

O segundo capítulo, o mais extenso (58 páginas), é dedicado aos conflitos nas grandes bacias mineiras e metalúrgicas desde o início do século XIX na Europa (na Grã-Bretanha, Sheffield, Lancashire e Swansea; na Alemanha, Ruhr, Friburgo (Saxónia), Alta Silésia, Harz; em França, o Ródano; nos E.U.A., as bacias nos Estados do Tennessee, Utah, Califórnia, Montana; no sul da Península Ibérica, o vale do Guadiana), no Japão (as minas de Besshi, Hitachi e Ashio) e na América do Sul (Perú e Chile, com destaque para as minas de Norte Chico e El Teniente). Por toda a parte, os conflitos de propriedade, geralmente opondo proprietários de terras e lavradores a grandes companhias, tenderam a ser resolvidos por via judicial e por via de indemnizações. São significativos, no entanto, os conflitos abertos e os contextos onde o quadro de resolução pacífico fracassou. PC descreve com detalhe o modo como o progresso nas tecnológicas de queima de mineiro (fornos) e de tratamento metalúrgico tornaram o sistema eficiente num quadro de expansão da actividade mineira. Através da legislação, os Estados instigaram a adopção da melhor tecnologia quando esta estava disponível sob pressão dos próprios agentes, procuraram limitar os efeitos indesejados da indústria sobre o ambiente (com preocupações sanitárias principalmente).

No capítulo seguinte (Contaminação urbana e contaminação mineira), procede-se à análise de conflitos ambientais em meio urbano entre os finais de Oitocentos e as vésperas da II GM em três casos distintos: Huelva, Paris e Liège. Estes conflitos mobilizaram um grupo diversificado de grupos sociais em torno da defesa da saúde e qualidade de vida contra os interesses industriais, nos quais os municípios apareceram simultaneamente como mediadores intermédios e reguladores locais. No caso da pequena cidade de Huelva, interessou-lhe a forma como o município, na viragem do século XX, decidiu a favor da instalação de uma fábrica de ácido sulfúrico e como não atendeu a reclamações posteriores. Mais tarde, já nos finais dos anos '30, em época de fervor nacionalista, o município lança um imposto sobre a contaminação do porto que afectou directamente as companhias inglesas. Em contrapartida, no caso de Paris, mostra-se como a pretensão da empresa das minas de Rio Tinto para instalar na cidade uma fábrica de ácido sulfúrico é indeferida com base na mobilização da opinião

pública, onde os técnicos desempenharam um papel influente, e também do apoio de outros municípios que seriam afectados pelo aumento da poluição do rio Sena. Na análise deste processo, o autor conclui que “perante a falta de legislação e a passividade conivente em muitos casos do Estado e de outras instituições intermédias, foram as entidades municipais as que desempenharam um papel fundamental na mobilização de protesto contra as empresas mineiras” (p.110). No caso de Liège, interessou-lhe identificar as causas do acidente que matou 60 pessoas e afectou outras mil por inalação de gases químicos (nuvem tóxica) em 1930 e que esteve na origem da imposição de regras mais duras. O capítulo termina assim com uma breve descrição compreensiva da legislação relativa à contaminação atmosférica em França, Inglaterra, Bélgica e nos EUA (onde ela era praticamente inexistente devido à posição do governo face aos movimentos de cidadãos).

Seguidamente, PC compara conflitos ambientais em Espanha e no Canadá que, por terem mobilizado a opinião pública e envolverem os governos, se tornaram «magnas questões nacionais». Descreve depois (capítulo 5) as estratégias empresariais usadas para remover os obstáculos levantados por partes lesadas pela poluição mineira, destacando o papel da inovação tecnológica, em especial no que se refere aos progressos e às diferentes tecnologias usadas no tratamento do minério a jusante das explorações, bem como das «comissões de peritos» junto da opinião pública e dos governos.

O último capítulo é dedicado à análise do papel das instituições que actuam nos quadros jurídicos anglo-saxónico e continental, da legislação específica que surge como resultado de controvérsias emergentes, e da formação das ligas anti-poluição e movimentos de resistência civil. Finalmente, nas breves conclusões, o autor realça que a tomada de consciência sobre os problemas de contaminação aparecerem historicamente relacionadas com o debate sobre as limitações do crescimento económico desde os finais do século XIX, ou seja, com a expansão da grande exploração mineira e com a acelerada internacionalização da contaminação mineira. Os problemas iniciais, que se prendem com a saúde pública e com «os conflitos típicos de vizinhança», irão dar lugar a preocupações mais vastas de índole ambiental que serão introduzidas no direito de propriedade mineira. O autor realça ainda que os progressos técnicos e científicos para limitar a poluição foram enormes e que as companhias mostraram-se disponíveis para as incorporar desde que fossem economicamente viáveis. Assim, como resultado da queda contínua no preço das matérias-primas, o aumento do consumo final anulou por completo aquelas vantagens (paradoxo de Jevons).

Tierra Devastada acaba assim por centrar-se nos múltiplos conflitos ambientais gerados pela contaminação nas minas de metais não ferrosos (as mais imediatamente agressivas para o meio ambiente) e nas estratégias das empresas e dos Estados para ultrapassar os problemas emergentes e os desafios colocados pela mobilização da sociedade civil. E as estratégias das empresas passaram tanto pela conquista da opinião pública e pela influência junto dos governos, como pela inovação técnica e científica, enquanto a ação dos segundos se fez principalmente através da legislação e das organizações vocacionadas para a gestão de direitos sobre recursos e do meio ambiente. Estamos perante um notável esforço de investigação empírica e de compreensão analítica assente na inventariação de casos históricos notáveis de contaminação ambiental provocada pela grande indústria mineira de metais não ferrosos, onde a organização empresarial, a ciência e técnica e as instituições interagem de forma dinâmica ao longo do

tempo na lógica própria do capitalismo moderno. Ficará assim como um marco de referência para investigações futuras nesta área.

Paulo E. Guimarães

Centro de Investigação em Ciência Política
& Departamento de História
Universidade de Évora
E-mail: peg@uevora.pt

DHEPI - Pós-graduações
(2013-2014)

Curso de Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário

Autora: **Adriana Cecília Correia Lopes**

Título: ***Investigando a Avaliação do Processo de Aprendizagem em História e Geografia: estudo em contexto***

Palavras-chave: Avaliação; Estratégias de Avaliação; Instrumentos de Avaliação; Intervenientes na Avaliação.

Resumo:

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito da unidade curricular de iniciação à prática profissional do Mestrado em Ensino de História e Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e focalizou-se no estudo da Avaliação no processo ensino aprendizagem em História e Geografia. Este trabalho está organizado em três partes distintas: a primeira é referente ao enquadramento teórico, a segunda aborda a fundamentação metodológica e a terceira e última parte reúne a análise e interpretação dos dados recolhidos na nossa investigação.

No que se refere ao enquadramento teórico, desenvolvemos a definição do conceito de Avaliação, explicitamos vários tipos de avaliação existentes e os instrumentos de avaliação, e concretizamos uma breve reflexão sobre os vários intervenientes na avaliação (o professor, o aluno, os pais e encarregados de educação). Para complementar o enquadramento teórico, concretizamos uma breve contextualização sobre as Inteligências Múltiplas de Howard Gardner.

Em relação à segunda parte, a fundamentação metodológica desta investigação, encontra-se inserida num contexto de estágio pedagógico concretizado no ano letivo 2013/2014, nas áreas disciplinares de Geografia e História, na Escola Secundária João Gonçalves Zarco, em Matosinhos.

No que concerne à análise e interpretação dos dados recolhidos no decorrer da nossa investigação, poderemos referir que, neste contexto, estes revelaram que a utilização de diferentes estratégias de intervenção e de avaliação educacionais, bem como, a intervenção dos diferentes agentes avaliativos, poderão ser promotores do sucesso escolar dos alunos, questionando-se o sentido da constituição das turmas por níveis.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 5 de novembro de 2014

Autora: **Adriana Seara Carvalho**

Título: ***O jogo didático nas aulas de História e Geografia***

Palavras-chave: Jogo, ensino, lúdico, História, Geografia

Resumo:

A concretização do Relatório de Estágio surgiu no contexto de uma investigação teórico-prática, desenvolvida durante o ano letivo de 2013/2014, no âmbito do estágio curricular.

Neste relatório podem ler-se as conclusões a que cheguei sobre a utilização dos jogos didáticos no processo de ensino e de aprendizagem das disciplinas de História, no ensino básico, e de Geografia, no ensino secundário profissional.

A escolha deste tema explica-se pelo facto de, desde tenra idade, durante o meu percurso escolar, me ter cruzado com jogos que me ajudavam a compreender determinados saberes. Na altura, como estudante, não percebia a razão pela qual os meus professores levavam jogos para as aulas. Contudo, apercebia-me que estes me ajudavam na aquisição e na compreensão de determinados conteúdos. Por isso, numa tentativa de motivar os meus alunos, tentando lutar contra a ideia, vulgarmente enraizada em alguns dos nossos estudantes, que a escola não tem utilidade prática, resolvi desenvolver um estudo sobre a aplicabilidade do jogo didático nas disciplinas de Geografia e de História, identificadas, principalmente a de História, como disciplinas bastante teóricas e com um registo muito formal.

Com esta investigação pretendi estudar se o jogo didático era uma metodologia de ensino-aprendizagem eficiente e se os alunos lhe reconhecem validade pedagógica, dado isso defini as seguintes perguntas de partida que nortearam a minha investigação:

- 1) É possível aprender a brincar?
- 2) Os alunos reconhecem validade ao jogo didático?
- 3) O jogo funciona melhor como estratégia de consolidação de conteúdos, como ferramenta de desenvolvimento de conteúdos ou como estratégia de avaliação?

Este trabalho está estruturado sob dois grandes eixos: o enquadramento teórico e a caracterização do estudo.

O primeiro refere-se à componente teórica do meu projeto. Para a concretização deste eixo foi fundamental a pesquisa bibliográfica. Este eixo encontra-se subdividido em seis itens distintos que se articulam entre si. Aqui poderá ser lido o que se entende como jogo e quais as diferenças existentes entre os jogos com carácter lúdico e os jogos didáticos. Seguidamente pergunto-me se, na sala de aula, quando se realiza um jogo didático, haverá lugar para a competição. De seguida, debrucei-me sobre as vantagens e desvantagens da utilização de jogos didáticos. Para este ponto considerei pertinente elencar as vantagens e desvantagens quer para o aluno, quer para o professor. Para finalizar este primeiro eixo do enquadramento teórico, redigi um ponto sobre o estado da arte, em que faço um registo sumário de alguns trabalhos já realizados sobre a temática do jogo didático. Por considerar, que se trata de uma temática transversal a várias áreas do saber e não apenas aquelas que se relacionam com a educação e com a formação inicial de professores englobo, neste registo, trabalhos desenvolvidos na maioria das faculdades da Universidade do Porto e ainda do Instituto Superior de Engenharia do Porto e da Escola Superior de Educação do Porto.

O segundo grande eixo, como já referi, diz respeito à componente mais empírica do projecto e, à semelhança do primeiro grande eixo, também este se encontra organizado em itens articulados entre si. Este segundo eixo foi redigido com apoio de alguma bibliografia, mas, essencialmente, a partir das minhas experiências com os meus alunos e das minhas reflexões sobre minha prática de ensino.

Início este capítulo pela localização geográfica da escola, apresentando-a o mais detalhadamente possível, fazendo referências às ofertas disponibilizadas e à avaliação externa a que a escola foi sujeita.

Seguidamente apresento as turmas envolvidas no projeto.

No ponto seguinte, apresento os jogos didáticos realizados com as turmas envolvidas, assim como o contexto em que foram empregues. No caso da disciplina de História utilizei jogos em diferentes momentos da aula, utilizando-os como estratégia de feedback, como desenvolvimento de conteúdos e como consolidação/revisão das aprendizagens. No que concerne a esta última estratégia considerei pertinente, no relatório, realizar uma análise comparativa entre os desafios lançados nos jogos e as questões dos testes de etapa, a fim de ser mais fácil aferir a relação existente entre os jogos realizados e o fim a que se destinavam, a consolidação e a revisão dos conteúdos.

O ponto que se segue está diretamente relacionado com os questionários que fui distribuindo pelos estudantes, ao longo do ano letivo. Neste ponto, faço a análise dos inquéritos, que dão respostas às questões de partida e que nortearam toda esta investigação.

No último ponto deste eixo faço uma análise comparada quanto ao sucesso apurado na disciplina de História, entre duas turmas de sétimo ano (o 7º um e o 7º seis). Esta comparação consistiu basicamente em analisar os resultados alcançados pelos alunos de duas turmas distintas, uma que trabalhou com jogos ao longo do ano, e outra que não teve contacto com nenhum destes recursos.

Desta investigação concluí que a aplicabilidade do jogo didático não é recente, apesar de, ainda hoje, ter uma utilização reduzida nas nossas salas de aula, alegando os professores a falta de tempo e a dimensão dos programas curriculares como fator eliminatório para a prática dos jogos didáticos. Todavia, apesar do desfasamento que existe entre a carga horária disponível para as disciplinas de História e de Geografia e as extensões dos programas curriculares é pertinente referir que este recurso didático se assume como sendo multifacetado, podendo ser aplicado em diversos momentos didáticos ao longo da aula.

Como estratégia de desenvolvimento de conteúdos, este recurso torna-se maximamente rentabilizado por parte dos alunos que, de certa forma e de grosso modo, aprendem através do ato de jogar, obrigando-os a descobrir e a interagirem. Daí concluí que o jogo funciona muito melhor como estratégia de desenvolvimento de conteúdos do que como estratégia de motivação ou de consolidação de conteúdos, na medida em que se torna uma estratégia mais ambiciosa e procura desenvolver nos alunos procedimentos superiores que quando utilizado como estratégia de motivação ou de consolidação

Admitindo que os jogos didáticos se tornam mais estimulantes para as faixas etárias mais novas, não é possível dizer-se que os jovens adolescentes não os valorizam, nem lhes conferem validade, cabe sim ao professor procurar jogos e desafios que lhes sejam adequados.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro de Castro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 11 de novembro de 2014

Autora: Ana Raquel Quintela Valverde

Título: *A música como recurso promotor da aprendizagem nas aulas de História e Geografia*

Palavras-chave: Música; linguagem musical; aprendizagem pela música; emoções; reflexão

Resumo:

Fruto das experiências desenvolvidas no âmbito da prática letiva supervisionada e inserido no contexto da unidade curricular de iniciação à prática profissional do Mestrado em Ensino de História e Geografia, o presente trabalho debruça-se sobre as reflexões acerca do papel da música enquanto recurso promotor de aprendizagens nas aulas de História e Geografia.

A natureza da linguagem musical alimenta-se de uma memória afetiva que é passível de ser transformada em consciência musical, atua como elemento auxiliador da construção de interpretações, reflexões, narrativas e práticas inerentes à formação de uma consciência histórica e geográfica assente nas aprendizagens escolares significativas por parte dos alunos. Centramos o nosso olhar sobre este processo: como pode ser promovido, como se desenvolve e como se manifesta ao nível da sala de aula.

Com base num quadro teórico cuidadosamente fundamentado e interiorizado, e através de uma abordagem multifacetada de exploração da música em vários contextos do processo de ensino-aprendizagem, desenvolvemos experiências em contexto de sala de aula numa turma do 8.º ano do Ensino Básico, no caso da disciplina de História, e numa turma do 11.º ano do Ensino Secundário do Curso Profissional de Técnico de Turismo, na disciplina de Geografia.

Procuramos através do tratamento estatístico e da análise de conteúdo de vários instrumentos de recolha de dados associar as conceções, perceções e opiniões dos alunos, as evidências que nos permitem identificar indicadores no processo de aprendizagem realizado pelos alunos e também a própria reflexão baseada na nossa experiência de observadores participantes.

Os resultados obtidos apontam para o facto de a música surgir como um recurso inovador, motivador e reconhecido como instigador da significação atribuída às aprendizagens.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro de Castro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 11 de novembro de 2014

Autor: **António Manuel Cerqueira Rego**

Título: ***“Vamos aprender com o Manual?” Perceções de alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico sobre o(s) uso(s) do manual escolar em História e em Geografia***

Palavras-chave: Aprendizagem; Geografia; História; Manual Escolar; Práticas Escolares

Resumo:

Descobrimos os manuais nas primeiras letras, transportamo-los em anos de escola, lembramo-los pela vida (Claudino, 2001: 13).

A instituição escolar, meio privilegiado de relações sujeito/sujeito e sujeito/conhecimento, provocou o nosso interesse, concretamente no que diz respeito às relações que se estabelecem entre sujeitos (alunos e professores) com um objeto que é a imagem da escola, dos alunos e dos próprios professores – *o manual escolar*.

Com alguns séculos de história, este objeto continua a manter na escola e em todas as relações de que a mesma é palco, um estatuto de instrumento de suma importância, de quase indispensabilidade, pelas suas funções e papéis desempenhados e, acima de tudo, pelo seu conteúdo, pelo seu carácter referencial, quer para os alunos quer para os professores e, de forma direta ou indireta, para os pais e encarregados de educação.

Consequente da centralidade que os manuais escolares desempenham no processo de ensino-aprendizagem, este utensílio levanta grande interesse pelo seu estudo, dado anunciar-se promotor de mecanismos que estruturam a aprendizagem dos alunos, a organização da cultura escolar e do sistema de ensino. Interesse esse que também motivou a realização desta investigação.

Deste modo, num contexto de iniciação à prática profissional, no âmbito do 2.º ano do Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, surge a presente dissertação tendo por finalidade a realização de um projeto de pesquisa, reflexão e ação que articulasse a teoria e a prática adquirida ao longo deste ciclo de estudos. O título proposto para esta investigação – *“Vamos aprender com o Manual?” Perceções de alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico sobre o(s) uso(s) do Manual Escolar em História e em Geografia* – procura, desde logo, indicar o foco do estudo aqui apresentado: a apropriação do manual escolar pelos alunos do 3.º ciclo do Ensino Básico nas disciplinas de História e de Geografia.

Neste âmbito, o presente trabalho encontra-se organizado em duas grandes partes: uma primeira de fundamentação teórica e uma segunda de exposição da investigação propriamente dita, ou seja, o estudo empírico realizado. No Capítulo I, procedeu-se ao enquadramento teórico assente na revisão da literatura efetuada, com menção a trabalhos anteriores sobre o tema que aqui se propôs estudar, procurando abarcar várias perspetivas sobre os manuais escolares.

Procuramos documentar o estado da arte, ou seja, a investigação realizada anterior e atualmente no campo em estudo. Debruçamo-nos, também, sobre a evolução e respetivo contexto histórico do manual em Portugal (do manual, em geral; dos manuais de História e de Geografia, em particular). Em seguida, analisamos os normativos legais que definem o regime de avaliação, certificação e adoção destes materiais pedagógicos.

Assim, ocupando o manual escolar um lugar proeminente no contexto socioeducativo, este envolve e desenvolve um sistema de relações sociais complexo, que determina muito do que se passa no campo do ensino e da aprendizagem. Deste modo, pretendemos esclarecer as funções deste instrumento para alunos e professores que, embora distintas, se complementam.

Todavia, não descaramos também as limitações deste objeto de trabalho. A centralidade do manual escolar não deve comprometer a autonomia do professor, a quem compete organizar, operacionalizar e avaliar os processos de ensino-aprendizagem, sem descurar as especificidades e expectativas dos alunos, as características sociais e culturais da comunidade escolar e o protagonismo que deve assumir nesses processos.

Relativamente ao Capítulo II, este consiste na apresentação do enquadramento metodológico do presente trabalho. Assim, procuramos expor e fundamentar, de forma tão detalhada quanto possível, os princípios metodológicos desta investigação, sendo ainda definidos os objetivos e o objeto deste trabalho e as dimensões de análise em torno das quais o mesmo se desenvolveu.

A literatura por nós recenseada apontou-nos vários autores e algumas teorias, permitindo-nos assim consubstanciar e alicerçar o nosso estudo. Após a aplicação dos dois instrumentos de recolha de dados – intervenções educativas em História e Geografia (para avaliarmos a qualidade das aprendizagens adquiridas durante as mesmas) e inquérito por questionário (para aferirmos as conceções/representações dos alunos sobre o(s) uso(s) do manual escolar.) – fez-se uma análise qualitativa dos dados recolhidos, procurando obter-se respostas à nossa questão de investigação: *Qual a importância que os alunos reconhecem ao manual escolar, dentro e fora do contexto de sala de aula?*

Utilizando a metodologia do estudo de caso, através da análise dos dados recolhidos por meio dos inquéritos, e da verificação, pelo confronto de respostas, dos aspetos semelhantes e/ou divergentes, tentámos averiguar, junto de um dos utilizadores mais diretos dos manuais escolares – os alunos –, como se relacionam com este instrumento, como o utilizam e qual a sua importância no trabalho que diariamente desenvolvem dentro e fora da sala de aula.

Tomando como referência os pontos de vista dos alunos e procurando responder de forma sumária aos objetivos inicialmente delineados, pôde concluir-se neste estudo que: i) apesar de se verificar uma tendência generalizada para recorrer a outras fontes de informação tais como a Internet, sobretudo, para fins de pesquisa, o manual escolar é utilizado pela totalidade dos alunos inquiridos nos seus momentos de aula e de estudo; ii) os alunos consideram que o manual escolar constitui um mediador importante na construção do conhecimento científico escolar; iii) o manual escolar constitui o suporte básico e fundamental para organizar as aprendizagens dos alunos; iv) os textos do manual adotado, bem como as atividades que a partir dos mesmos se desenvolvem, constituem elementos de estudo preferencialmente selecionados pelos alunos; v) o caderno de atividades, apesar de não ser utilizado tão sistematicamente, constitui também um elemento de estudo, sobretudo nos momentos de avaliação.

Em jeito de síntese, o manual escolar tem desempenhado um papel fundamental na e para a construção da cultura da memória e da ação escolares. Citando Magalhães (2011: 11), *O livro escolar comportou e deu forma a um ideário educativo – ele é o mural do tempo.*

Qual o valor, como o encaram, que virtualidades e defeitos lhe conferem, no âmbito do processo de ensino-aprendizagem, foi o que se pretendeu indagar e inferir ao questionar a ligação deste instrumento de trabalho aos alunos.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro de Castro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 11 de julho de 2014

Autora: **Eufrásia Juliana Correia Magalhães**

Título: ***Do solfejo à partitura: a música como fonte no ensino de História e Geografia***

Palavras-chave: Música, Emoção, Cognição, Ensino, História, Geografia

Resumo:

O presente trabalho objetivou, sob o signo da Educação pela Arte, estabelecer um paralelo entre a linguagem musical e os domínios de História e Geografia. No entanto, a inicial inquietude acerca da influência contributiva da estratégia a ser desenvolvida em sala de aula começou a dissipar, nomeadamente, quando um dos alunos proferiu as instigantes palavras: «Música? Bué fixe!». Diga-se, em abono da verdade, que tal asserção surtiu efeito revigorante ao futuro à época a calcorrear. Na tessitura do plano, assim sendo, segui uma postura apologética de que a presença da arte dos sons na dinâmica educacional permite estimular a aprendizagem e imprimir um ritmo mais criativo, livre e lúdico ao ensino. Testar a veracidade desta proposição é, inclusive, o traço característico do tratamento teórico e empírico do estudo.

Partindo do pressuposto que, embora familiarizados por uma ubiquista sonoridade, por vezes desconhecemos parte dos seus factos elementares. Em relação à música, o mesmo será dizer: prazer sem compreensão. Desta maneira, sob a forma de escorço, dedico um ponto à explicação do que é a música numa tangente perspectiva filosófica, bem como descrever no domínio científico os pilares tecnicamente essenciais que num todo orgânico originam o som organizado.

É certo que a música manifesta o *Zeitgeist* (o espírito da época), portanto, mais que a arte dos sons, é a emissária do sonho e da crença, voz do sentimento e da esperança. Por isto, isto é, a música como conhecimento constitui a epistemologia e a hermenêutica holística da realidade natural e humana. Desta maneira, faço uma digressão à História da Música. Claramente sem olvidar uma passagem reflexiva, ainda que elípticamente, pela escuta que desperta emoções e, ao que cautelosamente as provas experimentais inferem, auxilia o desenvolvimento cognitivo.

No quadro teórico, por último, cumpre explorar a importância auferida pela música na panóplia manualística e ministerial. Ou seja, investigar a incidência com que a polifonia é sugerida como sugestão metodológica ora em História ora em Geografia. O corolário da perscrutação apresenta exíguos e discriminados valores percentuais. Pois, se em História denota-se uma alusão sistemática, porém minimalista, à música; contrariamente, em Geografia, denota-se uma absoluta ausência sugestão musical.

Dilucidadas as coordenadas teóricas, procede-se ao estudo empírico que me parece ser uma das mais aliciantes referências do projeto investigativo, pois constitui o real contributo pessoal à parafernália didática. O estudo de caso viabilizado no âmbito da efetivação do estágio pedagógico, desenvolvido no Agrupamento de Escolas Coelho e Castro, teve como amostra uma turma de 9.º ano de escolaridade.

Precede a averiguação dos pareceres dos discentes, naturalmente, o enquadramento da(s) música(s) no(s) conteúdo(s) programático(s). No campo da História, a saber: *E o Povo, Pá?* (Homens da Luta, 2010) e *Happy days are Here Again* (Ben Selvin, 1930) no subtema *As Dificuldades Económicas dos Anos 30* inserido no tema *Da Grande Depressão à Segunda Guerra Mundial*; *Exílio* (Adriano Correia de Oliveira, 1968) no subtema *Portugal: do Autoritarismo à Democracia* inserido no tema *Do Segundo Após-Guerra aos Anos Oitenta*. Na esfera da Geografia, a saber: *O Resto do Mundo* (Gabriel o Pensador, 1993) e *Money, Money, Money*

(ABBA, 1976) na unidade didática *Interdependência entre espaços com diferentes níveis de desenvolvimento* pertencente à temática *Contrastes de Desenvolvimento; O Progresso* (Roberto Carlos, 1976) na unidade didática *Ambiente e Desenvolvimento Sustentável* pertencente à temática *Ambiente e Sociedade*.

Mas, então, qual o grau de pertinência ou de potencialidade da música numa vertente interdisciplinar? Isto é, quais os efeitos da exequível triangulação Música-História-Geografia. Finalmente, resolvi pôr a interrogação à prova científica através de um procedimento estruturado em dois métodos similares – pré-teste e inquérito por questionário –, mas também e talvez sobretudo pela aplicação sistemática de ficha(s) de trabalho – que para além de servirem aos discentes de instrumento de consolidação dos conteúdos abordados ao som de músicas, permitiram-me avaliar o real impacto da música como fonte de análise e interpretação das factologias de História e Geografia.

Para o efeito, devido às limitações de espaço deste documento, basear-me-ei única e exclusivamente na análise das considerações dos alunos, pois não apenas corroboram como igualmente conferem credibilidade à pertinência da problemática em questão. De facto, a maior parte da amostra confirmou as potencialidades do uso da música enquanto instrumento metodológico. No entanto, as razões se dilatam à medida que afiro os dados recolhidos. Por um lado, por ser um método que incentiva a aprendizagem, desperta a atenção e diferencia e inova o processo ensino-aprendizagem. Por outro lado, a Educação pela Arte musical permite confluir ao encontro *grosso modo* de uma companheira religiosamente fiel dos jovens e, por conseguinte, constitui um veículo que permite aos alunos assimilarem com maior facilidade as linhas conceptuais.

A sancionar as ilações expostas, cito alguns exemplos óbvios e brilhantes: «é uma forma interessante de abordar e aprender a matéria»; «as músicas que foram escutadas tinham a matéria de uma forma mais simples e mais engraçada»; «as músicas são coisas que ficam rapidamente no ouvido, por isso, torna-se mais fácil assimilar os conteúdos»; «é uma boa forma de cativar os alunos para prestar mais atenção à aula»; «ganhamos mais motivação com a música, porque as aulas não ficam tão comuns»; «a música é uma coisa que todos gostamos e, assim, podemos avaliar e tirar notas das letras, o que é mais motivador que apenas os livros».

Destas reflexões, à guisa de remate, parece-me particularmente fulcral reter uma ideia: a estratégia metodológica através da música despertou nos inquiridos um conjunto de fatores de capital importância à aprendizagem que, por isso, poder-se-á assumir legitimamente como fonte documental do tempo e do espaço. Terminando, lembrando, embora escusado seja insistir, que a inserção, pontual ou habitual, da escuta de música(s) no(s) momento(s) didático(s) das planificações acarreta inevitáveis vantagens ao empreendimento intelectual dos alunos.

Orientadoras: Cláudia Sofia Pinto Ribeiro de Castro e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 11 de novembro de 2014

Autor: Filipe Daniel da Costa Magalhães

Título: *Desenvolver aprendizagens significativas em História e Geografia através do Google Earth™*

Palavras-chave: Aprendizagens significativas, Ensino da História, Ensino da Geografia, Práticas Construtivistas, Processos de ensino-aprendizagem, *Google Earth™*, SIG e TIC

Resumo:

As mudanças incrementadas pela chegada do paradigma da Sociedade da Informação e do Conhecimento obrigam, de forma clara, a que sejam repensadas as metodologias de ensino-aprendizagem vigentes no ensino contemporâneo. Desgastados pelas práticas tradicionalistas, ainda muito vincadas nos nossos dias, é hora de refletir acerca da sua aplicação. Consideramos, portanto, necessário que a estas últimas sejam associadas novas práticas, que devem ser obrigatoriamente mais produtivas e significativas.

Ao desenvolver este estudo, no âmbito do Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3.º ciclo no Ensino Básico e no Ensino Secundário, implementou-se em duas turmas, nas áreas disciplinares visadas, uma metodologia que pudesse verificar as potencialidades didáticas do programa informático Google Earth™.

A fim de apurar as potencialidades decorrentes da utilização deste programa no processo de ensino-aprendizagem foi realizado, neste trabalho, um diagnóstico prévio do conhecimento dos alunos sobre o programa informático e sobre as disciplinas em causa; a realização de um conjunto de Propostas de Trabalho, com temáticas e conteúdos específicos, onde os alunos foram imbuídos ao manuseamento do programa informático; e um diagnóstico relativo às conceções finais dos alunos acerca do manuseamento do programa informático, as aprendizagens realizadas, e as utilizações do programa, no período temporal subsequente à realização das Propostas de Trabalho.

Os resultados demonstram-nos, em ambos os casos, as mais-valias que a introdução do programa informático Google Earth™ pode produzir. Embora com especificidades distintas, entendemos que em ambas as áreas disciplinares é notório o incremento significativo atribuído às aprendizagens. Neste sentido, consideramos que os alunos visados por este estudo evidenciam melhorias quer ao nível da assimilação dos conteúdos temáticos, quer ao nível procedimental e mesmo atitudinal.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 11 de novembro de 2014

Autora: Joana Natália Alves Barroso

Título: *O estudo de caso como processo de aprendizagem em História e Geografia: o caso da Organização das Nações Unidas*

Palavras-chave: abordagem construtivista em educação, estudo de caso, observação participante, Organização das Nações Unidas

Resumo:

O presente relatório tem o intuito de tentar mostrar a importância de aplicar novas metodologias de ensino, de modo a proporcionar aos jovens alunos aprendizagens significativas e consolidadas, sobre os mais variados assuntos. Assim, as abordagens centrais deste relatório relacionam-se com a abordagem construtivista em educação, com o propósito de facultar aos alunos a oportunidade de desenvolverem as suas próprias aprendizagens, com base na sua exploração das fontes de conhecimento tendo o docente um papel mais passivo no contexto de sala de aula. Por um outro lado, e recorrendo a aplicação de um estudo de caso, pretendíamos proporcionar aos alunos o contacto com novas ferramentas, que fomentariam a consolidação das aprendizagens e que serviriam de ligação com as metodologias investigativas utilizadas na área das ciências sociais e humanas.

Neste sentido foram formuladas as estratégias de ensino-aprendizagem que foram aplicadas em duas turmas, ao longo do ano letivo 2013/2014, no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada, componente integrante do Mestrado de Ensino em História e Geografia do 3.º Ciclo do ensino básico e secundário. Através do desenvolvimento das atividades por parte dos alunos, conseguimos concluir que a realização deste género de atividade, com uma vertente mais prática, apresentam inúmeras vantagens tanto para alunos como para professores, que desenvolvem competências sociais e específicas relativamente às disciplinas em questão, neste caso História e Geografia, e inerentes a diversidade de recursos e estratégias aplicadas.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 4 de dezembro de 2014

Autor: **Licínio Daniel Pinto de Azevedo**

Título: ***Jogo didático, um recurso emulador e regulador das aprendizagens num ambiente cooperativo***

Palavras-chave: Jogo Didático; Aprendizagem; Emulação; Cooperação; Regulação; História; Geografia

Resumo

Sendo o jogo um utensílio que acompanha o Homem, desde a sua infância, é muito mais do que uma forma de puro divertimento. Atualmente, os professores têm vindo a consciencializar-se que este não se restringe apenas ao lúdico, e lentamente tem-no testado nas suas aulas com outra finalidade, isto é, como uma estratégia para trabalhar as aprendizagens dos seus alunos.

Nesta investigação, o jogo foi testado em âmbito pedagógico, no contexto de Iniciação à Prática Profissional do Mestrado em Ensino de História e Geografia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Desenvolvido no ano letivo de 2013/2014, na Escola Básica 2º e 3º Ciclo Nicolau Nasoni, o jogo didático foi aplicado junto de duas turmas de 7º ano, às disciplinas de História e Geografia. Junto destas turmas procurou-se dinamizar o jogo didático como um recurso emulador e regulador das aprendizagens em ambiente cooperativo.

Na sua metodologia, este trabalho implicou a utilização de diferentes métodos de recolha de dados, tanto de natureza quantitativa, como qualitativa. Com esse intuito foram realizados: inquéritos por questionário (inquérito inicial e final); propostas de trabalho, entre as quais se destacam uma ficha de trabalho e um trabalho de grupo; observação direta.

Dado que os jogos dinamizados foram executados em equipas, num ambiente em que a emulação e a própria cooperação foram uma constante, os mesmos permitiram, não só trabalhar os diferentes tipos de conteúdos, bem como figuraram um meio que permitiu a consolidação e a regulação das aprendizagens dos alunos. Assim, confirma-se que jogo em contexto de aula está muito para além de um divertimento, dado que esta ferramenta possibilita o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 6 de novembro de 2104

Autora: **Maria João da Silva Duarte**

Título: ***A História e a Geografia em palco: a dramatização no processo de ensino-aprendizagem***

Palavras-chave: Dramatização no ensino; motivação; inteligências múltiplas; educação emocional; aprendizagem significativa; História e Geografia

Resumo:

O presente trabalho surge num quadro de formação inicial de professores em História e Geografia, realizado durante o estágio na Escola Básica Gomes Teixeira, no ano de 2012/2013. Na escolha do tema foram tidas em conta razões de natureza pessoal, mas sobretudo a consciência que cada vez mais é necessário introduzir práticas motivadoras, onde os alunos possam ser agentes da sua própria aprendizagem. Daí a estratégia da dramatização como proposta de operacionalização de dois conteúdos temáticos nas disciplinas de História e Geografia.

Começámos por definir a problemática central do estudo com a seguinte questão orientadora: de que forma se processa uma aula de dramatização desde a sua conceção até aos resultados? Sem querermos de maneira nenhuma definir um guia, até porque pretendemos mostrar os aspetos positivos mas também as falhas. A partir daí levantamos uma outra subquestão relacionada com as ideias prévias dos alunos, sendo que seria pertinente perceber qual a experiência dos mesmos em aulas de dramatização, nas disciplinas de História e de Geografia. E, no final, conhecer o impacto que uma estratégia deste tipo tem na aprendizagem dos alunos. Para além disso, um dos objetivos é trabalhar com turmas diferentes, de forma a perceber os efeitos gerados em turmas distintas ao nível do comportamento, aproveitamento e dinâmica em geral.

Na metodologia utilizada, que incide sobretudo numa análise do tipo qualitativa, foram aplicados dois pequenos questionários, no início e no final da experiência, e os recursos que os próprios alunos (re) construíram, no caso da História o guião da peça “A crise dinástica de 1580”, e em Geografia os discursos para o “1º Congresso das ONG’s Ambientais da EBGT”. Desta forma, durante o processo os alunos puseram em prática as competências de cada disciplina, e foram responsáveis pela construção da sua aprendizagem. E através do feedback pudemos constatar quão significativo se revelou este processo de ensino-aprendizagem ao nível das aprendizagens, incluindo a atitudinal.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 2 de dezembro de 2014

Autora: **Marisa Débora Vítor Cardoso**

Título: ***O Património Mundial da Humanidade no espaço rural português: sua pertinência formativa e educativa***

Palavras-chave: Património, Património Mundial, Paisagem Cultural, UNESCO, Turismo em Espaço Rural, Ensino, História, Geografia

Resumo:

Este trabalho encontra-se dividido em duas partes: uma parte de enquadramento teórico sobre o tema em análise e uma parte de fundamentação empírica do estudo. Quanto ao enquadramento teórico, encontra-se dividido em três capítulos: a constatação do próprio conceito de “Património” e os tipos de património mundial que existem; a importância do Património na educação dos jovens e no desenvolvimento da cidadania; finalmente, o modo como o turismo em espaço rural, ligado ao Património, se tornou um importante meio de desenvolvimento das áreas rurais. Os cinco sítios escolhidos para esta investigação, foram: Paisagem Cultural de Sintra, Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa, Floresta Laurissilva da Madeira, Alto Douro Vinhateiro, Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico. Relativamente à fundamentação empírica do estudo, esta também se encontra dividida em três capítulos, nos quais se abordam: os meios; os instrumentos; a análise e interpretação dos dados obtidos pelos alunos envolvidos neste estudo (alunos do Curso Profissional de Técnico de Turismo, do 11º ano).

Segundo a minha interpretação dos trabalhos dos alunos, parece-me poder afirmar que a maioria não conseguiu responder ao objetivo pretendido: perceber se os alunos, futuros Técnicos de Turismo, conseguem compreender a importância dos locais referenciados como Património Mundial da Humanidade situados em espaço rural, concluindo da sua eficácia como motores de desenvolvimento dessas mesmas áreas. Isto mostra que por vezes fazemos ou idealizamos trabalhos para os alunos - de acordo com o programa da disciplina - e que, por vezes, acabamos por não obter a resposta adequada aos nossos objetivos.

A Educação Patrimonial nas escolas é fundamental para os jovens que estão a formar-se, pois permite-lhes aprender e reconhecer que o Património é algo que é necessário preservar a conservar, não só para usufruto do presente, mas também para que as gerações vindouras possam continuar a disfrutar desses mesmos locais, ajudando desta forma no desenvolvimento sustentável das populações e do próprio planeta.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 13 de novembro de 2014

Autora: Patrícia Cláudia Peixoto Dias Pinto

Título: *Os transportes, mobilidade e sustentabilidade nos manuais da Geografia e História do 3º ciclo do Ensino Básico*

Palavras-chave: Geografia, História, Manuais Escolares, Mobilidade, Sustentabilidade, Transportes

Resumo:

Atendendo às políticas atuais dos transportes, que visam uma eminente preocupação por uma mobilidade sustentável, a presente dissertação tem como objetivo analisar a importância dada aos transportes, mobilidade e sustentabilidade, nos programas curriculares de 1991 e 2001 das disciplinas de Geografia e História, do 3º ciclo do Ensino Básico, assim como a sua aplicabilidade nos manuais escolares editados nesse período de tempo. Procurou-se analisar se os conteúdos aí transmitidos visam as políticas e preocupações atuais dos transportes, mobilidade e sustentabilidade, a serem transmitidas aos jovens, contribuindo para uma educação sustentável nesta área, interligada com a educação geográfica e histórica.

Com base nos programas, orientações curriculares e Currículo Nacional do Ensino Básico de ambas as disciplinas, construíram-se grelhas de análise dos manuais com critérios gerais e específicos do tema, que permitiram identificar uma desvalorização dos conteúdos relacionados com os transportes, em ambas as disciplinas, verificando-se a total ausência da palavra sustentabilidade no que aos transportes diz respeito.

Concluiu-se que é prioritária uma educação que transmita aos jovens as inquietações emergentes que visam a sustentabilidade, neste caso particular, através de transportes e mobilidade. Esta deverá ser fomentada por indicações curriculares que projetem e fomentem atitudes de incentivo nos jovens estudantes e em que as disciplinas de Geografia e História têm um papel preponderante como veículo transmissor, tornando os alunos futuros cidadãos conscientes e ativos na construção de um futuro sustentável.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Elsa Maria Teixeira Pacheco

Data das provas: 7 de novembro de 2014

Autor: Pedro Esteves Pateira da Costa

Título: *Mapeamento conceitual, significação e organização das aprendizagens em História e Geografia*

Palavras-chave: Mapa Conceitual; Aprendizagem Significativa; Ensino; Avaliação Formativa; História; Geografia

Resumo:

O presente estudo propõe-se a investigar as diversas potencialidades da técnica criada por Joseph Novak, o mapeamento conceitual do conhecimento, quanto à sua aplicação didática, mormente, no que respeita à significação e organização das aprendizagens.

Inspirado pela teoria da assimilação de David Ausubel e pela técnica de construção de mapas conceituais, que permitem sistematizar, organizar e estruturar significativamente conteúdos de um determinado campo de conhecimento ou assunto, o presente relatório relata o processo e os resultados obtidos da aplicação dos mapas conceituais como instrumento de planificação, recurso didático e instrumento de avaliação em duas turmas do Ensino Básico, uma respeitante à área disciplinar de Geografia e uma outra à área disciplinar de História.

Assumindo uma tipologia de investigação-ação, o cerne da presente investigação incidiu sobre o processo de planificação didática de curto-prazo através de mapas conceituais temáticos e na avaliação qualitativa de mapas conceituais elaborados pelos alunos (a amostra foi composta por 36 alunos), no sentido de reorientar o seu processo de aprendizagem. Designando-se como uma investigação de cariz longitudinal, esta contemplou três etapas, correspondendo cada uma a um determinado conteúdo, em cada área disciplinar, nas quais os alunos realizaram dois exercícios de construção de mapas conceituais.

Em suma, mais do que apurar as mais-valias e menos-valias da técnica de construção de mapas conceituais, o presente estudo procurou propor uma metodologia de ensino-aprendizagem e um modelo de avaliação que potencie a aprendizagem significativa e lógica dos conteúdos, através da inter-relação e organização cognitiva do conhecimento.

Orientadores: Luís Antunes Grosso Correia e Maria Felisbela de Sousa Martins

Data das provas: 25 de novembro de 2014

Curso de Mestrado em Estudos Africanos

Autora: **Rita Catarina Paiva Castro Patrício de Meneses**

Título: ***Protecção Social e Deficiência: o caso de Moçambique***

Palavras-chave: Moçambique, protecção social, deficiência, sistema de protecção social, pessoas portadoras de deficiência

Resumo:

Moçambique ocupa a posição número 185 do ranking de 187 países do “Índice de Desenvolvimento Humano” das Nações Unidas de 2012, enfrentando problemas nas áreas de educação, saúde, emprego e protecção social.

A nível mundial regista-se que uma pequena parcela da população beneficia de uma protecção social considerada digna e que o número de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência está a aumentar. Nesta acepção, constata-se que estas duas situações são mais preocupantes nos países mais pobres do mundo, como é o caso de Moçambique.

Assim, o presente trabalho tem como objectivo fazer um levantamento do que foi/é feito a nível da protecção social em Moçambique, de um modo geral, e, em particular, dos apoios disponíveis para as Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD).

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data das provas: 9 de dezembro de 2014

Curso de Mestrado em Estudos Medievais

Autor: **Eduardo Filipe Pinto Monteiro**

Título: ***O Património da Ordem de Cristo em Mendo Marques como expressão de poder***

Palavras-chave: *Ordem de Cristo, Mendo Marques, Visitação, Comenda, Património, Nobreza, Meneses*

Resumo:

Esta dissertação estuda a comenda de Mendo Marques da Ordem de Cristo e insere-se no quadro teórico-metodológico subjacente ao estudo da história das Ordens Militares. Os objetivos principais são o estudo da propriedade da comenda e a sua apresentação como um elemento de afirmação social. Deste modo, é feita a análise da componente patrimonial e humana, com base no tombo de propriedade realizado na sequência da visitação de 1509, que constitui a principal fonte documental em que assenta a investigação. A dissertação tem início com uma breve contextualização das mudanças ocorridas durante o mestrado de D. Manuel (1484-1521). Um outro aspeto de carácter introdutório é constituído pela apresentação das visitas realizadas na sequência do capítulo de geral da Ordem de Cristo, celebrado no ano de 1503. Definido o ponto de partida, no estudo da comenda procurou-se caracterizar as diversas vertentes, com destaque para as suas dimensões urbana e rural, bem como para a funcionalidade do património em causa. Em complemento, foi, ainda, feita a apresentação dos rendimentos proporcionados à Ordem pela exploração deste património. Em articulação com este objetivo abordámos as práticas administrativas evidenciadas pela documentação. Paralelamente, procurou-se estudar a componente humana que vivia sob o enquadramento da comenda de Mendo Marques, ou seja, os comendadores, domínio em que se destaca a família dos Meneses, comprometida com a gestão da comenda ao longo de várias gerações. Num plano distinto, foi possível identificar alguns aspetos relacionados com os foreiros, o que contribuiu para enriquecer a perspetiva sobre esta comenda. Os resultados a que foi possível chegar sugerem que a comenda de Mendo Marques constituía um palco da expressão de múltiplos interesses, pois aí confluíam três centros de poder, representados pelo rei, pelo comendador e pela elite local.

Orientadora: Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

Data das provas: 6 de novembro de 2014

Curso de Mestrado em História e Património

Autor: **Angel María Arcay Barral**

Título: ***Os arquivos de familia en Galiza e Portugal: o caso da familia Malvar***

Palavras-chave: Arquivos, Arquivística, Arquivos de família, Galiza, Portugal, Malvar, Olga Gallego, Froilán de Troche, modelo sistémico, Armando Malheiro

Resumo:

Esta tese de mestrado supón un caso máis de experimentación do modelo sistémico ideado polo Dr. Armando Malheiro da Silva para a organización dos arquivos familiares, ca peculiaridade de que neste exemplo faise un salto territorial, ao estudar un arquivo familiar da Galiza.

O traballo parte do estudo crítico das diferentes teorías que existen para a organización dos fondos documentais familiares e os casos prácticos nos que se desenvolveu cada modelo teórico. As tres correntes principais que se estudan son as lideradas por:

- Froilán de Troche y Zúñiga, quen publica en 1835 “El archivo cronológico-topográfico: arte de archiveros” sendo un dos primeiros tratados publicados na Península Ibérica para a organización dos arquivos de familia.
- Olga Gallego Domínguez, quen publica en 1993 “Manual de arquivos familiares” e converte a súa proposta na base de traballo de todos os arquivistas, tanto españois coma portugueses. O seu modelo aínda hoxe permanece vixente sen ser sometido a ningún tipo de debate.
- Armando Malheiro da Silva, crea xa no século XXI o modelo sistémico, rachando con toda a teoría arquivística precedente. A súa postura, oposta á de Olga Gallego, permite contrastar as propostas anteriores e achegar aos arquivos de familia ao debate científico de primeira liña.

Outro punto importante é o que respecta ás fontes empregadas, xa que se intenta dar unha visión conxunta de todas as publicacións existentes ata a actualidade, tanto no panorama portugués coma no español. O estudo comparativo das obras relativas aos arquivos familiares funciona tamén coma termómetro para ver a incidencia de cada modelo.

Trala análise crítica das tres teorías e o estudo dos diferentes casos nos que se empregaron ditos modelos, desenvólvese a aplicación do modelo sistémico ao arquivo da familia Malvar. Este arquivo atópase depositado polos descendentes da familia no Arquivo da Deputación de Pontevedra e corresponde a unha pequena familia da fidalguía galega entre os que destacan o Arcebispo Malvar (1730-1795) quen desenvolveu a súa actividade entre os bispados de Bos Aires e Santiago de Compostela e Julián Malvar (1780-1857), coñecido polas súas artes na Guerra da Independencia contra os franceses a principios do século XIX.

A experimentación ten coma resultado a elaboración dun catálogo dos documentos e a creación dun cadro de clasificación seguindo dito modelo sistémico, que se estrutura en torno ás Casas que compoñen a liñaxe e dentro de cada unha divídese nas respectivas xeracións. Para evitar unha cuarta organización física do arquivo familiar decidimos empregar un modelo de organización virtual, a través do software libre ICA-AtoM, e deste modo non ter que modificar a ordenación documental existente no Arquivo da Deputación de Pontevedra.

Destaca a importancia deste traballo dentro da arquivística galega, por ser a primeira vez que se exporta o modelo sistémico portugués ao territorio español, propiciando o debate teórico e a actualización do traballo arquivístico. A necesidade deste tipo de debates para lograr o avance investigador, viuse reflectido en numerosos congresos e publicacións onde puidemos contribuír a potenciar as vantaxes do modelo sistémico, así como recibir unha axuda do Ministerio de Cultura para continuar co proceso, expandindo o estudo a outros arquivos onde existe documentación relativa á familia Malvar.

Orientadores: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva

Data das provas: 26 de novembro de 2014

Autor: Luís Manuel Nunes Martins Pisco

Título: *As Cascatas de S. João – Cultura Popular e Património Imaterial na Cidade do Porto*

Palavras-chave: Cultura Popular, Património Imaterial, Porto, tradição, cascatas, festa de S. João, S. João no Porto

Resumo:

As cascatas de S. João são uma das tradições populares mais singulares da cidade do Porto. No início do mês de junho são construídas no cantos mais imprevisos da cidade, fruto da vontade e devoção sanjoanina dos seus autores, de quem ouvimos tantas vezes dizer: «sem cascata nem parece S. João». Arte popular, património imaterial ou tradição, em pleno século XXI a prática sobrevive nas ruas e no imaginário portuense. Afinal, foi no Porto que a construção de cascatas atingiu o seu maior esplendor, como refere o etnógrafo Luís Chaves em um dos raros artigos dedicados ao tema e publicado Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto na década de 60 do século XX. Ontem como hoje, «a cascata é o S. João», a mais perfeita materialização da imaterialidade da festa sanjoanina no Porto, reproduzindo todos os símbolos e atributos associados à festa e ao santo precursor. O seu carácter efêmero potencia o dinamismo da tradição, que se renova anualmente como resultado da criatividade do seus autores, num permanente reciclar de velhos e adicionar de novos elementos.

A presente investigação identifica um processo de comunicação popular à luz das mais recentes teorias do património cultural. Constrói um corpo documental sobre a Festa de S. João no Porto, através do recurso ao trabalho de campo e à memória individual, bem como à recolha minuciosa de informação dispersa por múltiplas fontes, que permite reconstruir o percurso das cascatas e da festa de S. João desde meados do século XIX até ao século XXI.

«As cascatas de S. João – Cultura Popular e Património Imaterial na cidade do Porto» acompanha também a evolução das teorias que tutelam as tradições que habitualmente eram associadas ao universo da chamada cultura popular, até ao seu equivalente contemporâneo o conceito de Património Cultural Imaterial. Identifica os contextos sociais e culturais da festa de S. João na cidade do Porto que dão origem e sustentam a construção de cascatas até ao século XXI. Acompanha com registos audiovisuais a construção de várias cascatas e regista e entrevistas realizadas com os seus autores que sustentam as conclusões finais.

Conclui-se nesta dissertação que as tradições tuteladas pelo conceito de cultura popular sobrevivem num equilíbrio precário entre a autenticidade e a legitimação/exploração pelo olhar que lhe é exterior. Nesse sentido o interesse renovado por estas práticas, através do conceito de Património Cultural Imaterial poderá constituir em simultâneo uma oportunidade e uma ameaça, na medida em que a exploração associada às necessidades de sobrevivência económica poderão ditar a morte natural ou sobrevivência plastificada de muitas tradições. Ainda assim a ameaça de desaparecimento que domina o discurso externo sobre as cascatas de S. João não corresponde à realidade no terreno, onde a tradição com maior ou menor número de autores conhecidos manteve uma vitalidade e continuidade até à data pouco reconhecida.

Orientadora: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva

Data das provas: 3 de dezembro de 2014

Autora: **Raquel Maria Rodrigues de Almeida**

Título: ***A Escola Industrial do Porto (1852-1864): Estudo Orgânico-Funcional e Tratamento Arquivístico da Informação***

Palavras-chave: Escola Industrial, Arquivo, História, Património, Ciência da Informação

Resumo:

O objetivo do relatório é o de descrever os passos de um estágio curricular e a investigação que permitiu identificar a documentação depositada no Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), instituição sucessora da Escola Industrial do Porto, e iniciou com a elaboração do recenseamento geral da documentação entre o período de 1852 a 1975, finalizando com a descrição e tratamento arquivístico da informação, dando valor a uma informação que, embora conservada, não era conhecida. Será um contributo para a concretização de uma política holística do património (dado que a instituição possui um núcleo museológico), ao colocá-lo no roteiro dos arquivos acerca do ensino industrial oficial no País e especialmente na cidade do Porto.

Trata-se da memória duma instituição, a marca identitária de uma época e do funcionamento de uma determinada entidade pública. Quando se trata de uma instituição de ensino, como é o presente caso, a informação, organizada segundo princípios da Ciência da Informação, identifica fundos e/ou subfundos dessa entidade, importantes para qualquer investigador que queira enveredar pelo estudo da História do Ensino. Contudo, a identificação dessa informação não espelha, apenas, a área estrita da educação e ensino, mas os contextos globais, as conjunturas económicas, sociais e culturais de uma determinada época.

O arquivo histórico do Instituto Superior de Engenharia do Porto é um bom exemplo disso, porque é fruto das decisões políticas em geral, no quadro da sociedade portuguesa e portuense, desde os meados do século XIX até à sétima década do século XIX.

No século XIX a Europa atravessava um período de grandes transformações ao nível económico, social e cultural, desencadeadas pela Revolução Industrial. Na área industrial a principal lacuna refletia numa ausência de profissionais especializados. Tornava-se necessário investir na área do ensino da indústria, com a finalidade de especializar os operários fabris. Neste contexto social, a 30 de dezembro de 1852 foi criada na cidade do Porto a Escola oficial do ensino industrial, denominada por Escola Industrial do Porto, que vigorou até 1864. Este estabelecimento de ensino ministrava o ensino médio industrial na componente de ensino técnico e prático, e tinha como objetivo instruir e dar formação industrial aos operários fabris, com limitados conhecimentos básicos e especiais, e incentivar a indústria fabril, como forma de impulsionar o desenvolvimento do País e o aumento da produtividade.

A metodologia científica utilizada baseou-se na recolha de informação sobre o contexto histórico social e económico da sociedade no século XIX, na pesquisa e recolha de legislação da criação da Escola Industrial do Porto e dos seus regulamentos da organização dos cursos e da própria instituição. Por outro lado houve necessidade de pesquisar e recolher informação em monografias de carácter histórico, e de consultar as fontes primárias existentes no Arquivo Histórico do ISEP. Esta pesquisa e investigação, centralizada no ensino industrial e na contextualização histórica e social do meio envolvente no século XIX, proporcionou a compreensão da estrutura orgânica da instituição e impulsionou a interpretação da documentação relativa à Escola Industrial existente no Arquivo Histórico do ISEP.

A gestão documental iniciou com o estudo da orgânica-funcional desde a criação da Escola Industrial e os estabelecimentos seus sucessores até ao Instituto Industrial do Porto que se converteu em 1975 em Instituto Superior de Engenharia do Porto. Este estudo teve um papel primordial na compreensão das funcionalidades de cada estrutura de ensino, dando a conhecer o conteúdo orgânico-funcional da instituição. O estudo do acervo documental conjugado com a legislação originou a elaboração da estrutura orgânica funcional da Escola Industrial do Porto, resultando numa reprodução exata da estrutura orgânica da Escola.

Tendo sempre presente os princípios de proveniência e da organicidade, procedeu-se ao estudo e tratamento arquivístico, designadamente, a classificação, a descrição e a organização da documentação. Deste estudo arquivístico resultaram a descrição de nove séries e seis documentos, que constituem o subfundo da Escola Industrial do Porto. Este acervo documental vem confirmar a existência de uma estrutura organizada e descentralizada da Escola Industrial do Porto. A descrição arquivística e a gestão documental foram realizadas no software informático GISA e permitiu a elaboração do inventário do subfundo da Escola Industrial do Porto. Além deste instrumento de pesquisa foram elaborados outros dois, designadamente um Guia e um Índice das séries e documentos.

A memória histórica e o vasto acervo que o Instituto Superior de Engenharia do Porto possui, contribui para a valorização do Ensino Industrial no Porto e projeta-o para uma perspetiva histórica, cultural e social e identitária que só esta Instituição detém. Nesse sentido o contributo deste estudo veio reforçar no seio académico e científico toda a componente histórica, industrial e pedagógica numa época de grandes transformações sociais e que se pode confirmar através deste acervo documental riquíssimo e único.

Orientadores: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Cândida Fernanda Antunes Ribeiro

Data das provas: 29 de julho de 2014

Autora: **Sofia Elisabete Nogueira Costa**

Título: ***A fotografia no sistema de informação Marques da Silva/Moreira da Silva: uma abordagem sistémica***

Palavras-chave: Arquivística; sistema de informação, AtoM, Fundação Instituto Marques da Silva, fotografia de família

Resumo:

Este trabalho corresponde a um Relatório de Estágio desenvolvido na Fundação Instituto Marques da Silva, durante o ano letivo 2013/2014, no âmbito do Mestrado em História e Património.

Olhando para a história e evolução da fotografia, infere-se que na segunda metade do século XIX e início do século XX, a fotografia era vista como um símbolo de posição social da pessoa ou família. Poder-se-à então afirmar que a história desta família acompanha a evolução da fotografia ao longo do tempo, desde a altura em que surgiu o primeiro daguerreótipo, em 1839, até ao início do século XXI.

Acompanhando uma maior liberalização dos preços, não apenas no que se refere aos materiais fotográficos, mas também à própria fotografia, e tendo sempre em linha de conta a posição social desta família, é com facilidade que se constata que o maior número de provas fotográficas constantes no Sistema de Informação Marques da Silva/Moreira da Silva, está localizado na subsecção Maria José Marques da Silva/David Moreira da Silva, correspondendo a um total de 54% face ao número total das fotografias de carácter pessoal ou familiar.

Estando na altura a decorrer a reconstituição biográfica da família por parte da Instituição, com o objetivo de complementar o seu Quadro Orgânico-Funcional, a fotografia é um contributo fundamental nesta tarefa, permitindo representar os diferentes membros dessa família em fases distintas da sua vida, através de uma abordagem sistémica.

Foram várias as fontes de informação utilizadas na realização do projeto de estágio, para a identificação das pessoas presentes nas provas fotográficas, sempre com base na *Teoria Sistémica*.

Decorrendo no âmbito do Mestrado em História e Património, é importante esclarecer que, neste caso - à luz do conceito de Património apresentado por Laurajane Smith na sua obra *Uses of Heritage* - dada a relevância histórica da família Marques da Silva, a fotografia é assumida como Património Material, que, como tal, deve ser preservado, gerido e divulgado.

Assim, conjugando esse conceito de Património, e os conceitos subjacentes à Ciência da Informação e à Teoria Sistémica, procedeu-se não apenas ao tratamento da fotografia de carácter familiar e à sua integração no Sistema de Informação familiar Marques da Silva/Moreira da Silva, mas também à sua disponibilização online, através do software de gestão arquivística AToM.

Ainda relativamente ao tratamento e divulgação da fotografia da família Marques da Silva, foi necessário fazer um enquadramento legal de forma a perceber quais as fotografias que poderiam ou não ser divulgadas. Para tal, foram analisados os Direitos de Autor e Direitos Conexos, o Código Civil, a Constituição da República Portuguesa, e a Lei de Proteção de Dados (Lei 67/98 de 26 de outubro). Dessa análise, foi possível retirar as seguintes ilações:

- Direitos de Autor e Direitos de Imagem são juridicamente distintos. No caso em estudo, os Direitos de Autor pertencem à Fundação Instituto Arquiteto Marques da Silva, a quem foram legadas as fotografias, e os Direitos de Imagem pertencem ao retratado;

- Tendo em conta o Artigo 79.º do Código Civil, o Artigo 26.º da Constituição da República Portuguesa e a Lei de Proteção de Dados 67 de 98, o Direito de Imagem pertence à pessoa retratada na fotografia, e esta não pode ser divulgada, reproduzida ou comercializada sem o seu prévio consentimento, ou, no caso da pessoa já ter falecido, sem o consentimento dos seus herdeiros. A esta disposição legal, existe uma exceção, no caso de se tratar de figuras públicas ou, de surgirem pessoas incógnitas ao lado de figuras públicas.

Estas disposições legais restringiram muito o número de provas fotográficas divulgadas.

O método de investigação adotado foi o Método Quadripolar o qual se desdobra em quatro Pólos, *Epistemológico, Teórico, Morfológico e Técnico*. Esses quatro Pólos estão interligados, correspondendo cada Pólo a uma fase da investigação. Assim, no *Pólo Epistemológico*, procedeu-se à definição do objeto de estudo, a fotografia familiar da família Marques da Silva. No *Pólo Teórico*, foi feita a revisão da literatura, de forma a perceber-se o que pode ou não ser considerado como fotografia familiar, estabelecendo-se a hipótese de que seria considerada fotografia familiar qualquer prova em figurassem membros da família. No *Pólo Técnico* enquadrou-se toda a fase de investigação, (o estágio curricular), foi feito o levantamento das provas fotográficas, do seu estado de deterioração e das condições de preservação. Num total de 3.458 provas fotográficas, apenas 1.392 foram caracterizadas como fotografias de caráter familiar ou pessoal. Implementou-se também o software AToM num servidor da Reitoria da Universidade do Porto, permitindo o acesso através de computadores-cliente, localizados na Fundação Instituto Arquiteto Marques da Silva. Procedeu-se ainda ao tratamento das provas fotográficas, à aplicação da legislação, à criação de pontos de acesso e à inserção da informação no AToM. O *Pólo Morfológico* correspondeu, por sua vez, à inserção dos documentos, simples e compostos, em séries e subséries tipológicas no Quadro Orgânico-Funcional.

Relativamente à inserção da informação no AToM, é importante frisar que este software, para além de potenciar a inserção da informação de acordo com as Normas Internacionais de Descrição Arquivística, implementadas e recomendadas pelo Conselho Internacional de Arquivos, a ISAD (G), a ISDIAH, a ISAAR (CPF) e a ISDF, permite associar objetos digitais, as provas fotográficas.

Ainda quanto à inserção da informação no AToM e, de um modo particular, de objetos digitais, esta foi condicionada não apenas pelas restrições de caráter legal inerentes aos Direitos de Imagem, mas também, em alguns casos, pela natureza de algumas provas fotográficas. Assim, das 1.392 provas fotográficas de caráter familiar, apenas 532 foram disponibilizadas online.

Para as provas fotográficas que não foram disponibilizadas online, foi introduzida e disponibilizada a informação descritiva e inseridos pontos de acesso. A consulta dessas provas fotográficas pode ser feita *in loco*, mediante marcação, na Fundação Instituto Arquiteto Marques da Silva.

Atualmente o arquivo fotográfico pode ser consultado online (em <http://arquivoatom.up.pt/>).

Orientadoras: Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva e Cândida Fernanda Antunes Ribeiro

Data das provas: 3 de novembro de 2014

Autora: **Sofia Mariana Vieira Pinto**

Título: ***Tratamento do arquivo do Conservatório de Música do Porto***

Palavras-chave: Arquivo; Arquivística; Conservatório de Música do Porto

Resumo:

Os arquivos existem desde que a escrita surgiu, pois o Homem sempre teve e tem a necessidade de preservar a informação que produz.

Nos últimos séculos, essencialmente a partir da Revolução Francesa, a conceção de arquivo foi sendo modificada. Nesta época os arquivos passaram a ser entendidos como “detentores” da memória da civilização humana, ganham assim um carácter histórico-cultural, deixam portanto de ser só entendidos como um apoio à área jurídica e administrativa de uma instituição/país.

Em Portugal, este modelo surgiu em 1820 com a criação do Arquivo Nacional, que passou a ser responsável por incorporar arquivos de organismos da administração do Estado, com o objetivo de não se “perder” a história do país.

Nos finais do século XX surge uma nova conceção da Arquivística. Os arquivos são agora entendidos como sistemas de informação social e entramos assim na “era pós-custodial”.

Hoje os arquivos continuam a beneficiar o historiador, mas agora o arquivista conhece a instituição produtora de informação a nível estrutural e a nível funcional, ou seja, o arquivista têm de conhecer previamente a estrutura interna da instituição e de compreender o uso dos documentos nessa mesma instituição.

Um arquivo é agora caracterizado por três fatores: estrutura orgânica, função de serviço/uso e memória. Isto é, um arquivo é construído por material em qualquer tipo de suporte, este só se configura pela sua natureza orgânica (estrutura) e natureza funcional (serviço/uso) a estas duas associa-se uma terceira – a memória.

Tendo como base estas características verificamos que existem diferentes tipos de arquivos. A análise da estrutura orgânica permite-nos identificar dois tipos de arquivos: o arquivo unicelular e o arquivo pluricelular. O arquivo unicelular define-se por ter uma estrutura organizacional de reduzida dimensão, onde não existem divisões sectoriais para assumir as respetivas exigências administrativas; o arquivo pluricelular caracteriza-se por ter uma média ou grande estrutura organizacional, dividida em dois ou mais setores orgânicos. Através da análise do serviço/uso verifica-se que também existem dois tipos de arquivo: o arquivo centralizado e o arquivo descentralizado. Um arquivo centralizado pode ser unicelular ou pluricelular, basta que para isso o controlo da informação se opere através de um único centro, onde se concentra materialmente toda a informação; um arquivo descentralizado tem de ser obrigatoriamente pluricelular, tratando-se de entidades que entendem poder obter uma maior eficácia optando por um controlo da informação através de uma autonomização dos vários sectores orgânico-funcionais.

Através da análise do fator memória os arquivos definem-se como arquivos ativos e desativados.

Para analisar/tratar um arquivo o arquivista deve ser metódico – o método quadripolar que conjuga uma abordagem quantitativa e qualitativa é aplicado no trabalho do arquivista. A primeira define aspetos suscetíveis de observação, experimentação e de medição; a segunda decorre da capacidade interpretativa e analítica do sujeito que investiga.

Foi tendo como base estas premissas que se procedeu à organização do arquivo do Conservatório de Música do Porto.

O Conservatório surgiu durante a Primeira República, em 1917, época de grande investimento na educação, tendo sido uma iniciativa da Câmara Municipal do Porto. Aliás, a Câmara foi responsável pela área administrativa do Conservatório até 1972 altura em que este fica sobre alçada do Ministério da Instrução (para obter mais informação consultar o capítulo 2 do relatório de mestrado).

Após estudar o surgimento do Conservatório era imperioso compreender a sua estrutura orgânica ao longo dos anos; para realizar esta tarefa de organização e compreensão de um arquivo recorremos a regulamentos e legislação. Após reunir esta informação foi notório que teríamos de dividir os quase 100 anos de legislação em diversos períodos temporais, divisão esta que foi realizada tendo como base as mudanças na estrutura operadas por força de nova legislação. Estabelecemos, assim, seis grandes períodos: 1917/1919; 1920/1927; 1928/1975; 1976/1997; 1998/2007; 2008/2013.

Após a compreensão da legislação e da evolução orgânica construímos os quadros de contexto de produção de informação, que são importantes para relacionar os setores orgânicos com as suas funções e com a documentação que produziram (estes quadros foram realizados tendo como base os mesmo períodos temporais).

Entendida a dinâmica administrativa vivida nesta instituição era fundamental avançarmos para a parte mais prática do trabalho.

O tratamento documental abrangeu várias operações técnicas, tais como: o recenseamento, a classificação, a descrição, a ordenação virtual com recurso a uma aplicação informática (AtoM) e a ordenação física das unidades documentais, com a colocação das respetivas cotas na lombada dos documentos, e no seu interior a cota e o número de registo.

O recenseamento sumário definiu-se por retirar a seguinte meta informação de todas as unidades físicas: título, datas extremas, conteúdo e unidade física e a todas as unidades atribuímos um número de registo. Findo o recenseamento verificámos que existiam 3.778 unidades físicas.

Após “conhecer” as unidades físicas procedemos à “reconstrução” virtual das séries arquivísticas, que são documentos da mesma tipologia e produzidos em contínuo, uma vez que são resultado de uma mesma atividade. Um documento é a mais ínfima unidade arquivística formada por uma ou mais unidades de informação que não podem ser separadas. Os documentos caracterizam-se por serem simples ou compostos; os documentos simples caracterizam-se por possuírem um único suporte de informação e os documentos compostos caracterizam-se por possuírem mais que um suporte de informação.

Após realizarmos esta tarefa de “reagrupamento” passámos à descrição arquivística tendo como base a norma ISAD(G) – “Norma Internacional de Descrição Arquivística” e para a descrição das entidades produtoras e respetivos registos de autoridade seguimos as determinações da norma ISAAR(CPF) – “Norma Internacional para os Registos de Autoridade de Pessoas, Coletividades e Famílias”.

A descrição arquivística foi realizada, do geral para o particular, ou seja começámos por descrever o fundo, depois as séries e posteriormente os documentos individuais.

A seguinte tarefa foi a classificação que é considerada a operação-chave na organização do arquivo. A classificação serve para representar a organização da informação e pode também ser utilizada como ponto de acesso à informação.

Após estes processos introduzimos a meta informação no *software* AtoM, nos campos devidos.

Em suma, podemos afirmar que o arquivo do Conservatório é pluricelular, centralizado e ativo.

Orientadora: Maria Helena Cardoso Osswald e Cândida Fernanda Antunes Ribeiro

Data das provas: 29 de julho de 2014

Curso de Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação

Autor: **Luís Arthur da Costa Silva**

Título: ***Relações interamericanas e democracia: a atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) face ao golpe de Estado nas Honduras em 2009***

Palavras-chave: Relações Interamericanas; Integração; Regionalismo; Organização dos Estados Americanos; União de Nações Sul-Americanas; Golpe de Estado nas Honduras em 2009

Resumo:

Depois da Segunda Guerra Mundial, a América Latina vivenciou um curto intervalo no qual emergiram governos de caráter democrático-popular, seguidos por sucessivos golpes de Estado, ocorridos mediante o concurso dos interesses das elites nacionais com o intervencionismo estrangeiro, em especial o oriundo dos Estados Unidos. Paralelamente, ensaiava políticas de integração cuja evolução, até o século XXI, culminou no novo regionalismo estratégico que hoje é praticado por seus países. Este processo envolveu intelectuais, governos, corpos diplomáticos e entidades de concertação regional e continental, destacando-se a Organização dos Estados Americanos (OEA), cuja representatividade foi sistematicamente questionada pelos governos latino-americanos desde meados do século XX, em virtude de sua subserviência a Washington. Por outro lado, o sonho integrador de Simón Bolívar e José Martí, heróis independentistas do século XIX, inspirou políticas que estreitaram os laços entre os países da região. O colapso económico que dissolveu a União Soviética, no final da década de 1980, foi um divisor de águas para o mundo e para as relações interamericanas. Consagrou-se a transição mundial para o sistema capitalista e a globalização mercadológica e tecnológica avançou até sobre economias pouco desenvolvidas. A globalização coincidiu com a queda das ditaduras civil-militares que governaram a América Latina entre as décadas de 1960 e 1980, criando o cenário para a liberalização dos mercados na região, o que conduziu a uma recessão económica na segunda metade dos anos 1990. A esquerda regional capitalizou a insatisfação popular, chegou ao poder pela via democrática e introduziu mudanças nos campos social, económico, político e diplomático. Destarte, fundaram-se novos organismos de multilateralismo regional, como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Entretanto, o fantasma do autoritarismo ainda pairava sobre a América Latina e, em 2009, forças reacionárias deram um golpe de Estado nas Honduras, depondo o presidente democraticamente eleito, Manuel Zelaya. A atuação da OEA e da UNASUL na restauração da estabilidade democrática nas Honduras e o papel que podem desempenhar em prol do estabelecimento de uma cultura de democracia na América Latina constituem o escopo da presente investigação.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data das provas: 1 de dezembro de 2014

Autora: María del Carmen Latournerie Reyes

Título: La Cooperación Internacional para el desarrollo de la Educación Superior en el Instituto Tecnológico de Boca del Río

Palavras-chave: Globalización, Cooperación Internacional, Educación Superior

Resumo:

El fenómeno denominado globalización significa en su esencia que el orden político, económico y social de los países se tornó integrado con la realidad internacional (Sato, 2010: 48). Los efectos de la globalización son cada vez más marcados, por lo que el establecimiento de relaciones de cooperación entre las naciones es cada vez más común, volviéndose necesarias para que los países puedan construir una política de cooperación internacional.

El término “cooperación internacional” abarca desde el comercio y las finanzas, hasta cuestiones de salud, generación de empleos, seguridad, medio ambiente, educación, ciencia y tecnología. México se caracteriza por ser un miembro activo y versátil en el ámbito de la cooperación internacional.

Según el Plan Nacional de Desarrollo 2013-2018 la política exterior mexicana se basará en la cooperación internacional, como una expresión de solidaridad y, al mismo tiempo, un medio para impulsar el bienestar y la prosperidad de México y de la comunidad internacional.

La cooperación educativa se define como el intercambio entre instituciones de educación superior e instancias gubernamentales, principalmente para fortalecer la formación de recursos humanos de alto nivel en diversas áreas del conocimiento que contribuyan al desarrollo de los países involucrados (AMEXCID, 2013).

Las actividades de cooperación internacional identificados en el ITBOCA para fortalecer la calidad de la educación superior son: programas de movilidad internacional de estudiantes; programas de movilidad internacional para profesores e investigadores; programa de aprendizaje del idioma inglés; dimensión internacional del currículum; impulso de acciones para reducir la fuga de cerebros; posgrados cooperativos; proyectos de investigación conjunta; conferencias y seminarios internacionales; artículos y publicaciones internacionales; acuerdos y convenios internacionales.

El modelo metodológico a seguir de esta investigación fue el de estudio de caso. Nos basamos en un enfoque cuantitativo, con un análisis documental de las realidades en el ensino superior a nivel internacional, nacional y local y en las encuestas realizadas a estudiantes y profesores del ITBOCA para identificar actividades de cooperación internacional en el ámbito educativo que potencien el desarrollo de la institución y la calidad de la educación superior.

Orientador: Luís Antunes Grosso Correia

Data das provas: 28 de outubro de 2014

Autor: **Renato Miguel Abreu Fernandes Tavares e Sousa**

Título: ***O Atlântico como novo desígnio nacional, entre o discurso e a prática***

Palavras-chave: Atlântico; Política externa portuguesa; Estratégia; Geopolítica; Economia do mar; Direito do mar; Poder marítimo; História de Portugal

Resumo:

A obra tem como desiderato contribuir para o debate sobre o valor estratégico que o oceano Atlântico comportou e continua a comportar para uma nação marítima como Portugal e respetiva política externa. É dado destaque às grandes potencialidades e vulnerabilidades, descobertas e controvérsias que concernem à ‘renascida’ assunção do Atlântico como um novo desígnio nacional (uma assunção político-estratégica restabelecida aquando do início do atual milénio).

A primeira parte da obra começa por elucidar a incisiva importância que o elemento marítimo teve para a formação da nacionalidade, cultura e identidade, economia, defesa e salvaguarda da soberania nacional ao longo da História, até ao quase irreversível corte na ligação estratégica entre o país e o mar que se deu após a revolução de 1974 e posterior adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) - durante a opção estratégica europeia que denominou o 3º modelo de inserção internacional da política externa portuguesa. Com o fim do século passado, e início do atual milénio, começou a germinar uma mudança. A visão estática e passadista com que se encarava o mar começou a dar lugar a uma nova visão, potenciada pela ciência e economia, que perceciona o oceano como um manancial de recursos estratégicos, soberania e produtividade nacional. A partir de 2004, aquando da publicação do relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos, e simultânea inclusão das recomendações do citado relatório nos programas governativos, o mar/oceano começou a ser visto, de novo, como um desígnio nacional. Outros aspetos - como a possibilidade de se aumentar a soberania com a extensão da plataforma continental portuguesa das 200 para as 350 milhas náuticas - ajudaram à formulação da elevação estratégica do mais extenso recurso que dota o país – o oceano Atlântico.

Foram sujeitos a análise: o carácter da retórica, medidas e desideratos da classe política e estratégica (presentes nos programas dos governos, discursos, estratégias); o potencial estratégico marítimo português (posição geoestratégica do país; restabelecimento das relações privilegiadas com o mundo lusófono da Comunidade de Países de Língua Portuguesa; recursos biológicos, biogenéticos, energéticos e minerais; oportunidade de se dobrar a soberania; a atual instabilidade geopolítica no leste europeu como oportunidade energética para o mundo lusófono e ocidental); as ameaças a esse potencial, os riscos e vulnerabilidades que imperam na concretização da assunção do Atlântico como um desígnio do século XXI para o país.

Foi empreendida uma metodologia essencialmente qualitativa, com enfoque dedutivo, que obedeceu a critérios de análise de política externa (análise de discursos; enfoque nos indivíduos e consequentes tomadas de decisão; articulação entre os recursos, atores, interesses e objetivos nacionais históricos e atuais). Recorreu-se à análise e interpretação de dados patentes em fontes primárias - programas dos governos constitucionais, documentação estratégica nacional (como Conceito Estratégico de Defesa Nacional, Estratégias nacionais para o mar, relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos, relatório do Hypercluster da economia do mar...), discursos políticos, convenções jurídicas; e secundárias: artigos científicos e de opinião, monografias, cadernos da marinha,...

Chegou-se à conclusão que o potencial marítimo português é efetivamente muito elevado e passível de ser transformado em poder nacional, podendo alterar a situação económica, científica e anímica do país. No entanto, a conversão deste potencial em poder efetivo não se afigura fácil ou pelo menos breve. Consta-se que existe ainda um evado fosso entre a teoria e a prática, entre o discurso político e a realidade, entre a retórica e os atos. As vulnerabilidades logísticas são, ainda, uma realidade que afeta o poder marítimo português - Armada, marinha mercante, pesca e marinha pesqueira, portos, construção e reparação naval,... -, sendo que as estratégias, retórica e vontade política - que vão germinando -, correm o risco de se revelarem redundantes, sem meios e instrumentos que tornem a assunção do Atlântico como um designio exequível.

Orientadora: Teresa Maria Resende Cierco Gomes

Data das provas: 10 novembro 2014

Notas Biográficas
de Autores

ALICE DUARTE é doutora em Antropologia Social e Cultural, docente da Universidade do Porto/ Faculdade de Letras e Investigadora do Instituto de Sociologia (UP) e do Centro de Estudos Africanos (UP). Principais áreas de investigação: Antropologia do Consumo; Museologia, Museus e Comunidades; Problemáticas do Património. Livros publicados na área do consumo: *O Consumo para os Outros: Os Presentes como Linguagem de Sociabilidade*. Porto: U.Porto Editorial (2011). *Experiências de Consumo. Estudos de Caso no Interior da Classe Média*. Porto: U.Porto Editorial (2009). Contacto: alice_duarte@hotmail.com

ANA CLARINDA CARDOSO é licenciada em História e mestranda em Estudos Medievais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Participou no XXXIV Congresso da Associação Portuguesa de História Económica e Social, também com o tema relativo à Casa dos Contos. Tem como principal área de interesse a História Económica da Idade Média.

BRUNO HENRIQUES é mestre em História Contemporânea pela Universidade do Porto e investigador do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar – Cultura, Espaço e Memória).

DANIELA MARTINS (1990) é licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2011) e mestre em História Antiga pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2014) com a tese *“Até aos pilares do céu”: Estratégias de domínio político-administrativo na Síria-Palestina no reinado de Tutmés III*. É investigadora do Centro de História da Universidade de Lisboa, na linha de investigação de «História Militar e das Relações Internacionais». Email: danielaffmartins@gmail.com.

FILIPE VASCO COSTA DE SALIS AMARAL nasceu em Lisboa a 19 de Agosto de 1971. Entre 1990 e 1995 fez a licenciatura em arquitectura na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Em 2007 conclui o mestrado de Metodologias de Intervenção em Património Arquitectónico (MIPA) na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP). Actualmente é aluno de doutoramento na FAUP. De 1995 a 1998 trabalhou em Lisboa no Promontório Arquitectos, onde pôde colaborar em obras como o Oceanário de Lisboa, a sede da Xerox Portugal, Cooperativa Coociclo na Expo, entre outros. Em 1998 começa a trabalhar no EO, Escritório de Estudos e Obras, no Porto, onde é actualmente sócio gerente.

HUGO SILVEIRA PEREIRA nasceu em 1979. Em 2005, completou a licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Três anos depois, obteve o grau de mestre em História Contemporânea na mesma instituição com uma investigação sobre as relações entre a câmara baixa do parlamento português e a construção de caminhos-de-ferro em Portugal entre 1845 e 1860. Aprofundou este e outros temas relativos à política ferroviária nacional na segunda metade do século XIX na investigação para a obtenção do grau de doutor, o qual conseguiu em 2012 (ainda na Faculdade de Letras). Actualmente, é investigador de pós-doutoramento no Centro Interuniversitário de História da Ciência e da Tecnologia (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa), onde desenvolve um projecto sobre a política ferroviária portuguesa nas antigas colónias de África e Índia. Publicou e apresentou

vários papers sobre história dos caminhos-de-ferro em Portugal e editou um livro sobre o processo de decisão e construção da linha do Tua.

MANUEL RAMOS é professor auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, doutor em Literaturas Clássicas, docente das unidades curriculares de Latim, Literatura Latina, Português Língua Estrangeira e formação de Professores. Tem na edição de textos latinos medievais e na retórica clássica e medieval as principais áreas de interesse; a formação da língua portuguesa durante a Idade Média e o estudo da recepção da cultura clássica na Idade Média também se contam entre as áreas de interesse. A maioria das publicações é relativa à retórica e argumentação. Entre as publicações, destacam-se: “Memoria de Victoria Christianorum, Salado - 1340”, Coimbra, Faculdade de Letras, [Edição do Autor], 1996; “*Orationes* de Jean Jouffroy em favor do infante D. Pedro (1449-1450) – Retórica e Humanismo Cívico”, Porto, Faculdade de Letras [Edição do Autor], 2007; Oliveira, P. e S., Ramos, Manuel (2012), *Agostinho de Hipona. A verdadeira religião*. (Tradução do Latim por Paula Oliveira e Silva e Manuel Ramos. Introdução e notas por Paula Oliveira e Silva), ed. Afrontamento, Porto, 2012. ISBN: 978-972-36-1288-2.

MARCO OLIVEIRA BORGES nasceu na vila de Cascais, em 1984. É investigador do Centro de Estudos Geográficos e do Centro de História da Universidade de Lisboa. Em 2013 defendeu uma tese de Mestrado em História Marítima intitulada *O Porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à Navegação e Defesa Costeira*. Para além de se dedicar ao estudo dos portos e ancoradouros do litoral de Sintra-Cascais entre a Antiguidade e a Idade Moderna, bem como ao estudo da defesa costeira na *kura* (distrito) de Lisboa durante o período islâmico, contando com alguns artigos já publicados, revela especial interesse pelo estudo da Expansão Portuguesa dos séculos XV-XVII. Actualmente, é bolseiro de Doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, estando a desenvolver um projecto relacionado com a Carreira da Índia. Colabora igualmente no projecto *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo* (coord. de Sérgio Campos Matos), tendo já disponível um verbete sobre “Brito Rebelo”.

MARIANA CASTRO é licenciada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 2013; pós-graduada em História Contemporânea pela mesma instituição de ensino superior, em 2014 e no presente ano a iniciar a Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. É actualmente investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL, especialidade em História Económica e Social Contemporânea, História Local, conflitos sociais e contrabando durante o século XX. Fez parte das Comemorações da I Guerra Mundial - Os Dias da Memória, na Assembleia da República. Participou na conferência da Biblioteca Nacional de Portugal, em 2014, com a seguinte proposta: Contrabando de Guerra em Elvas durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e ainda na Conferência Internacional «Os Portos e a Guerra» (2014) e no I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal (2013).

NUNO CASTRO LUÍS (1971) é licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Mestre em Ciências Jurídico-criminais, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, e licenciado em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É investigador do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e prepara tese de Mestrado em História Moderna, a discutir durante o ano de 2015, naquela Faculdade, subordinada ao tema: “Afirmção europeia de uma monarquia transatlântica: estratégias político-diplomáticas nos casamentos dos filhos de D. João VI.

PAULO FERREIRA DA CUNHA é catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto e, no momento, membro do Comité *ad hoc* para o Tribunal Constitucional Internacional. É doutor em História/Filosofia do Direito da Universidade Paris II, doutor em Direito Público da Universidade de Coimbra e pós-doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Autor de mais de cem livros e várias centenas de artigos, ganhou um Prémio Jabuti e uma Menção honrosa da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Membro de várias sociedades científicas, e professor visitante de diversas universidades europeias, americanas e africanas. Lecionou recentemente no Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação da FLUP. Investigador do Centro de História de d’Aquém e d’Além Mar da Universidade Nova de Lisboa.

Painel de Avaliadores
científicos
(IV Série da Revista)

Alexander Keese (CEAUP) | Amândio Barros (ESSSE-IPPorto, CITCEM) | Amélia Veiga (CIPES-U. Porto) | Américo Freire (U. Federal do Rio de Janeiro, FGV) | Ana Cardoso de Matos (U. Évora) | Ana Cristina Roque (Instituto de Investigação Científica Tropical) | Ana Isabel Buescu (U. Nova de Lisboa) | Ana Isabel Madeira (U. Lisboa) | Ana Isabel Queiroz (U. Nova de Lisboa) | Ana Leal Faria (U. Lisboa) | Ana Leonor Pereira (U. Coimbra) | Ana Maria Rodrigues (U. Lisboa) | Ana Sofia Ferreira (IHC-U. Nova de Lisboa) | Andrea Caracusi (U. Pádua) | Ângela Domingues (Instituto de Investigação Científica Tropical) | António Barros Cardoso (U. Porto) | António Calvo Maturana (U. Maynooth) | Armando Luís de Carvalho Homem (U. Porto) | Arnaldo Sousa Melo (U. Minho) | Carla Luciana Silva (UNIOESTE-U. Estadual do Oeste do Paraná) | Carlinda Leite (U. Porto, CIE) | Cláudia Castelo (Instituto de Investigação Científica Tropical) | Cristina Joanaz de Melo (U. Nova de Lisboa) | Cristina Osswald (U. Nova de Lisboa, CITCEM) | Daniel Strum (Hebrew University of Jerusalem) | Décio Gatti Júnior (U. Federal de Uberlândia) | Demian Melo (UFRJ-U. Federal do Rio de Janeiro) | Denise Rollemberg (UFF-U. Federal Fluminense) | Elvira Mea (U. Porto) | Ernesto Castro Leal (U. Lisboa) | Eugénia Mata (U. Lisboa) | Fátima Nunes (U. Évora) | Fátima Sequeira Dias (U. Açores) | Fernanda Santos (U. Porto) | Gaspar Martins Pereira (U. Porto) | Gonçalo Canto Moniz (U. Coimbra) | Hélder Fonseca (U. Évora) | Gormo Jean (U. Maroua-Cameroun) | Helena Osswald (U. Porto) | Heloísa Paulo (CEIS20) | Hermenegildo Fernandes (U. Lisboa) | Hermínia Vilar (U. Évora) | Isabel Morujão (U. Porto) | Ismael Cerqueira Vieira (CITCEM) | Ivo Veiga (University College, Londres) | Isabel Malaquias (U. Aveiro) | Jack Owens (Idaho State University) | Jean-Pierre Dedieu (CNRS-Lyon) | Joaquim Pintassilgo (U. Lisboa) | Jorge Fernandes Alves (U. Porto) | Jorge Seabra (U. Coimbra) | José Augusto Pizarro (U. Porto) | José C. Curto (York State University) | José Ferreira Gomes (U. Porto) | José Neves (IHC-U. Nova de Lisboa) | José Subtil (U. Lusófona) | La Salete Coelho (ESSE-IPVC, CEAUP) | Luís Alberto Marques Alves (U. Porto) | Luís Reis Torgal (U. Coimbra) | Luís de Oliveira Ramos (U. Porto) | Luís Espinha da Silveira (U. Nova de Lisboa) | Luís Farinha (IHC-U. Nova de Lisboa) | Luís Manuel de Araújo (U. Lisboa) | Manuel Loff (U. Porto) | Margarida Sobral Neto (U. Coimbra) | Maria Cristina Cunha (U. Porto) | Maria Cristina Gouveia (U. Federal de Minas Gerais) | Maria da Conceição Meireles Pereira (U. Porto) | Maria do Céu Pinto (U. Minho) | Maria Fernanda Rollo (U. Nova de Lisboa) | Maria Filomena Barros (U. Évora) | Maria Inácia Rezola (IHC-U. Nova de Lisboa) | Maria João Branco (U. Nova de Lisboa) | Maria Manuela Tavares Ribeiro (U. Coimbra) | Maria Teresa Pinto Coelho (U. Nova de Lisboa) | Mário Barroca (U. Porto) | Marta Lobo (U. Minho) | Nelson Veríssimo (U. Madeira) | Nuno Luís Madureira (ISCTE) | Nuno Medeiros (ESTSL-IPL, CesNova) | Pablo Pozzi (U. Buenos Aires) | Paula Pinto Costa (U. Porto) | Pedro Paiva (U. Coimbra) | Pedro Villas Boas Tavares (U. Porto) | Pierrick Purchase (U. Bretagne Occidentale, Brest) | Reto Monico (Doutor pela U. Genebra) | Rita Luís (U. Pompeu Fabra, Barcelona) | Rui Pita (U. Coimbra) | Saul Gomes (U. Coimbra) | Sérgio Campos Matos (U. Lisboa) | Sílvia Marzagalli (U. Nice) | Suzana Cavaco (U. Porto) | Tania Toffanin (U. Pádua) | Telo Ferreira Canhão (Centro de História da U. Lisboa) | Teresa Cierco (U. Porto) | Teresa Medina (U. Porto) | Toshiaki Tamaki (U. Kyoto) | Virgílio Borges Pereira (U. Porto) | Xosé Manuel Nuñez Seixas (U. Ludwig-Maximilian - Munique) | Zulmira Santos (U. Porto)

ISSN: 0871-164X

HISTÓRIA

HISTÓRIA Revista da FLUP

U. PORTO

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

